

João Roberto Lopes Pinto

**Economia Solidária:
um elogio à associação em tempos de crise**

**IUPERJ – Rio de Janeiro
2004**

João Roberto Lopes Pinto

**Economia Solidária:
um elogio à associação em tempos de crise**

Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutorado.

Banca Examinadora:

Renato Raul Boschi (Orientador)

Lia Tiriba

Paul Singer

José Maurício Domingues

Luis Antonio Machado da Silva

**Iuperj – Rio de Janeiro
2004**

***Dedico este trabalho
ao ano de 2004***

Sumário

<i>Resumo</i>	<i>iv</i>
<i>Agradecimentos</i>	<i>vi</i>
<i>Introdução</i>	<i>1</i>
<i>Capítulo 1 Economia Solidária e seu contexto:</i>	
<i>a novidade política do trabalho associado em meio à crise da sociedade salarial</i>	<i>7</i>
<i>1.1 Contexto (1)</i>	<i>7</i>
<i>1.2 Atividades econômicas associativas e a emergência da economia solidária</i>	<i>13</i>
<i>1.3 Do micro ao macro: sobre possibilidades de uma outra economia</i>	<i>21</i>
<i>A Revolução Social Socialista segundo Singer</i>	<i>26</i>
<i>A Economia Plural de Laville</i>	<i>30</i>
<i>A Economia Popular de Coraggio</i>	<i>36</i>
<i>1.4 Do micro ao macro: críticas às possibilidades da economia solidária</i>	<i>41</i>

Capítulo 2 O contexto do contexto: a modernidade reflexiva ou quando a sociologia encarna e o alargamento do público	45
2.1 Contexto (2).....	45
<i>A Modernidade Reflexiva de Giddens</i>	<i>49</i>
<i>O Movimento Social da Economia Solidária</i>	<i>60</i>
2.2 <i>A Democracia Pública de Dewey.....</i>	<i>68</i>
Capítulo 3 O elogio à associação: para além da comunidade e do contrato	79
3.1 <i>Introdução</i>	<i>79</i>
3.2 <i>Termos da polaridade comunitarismo versus individualismo e pistas de sua superação.....</i>	<i>81</i>
3.3 <i>Uma abordagem institucional da associação</i>	<i>87</i>
<i>Padrões institucionais: comunitarista, individualista e autonomista</i>	<i>91</i>
3.4 <i>Uma abordagem cultural da associação</i>	<i>98</i>
<i>Padrões culturais: comunitarista, individualista e autonomista.....</i>	<i>103</i>
Capítulo 4 Mudança institucional e cultural a partir de empreendimentos associados	118
4.1 <i>Introdução</i>	<i>118</i>
4.2 <i>Breve quadro da realidade estudada ou dos constrangimentos do contexto.....</i>	<i>123</i>
4.3 <i>Sobre as mudanças institucionais e a possibilidade autonomista (ou autogestionária).....</i>	<i>126</i>
<i>Momento inaugural</i>	<i>128</i>
<i>Regime de propriedade.....</i>	<i>130</i>
<i>Benefícios compartilhados</i>	<i>133</i>

<i>4.4 Mudanças de comportamento e indícios da cultura autonomista (ou autogestionária).....</i>	<i>143</i>
<i>Cooperação e participação</i>	<i>144</i>
<i>Empenho e liberdade</i>	<i>149</i>
<i>4.5 As possibilidades associativas para além do empreendimento associado</i>	<i>155</i>
<i>Relações domésticas</i>	<i>155</i>
<i>Relação com outros empreendimentos associados</i>	<i>157</i>
<i>Relações com organizações civis e governamentais</i>	<i>160</i>
<i>Considerações Finais</i>	<i>164</i>
<i>Anexo</i>	<i>168</i>
<i>Referências Bibliográficas</i>	<i>193</i>

Resumo

A proliferação de formas associadas de empreendimentos econômicos, no contexto da crise do emprego assalariado estável, repõe com força o tema da associação como vetor de uma sociabilidade democrática. As práticas e discursos que compõem hoje a chamada economia solidária apontam para as possibilidades cívicas contidas no trabalho associado. Ou melhor, para a produção de solidariedades ativas e emancipatórias, que permitam o florescimento e realização individual. Investigam-se aqui tais possibilidades a partir do contexto da modernidade em que os indivíduos perdem referências tradicionais e são inclinados à produção de novos significados para suas relações e para si mesmos a partir da interação com o outro. Tal investigação se concentra sobre os aspectos institucionais e culturais da associação de tipo autonomista ou autogestionária, a fim de projetar em que termos se podem falar de tais possibilidades. Para tanto, recorre-se a um estudo sobre empreendimentos associados, em particular sobre cooperativas de produção, normalmente provenientes de empresas falidas que passaram ao controle dos seus antigos empregados.

Abstract

The proliferation of associate forms of economic enterprises in the context of the crisis of permanent salaried jobs strongly brings back the theme of partnership as the vector of a democratic association. The practices and discourses the so-called solidary economy is made up of today point to the civic possibilities contained in shared work. Or rather, to the promotion of active and emancipative solidarity, which allows personal growth and fulfillment. Such possibilities are being investigated here from the context of the modernity in which the individuals lose their traditional references and are inclined to find new meaning to their relations and to themselves from the interaction with the other. Such an investigation is concentrated on the institutional and cultural aspects of the autonomist or self-management type of association in order to define the terms in which one can speak of such possibilities. A recourse for this is a study about associate undertakings, in particular about production cooperatives, usually originating from bankrupt enterprises whose control passed to the former employees.

Agradecimentos

Muitos são os agradecimentos. Início pelos que devo a algumas instituições sem as quais muito provavelmente as inquietações que motivam esse trabalho não teriam conseguido encontrar um caminho de expressão.

Ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), pelo ambiente de estudo e diálogo responsáveis por um clima estimulante de reflexão e produção acadêmica. À Capes que tornou possível, através de um programa com sua congênere francesa (Cofecub), que desfrutasse de uma bolsa de doutorado sanduíche na Universidade de Nanterre (Paris X), durante sete meses de 2002. À Universidade Estácio de Sá (Unesa), que forneceu uma bolsa de auxílio durante o período de meus estudos na França.

Ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), pelo estímulo e aprendizado profissional e político, mais precisamente por me aproximar do sentido público presente nas relações cotidianas. À Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag), que viabilizou a pesquisa com empreendimentos associados utilizada neste trabalho, pela gentileza em permitir o uso aqui dos seus resultados. À equipe do Programa Economia Popular e Solidária do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, na gestão 1999-2002, pelo apoio oferecido no desenvolvimento daquela pesquisa. Aos

trabalhadores e às trabalhadoras dos empreendimentos associados envolvidos na pesquisa, pela paciência em responder a um longo questionário e pela disposição ao diálogo.

Aos companheiros e companheiras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (FCP-RJ) pelo aprendizado permanente de como transformar palavra em atitude. À equipe da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE) que demonstra, com exemplos de engajamento e devotamento políticos, o quanto o público depende de um tecido associativo que lhe dê suporte e vigor.

Agradeço particularmente ao meu orientador Renato Boschi, a quem devo a minha participação no programa Capes-Cofecub, que representou uma motivação determinante para a conclusão do presente trabalho. A orientação do Prof. Boschi, que pude desfrutar também quando de minha dissertação de mestrado, revela o quanto sabedoria e generosidade estão mútua e intimamente implicadas. Se este trabalho tem algum mérito, sem dúvida o divido com o Prof. Boschi.

Aos professores do doutorado no Iuperj, em particular Ricardo Benzaquen, Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Marcus Figueiredo. Na Universidade de Nanterre – Paris X, muito me valeram as aulas com Jean-Louis Laville, Alain Caillé e Bernard Ême. Agradecimento especial *in memoriam* ao meu orientador francês Isaac Joseph, responsável pela minha aproximação com o pragmatismo americano. Agradeço, ainda, aos professores Daniel Cefaï, Philippe Chanial, Thomas Coutrot, Daniel Mothé, Afrânio Garcia, Helena Hirata e Lícia Valadares pelos aconselhamentos acadêmicos durante minha estada francesa.

Durante esse período pude contar também com amigos brasileiros, a quem agradeço os momentos de alegria e afeto. Em especial, agradeço à Iderlinda, Laércio, Tereza, Marilena e Guiomar.

Agradeço também à Maria Helena Craidy, Luciana Badin e Vivian Braga que compuseram junto comigo a equipe responsável pela pesquisa utilizada neste trabalho. Divido também com elas os eventuais méritos do trabalho.

Aos meus pais, João Batista e Maria Alice, que me fizeram com seus afetos e generosidade diante da vida. Às minhas irmãs, Ana e Marília, por me ajudarem a não esquecer meu “eu” menino.

À minha companheira Luciana, de quem sou cúmplice na valorização e vivência do que realmente vale a pena, ou seja, do encontro com o “outro”. Agradecimento especial por ela ter criado as condições, principalmente nos períodos da estada francesa e do longo 2004, para que pudesse desenvolver e finalizar este trabalho. Obrigado Luca.

À minha preciosa Joana, fonte permanente de inspiração e encontro pleno. Obrigado querida filha e aproveito para te parabenizar pelo seu aniversário de meia década.

Introdução

A crise contemporânea se manifesta segundo duas ordens, mutuamente implicadas. De um lado, o avanço do mercado retraindo a capacidade reguladora do Estado, em que o sinal mais evidente e drástico é a perda do emprego assalariado estável como horizonte para a satisfação de necessidades básicas. De outro, a crise de enquadramentos coletivos que forneciam até então referências necessárias ao posicionamento do indivíduo no mundo, embaralhando as narrativas pessoais e confrontando os indivíduos com suas próprias identidades.

Sem dúvida, tal contexto implica grandes riscos, mas também possibilidades. Sem perder de vista os constrangimentos que daí decorrem, pretende-se aqui focar as possibilidades aí contidas. Essa é a intenção do olhar sobre a proliferação de formas associadas no âmbito das relações econômicas, que alimentam o campo prático e discursivo da chamada economia solidária.

A ativação de vínculos sociais em contextos de crise não é algo novo, além do fato de que tais contextos favorecem muitas vezes a ressurgência ou reativação de instituições e práticas adormecidas, fossilizadas. É verdade que o trabalho associado responde, em boa parte dos casos, a uma situação de privação, ao mesmo tempo em que reanima práticas e valores cooperativistas que se encontravam em estado de latência.

Mas, então, quais as possibilidades que se vislumbram a partir do atual resgate do engajamento associativo na economia? É certo que as relações econômicas normalmente se encontram a salvo de qualquer outra lógica que não seja a do cálculo utilitário e da maximização de ganhos privados. Mais evidente, ainda, é como o “espírito dos negócios” tende a impregnar o conjunto das outras relações sociais, ou, nos termos de Polanyi, a absorver o social ao econômico. As diferentes formas de engajamento voluntário que incidem sobre as relações econômicas apontam, antes de qualquer coisa, para o resgate da economia ao social, mais precisamente à política, ou, ainda, à disputa por valores e recursos na sociedade.

Não se trata, portanto, apenas de se alcançar trabalho e renda, por meio de saídas cooperativas. Assiste-se também como possibilidade a emergência, a partir de relações mediadas pelo trabalho associado, de novos significados compartilhados, novas solidariedades, que requalificam os sentidos do trabalho, da produção, do consumo e das trocas. A realização desses vínculos implica, também, na produção de novas identidades pessoais, modos distintos de autopercepção. Mas quais seriam mesmo as qualidades das novas solidariedades e identidades que estariam sendo aí experimentadas?

Buscar responder a essa questão talvez seja a principal motivação deste trabalho. Sem, então, de todo se antecipar às considerações que serão oportunamente levantadas, cabe chamar atenção para algumas abordagens necessárias.

Embora muitos desses novos sentidos que estariam sendo ensaiados sejam projetados desde de fora pela “investigação social” ou por políticas – governamentais ou não –, o fato é que a referência prática comum é o empreendimento associado. Na verdade, trata-se do reconhecimento e da atuação sobre conseqüências ou interdependências que seriam derivadas das relações operadas no interior do empreendimento. Ou seja, a resposta sobre as qualidades distintivas está no elogio à associação como espaço da cooperação e participação dos trabalhadores no processo e na gestão do trabalho, gerando benefícios materiais e imateriais compartilhados. Com efeito, a ação coletiva incidindo sobre as relações econômicas resgata com força o elemento associativo na formação de solidariedades sociais. Reivindica-se, pois, a necessidade de se avançar na investigação sobre a associação, em vez de apenas supô-la democrática.

São comuns na literatura sobre o associacionismo abordagens que tendem a tomar, sem maiores questionamentos, a cooperação e autogestão como supostos da associação voluntária voltada a objetivos comuns. Em tais abordagens se esquece que há sempre o risco das associações assumirem estruturas hierárquicas, fixarem-se em objetivos cristalizados e, mesmo, orientarem-se por um egoísmo de grupo. Ao mesmo tempo, os comportamentos são tomados como cooperativos e participativos sem a preocupação de qualificá-los em termos das mudanças valorativas que estariam em jogo.

Se não se trata preferencialmente de maximizar ganhos privados, qual a motivação da ação associada? Se a relação não está mediada pela lógica do cálculo utilitário, por que lógica se guiaria? As respostas tendem a ser insuficientes, fazendo referência a ganhos subjetivos gerados pelo desenvolvimento pessoal e a uma relação pautada pela reciprocidade, que implicaria prestações mútuas. Fala-se também de autonomia pelo trabalho ao se resgatar o controle sobre o seu produto, o que permitiria ao trabalhador se reconhecer e se expressar por meio do seu fazer.

A insuficiência de tais respostas parece estar no fato de que o suposto democrático da associação não é desdobrado em uma análise mais detida sobre as condições institucionais pertinentes aos comportamentos cooperativos e participativos. Além do que, como já assinalado, os valores subjacentes a tais comportamentos tendem a ser negligenciados. A investigação de aspectos culturais no sentido de como os indivíduos percebem e valoram suas relações interpessoais e sua própria pessoa é comumente evitada. Embora se reconheçam os riscos de uma tal empreitada essa é a intenção deste trabalho.

A preocupação de tratar o trabalho associado como forma de recomposição de laços sociais, em um contexto de “desfiliação”, não se confunde com leituras que tendem hoje a substituir o tema da exploração ou dominação em favor do da exclusão, ou do não pertencimento. Ou melhor, com leituras que estão mais preocupadas com questões de identidade do que de necessidade. O entendimento aqui é de que, no caso do engajamento associativo, não se pode cuidar de um termo apartado do outro. Isso porque a associação deve ser avaliada não pelo que maximiza os interesses individuais, mas pelas individualidades e experiência de vida associada que ela proporciona (Chanial, 2001). O próprio sentido da necessidade tende a se confundir com a realização de uma identidade autônoma, entendida aí como a manifestação e o desenvolvimento de capacidades individuais a partir de uma relação de igualdade com o “outro”.

Os aspectos institucionais e culturais pertinentes à associação denominada aqui de autonomista (ou autogestionária) serão tratados tanto em termos teóricos quanto práticos – nos Capítulos 3 e 4, respectivamente. No que se refere à avaliação desses aspectos a partir de um estudo concreto de empreendimentos associados, vale antecipar que serão encontrados traços, indícios, mais do que comprovações. Além do que, como o ambiente é de crise as disjuntivas risco e possibilidade, velho e novo, atravessam o comportamento do trabalhador associado, fazendo-o assumir um sentido de ambivalência e, portanto, de predisposição reflexiva.

Em que pese tal insipiência, e também por isso, faz-se necessário jogar luz sobre o sentido de autonomia aí presente de forma a propaga-lo, favorecendo a sua realização. A investigação que aqui se propõe é, pois, indissociável de um engajamento ou de uma pretensão de influir sobre a realidade em uma dada direção, como na perspectiva da “hermenêutica das emergências”, nos termos de Santos e Rodriguez (2002). “Esta perspectiva amplia e desenvolve as características das alternativas econômicas baseadas em princípios não-capitalistas para as tornar mais visíveis e credíveis. Isto não implica que a hermenêutica das emergências renuncie à crítica das alternativas analisadas. Todavia, a análise e a crítica procuram fortalecer as alternativas, e não propriamente diminuir o seu potencial” (Op. Cit.: 26).

O caráter engajado da investigação em relação à realidade estudada se justifica também pela possibilidade aberta, com a perda de referências tradicionais, de homens e mulheres comportarem-se de modo reflexivo em relação às suas ações e também quanto às dos outros. A investigação social sobre tais relações ganha, assim, centralidade como “argumentos” que ajudam a situar os indivíduos no mundo, ou “quando a sociologia encarna”.

Questões da sociologia normalmente abordadas em tratados teóricos ou epistemológicos aproximam-se de questionamentos vividos, implicando na potencialização das influências recíprocas entre pensamento e prática. Daí o debate comum na sociologia e que é de interesse aqui retomar, entre as perspectivas do individualismo e comunitarismo, não poder se limitar, como normalmente acontece, a evidenciar as contradições e hipostasias das teorias que dão suporte àquelas. Precisa ir além, até porque os indivíduos se percebem e se sentem, de fato, individualistas ou pertencendo a uma dada comunidade. Ou seja, a crítica precisa estar referida em uma compreensão das relações sociais que seja capaz de justificar a

incidência do individualismo e do comunitarismo nas relações sociais concretas. Do contrário, corre-se o risco de se pretender resolver ou superar as contradições na realidade pensada, perdendo de vista as mediações necessárias para que tal superação seja possível na realidade vivida.

O caráter engajado da investigação proposta se liga, ainda, ao fato de que o presente estudo resulta de minha atuação no campo da economia solidária, através do trabalho em uma organização não-governamental, chamada Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Em agosto de 2000, a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag) solicitou ao Ibase a realização de uma pesquisa sobre empreendimentos associados no Estado do Rio Grande do Sul, no contexto do Programa de Economia Popular e Solidária, levado a cabo pelo governo estadual à época.

Com o trabalho de pesquisa, concluído em dezembro de 2001, foram ouvidos 367 trabalhadores de 13 empreendimentos associados nas cinco regiões do estado gaúcho. Dois foram os objetivos da pesquisa. Avaliar o impacto dos aspectos organizativos/institucionais do empreendimento no comportamento dos trabalhadores e qualificar as eventuais mudanças de comportamento verificadas. Além do que, se buscou avaliar se e em que medida as mudanças, que por ventura se processam no interior dos empreendimentos, transbordam e impactam relações do trabalhador para fora deles. Os resultados da pesquisa, recém publicados pela Anteag com o título “Autogestão em avaliação”, servem aqui de base empírica para a análise sobre empreendimentos associados realizada no Capítulo 4.

No presente trabalho, os Capítulos 1 e 2 apresentam elementos de contexto que estariam influenciando na origem e desenvolvimento de empreendimentos associados. No primeiro capítulo, recorre-se à discussão de Castel sobre a metamorfose da questão social a partir da crise da sociedade salarial. Segue-se com uma descrição das práticas que estariam hoje conformando a economia solidária em duas realidades distintas, a saber, França e Brasil. Ainda no capítulo inicial são traçados elementos analíticos, destacando possibilidades e limites das práticas econômicas associadas, bem como de interpretações que projetam um sentido macro para economia solidária.

No Capítulo 2, vale-se de modo crítico dos argumentos de Giddens como forma de abordar o contexto de “desfiliação”, ou, nos termos do autor, de “desencaixe”, que caracteriza a modernidade. Destaca-se a influência de conhecimentos especializados (os “sistemas

abstratos”), que atravessam as relações face a face e atuam como mecanismo de desencaixe, além do engajamento reflexivo como fator gerador de novas solidariedades. Avalia-se aí os novos sentidos atribuídos à economia pelos diferentes segmentos que atuam naquilo que hoje se configura como o movimento social da economia solidária. Pondera-se, valendo-se do pensamento de Dewey, que as questões projetadas pelo movimento devem, a fim de ganharem um sentido público, ser reconhecidas pelos trabalhadores como conseqüências que derivam, embora a extrapolem, da própria interação associativa.

Já no Capítulo 3, concentra-se sobre a análise da institucionalidade e da cultura associativas. Para tanto, vale-se do chamado institucionalismo sociológico de March, Olsen e Laville, por um lado, e da antropologia interpretativa de Geertz, somando-se as contribuições de Mauss, Dumont, Simmel, Mead e Elias, por outro. A partir das categorias tomadas de empréstimo a esses autores, discorre-se sobre quais seriam os padrões institucionais e culturais de formas associativas de tipo individualista, comunitarista e “autonomista”.

Com base nos elementos de contexto e, particularmente, na abordagem institucional e cultural da associação, realiza-se no quarto capítulo o estudo sobre empreendimentos associados. Busca-se aí identificar mudanças institucionais que estariam impactando o comportamento do trabalhador em favor da cooperação e participação, bem como avaliar e qualificar eventuais mudanças valorativas que daí poderiam derivar. Incluem-se, ainda, ponderações sobre o eventual envolvimento dos trabalhadores com as conseqüências de suas ações para além do próprio empreendimento.

Como já observado, em que pese a constatação de resistentes constrangimentos vividos pelos empreendimentos associados, sinais de mudança estão insinuados em favor de novas solidariedades, indissociáveis de comportamentos autônomos. Nas Considerações Finais, buscou-se sumariar quais seriam as possíveis contribuições que decorreriam do elogio à associação nestes tempos de crise.

Sugere-se ao leitor, que se aventure pelas próximas páginas, a evitar uma leitura descontínua. Embora cada capítulo encerre um argumento da discussão aqui proposta, a expectativa é a de que o texto apresenta um encadeamento e uma coerência interna entre suas partes, que seriam perdidos de vista no caso de uma leitura em fragmentos.

Capítulo 1

Economia Solidária e seu contexto: a novidade política do trabalho associado em meio à crise da sociedade salarial

1.1 Contexto (1)

“O salariado acampou durante muito tempo às margens da sociedade; depois aí se instalou, permanecendo subordinado; enfim, se difundiu até envolve-la completamente para impor sua marca por toda parte. Mas é exatamente no momento em que os atributos vinculados ao trabalho para caracterizar o status que situa e classifica um indivíduo na sociedade pareciam ter-se imposto definitivamente, em detrimento dos outros suportes da identidade, como o pertencimento familiar ou a inserção numa comunidade concreta, que essa centralidade do trabalho é brutalmente recolocada em questão” (Castel, 1998: 495-496).

De qualquer ponto de vista que se parta é forçoso reconhecer que as mudanças no padrão de acumulação capitalista e nas formas de regulação pública de seus efeitos, no último quartel do século passado, afetam drasticamente o paradigma do emprego assalariado estável.

As conseqüências disso dizem respeito, antes de tudo, a um enfraquecimento dos vínculos sociais representados pelos direitos e pelas identidades forjados a partir da condição assalariada. O desemprego e subemprego, ao assumirem um aspecto funcional ao atual padrão de crescimento, se traduzem em uma miríade de formas precárias e vulneráveis de trabalho ou mesmo de sobrevivência. Nesse ambiente, a insegurança e a falta de horizontes marcam o comportamento individual, enquanto socialmente assiste-se a perda de coesão social.

Não se quer aqui perscrutar as diferentes raízes e condicionantes da crise do paradigma salarial, já que o interesse maior refere-se à sua própria caracterização. Contudo, a fim de auxiliar na caracterização faz-se necessário um olhar, mesmo que breve, sobre fatores geradores. Reconhece-se que a desregulamentação financeira em finais do 70, somada à mudança do padrão fordista anterior pelo da flexibilização produtiva baseada nas novas tecnologias informacionais, estão na origem da crise da sociedade salarial.

A flexibilização produtiva permite às empresas deslocarem territorialmente seu processo de produção, buscando mercados com vantagens locais e de custo da mão-de-obra. A mobilidade dos investimentos força a desregulamentação dos mercados locais e nacionais nos marcos de um acirramento da concorrência inter-territorial e internacional. Em articulação com essa forma externa de flexibilização, as empresas operam também uma interna, onde ocorre uma pressão em favor da redução da proteção social relativa ao trabalho.

Como exemplo disso, as relações interindustriais combinarão não apenas organizações produtivas de tipos e em territórios diferentes, como também variadas formas de gestão da mão-de-obra. Ou seja, transferem-se as tarefas gerais e desqualificadas para as pequenas empresas, sob um regime precário de trabalho, ficando as grandes com o trabalho especializado e qualificado, em um regime formal (Leite e Silva, 1996).

O círculo virtuoso do período fordista calçado em pleno emprego, direitos sociais, consumo de massa e ganhos crescentes de produtividade encontra aí seu esgotamento. Com as novas exigências para remunerar o capital, assiste-se um novo círculo, agora vicioso, em que se combinam a retração da base contributiva do Estado, crescimento da demanda por proteção social e a diminuição de direitos. Os Estados nacionais tendem a ceder em favor das empresas não apenas em razão das novas exigências do mercado, mas também pelo que a presença delas ancora uma estabilidade monetária frente aos riscos oferecidos pelos fluxos financeiros.

Sem dúvida, os efeitos desreguladores daí decorrentes são ainda maiores nos Estados industriais, cuja capacidade de financiamento público não logrou assegurar um sistema de proteção social. De fato, esses fatores atingem de modo diferenciado as economias nacionais. Contudo, as conseqüências sobre o mundo do trabalho parecem se diferenciar mais em termos de intensidade do que de extensão.

O quadro acima descrito expressa a convergência “satânica” das naturezas destrutivas e concentradoras pertinentes ao sistema capitalista. Processos produtivos intensivos em capital fazem desaparecer postos de trabalho sem que, “criativamente”, venham a repô-los, o que significa produzir déficits de lugares ocupáveis na estrutura social. Ao mesmo tempo, a perspectiva de redução de custos da produção em meio concorrencial conduz as empresas a não só desempregarem, mas a precarizarem o trabalho, concentrando os ganhos de produtividade em suas mãos.

A fim de ilustrar tal realidade, recorre-se aqui a dois exemplos, a França e o Brasil¹. Em que pese a grande diferença dessas economias e, particularmente, dos seus sistemas públicos de proteção social verificam-se em ambos os casos uma clara tendência à “dualização do mercado de trabalho”, nos termos de Castel. De um lado, o segmento “primário”, formado por elementos qualificados, melhor pagos, melhor protegidos e mais estáveis. De outro, um mercado “secundário”, constituído pelo pessoal precário, menos qualificado, diretamente submetido às flutuações da demanda.

Bem entendido, recorre-se à perspectiva da dualização sem ignorar a interdependência entre tais segmentos, ou melhor, o quanto as empresas valem-se dessa dualidade para reduzir seus custos. A perspectiva dual busca caracterizar a atual clivagem social em termos do acesso ao direito, o que concorre, sem dúvida, para intensificar a instabilidade e desregulação das relações de trabalho.

O mesmo autor referindo-se ao caso francês, em 1995, afirma

“Os números são por demais conhecidos e ocupam hoje o primeiro plano da atualidade: 3,5 milhões de desempregados, ou seja, mais de 12% da população ativa. (...) O contrato de trabalho por tempo indeterminado está

¹ Esses dois casos nacionais não são, contudo, selecionados ao acaso. Além do interesse específico no caso brasileiro, acrescenta-se que são realidades que demonstram atualmente particular vitalidade no que se refere a práticas e debates sobre a economia solidária.

em via de perder sua hegemonia. Esta forma, que é a forma mais estável de emprego, que atingiu o apogeu em 1975 e concernia, então, a cerca de 80% da população ativa, caiu hoje para menos de 65%. As ‘formas particulares de emprego’ que se desenvolvem recobrem uma infinidade de situações heterogêneas, contratos de trabalho por tempo determinado, interinidade, trabalho de tempo parcial e diferentes formas de ‘empregos ajudados’, isto é, mantidos pelos poderes públicos no quadro da luta contra o desemprego. Em números absolutos, os contratos por tempo indeterminado são ainda amplamente majoritários. Mas, quando se contabilizam os fluxos de contratações, as proporções se invertem. Mais de dois terços das contratações anuais são feitas segundo essas formas, também chamadas de ‘atípicas’” (Op. Cit.:513-514)².

No caso brasileiro, a maior vulnerabilidade da economia submetida a “ajustes estruturais”, traduzidos em restrições fiscais, e o caráter incompleto de sua estrutura pública de proteção social, torna essa dualização do mercado de trabalho ainda mais aguda³. É certo também que a precarização tende a ser mais intensa, não apenas atingindo assalariados (incluindo aí os qualificados), mas também implicando na multiplicação de formas não-assalariadas de trabalho (conta-própria, cooperativado, familiar e micro-empresários). Essas são desenvolvidas sem que estejam – e também porque não estão – suficiente ou minimamente reguladas⁴.

No Brasil, as formas de trabalho sem cobertura social, o subemprego, já superaram as que a possuem e continuam a predominar quando da criação de novas ocupações. Segundo dados do Ibge, de cada dez ocupações geradas nos anos 90, apenas uma era com carteira assinada, enquanto no período de 1940 a 1980 eram sete. Conforme a Pnad 2002, apenas 38%

² Embora mais recentemente com a redução da jornada semanal de trabalho o desemprego tenha recuado para 9,6 % da PEA, ainda sim as tendências indicadas por Castel continuam fortemente presentes na realidade francesa.

³ Se também é verdade que a sociedade brasileira não chegou a se constituir plenamente como uma “sociedade salarial”, não se pode perder de vista que aquela se encaminhava nessa direção até os anos 80.

⁴ Interessante notar a diferenciação presente na literatura entre o “processo de informalização”, referente à desregulação das relações assalariadas tipicamente capitalistas, e o “setor informal”, que diz respeito às formas de produção e relações de trabalho não-capitalistas. Atualmente se assiste no caso brasileiro a intensificação tanto de uma forma quanto de outra (Oliveira, 2004; Machado e Chinelli, 1997). Contudo, quanto ao termo “informalidade” existe um questionamento de sua adequação para as formas não-assalariadas de trabalho. Considera-se o termo informalidade mais adequado ao processo de precarização que atinge o assalariado sem carteira assinada, pois nesse caso existe uma legislação que está sendo burlada. No caso das outras formas de trabalho, não-assalariadas, o mais correto seria falar de um setor “aformal” à medida que não há uma regulação pública que as referencie (Prefeitura de São Paulo, 2003). Embora os principais vetores da desregulamentação das relações trabalho, descritos até aqui, atuem na maioria das economias capitalistas é certo que a precarização no caso dos países centrais tende a ocorrer mais sob a forma do trabalho assalariado do que do não-assalariado.

da população economicamente ativa possui alguma cobertura social. Os que se encontram sem ocupação no país alcança os 10% da PEA⁵. A renda do trabalho decai continuamente, ao passo que crescem os ganhos de produtividades das empresas.

Ao desenvolver o argumento sobre a dualização, Castel chama atenção para o fato de que a situação atual do subemprego torna-se tão ou mais importante que o desemprego. Os níveis alcançados pelo trabalho precário dão conta de uma situação que não pode ser revertida pela reabsorção do mercado secundário desprotegido pelo primário com proteção. Estabelece-se, na verdade, uma rivalidade, uma concorrência direta entre esses mercados que se traduz no avanço do segmento precário sobre o protegido. Isso porque o sistema de proteção do pessoal da empresa tende a ser visto por ela como obstáculo a ser superado em uma conjuntura econômica excessivamente móvel. Daí as empresas verem nos trabalhadores do mercado secundário um segmento “mais ‘interessante’, visto que têm menos direitos, não são protegidos por convenções coletivas e podem ser alugados para atender a cada necessidade pontual”.

Assiste-se, pois, a uma tendência de “instalação na precariedade”, em que o trabalho desprotegido deixa de ser algo transitório para se tornar algo permanente, de uma condição passageira para um estado de boa parte da população. Isso produz uma situação de “desestabilização do estável”, ou seja, os integrados no mercado protegido estão constantemente ameaçados de oscilação.

“Por que dizer que isso constitui um fenômeno tão importante e, sem dúvida, até mesmo mais importante do que o aumento do desemprego? Não para banalizar a gravidade do desemprego. Contudo, enfatizar essa precarização do trabalho permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação. De agora em diante, é um equívoco caracterizar essas formas de emprego como ‘particulares’ ou como ‘atípicas’” (Op. Cit.: 516).

Segundo ainda Castel, as políticas voltadas para lidar com os “supranumerários” orientam-se no sentido da reinserção mais do que da integração, acabando por reproduzir a

⁵ A taxa de desocupação vem aumentando não apenas em razão da não abertura de novos postos de trabalho, mas também pelo fato de que cresce, em razão da própria crise, o número de pessoas que passam a procurar ocupação. É o caso do ingresso crescente das mulheres no mercado de trabalho, não só por razões ligadas à busca de maior autonomia e igualdade em relação aos homens, mas também como forma de complementar ou mesmo assegurar a renda familiar.

precariedade. Em vez de uma seguridade social universalizada, tais políticas tendem a estender a ajuda social, anteriormente voltada a reparar deficiências e incapacidades de parcelas residuais da sociedade, para os muitos que estão fora do mercado “primário” de trabalho. Trata-se de políticas compensatórias, focais, ou de discriminação positiva, em que se define precisamente a clientela a ser atingida, bem como os instrumentos específicos para atendê-la. Supõe-se que tais políticas devam ser provisórias, cuidando apenas de assegurar um reequilíbrio de condições que habilite o reingresso ou a reintegração em um momento posterior de crescimento.

Contudo, o foco no local e o caráter de contrato individualizado que as orientam são reveladoras de suas fragilidades. De um lado, abdicam da atuação no plano das políticas globais, voltando-se para a “gestão local do não-emprego”. De outro, os contratos particularizados vão na contra mão da realização de regulações coletivas, além de esperar dos indivíduos mais desestabilizados que se conduzam como sujeito autônomos, levando a relações verticais geradoras de dependência e clientela.

Daí essas políticas não serem capazes nem mesmo de “recuperar a distância em relação a uma completa integração (um quadro de vida decente, uma escolaridade ‘normal’, um emprego estável)”, mantendo o quadro de precarização. É razoável supor que, diante da dimensão alcançada pela precarização que condena à ineficácia as políticas compensatórias, os precarizados e desempregados tornaram-se “inintegráveis” ao antigo regime de assalariamento e proteção social. Essas políticas serviriam, antes, para conter a completa anomia, advinda de uma situação permanente de exclusão.

“Não se trata mais de tentar reduzir as desigualdades, mas de deixar o máximo de margem ao mercado, controlando apenas as conseqüências mais extremas do liberalismo” (Op. Cit.: 540).

Os riscos contidos nesse estado de coisas dizem respeito, em última análise, à desfiliação, à perda de identidades anteriormente secundadas no trabalho assalariado estável, publicamente regulado e reconhecido. Em que pese o trabalho assalariado ter em sua origem servido a um individualismo que rompeu com referências comunitárias anteriores, tal relação de trabalho foi a base para organização de um sistema de proteção e solidariedade social organizado a partir do Estado.

O trabalho funciona como um “grande integrador”, atua como referência indutora de outras formas de vinculação social, como a familiar, escolar, política, cultural etc. Não se trata de obter ocupações quaisquer, mas de desenvolver ocupação com *status*, ou melhor, socialmente reconhecida. Nesses termos, o que está sob ameaça é exatamente a centralidade do trabalho na produção de identidades e vínculos sociais⁶.

1.2 Atividades econômicas associativas e a emergência da economia solidária

Sem dúvida, a extensão da crise do assalariamento conduz a mudanças nas formas e sentidos do trabalho. Interessa aqui perscrutar as mudanças que estão ocorrendo a partir das formas associadas ou cooperativadas de trabalho, onde a possibilidade de uma economia solidária emerge. Embora haja, como será visto adiante, diferentes leituras sobre o que venha a ser tal economia, a compreensão é de que o trabalho associado nesse contexto representa uma novidade política.

A novidade estaria exatamente no fato de que a própria forma coletiva do trabalho atuaria em favor da produção de vínculos sociais, bem como de uma qualidade particular para esses vínculos. Isso se traduz no questionamento da naturalização das relações de mercado capitalista a partir dos novos valores e relações ensaiados por empreendimentos associados: a cooperação como fator gerador de riquezas materiais e imateriais; a gestão compartilhada de recursos; e a motivação voltada para a distribuição e não-acumulação das riquezas produzidas ou trocadas.

Mas antes de seguir na investigação sobre as possibilidades contidas no trabalho associado faz-se necessária uma caracterização geral dos empreendimentos cooperativos, resgatando suas origens e tratando de modo especial sua retomada nas últimas décadas. Tal resgate se justifica, antes, pelas afinidades organizativas e práticas entre empreendimentos associados tomados em uma perspectiva histórica, que remonta aos primórdios do capitalismo

⁶ No Capítulo 2 será retomada com mais vagar a questão da crise da sociedade salarial como crise identitária, de desfiliação.

industrial. Contudo, não se pretende com isso atribuir à economia solidária uma existência *avant la lettre*, que já estaria dada na tradição cooperativista⁷.

As motivações presentes na origem desses empreendimentos estão ligadas à busca de trabalhadores, consumidores ou pequenos produtores por compensarem, via agregação de recursos próprios, as restrições apresentadas pelo mercado capitalista. No contexto inicial da industrialização, na primeira metade do XIX, trabalhadores se associavam em cooperativas de consumo para fazer frente às dificuldades de acesso ao mercado de produtos essenciais. Ao mesmo tempo, operários em greve criavam sua própria cooperativa de produção para competirem com seus empregadores. Tais experiências estão na base do chamado socialismo utópico que visava substituir, mediante ação direta, as empresas capitalistas por empresas cooperativas possuídas e dirigidas pelos trabalhadores⁸.

A forma associativa do empreendimento implicava na preocupação com a cooperação e a gestão compartilhada, de modo a favorecer uma distribuição equitativa da riqueza produzida ou trocada. Nesse sentido, destaca-se o exemplo da cooperativa de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, criada em 1844, que estabeleceram princípios que ainda hoje referenciam o cooperativismo. Como no caso das decisões a serem tomadas em que cada membro teria direito a um voto independentemente de quanto investiu na cooperativa, além da promoção da educação cooperativa.

Outra forma bastante comum de cooperativa constituída a partir de finais do XIX foi a de crédito, através da qual pequenos poupadores se associam para potencializar seu acesso a esse serviço mediante financiamento mútuo. Além da poupança dos próprios associados, outras fontes de capitalização foram utilizadas, como financiamentos junto a terceiros, privados ou públicos. Também prosperaram as cooperativas de venda em que normalmente pequenos produtores fornecem à cooperativa produtos ou serviços como forma de obter

⁷ Sem dúvida, os argumentos e práticas ligados a essa tradição devem ajudar na reflexão sobre as singularidades das iniciativas econômicas associadas no limiar desse novo século. Sobre a construção do discurso de legitimação do campo da economia solidária no Brasil ver Motta, 2004. Já o termo “economia solidária” aparece, pela primeira vez, na França no começo dos anos 90. “Enquanto conceito, o termo economia solidária elaborase, portanto, no início dos anos 90 na França, fruto, sobretudo, das pesquisas desenvolvidas em Paris, no Crida (*Centre de Recherche e d’Information sur la Démocratie et l’Autonomie*), sob a coordenação de Jean-Louis Laville, visando exatamente dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas sócio-econômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa” (França e Laville, 2004: 109). A introdução do termo no Brasil é atribuída ao Prof. Paul Singer, inicialmente no artigo “Economia solidária contra o desemprego”, publicado na Folha de São Paulo, em 11.07.1996.

⁸ Conhecidas são as experiências de reformadores sociais como Robert Owen, que propôs a criação com o apoio de fundos públicos de “aldeias cooperativas”, através das quais haveria a inserção dos pobres em formas associadas de produção industrial e agrícola. A caracterização aqui sobre as formas cooperativas a partir de uma abordagem histórica está referida à obra de Singer, 2002.

melhores chances de comercialização⁹. Muito comum nesses casos foi a formação de cooperativas agroindustriais.

A evolução dessas diferentes formas de cooperativismo variou não apenas no tempo como no espaço. De um lado, com a competição realizada por empreendimentos capitalistas houve, particularmente no pós-guerra, uma tendência de recuo dos experimentos cooperativos e sua descaracterização pelo excesso de burocratização e assalariamento. Em meio à crise do último quartel do século passado, resgata-se o sentido da “solidariedade democrática” em velhas ou novas formas de empreendimento associado. De outro, conforme o ambiente nacional, observa-se tipos de empreendimentos coletivos mais incidentes. Caso se tome novamente a França e o Brasil a título de exemplo, os empreendimentos associados em cada caso seguem trajetórias bastante particulares.

No caso da França, um dos berços dos primeiros experimentos de empreendimentos solidários, as cooperativas, as mutualistas e as associações tendem a perder, já a partir de finais do XIX, suas motivações democráticas iniciais. No caso das cooperativas acabam por assumir feições cada vez mais empresariais, como as cooperativas agrícolas com forte presença na economia nacional¹⁰. As experiências mutualistas voltadas a oferecer diferentes formas de seguro aos trabalhadores acabaram ou sucumbindo às grandes seguradoras privadas ou sendo incorporadas aos sistemas públicos de seguridade social. As associações civis que atuavam na oferta de serviços sociais de saúde e/ou assistência foram enquadradas pelo Estado, a partir da legislação associativa de 1901, no chamado setor da “economia social”.

Para além da crise que afeta o emprego e o Estado do bem-estar, a emergência mais recente na França de práticas que resgatam o sentido democrático dos empreendimentos associados está ligada às movimentações culturais nos anos 60 e 70 (Laville, 2002). Mais particularmente, aos novos movimentos sociais que exprimiam uma politização do cotidiano, trazendo a questão da participação para as diferentes esferas da vida, ao mesmo tempo em que questionavam a capacidade do Estado em regular as deficiências do mercado¹¹. Nesse

⁹ Assinale-se que as cooperativas de consumo, crédito, compra e venda podem ser concebidas como diferentes modalidades da cooperativa de consumo, ou seja, o associado, na condição de cliente ou fornecedor, consome algum tipo de serviço ou bem oferecido pela cooperativa.

¹⁰ O fenômeno do “isomorfismo institucional” a que se refere Laville (2002) e que será analisado na próxima seção. Mas ao que parece não está presente aí o alto grau de concentração econômica característico de boa parte das cooperativas agroindustriais brasileiras.

¹¹ As cooperativas de produção, organizadas a partir do controle pelos trabalhadores de empresas em vias de fechar as portas, estiveram muito presentes em meio aos movimentos de 68 e ao início da crise dos anos 70, mas não seguiram adiante em razão da desarticulação do movimento sindical e do próprio reaquecimento da

ambiente, a economia solidária surge como contraponto à noção de economia social, afirmando a necessária autonomia e dimensão política das estratégias econômicas de inserção social (França e Laville, 2004).

Daí surgir novidades como o comércio justo em que consumidores dos países do Norte, a exemplo da França, atuam para reduzir as assimetrias comerciais entre Norte e Sul, bem como favorecer formas autônomas ou associadas de produção e consumo. Lojas de comércio justo se espalham pela Europa assegurando a pequenos produtores do Sul mercado e preços justos para os seus produtos. Outra forma de ação diz respeito à campanhas públicas de sensibilização dos consumidores do Norte sobre as condições desiguais impostas pelas regras do comércio internacional.

Outra novidade associativa diz respeito aos clubes ou às redes de troca, começada em Vancouver, no Canadá em 76 – na França, o primeiro clube de troca aparece na cidade de Lyon, em 1994. O clube consiste na reunião de pessoas normalmente sem uma renda regular, que se valem de “moedas sociais” para efetivar trocas de bens e serviços entre elas¹². “O conjunto de intercâmbios é contabilizado pela associação com o auxílio de uma moeda fictícia, e as dívidas são reguladas (mas jamais eliminadas) através de um sistema de compensação. A natureza das atividades e bens trocados é bastante diversa: guarda de crianças, aulas (língua, cozinha...), serviço de reparo em geral (em marcenaria, encanamento, eletrônica...), produtos artesanais, objetos usados, serviços de jardinagem ou domésticos, empréstimo de ferramentas, etc.” (Op. Cit.: 125).

Além dessas inovações ressurgem na França a questão dos sistemas de cooperativas de crédito, sob a temática da chamada “finanças solidárias” (microcrédito, poupança solidária, microfinança, finança de proximidade). Em tais sistemas não se conta apenas com o capital dos poupadores associados, mas também com recursos públicos. A perspectiva é a de baratear o crédito a partir de poupadores solidários que admitem obter uma remuneração menor em seus depósitos em troca de juros rebaixados na obtenção de financiamentos ou em nome da utilidade social dos investimentos. O crédito solidário se destina na maioria dos casos ao financiamento de pequenos negócios, com ênfase sobre o acompanhamento da sua aplicação.

economia. Sem dúvida, tais experiências estiveram na origem da retomada do conteúdo político da dinâmica associativa e cooperativa naquele país.

¹² São os SELs (Systèmes D'Échange Local) ou LETs (Local Exchange Trade System). Estima-se mais de mil experiências como esta no mundo.

Outra forma de empreendimento associado que retoma vitalidade no contexto francês de enfraquecimento da proteção social pública refere-se às associações voltadas a prover o que Laville agrupa nos chamados “serviços de proximidade” – ações sociais (guarda de crianças ou acompanhamento de idosos), saúde e serviços pessoais etc. Além das atividades de utilidade social, tais associações, comumente chamadas de “empresas sociais”, desenvolvem atividades produtivas ou mesmo de intermediação voltadas à inserção no mundo do trabalho de pessoas sem ocupação. Tais associações se desenvolvem a princípio de modo autônomo em relação ao Estado. Contudo essa relação é tensa já que, de um lado, elas dependem muitas vezes de recursos públicos e, de outro, o Estado tende a incorpora-las em suas políticas de “tratamento social do desemprego”¹³.

No Brasil, embora tenham sido introduzidas cooperativas de consumo por trabalhadores imigrantes no início do século passado, a perspectiva democrática voltada para a produção e o consumo é um fenômeno marcadamente dos anos 90 e, portanto, algo incipiente. Ressalte-se que no caso brasileiro a crise assume uma dimensão mais excludente, responsável por dar centralidade à questão da geração de trabalho e renda¹⁴.

Mais do que complementar um Estado social, que no caso brasileiro nunca chegou a se constituir por completo, as formas associativas buscam responder diretamente à crise do emprego assalariado¹⁵. Nesse sentido, chama atenção o crescimento progressivo do segmento não-assalariado no mercado de trabalho brasileiro, o que sinaliza a busca pela população das mais variadas formas de prover trabalho e renda¹⁶. Formas de trabalho que, como já se disse, se desenvolvem, diferentemente do caso francês, com um baixo grau de institucionalização.

¹³ A discussão sobre o conteúdo político das associações ou cooperativas sociais no âmbito da economia solidária será tratada na seção “A Economia Plural de Laville”. Esse autor reconhece nessas formas associativas as principais organizações da economia solidária, que tendem a assumir um sentido de renovação da “economia social”.

¹⁴ Em que pese tal incipiência, verifica-se a presença de formas auto-organizadas de produção e consumo mesmo antes desse período. Para Motta (2004), “pode-se dizer que o que a economia solidária traz de original é justamente uma forma particular de organizar elementos já existentes, como as experiências de educação popular, a ação da igreja católica junto a comunidades, as propostas de empresas autogeridas, o cooperativismo etc.” (Motta, 2004: 64).

¹⁵ De acordo com Singer, “a cooperativa foi literalmente reinventada na década de 90, nas diversas regiões do Brasil” (Singer, 2000: 85).

¹⁶ Para autores como Coraggio, como será visto mais adiante (“A Economia Popular de Coraggio”), atividades não-assalariadas conformariam uma economia popular, característica de contextos latino-americanos. Tal economia englobaria uma série de práticas e atividades dos setores populares que se desenvolveriam nos interstícios do capitalismo, como forma de satisfazer necessidades básicas a partir de relações de tipo primárias, fundadas em laços de reciprocidade. Além de representar a ambiência sócio-econômica onde prosperariam os empreendimentos solidários.

Antes disso, porém, assistiu-se ao domínio particularmente das cooperativas agroindustriais, que formavam cooperativas de crédito para o auto-financiamento com forte aporte de recursos públicos. A motivação empresarial sempre predominou na organização dessas cooperativas, em que os produtores cooperados não recebiam sacrificar o sentido democrático da organização em benefício da maior rentabilidade na venda de seus produtos.

Ressalve-se, ainda, que a própria legislação cooperativista de 1971, que regula o trabalho cooperativado, deixa brechas para a utilização das cooperativas como meio de precarização ou para torna-las empresas convencionais, voltadas mais a remunerar o capital do que o trabalho. Mas, o chamado cooperativismo em seus princípios, inclusive ratificados pela Recomendação 193 da OIT, caracteriza-se exatamente pelos aspectos políticos anteriormente descritos, que remontam à experiência dos Pioneiros de Rochdale¹⁷.

É também muito comum hoje no país que empresas, interessadas em se ver livres das obrigações trabalhistas, constituam cooperativas de trabalho a partir da dispensa de seus próprios funcionários. Pois conforme a legislação não há caracterização de vínculo empregatício do cooperado com a cooperativa e nem com o contratante dos serviços desta¹⁸. Já no caso particularmente das grandes cooperativas agroindustriais observa-se uma tendência de concentração de poderes nos cargos diretivos, forte incidência de assalariamento, além de uma relação com os associados focada exclusivamente na rentabilidade do capital.

De todo modo, as formas emergentes de trabalho associado no Brasil não se limitam ao regime cooperativo. No contexto de crise do trabalho assalariado, muitas se organizam na ausência de qualquer regulação pública. Desempregados e subempregados juntam saberes e força de trabalho e constituem pelo país afora grupos ou associações produtivas ou prestadoras de serviços. Os ramos mais comuns de atividade são artesanato, confecção, reciclagem, alimentação, serviços gerais – atividades pouco complexas e que não demandam maiores recursos técnicos e financeiros. Além dos grupos de produção, emergem outros voltados para o consumo, que organizam compras coletivas como forma de baratear o acesso a gêneros de primeira necessidade.

¹⁷ A Recomendação 193 da OIT estabelece como princípios do cooperativismo: associação voluntária e aberta; controle democrático pelo cooperado; participação econômica do associado; autonomia e independência; educação, formação e informações; cooperação entre cooperativas; e interesse pela comunidade.

¹⁸ Embora essa norma esteja prevista no parágrafo único do artigo 442 da CLT, o fato é que em boa parte dos casos de cooperativas de trabalho trata-se de um assalariamento disfarçado.

Há também casos de empresas falidas ou em processo de falência, por conta da crise da indústria no início dos anos 90, em que os trabalhadores trocam seus créditos trabalhistas pelo arrendamento e controle do empreendimento – sob o regime cooperativo ou mesmo de sociedades anônimas ou empresas limitadas¹⁹. Trabalhadores sem terra se organizam em assentamentos de reforma agrária constituindo cooperativas a fim de explorarem de modo coletivo unidades agrícolas e organizando cooperativas agroindustriais que agreguem valor à produção familiar.

Pessoas ou grupos se associam em cooperativas de crédito e constroem instrumentos alternativos de financiamento como o cartão de crédito solidário a partir de negociações com agentes do mercado local. Outro instrumento utilizado é o aval solidário, em que um grupo de pessoas serve de avalista para alguém obter um empréstimo²⁰. Nesse caso, o crédito é meio, e não fim como nos bancos, fomentando a produção e comercialização local. A fim de facilitar o acesso a bens e serviços, constituem-se também redes de trocas baseadas em moedas sociais ou por meio de compras coletivas via cooperativas ou grupos de consumo. As moedas sociais representam um outro instrumento alternativo de financiamento, dirigido para as trocas. Há casos de redes de trocas que dispensam moedas sociais, valendo-se exclusivamente da troca direta. A efetividade desses instrumentos está baseada, sem dúvida, na construção de redes locais baseadas em laços de confiança e reciprocidade.

Tem prosperado igualmente redes entre produtores e consumidores através da proliferação de feiras de economia solidária e da criação de selos ou mesmo certificação de produtos com conteúdo ambiental e/ou social, nos marcos de um comércio justo e consumo responsável. No caso brasileiro, a perspectiva de um consumo ético parece ainda restrita a alguns nichos de mercado, como no caso dos produtos orgânicos e, mais recentemente, agroecológicos. Mas já existem casos onde população de baixa renda passa a orientar seu consumo para a comunidade onde mora, como forma de desenvolver a economia local e, assim, criar novas oportunidades de trabalho e renda.

¹⁹ De acordo com a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) são mais de 300 empresas, responsáveis por 32 mil postos de trabalho diretos. Vale dizer que, em meio à recente crise Argentina, prosperaram igualmente tais empresas, que nesse país recebem a denominação de recuperadas. Segundo o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas são 180 empresas argentinas sob controle dos trabalhadores, gerando 15 mil postos diretos.

²⁰ As cooperativas de crédito no Brasil recebem recursos de agências de cooperação internacional e de bancos públicos federais – boa parte dos recursos nesse caso têm como fonte o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Para além das cooperativas, existem também Ongs que atuam como agentes de crédito, além de constituírem e gerirem fundos de apoio a pequenos projetos. Assinale-se, ainda, as experiências de banco do povo, financiados e vinculados normalmente a prefeituras ou governos estaduais

Em que pese o caráter incipiente, múltiplo e disperso no território dessas experiências, elas têm demonstrado no caso brasileiro uma particular vitalidade organizativa. Muitos desses empreendimentos se desenvolvem exclusivamente pela iniciativa do próprio grupo envolvido. Mas o fato é que, de meados da década de 90 para cá, entidades representativas desses setores vêm se organizando²¹. Além disso, organismos da sociedade civil e do poder público passam a desenvolver programas voltados para o fortalecimento desses empreendimentos²².

Em 2003, surge, a partir da iniciativa de organizações de assessoria e representação dos empreendimentos de economia solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O FBES reúne representações de empreendimentos de economia solidária de aproximadamente vinte estados brasileiros, bem como de organizações e gestores públicos que desenvolvem ações em favor desses empreendimentos. Tal articulação está voltada, de um lado, a dar visibilidade pública ao setor de economia solidária como forma de promover o reconhecimento e a promoção do direito ao trabalho associado. De outro, pretende ser um espaço de mobilização e construção de estratégias de integração no território dos empreendimentos solidários, através da construção de redes de produção, comercialização, crédito e consumo²³. O elemento que parece animar a constituição e atuação dessas

²¹ Para além da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que tem sua representação assentada ainda no princípio da unicidade definido pela Legislação de 1971, assiste-se a emergência da Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB), dos Sistemas Unisol e Ecosol/CUT e a recém criada União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES/CONTAG.

²² Um dado revelador dessa vitalidade refere-se à Cáritas Brasileira que, desde a década de 80, atua na diferentes regiões do país apoiando pequenos empreendimentos populares através do crédito e do suporte técnico e político (Bertucci e Silva, 2003). Outro exemplo, são as 35 universidades brasileiras que hoje desenvolvem, como atividade de extensão, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, que visam dar apoio técnico e logístico na formação e desenvolvimento de cooperativas. Além disso, a CUT, por intermédio de sua Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) tem apoiado a formação de cooperativas de crédito, que hoje já somam mais de 40 integradas em rede sob denominação de Ecosol.

Quanto às iniciativas governamentais, chama atenção a recém criada (junho de 2003) Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, capitaneada pelo Professor Paul Singer, um dos principais teóricos da economia solidária no Brasil. Vale dizer que a Senaes foi criada a partir da mobilização que antecedeu a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O exemplo dessa Secretaria só tem paralelo na Secretaria de Estado de Economia Solidária durante o governo de Lionel Jospin na França. Vale acrescentar a constituição também em 2003 da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária, que reúne dezenas de prefeituras brasileiras que já desenvolvem programas nesse campo. Sem dúvida a experiência pioneira remonta ao Programa de Economia Popular e Solidária do governo gaúcho (1999–2002). No estado gaúcho, mais de 140 empreendimentos solidários, envolvendo aproximadamente 10 mil trabalhadores diretos, foram alvo de ações de capacitação, apoio técnico e jurídico, financiamento, comercialização e estruturação de cadeias produtivas.

²³ Outra importante iniciativa de articulação dos empreendimentos de economia solidária, voltada a integra-los no território, refere-se à Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária (RBSSES), criada em 2000 e que hoje atua também no FBES. Tais articulações encontram seus correspondentes em diferentes estados da federação, a partir da organização de fóruns locais e estaduais de economia solidária.

organizações refere-se exatamente à novidade política contida nos empreendimentos denominados de solidários²⁴.

Em síntese, é no ambiente de desemprego e subemprego que se desenrolam iniciativas em que consumidores, micro-empresendedores e trabalhadores sem ocupação ou na iminência de perde-la se associam na geração de recursos para a reprodução da vida. Diante do avanço do mercado desregulado, a questão que parece mobilizar os estudiosos de empreendimentos associativos é a de se e em que medida eles assumem uma significação que vai além de uma simples acomodação à crise do emprego assalariado. Se tais empreendimentos portam uma lógica econômica distinta da capitalista, pois fundada na cooperação, autogestão e reciprocidade, que está a exigir novas regulações públicas.

A seguir são apresentadas algumas das leituras sobre o significado assumido pelas práticas econômicas associadas. A pretensão aqui não é a de fazer um panorama exaustivo das visões sobre a temática, mas indicar alguns termos do debate. A apresentação partirá de características micro dos empreendimentos que estariam informando leituras macro sobre sua significação em termos das possibilidades de uma outra economia, não-capitalista.

1.3 Do micro ao macro: sobre possibilidades de uma outra economia

A proliferação de iniciativas associativas nos campos da produção, distribuição e financiamento (cooperativas ou grupos de produção, consumo e serviço; redes de

²⁴ A esse respeito vale aqui reproduzir a definição proposta pela Senaes para servir de referência ao mapeamento nacional dos empreendimentos de economia solidária no país: “considera-se como empreendimento de economia solidária a organização que possua as seguintes características: a) são organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários ou co-proprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados; b) são organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, deve-se incluir empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído e definido sua atividade econômica; c) são organizações que podem dispor ou não do registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; d) são organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios trabalhadores), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a ‘razão de ser’ da organização; e e) são organizações econômicas singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares” (Senaes/MTE, 2004). Ver também mais a frente a seção “Movimento Social da Economia Solidária”.

comercialização; moedas sociais; comércio justo e consumo ético; cooperativas de crédito) tem levado, embora matizada por abordagens diversas, a uma visão que aponta possibilidades de uma “economia política” voltada para a “reprodução ampliada da vida” e não para a acumulação. A natureza cooperativa e autogestionária assumida, de modo mais ou menos intenso por tais iniciativas, parece ser o que anima essa visão.

Reconhece-se, igualmente, que essa natureza peculiar do trabalho associado tende a ser restringida pelo ambiente da economia capitalista, do mercado competitivo e dos valores individualistas e consumistas a ele inerentes. Limites ainda maiores quando se considera a debilidade financeira, administrativa e mesmo técnica em que se encontra a grande maioria desses empreendimentos.

No entanto, a cooperação, característica dessas práticas, tem proporcionado, com grandes dificuldades é verdade, uma sustentabilidade mínima, ou seja, a sobrevivência dos trabalhadores nelas implicados, mesmo no quadro das relações capitalistas. Como assinala Gaiger (1999; 2004), o fator trabalho ganha centralidade nas experiências cooperativas, representando uma vantagem comparativa em relação às empresas convencionais de mesmo porte²⁵.

Da cooperação voluntária proporcionada pela nova situação, em que o trabalhador tende a se apropriar dos resultados de seu trabalho, decorreriam “vetores específicos da viabilidade e competitividade” desses empreendimentos. A tendência aqui seria a de constituição de um “círculo virtuoso” que combinaria co-responsabilidade dos trabalhadores com os destinos da iniciativa e flexibilidade de funções e ritmos na produção. Isso, por sua vez, implicando em maior comunicação com redução de conflitos e problemas no processo de trabalho, em circulação de saberes, bem como no estímulo moral, além do material. Nesses termos, investiga-se a possibilidade de combinar a lógica da cooperação com a da eficiência, desfazendo-se o aparente dilema entre os termos.

“No lugar de serem um óbice ou representarem um custo para a eficiência econômica, as práticas democráticas e cooperativas passam a exercer um efeito positivo sobre o desempenho das atividades, como parte de uma nova

²⁵ No trabalho de 1999, o autor estudou dezesseis empreendimentos no estado do Rio Grande do Sul, com os objetivos de identificar os traços característicos de “empreendimentos econômicos solidários”, bem como as possibilidades da formação de uma “economia popular alternativa”. Já no estudo mais recente, trata-se de uma pesquisa sobre empreendimentos associados em nove estados brasileiros, coordenada pelo autor.

racionalidade, a um só tempo social e econômica, que se introduz na vida do empreendimento, gerando por outro lado maior satisfação das expectativas pessoais, que por sua vez tendem em boa medida a serem compartilhadas e a perderem o seu caráter individual. (...)

Não seria um despropósito estimar que, não fora os fatores de rentabilidade embutidos nos laços de cooperação e gratuidade, tais negócios seriam inviáveis” (Gaiger, 2004: 387 e 394).

Como o próprio autor alerta, deve-se, pois, tomar a eficiência proporcionada pela cooperação como voltada para outros fins, irredutíveis aos de acumulação e competição. Do contrário, a produção de ação coletiva pode se ajustar à maximização de ganhos privados, mesmo que a princípio eles se apresentem como coletivos. Um trabalhador pode cooperar com o grupo no intuito de privadamente obter maiores ganhos ou menores custos, ou seja, colabora à medida que o interesse coletivo coincida com o seu interesse individual.

Laville aponta para os riscos do que ele chama do “isomorfismo institucional”, ou seja, unidades organizativas distintas tendem a se assemelhar à medida que se encontram submetidas aos mesmos constrangimentos externos. Dito de outro modo, as cooperativas tendem, assim como as empresas convencionais, a banalizar o comportamento econômico que busca maximizar ganhos de capital. Ou, ainda, a orientarem-se de modo burocrático pela aproximação com a estrutura do Estado.

“... diante das injunções do Estado e do mercado, o desenvolvimento das empresas sociais as coloca permanentemente em confrontação diante do risco de isomorfismo institucional. Isto é, há uma tendência do modo associativo para um funcionamento como empresa privada ou de serviço público. Dito de outro modo, uma tendência à profissionalização da gestão das associações, em termos tecnoburocráticos, acompanha um certo nível de crescimento alcançado, implicando a submissão da dimensão de projeto associativo (autônomo e espontâneo) aos imperativos funcionais (uma lógica instrumental), fundada em um modo formal de gestão, e na busca de resultados passíveis de quantificação” (França e Laville, 2004: 130, grifo nosso).

Em que termos então se pode projetar, de dentro mesmo dessas iniciativas, a exigência de uma outra “economia política” de cunho emancipatório? A resposta parece estar exatamente na nova qualidade que o trabalho tende a assumir dentro do ambiente acima descrito. As mudanças na relação do trabalhador com o próprio trabalho e com o outro trabalhador levá-lo-ia a sentir-se responsável pelo empreendimento, participar das decisões, estar empenhado no desenvolvimento de suas atividades, exercitar a liberdade de trabalho e o ser cooperativo.

“Esse conteúdo (emancipatório) provém da experiência concreta da autonomia no trabalho e pelo trabalho (...)

Tais empreendimentos (de economia solidária) funcionam alternativamente como comunidades-projeto, nas quais vem ancorar-se a reflexividade crítica dos indivíduos, propiciando-lhes um distanciamento do sistema, num processo de subjetivação auto-referenciada, no qual ganham sentido e corpo outras identidades e outros horizontes éticos” (Gaiger, 2004: 395, grifos do autor).

Ao discorrer sobre as vantagens do empreendimento cooperativado sobre os convencionais, Singer (1998) aborda a inversão operada pelo primeiro nas relações da empresa capitalista com seus clientes e trabalhadores. A inversão diz respeito à possibilidade, quase que inexistente nas empresas convencionais, do cliente, no caso das cooperativas de consumo, influir na qualidade de bens e serviços que lhes serão ofertados ou prestados. E, no caso das cooperativas de produção, a possibilidade do trabalhador tomar parte nas decisões que afetam o seu próprio trabalho e, por conseguinte, seu destino econômico e familiar.

Embora admita que qualquer uma dessas formas cooperativas está sujeita aos riscos de centralização e burocratização que as afastariam da autogestão, Singer atribui às cooperativas de produção um maior potencial democrático quando comparadas às de consumo²⁶. Se os controladores e gestores da cooperativa na primeira são os próprios trabalhadores, na segunda são os clientes ou fornecedores. Isso implica dizer que nesse caso a gestão compartilhada não se dá sobre o próprio trabalho, mas sobre o trabalho de terceiros.

²⁶ Ver mais adiante na seção “A Revolução Social Socialista de Singer” como o autor trabalha as possibilidades contidas nessa forma associada de produção. Vale aqui chamar atenção que a cooperativa de produção será o tipo de prática privilegiada no estudo sobre empreendimentos associados apresentado no Capítulo 4.

“... a cooperativa de produção é o protótipo de empresa solidária. Ela o é porque associa os produtores, e não seus fornecedores e clientes, como o fazem as cooperativas de consumo, de crédito e de compras e vendas. Por isso ela não pode ser híbrida, como estas outras, que combinam igualdade e democracia no relacionamento externo²⁷ da empresa com desigualdade e heterogestão em seu interior” (Singer, 2002: 90).

A inversão a partir da autogestão se daria, portanto, em favor de uma vinculação entre fins e meios. O processo produtivo tende aqui a se voltar menos para a “rentabilidade do capital” e mais para a “rentabilidade do trabalho”. Ou seja, a finalidade está no retorno do trabalho para o próprio trabalhador, seja em termos materiais ou imateriais, quanto para aquele que consome o serviço e/ou produto ofertado. A participação sobre os objetivos e regras que balizam o trabalho, bem como sobre os seus resultados, assumiria um caráter processual voltada para o livre desenvolvimento de cada um e de todos (Tiriba 2001 e Coutrot, 1999).

O trabalho deixaria de ser visto como meio, sendo assumido também como um fim em si, tornar-se-ia ele próprio um bem. Daí decorre uma inversão da lógica produtivista, centrada nos resultados e fundada em uma racionalidade instrumental, onde o trabalho é meio e aqueles que o realizam são meios igualmente, tornados mercadorias. Meios e instrumentos que seriam destituídos de sentido e valor próprios. O único valor possível seria dado pelo mercado e pelo quanto eles se adequam a finalidades e normas que lhes são estranhas, pois voltadas à remuneração do capital.

Quando o trabalho ganha centralidade, tensionando as antigas relações de produção sob o regime privado, o trabalhador se vê confrontado com a possibilidade de se tornar sujeito do próprio conhecimento e desenvolvimento, seja em relação ao próprio trabalho ou ao outro trabalhador. Não se trata, portanto, de ver apenas a educação para o trabalho, mas de um trabalho que resgata o indivíduo como sujeito do conhecimento e da criação (Tiriba, 2001).

O aprofundamento dessa nova qualidade do trabalho, ou de uma “outra cultura do trabalho”, parece depender de que ela mesma seja tomada como principal finalidade dessas iniciativas e não apenas como subproduto da cooperação. Se o diferencial aqui é o fator trabalho, esse só alcança centralidade se o próprio trabalhador torna-se o centro do processo

²⁷ Segue nota de Singer: “cooperativas de compras e vendas ou de consumo se relacionam com seus instituidores *externamente*, pois prestam-lhes serviços, sem que estes trabalhem dentro delas” (grifo do autor).

produtivo e de gestão, ou seja, se existe autogestão. Como será visto mais à frente as dificuldades aqui dizem respeito à superação dos marcos institucionais e culturais herdados da condição assalariada, do trabalho entendido como emprego.

Ademais, “o êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e apoio mútuo” (Santos e Rodríguez, 2002: 66). Ou seja, far-se-ia também necessário, a fim de se alcançar algo mais próximo da autogestão e sustentabilidade, o transbordamento da cooperação para além das próprias unidades econômicas associadas. A articulação delas em rede, de negócios e saber, com outras organizações similares – relações extensivas aos consumidores – e com entidades de apoio²⁸.

A partir desses e de outros elementos que caracterizam as práticas econômicas associadas, algumas leituras derivam possibilidades de conformação de uma outra economia, não-capitalista ou, pelo menos, não estritamente capitalista. Entre as leituras mais consagradas sobre o sentido macro da economia solidária destacam-se as obras de Singer, Laville e Coraggio²⁹.

A Revolução Social Socialista segundo Singer

De acordo com uma leitura que se inscreve na tradição socialista, Singer reconhece na economia solidária o resgate do ideal da “organização democrática de produção e consumo”, refletida originalmente nas práticas do chamado “socialismo utópico”. O autor vê, portanto, uma “ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo”.

Esse resgate se dá em razão da crise não apenas do assalariamento, que faz ressurgir com força empreendimentos associados, mas também do “socialismo realmente existente”, do fracasso da economia planificada, além do “semifracasso” da social-democracia. Disso resultou um deslocamento do foco dos movimentos emancipatórios, da tomada do poder do

²⁸ O desenvolvimento intelectual e moral alcançados nesse processo tenderia a requalificar também o sentido da subsistência, projetado hoje no consumismo. Além do fato de o caráter distributivo assumido pelos empreendimentos solidários animar a perspectiva de um consumo responsável.

²⁹ Para um quadro mais amplo e aprofundado dessas perspectivas ver Bocayuva, 2003.

Estado para o fortalecimento da sociedade civil. Ao mesmo tempo, a defesa do emprego estável com proteção social havia praticamente retirado da agenda do movimento operário a crítica à subordinação e alienação características do trabalho assalariado.

“O que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (Singer, 2002: 111).

Diante das vicissitudes verificadas no capitalismo e nas tentativas socialistas, Singer irá retomar a idéia da “revolução social” em Marx como forma de repensar as possibilidades do socialismo, a partir de práticas como as da economia solidária. A revolução social diz respeito à passagem de uma formação social a outra por mudanças superestruturais derivadas do desenvolvimento das forças produtivas. Isso implica em reconhecer que o modo de produção socialista deve se desenvolver por dentro da própria formação capitalista. Tal perspectiva se distancia daquela muito comum entre setores de esquerda que priorizava a “revolução política”, a conquista do controle do Estado como forma de se alcançar o socialismo. Nesses termos a revolução social socialista estaria em curso, no sentido de que mudanças políticas, jurídicas e ideológicas estão sendo levadas a efeito contra as tendências destrutivas e concentradoras do capitalismo.

“... a revolução social socialista começa com a implantação de instituições anticapitalistas resultantes das lutas do movimento operário contra certas tendências imanentes do capitalismo, como a concentração da renda e da propriedade, a exclusão social (que toma a forma predominante do desemprego) e a ‘destruição criadora’ de empresas e postos de trabalho” (Singer, 1998: 19).

Como exemplos de instituições anticapitalistas que se constituiriam como “implantes” ou “sementes socialistas” no seio do capitalismo, Singer reconhece a democracia política, o sindicalismo, a seguridade social e o cooperativismo. Embora admita que cada uma delas sejam também passíveis de apropriação e descaracterização pela dinâmica capitalista, tais instituições seriam segundo o autor originalmente forjadas pela luta dos trabalhadores contra os interesses da burguesia.

O cooperativismo seria “sem dúvida o mais controverso e significativo implante socialista no capitalismo”. Singer concentra suas atenções analíticas sobre as possibilidades contidas no cooperativismo ou na economia solidária. Em particular, o autor reconhece, como já assinalado, nas cooperativas de produção aquelas que conteriam, embora com debilidades, o maior potencial socialista.

“Examinando-se o conjunto do movimento cooperativista, tem-se a impressão de que, de todos os implantados anticapitalistas com potencial socialista, este – apesar dos pesares – é o de maior potencial e o que está mais exposto à contingência de perder sua essência para se amoldar ao ambiente e às exigências da competição com empresas capitalistas. A cooperativa operária realiza em alto grau todas as condições para a desalienação do trabalho e, portanto, para a realização do socialismo no plano da produção. Ela é gerida pelos trabalhadores, as relações de trabalho são democráticas, ela traduz na prática o lema: ‘de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades’” (Op. Cit.: 128).

Singer afirma, porém, que não se trata de pensar que a economia solidária venha a se desenvolver exclusivamente a partir das contradições do capitalismo ou na sua atual incapacidade de assegurar a inclusão social pelo trabalho. Tampouco o crescimento dos empreendimentos solidários em meio à dominância do mercado deva se fazer via “isolamento”, a partir de dinâmicas endógenas baseadas em relações de solidariedade entre produtores e consumidores.

“Uma destas formas (de relacionamento com o mercado) seria o isolamento: a economia solidária tenderia a constituir um todo auto-suficiente, protegido da competição das empresas capitalistas por uma demanda ideologicamente motivada – o chamado consumo solidário, que dá preferência a bens e serviços produzidos por empreendimentos solidários. (...)”

Daí se segue o principal argumento contra a proposta de consumo solidário: ao proteger pequenas unidades solidárias de produção, o consumo solidário lhes poupa a necessidade de se atualizar tecnicamente,

levando-as a se acomodar numa situação de inferioridade, em que ficam vegetando” (Singer, 2002: 117 e 119, grifos do autor).

A economia solidária deve, antes, se afirmar como “alternativa superior ao capitalismo”. Essa qualidade superior, capaz de atuar como princípio ordenador das relações sociais, apenas se tornará efetiva quando a economia solidária demonstre, sem se isolar, tanta ou mais eficiência que as empresas capitalistas.

“Mas a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto-sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona (...) ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e científico-tecnológicos solidários” (Op. Cit.: 121).

Para tanto, Singer reconhece como sendo a grande vantagem oferecida pela cooperativa o fato de que ela “permite e compele os diretamente interessados a participar das discussões e negociações sobre questões de seu interesse” (Singer, 1998: 130). Ou seja, a motivação maior para o crescimento da economia solidária seria política no sentido dos trabalhadores e consumidores tomarem parte nas decisões que influem em suas escolhas. Nas palavras do próprio Singer, estaria em jogo se alcançar um novo ambiente social em que a solidariedade e cooperação serão

“... formas racionais de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos na comunidade entre todos os seus membros” (Singer, 2002: 116, grifo do autor).

Sobre as condições em que essa qualidade particular da economia solidária poderia prosperar chama atenção o argumento de Singer de que, diferentemente da revolução social capitalista, a socialista não se processa a partir do desenvolvimento de forças produtivas. As vantagens da economia solidária, afirma Singer, não tomam a forma de forças produtivas, mas

de desalienação de consumidores e produtores. E se a participação nas atividades econômicas é algo natural para o empresário não o é para o trabalhador, nem para o consumidor.

“O espírito cooperativista ou a consciência socialista não surge espontaneamente. O anseio pela desalienação pressupõe que as pessoas estejam informadas de que estão alienadas da maioria das decisões que afetam suas vidas e dos seus dependentes” (Singer, 1998: 131).

Para além do suporte técnico e financeiro às práticas solidárias, Singer atribui grande peso à educação, vista como principal mecanismo de difusão de valores cooperativistas e, portanto, de fortalecimento da economia solidária. Como se vê, o autor parece não acreditar que existam condições históricas capazes de por si só emprestarem maior vitalidade à economia solidária. Mas, ao mesmo tempo, Singer reconhece que os implantes socialistas, mais particularmente a democracia política, são capazes de disseminar valores de participação e cooperação em outros domínios da vida.

Além da democracia política, outras conquistas importantes foram possibilitadas pela revolução feminina, que está abolindo a opressão do pai sobre a mulher e os filhos; e pela revolução sexual, correlata da primeira, que está acabando com a repressão sexual dos adolescentes e sobretudo das mulheres. (...)

Tudo isso provavelmente está por detrás do atual surto de autogestão em quase todos os campos de interação social” (Singer, 2002: 22-23).

A Economia Plural de Laville

“A seu modo, as iniciativas desenvolvidas no último quartel do século XX retomam o élan associativo da primeira metade do XIX, colocando no centro de sua ação econômica a referência à solidariedade. Todavia a essas iniciativas faltará legitimidade, se não forem reatadas a um questionamento político sobre a economia capaz de substituir à representação dominante da sociedade de mercado, aquela de uma economia plural com mercado. Elas

não ganham sentido se não em relação a uma economia plural, isto é, uma economia que não se reduz à sociedade de capitais e ao mercado, na qual várias lógicas econômicas podem se desenvolver.

De modo mais amplo, a economia solidária pode ser definida como o conjunto das atividades contribuindo para a democratização da economia a partir do engajamento cidadão (Chanial e Laville, 2002: 20)³⁰”.

Laville, assim como Singer, reconhece nas atuais iniciativas de auto-organização de produtores e consumidores o resgate do sentido de democratização das relações econômicas presente nas primeiras associações operárias. Contudo, a perspectiva de Laville se inscreve na crítica da sociologia econômica, sob direta inspiração dos escritos de Polanyi, à subordinação da dimensão social à economia de mercado. O valor das práticas de economia solidária estaria, portanto, em reafirmar outros princípios ordenadores do comportamento econômico, irredutíveis aos de permuta, troca, barganha e lucro pertinentes ao padrão de mercado. Dito de outro modo, trata-se de um valor político à medida que tais práticas resgatam a economia como função da organização social.

Conforme a abordagem etnológica de Polanyi, quatro são os princípios de comportamento econômico que podem ser identificados em qualquer sociedade como fatores de organização da produção e distribuição da riqueza. Além do de mercado, que permite o encontro entre oferta e demanda de bens e serviços com fins de troca através da fixação de preço, estariam presentes os princípios de redistribuição, reciprocidade e domesticidade. A redistribuição diz respeito ao princípio conforme o qual a produção é remetida a uma autoridade central que tem a responsabilidade de reparti-la. A reciprocidade corresponde à relação estabelecida entre grupos ou pessoas a partir de doações ou préstimos mútuos, cujo sentido está na vontade de manifestar um liame social entre as partes envolvidas. Já a domesticidade consiste em produzir para o seu próprio uso, provendo as necessidades dos membros do grupo (Polanyi, 1980; Laville, 1997).

As atividades governadas pelos princípios da domesticidade e reciprocidade conformariam a economia não-monetária. Já as de mercado representariam, pois, a esfera propriamente mercantil e monetária da economia. Já as redistributivas não estariam sujeitas a trocas mercantis, mas como valem-se de meios de pagamento seriam igualmente economias monetárias.

³⁰ As referências textuais de obras em outras línguas foram por mim traduzidas.

Ao ponderar sobre a presença desses princípios nas sociedades ocidentais, Laville reconhece que até o século XVIII os sistemas econômicos operavam combinando cada um desses princípios, sendo que até o XVI nas sociedades feudais predominava o da domesticidade. Vai ser no XIX, com o advento da industrialização, que o princípio do mercado se torna dominante. A dominância do mercado está associada não apenas à dinâmica imposta pela máquina à sociedade comercial anterior, mas também à emergência da moderna comunidade política referida na liberdade e igualdade de indivíduos auto-interessados. Tal dominância se fez, contudo, sacrificando ou submetendo as outras relações sociais não orientadas pela lógica maximizadora de ganhos privados. Nos termos de Polanyi, na economia de mercado “ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (Polanyi, 1980: 72).

Laville atribui às associações operárias da primeira metade do XIX um sentido de reafirmação, em meio à ascensão da economia de mercado, da precedência do social frente ao econômico. Sem dúvida, o elemento associativo emergia igualmente desse contexto, em que o reconhecimento do indivíduo e a instauração da comunidade política abriam espaço para práticas cooperativas a partir de engajamentos voluntários. O movimento associativo imprimia, assim, ao processo de produção e distribuição a lógica da reciprocidade, cujo objetivo não estava referido à lucratividade ou rentabilidade do capital empregado, mas sim à produção de vínculos sociais e benefícios mútuos.

“Para os diferentes atores engajados nas associações operárias, a regulação da economia não podia ser confiada apenas ao mercado, era preciso agir em favor de uma economia plural que admitisse outros princípios além do mercado. Para eles, o laissez-faire liberal desemboca numa desigualdade contrária aos ideais republicanos e eles preferiam elaborar novos modos de regulação social pelo trabalho” (França e Laville, 2004: 43, grifo dos autores).

A subtração da economia ao social não se fez, portanto, sem conflito. A promessa auto-reguladora do mercado não se cumpre ao longo do XIX e apenas agrava a questão social, cuja resolução se desloca, a partir da segunda metade do século, do âmbito da organização do trabalho para a esfera do Estado. A autonomização e prevalência das instituições do mercado são alcançadas, por completo, quando o Estado, ao organizar a proteção social, transfere a

produção de vínculos sociais do âmbito das relações de trabalho para uma “solidariedade burocrática ou abstrata”. Assim, “a solidariedade não está mais ligada a uma dimensão relacional, intersubjetiva, mas a um órgão, o Estado, que endossa a responsabilidade de fazer prevalecer o respeito às leis” (Op. Cit.:52).

Opera-se uma separação entre o econômico e o social, em que o reconhecimento dos direitos assegurados pelo Estado é acordado como um vínculo com a comunidade exterior à empresa. A ordem econômica mercantil é posta, então, a salvo da política. Consagra-se a dissociação entre produção e distribuição (reprodução), essa última ficando primordialmente a cargo do Estado. Além do que, os dispositivos de proteção social induzem a aceitação social do mercado de trabalho, indispensável ao funcionamento da economia de mercado. Em síntese, “o Estado elabora um modo específico de organização, o social, tornando viável o crescimento da economia mercantil através de sua conciliação com a cidadania dos trabalhadores” (Op. Cit.: 54).

Embora reconheça que a atuação redistributiva do Estado social tenha servido para regular o mercado, Laville entende que ela acabou por neutralizar e naturalizar a relação capital e trabalho expressa no assalariamento. Nesse sentido, assiste-se a uma acomodação entre os pólos mercantil e não-mercantil da economia, responsável por subordinar e descaracterizar o pólo não-monetário, relativo aos princípios da reciprocidade e domesticidade.

As formas tradicionais de organização produtiva domiciliar, comunitária e cooperativa tendem a ficar reduzidas ao papel de sobrevivência ou de subordinação à lógica mercantil. Essas mesmas formas organizativas atuam também como redutoras do custo de reprodução da força de trabalho assalariada. Além disso, as associações tendem a ser absorvidas e enquadradas nas estruturas estatais como provedoras de serviços públicos – como no caso, já citado, da economia social francesa.

Com o esgotamento do padrão fordista, que alimentava o papel redistributivo do Estado, desfaz-se o equilíbrio entre mercado e Estado social responsável até então pela normalização da relação capital trabalho. Assiste-se, de um lado, à anacrônica, porém intensa retomada das pretensões auto-reguladoras pelo mercado e, de outro, a uma retração da capacidade de regulação pelo Estado. Nesse ambiente de perda da proteção social cresce a demanda por serviços sociais (ajuda domiciliar, saúde, educação, lazer, recreação, assistência

à criança e ao idoso etc), compreendidos no que Laville denomina “terciário relacional”. Essa demanda, responsável pelas oportunidades atuais de emprego³¹, seria por onde emergem práticas da economia solidária, mas também outras submetidas a lógicas de mercado ou vinculadas ao Estado³².

Sem ignorar a existência dessas outras formas precárias de prestação social, Laville localiza exatamente no que denomina de “serviços de proximidade” a emergência de formas associativas autônomas envolvendo profissionais, usuários e voluntários. É especialmente aí que o autor vê ressurgir com força a economia solidária. Tais associações atuam na construção conjunta da oferta e demanda a partir do princípio da reciprocidade, que conduz os processos de interação através dos quais os serviços são elaborados e prestados.

“A inovação nos serviços solidários apóia-se no recurso a um princípio de comportamento econômico diferente do mercado e da redistribuição: o princípio da reciprocidade que conduz o processo de interações através das quais os serviços são elaborados. É a razão pela qual certos projetos têm êxito exatamente onde o mercado e o Estado fracassam, pois conseguem reduzir a assimetria de informações entre ofertante e demandante de serviço, assim como conseguem estabelecer uma relação de confiança com o usuário” (Op. Cit.: 105).

O autor reconhece que tais empreendimentos associados não se organizam e atuam exclusivamente sob o princípio da reciprocidade, valendo-se apenas de recursos não-monetários. Sem dúvida, tais formas associativas se desenvolvem, reconhece Laville, recorrendo igualmente a recursos monetários, seja na economia mercantil ou não-mercantil. Essas práticas seriam, portanto, responsáveis por religar o econômico ao social, combinando, não sem tensões, a reciprocidade às lógicas da barganha e redistributiva. Reside aí o sentido plural da economia solidária, não apenas porque interpela a dominância do mercado, mas também em razão de sua natureza híbrida.

³¹ No caso particularmente das economias centrais, pois, no caso brasileiro, as alternativas se encontram na produção de bens e serviços impessoais e padronizados, característicos das relações de compra e venda no mercado.

³² A diferença agora estaria no fato de que tal subordinação se dá em relação a um Estado fragilizado, que tende a desmobilizar seus sistemas de proteção em favor de políticas de “tratamento social do desemprego”, em que se articulam políticas sociais e políticas de emprego. “Novos estatutos de trabalho, situados entre emprego e assistência, são assim criados, o que significa uma ruptura com a norma do emprego assalariado de duração indeterminada e tempo integral” (França e Laville, 2004: 146). Ver mais adiante a crítica de Castel às possibilidades da economia solidária.

“A economia solidária não constitui, todavia, uma nova forma de economia que viria acrescentar-se às formas dominantes de economia, mercantil e não-mercantil. Pela sua existência, ela constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economias mercantil, não-mercantil e não-monetária numa conjuntura que se presta a tal, haja vista o papel conferido aos serviços pela terciarização das atividades econômicas. O desafio é de acumular as vantagens da economia monetária, fonte de liberdade individual pelo mercado e fator de igualdade pela redistribuição, com aquelas da economia não-monetária que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato” (Op. Cit.: 107, grifo nosso).

A democratização da economia em Laville não significa ignorar a assimetria entre sistemas econômicos representada pela dominância do mercado, muito menos pretender revertê-la (Laville, 1997a). Tampouco se trata de substituir o Estado, no sentido da privatização ou terceirização de serviços públicos. Mas sim de uma nova regulação que leve em conta a possível complementaridade, particularmente, entre os aspectos redistributivos e de reciprocidade.

“Não se trata de substituir à solidariedade redistributiva, da autoridade pública, uma solidariedade exclusivamente reconciliadora, mas de definir os modos de conexão para completar a solidariedade redistributiva com uma solidariedade de reciprocidade, que pode ser um fator de produção a participar da criação de riqueza. A economia solidária, concebida como forma de democratização da economia e não como uma ressurgência da filantropia, pode então articular essas duas dimensões da solidariedade para reforçar a capacidade de resistência da sociedade à atomização social, acentuada pela monetarização e mercantilização da vida quotidiana” (Chanial e Laville 2002: 20).

Trata-se, pois, de abrir espaço para a ponderação sobre valores e normas da vida econômica, bem como de identificar um campo através do qual o trabalho retoma seu caráter de produtor de vínculos sociais e de laços cívicos. Nesse sentido, os principais desafios postos à economia solidária seriam de ordem política. Tais desafios, transcritos abaixo, interpelam também os limites políticos da chamada economia social.

“Mas, para evitar a banalização, a economia social deve responder às duas questões principais postas pela economia solidária concernentes as regulações internas e externas: quais são as formas de funcionamento suscetíveis de reforçar a democracia participativa das entidades jurídicas não capitalistas? Quais são as regulações públicas suscetíveis de favorecerem um modelo de desenvolvimento durável, tanto sobre o plano social quanto ambiental e de se articularem aos engajamentos cidadãos na economia?” (Op. Cit.: 19).

A Economia Popular de Coraggio

“Os trabalhadores neste processo de reestruturação do capital estão sendo divididos, separados entre aqueles que têm possibilidade de estarem integrados às estratégias de acumulação de capital e um setor que não pode conseguir trabalho, que aparece como desocupado ou sub-ocupado e que vai estar excluído estruturalmente dessa possibilidade de se integrar ao processo do capital. (...)

E qual a resposta dos setores populares, dos trabalhadores, de suas famílias, de suas comunidades? Em geral, são respostas de sobrevivência. Fundamentalmente contam com seu trabalho, às vezes, contam com outros recursos – uma loja, algumas máquinas, algumas ferramentas – mas, basicamente, o principal capital é sua capacidade de trabalho” (Coraggio, 2000a: 68).

Ao avaliar os impactos da crise do assalariamento no contexto latino-americano, Coraggio identifica em diversas formas alternativas de ocupação a conformação de uma economia popular que se realiza, embora de modo precário, com base na centralidade do trabalho. Compreendem aí as mais diferentes atividades, desde as produtivas voltadas para o mercado (como no caso do conta própria, cooperativas, grupos produtivos etc.), passando pelas destinadas ao auto consumo (trabalho doméstico e formas de se obter acesso a serviços mínimos – construção de casas em loteamentos irregulares, ligações clandestinas nas redes de

água, eletricidade e comunicação etc.), até as destinadas a proporcionar acesso a serviços de consumo coletivo (trabalho em obras de infra-estrutura na comunidade, redes de trocas etc.).

A economia popular ou do trabalho se desenrola, em que pese a diversidade de práticas aí consideradas, combinando produção e reprodução social sem se destinar à acumulação. Além de representar a ambiência sócio-econômica onde prosperam os empreendimentos solidários, a economia popular se apresenta como campo por excelência para a estruturação de um desenvolvimento em bases solidárias.

Assiste-se, na verdade, a uma crise da reprodução social, ou melhor, a uma redução dos custos de reprodução em favor do processo de acumulação. Apesar da economia popular ser uma expressão dessa crise, a dimensão por ela alcançada é reveladora “de um dinamismo endógeno dos setores populares na criação de formas de valor” (Bocayuva, 2003: 222). Essa economia está, pois, a exigir uma nova regulação pública que considere o seu “fundo de trabalho³³” como base de um “desenvolvimento humano”, que permita “superar os comportamentos reativos e potencializar ativamente a capacidade dos trabalhadores” (Coraggio, 2000: 100).

A hipótese que queremos discutir é que, a partir deste mundo magmático da economia dos setores populares, é possível que surjam estruturas mais eficazes e eficientes para a reprodução da vida; que isso pode se dar com muito mais rapidez e segurança se for exercida uma ação coletiva suficientemente forte e orientada por um paradigma de desenvolvimento humano” (Op. Cit.: 111).

Desenvolvimento esse voltado para a “melhoria das condições sociais de vida, particularmente daqueles que não alcançam os níveis considerados mínimos em cada época e sociedade” (Coraggio, 1997: 32). O autor diferencia aí a reprodução simples da ampliada, desenvolvidas no âmbito da economia popular.

“A partir de níveis muito baixos de rendimentos, e para o conjunto das classes trabalhadoras, isto costuma implicar em aumento de receitas ou num acesso maior a bens quase públicos (educação, saúde etc.), por outras vias. Mas a reprodução ampliada não implica, necessariamente, em se ter

³³ Definida por Coraggio como a soma dos recursos monetários e não-monetários, os conhecimentos e as práticas de reprodução dos indivíduos e das famílias.

acesso a maiores ganhos monetários nem, sequer, a uma massa maior de bens materiais. A qualidade de vida pode melhorar por alguma mudança, precisamente, na qualidade do consumo, nos padrões de relação social, nas condições de habitabilidade, no contexto que nutre a vida das unidades domésticas” (Coraggio, 2000: 104-105).

Para Coraggio, a economia popular realiza sua especificidade, definida pelo fundo de trabalho voltado para a reprodução ampliada da vida, na “unidade doméstica”, entendida com a família, nuclear ou extensa, e com base em relações de consangüinidade e afinidade. Não se pode compreender por inteiro as decisões individuais de inserção se não se leva em conta esse campo de reprodução da vida que é a unidade doméstica.

“A unidade doméstica como microunidade de organização dos subsistemas de reprodução, é a célula da economia popular, da mesma forma que as empresas, como microunidades de reprodução do capital, são as células da economia capitalista. Neste sentido, a unidade doméstica pode ser formada tanto por pessoas com vínculo de consangüinidade (...) ou até ser formada por amigos, por comunidades étnicas, de vizinhos, por grupos que se unem livremente para cooperar, ou agregações solidárias de outro tipo qualquer, que compartilhem recursos e articulem estratégias, explícitas ou implícitas, para reproduzir sua vida coletiva. Em todos os casos, seus membros juntam seus recursos, no todo ou em parte, a fim de satisfazer coletiva e solidariamente as necessidades de todo o conjunto” (Op. Cit.: 95).

O autor reconhece a economia popular operada a partir das unidades domésticas como condição organizadora da vida social, ainda mais no contexto de agravamento da precarização e exclusão. Mas, não se trata de tomar a economia popular como um possível sistema que venha a substituir a economia capitalista. Trata-se, antes, de um subsistema da economia, cujo desenvolvimento depende de sua articulação com os outros dois subsistemas (da economia empresarial e pública), constituindo um sistema misto que assegure as condições de reprodução ampliada dos trabalhadores.

“... não estamos antecipando a possibilidade de nenhum novo sistema totalizador que substitua o capitalista. Mas estamos pensando em chegar a um sistema misto, composto de três subsistemas, um dos quais é o conjunto

integrado das múltiplas atividades econômicas de produção e reprodução comandadas pelos trabalhadores. (...) Estamos falando, sim, de um setor da economia que esteja estruturado, organizado e auto-regulado para obter a reprodução ampliada de todos os membros da sociedade” (Op. Cit.: 112).

Nesses termos, a economia popular deverá ser capaz não apenas de ocupar os excluídos, mas também de gerar renda monetária necessária para se articular através do mercado com o restante da economia, bem como para se sustentar e ampliar sobre suas próprias bases. Não se trata, como fica evidente, de uma economia popular que se desenvolve de modo fechado a partir das comunidades locais, alheia ao mercado. Coraggio adverte, contudo, que esse desenvolvimento autônomo, mas não autárquico, da economia popular depende de “intercâmbios regulados adequadamente” com as economias pública e do capital (Coraggio, 1997: 37)³⁴.

Daí Coraggio apontar a necessidade de ações públicas que superem as abordagens focalizadas de erradicação da pobreza em favor do desenvolvimento da economia popular como campo privilegiado para as políticas redistributivas. Faz-se igualmente necessário assegurar recursos além dos já destinados às políticas sociais, incidindo, para tanto, sobre os excedentes concentrados pela acumulação capitalista. Conformar o subsistema da economia popular implica, portanto, trabalhar não apenas na perspectiva dos microprojetos, mas também atuar sobre o macro, ou melhor, sobre as instituições que regulam o conjunto das relações sócio-econômicas (sistema fiscal; redes de financiamento; sistemas de informação, formação e capacitação etc.).

A reorientação da ação pública nessa direção supõe, de acordo com Coraggio, esforços no sentido de mudanças culturais e simbólicas que requalifiquem o sentido do bem viver, hoje centrado no consumismo e em laços de cunho caritativo. Incidir sobre os grandes meios de comunicação torna-se, assim, algo indispensável à medida que esses são instrumentos que infundem esses valores, insuficientes para um real desenvolvimento humano. Outra condição refere-se à capacidade dos dirigentes sociais e políticos (de ONGs, associações, igrejas, sindicatos, universidades, movimentos sociais) de atuarem de modo integrado em favor da promoção da economia popular, do contrário acabam por tornarem-se funcionais à precarização e exclusão.

³⁴ Como afirma Coraggio, “o mercado é sistema de relações em que se estabelecem preços com base em relações mecânicas, mas também com base no poder, em acordos ou poderes de regulação ou auto-regulação, e com base em comportamentos de atores que se fundam em saberes, valores e visões de mundo” (Coraggio, 2000: 122).

“Um ‘terceiro setor’, formado por uma camada de mediadores ilhados – se é que não em competição entre si – entre as necessidades populares, por um lado, e a economia empresarial (exemplo: filantropia) ou a economia pública (exemplo: ONGs que canalizam recursos públicos na gestão descentralizada de programas sociais), por outro, tenderá a convertê-los em parte de uma elite funcional para a reprodução de um sistema dual. Se, ao contrário, eles se articulam sob a lógica da economia popular, que requer também seus próprios intelectuais, profissionais e técnicos organicamente incorporados a um projeto de transformação, será fortalecida a possibilidade de uma alternativa efetiva não apenas ao desemprego e à precarização do trabalho, mas também ao projeto hegemônico do capital global” (Op. Cit.: 38).

O autor não atribui a um ator privilegiado, ou a uma forma específica de organização da economia do trabalho, a responsabilidade por dinamizar o subsistema. A reorganização da economia popular deve se dar pela combinação e articulação da diversidade de empreendimentos que a constitui.

“Toda uma variedade de empreendimentos, individuais, cooperativos, de tipo mercantil e de tipo não-mercantil, devem ser promovidos. Seria um erro pretender que houvesse apenas uma única forma de se organizar a economia popular: que a forma de micro-empreendimento individual, por exemplo, seja a única, ou, senão, que a forma de cooperativa de trabalho, ou de cooperativa de produção seja a única, ou, ainda, que as redes de auto-ajuda solidária sejam as únicas a serem promovidas. Todas essas formas, e muitas outras, devem estar presentes neste desenvolvimento da economia popular” (Coraggio, 2000: 121).

Embora perceba os laços de solidariedade e cooperação como característicos da unidade doméstica, Coraggio afirma que a economia popular não é um mundo de valores solidários, até porque ela se encontra, em parte, subordinada culturalmente ao sistema capitalista. De todo modo, ele reconhece que a constituição do subsistema da economia popular passa pelo fortalecimento dos vínculos sociais e de integração entre as diferentes formas de trabalho aí presentes.

Essa possível economia alternativa, economia do trabalho, seria um sistema que se desenvolveria a partir da economia dos setores populares, fortalecendo suas vinculações e capacidades, potencializando seus recursos, sua produtividade, sua qualidade, assumindo novas tarefas, incorporando e autogerindo os recursos das políticas sociais de modo a fortalecer os laços sociais entre seus membros, seus segmentos, suas microrregiões; uma economia que estruturalmente distribua com mais igualdade, que supere essas tendências à exploração ou à violência, que seja um setor da sociedade mais harmônico e integrado, com outros valores de solidariedade, com maiores recursos voltados para a cooperação” (Op. Cit.: 116, grifos nossos).

1.4 Do micro ao macro: críticas às possibilidades da economia solidária

Em um estudo voltado para o caso de Mondragon, um grande complexo cooperativo no País Basco espanhol produtor de fogões, geladeiras e cozinhas industriais, emerge uma leitura sobre possíveis contradições presentes no cooperativismo (Kasmir, 1996). Interessante notar que as críticas são lançadas sobre um dos símbolos internacionais de “empreendimento solidário”, que pertence a 30 mil trabalhadores das suas 109 fábricas ³⁵.

A questão da autora refere-se ao fato de que a divisão entre administrador e trabalhador, ou seja, entre as funções de elaboração e execução, permanece no regime cooperativo, apesar do discurso de igualdade. Para ela, o fato dos trabalhadores possuírem a propriedade não dá garantias de poder de decisão. Ao partir das dimensões políticas e ideológicas como elementos definidores da posição de classe, a autora investiga as diferentes experiências e percepções entre os administradores e os trabalhadores da cooperativa. Constata que a participação e a igualdade existem para os primeiros e não para os segundos. Esses, por sua vez, sentem-se dominados por um discurso cooperativo que nega a existência dessa divisão. Conclui que o “mito” da cooperação e integração encobre a permanência de

³⁵ Ver Santos e Rodriguez, 2002.

antagonismos, desacreditando a organização da classe trabalhadora e os próprios sindicatos. Junte-se a isso o fato de que os trabalhadores cooperados tenderiam a se distanciar politicamente dos trabalhadores da mesma categoria de empresas convencionais.

Embora não se possa fazer generalizações a partir desse estudo de caso, certamente ele aponta para uma realidade possível nesse tipo de iniciativa. As contradições indicadas no campo do cooperativismo são reforçadas à medida que o tema da cooperação encontra-se também apropriado pelas novas formas de organização da produção e de gestão no campo empresarial.

Diferentemente da fase fordista, os empreendimentos industriais (pós-fordistas) se caracterizariam atualmente pela redução da distância entre concepção e execução. O fim do trabalho fragmentado em favor do polivalente e a participação dos trabalhadores na gestão da produção seriam sinais desses novos tempos. Ou seja, a presença de um trabalho ou trabalhador mais qualificado e participativo seria hoje uma exigência das próprias empresas capitalistas, em seus programas de “reengenharia” e “qualidade total”.

Embora isso demonstre a importância da participação e cooperação na agregação de valor, essa forma de organização empresarial do trabalho tenderia à “intensificação da exploração da força de trabalho”. Exemplo disso, “atividades de manutenção, acompanhamento e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas pelo trabalho produtivo” (Antunes, 1999: 53). O controle tem se tornado mais intenso, com um sistema de informação que monitora desvios eventuais na produção, onde o trabalhador passa a controlar não apenas o próprio trabalho, mas também o do colega. A participação, por sua vez, é excluída de qualquer forma de decisão que extrapole as relativas às atividades de rotina – uma “autonomia controlada” (Coutrot, 2002; Leite e Silva, 1996). Ou nos termos de Kasmir, “não se trata apenas dos trabalhadores obedecerem, mas agora de quererem obedecer”³⁶.

As mudanças no mundo do trabalho estariam, pois, sendo operadas e motivadas, com contradições é certo, pela lógica do capital. A regulação das relações de trabalho sai da arena

³⁶ Também há aqueles que defendem que o regime cooperativo tende a eliminar as contradições presentes nos sistemas de gestão participativa empresarial, derivadas de uma proposição de redução ou, mesmo, eliminação da divisão entre planejamento e execução, mas que mantém a separação capital-trabalho. A participação dos cooperados na gestão do trabalho e distribuição dos resultados atuaria contrariamente à tendência verificada nas empresas de delimitação da participação a objetivos e metas prévia e externamente definidos, bem como de estímulo à cooperação dos trabalhadores a partir de recompensas extrínsecas, que estimulam a competição (Oliveira, 2002).

pública e é transposta para o âmbito privado das empresas. As possibilidades de engajamento do trabalhador nesse contexto são constrangidas não apenas pela ameaça permanente de precarização e desemprego, mas também pela gestão individualizada de carreiras e competências no interior das empresas (Coutrot, 2002).

O trabalho como vetor de uma sociabilidade fundada em direitos sociais tende a ser neutralizado. Com isso, para alguns se faz necessário, antes de qualquer coisa, combater direta e politicamente a redução de direitos conquistados, insistindo na centralidade política do trabalho assalariado na regulação social (Oliveira, 2000).

A preocupação em resgatar a centralidade do trabalho na reprodução e organização social, ideologicamente negada pelo liberalismo redivivo, tem conduzido também a análises céticas quanto à natureza transformadora da chamada “economia solidária”. Embora se reconheça que as iniciativas incluídas nesse campo movem-se preferencialmente por valores não-mercantis, elas cumpririam, na verdade, “um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados” (Antunes, 1999: 113). A economia solidária serviria, de acordo com essa leitura, mais como uma resposta frágil e de curto alcance, pois passiva e subordinada à dinâmica do mercado capitalista e à questão do desemprego. Nesses termos, seria um “equivoco grande concebê-la (a economia solidária) como uma real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado” (Op. Cit.: idem).

Interessante notar que Castel, ao tratar das saídas para a crise da centralidade do trabalho, faz a crítica às tentativas de se tomar, particularmente no caso europeu, a “prestação de serviços à pessoa” como sendo uma nova forma de integração, as chamadas “jazidas de emprego”. Reconhece aí, na verdade, um processo de mercantilização das relações domésticas ou de “neofilantropia paternalista”. Nesse caso, do chamado “terceiro setor” ou da “economia social”, a população beneficiada se encontra em uma situação intermediária entre o trabalho e a assistência. Sem desconhecer o papel de promoção de empregos dessas “jazidas”, Castel questiona a possibilidade de uma efetiva integração social a partir dessas formas de trabalho.

Para o autor, as práticas da economia solidária tal como define Laville, desenvolvidas de modo autônomo e plural a partir dos “serviços de proximidade” seriam residuais e não passariam do estágio de experimentação. A dominância seria mesmo das prestações de

serviços sociais subordinadas à lógica mercantil ou enquadradas subsidiariamente à estrutura estatal, que promovem de modo fragmentado e parcial a reinserção dos desprotegidos.

“Jean-Louis Laville desenvolveu a gama muito ampla desses serviços. Mas o cuidado com que tenta dissociá-los dos modos de quase-assistência ou de quase-voluntariado mostra que muito poucas realizações são, ao mesmo tempo, inovadoras e portadoras de futuro. Efetivamente, podem existir serviços que tentam mobilizar recursos monetários e recursos não-monetários, articular a esfera pública e a esfera privada, os investimentos pessoais e as regulações gerais. Mas são pouco visíveis socialmente e não ultrapassaram o estágio de experimentação. A preocupação de promover uma ‘economia solidária’, isto é, de ligar a questão do emprego e a da coesão social, de criar vínculos, ao mesmo tempo que atividades, entre as pessoas, é respeitável ao máximo. Porém, na situação atual, trata-se mais de declarações de intenção do que da afirmação de uma política” (Castel, 1998: 574-575, grifo nosso).

Outra crítica, comungada por defensores da economia solidária, diz respeito à tendência localista das iniciativas ditas solidárias, além do fato de que normalmente elas estão adstritas à economia popular. De um lado, haveria a perspectiva de buscar uma integração de tais iniciativas que permitisse algo como uma auto-suficiência, ou a constituição de um mercado à parte. Essa tendência à constituição de uma comunidade fechada em si mesma impediria não apenas a extensão da solidariedade e cooperação em direção a outros grupos, como a conexão da comunidade a fluxos de informação e recursos em escala nacional e global. De outro, a aceitação de que a economia solidária seria a economia dos pobres, onde a marginalização dos setores populares seria a própria condição para que ela prosperasse por fora da economia formal e do mercado capitalista (Santos e Rodríguez, 2002).

Capítulo 2

O contexto do contexto: a modernidade reflexiva ou quando a sociologia encarna e o alargamento do público

2.1 Contexto (2)

As leituras sobre as possibilidades da economia solidária em meio à crise da sociedade salarial reivindicam, com variações é certo, a cidadania para os mecanismos de produção e distribuição da riqueza. Ou seja, reconhecem a possibilidade da auto-organização dos trabalhadores, do engajamento voluntário em ações coletivas no campo das relações econômicas, responsáveis por produzir novos vínculos sociais. Mas, o que inclinaria hoje os indivíduos a se comportarem desse modo e qual seria a qualidade assumida por tais comportamentos? Caberia, pois, atualizar os sentidos dos engajamento associado na modernidade, caso se pretenda investigar as possibilidades e qualidades desses comportamentos e solidariedades emergentes.

Os elementos extraídos do contexto da crise da sociedade salarial, embora necessários, parecem não serem suficientes para responder tal indagação. Isso decorreria do fato dessas leituras não perscrutarem os sentidos e implicações da desfiliação representada pela perda de vínculos sociais assentados até então no caráter integrador do trabalho assalariado. O ponto aqui é o de avançar nessa direção, reconhecendo que a desfiliação no âmbito do trabalho se processa em meio a um ambiente de diluição de outros enquadramentos coletivos. Embora

repleto de riscos, esse ambiente traz elementos que não apenas confirmam, mas também melhor qualificam essas possibilidades.

É verdade que a crise da solidariedade salarial como desfiliação está presente em Castel e Laville, embora com sinais trocados. Enquanto o primeiro chama atenção para os riscos, o segundo volta-se para as possibilidades dessa situação. Mas em ambos, a ênfase parece estar antes nas implicações institucionais do que comportamentais daí decorrentes.

Castel reconhece na emergência da sociedade salarial a superação dos vínculos comunitários tradicionais e a passagem para a sociedade contratual fundada na liberdade do indivíduo destituído de enlaçamentos sociais. A condição do assalariado seria, assim, expressão da combinação de duas formas de individualização operadas particularmente a partir do século XIX. De um lado, o “individualismo negativo”, representado pela subtração do indivíduo em relação a encastramentos coletivos. De outro, o “individualismo positivo” em que o indivíduo empenha-se na defesa de seus interesses e questiona toda forma coletiva de enquadramento. O contrato, no caso do assalariamento, ao supor que indivíduos carentes pudessem agir de modo autônomo acaba por reforçar o individualismo negativo e a quebra das solidariedades tradicionais, característicos da sociedade de mercado.

A erosão dos vínculos sociais levada a efeito pelo mercado somente foi compensada pelas proteções organizadas a partir do Estado social. A subordinação do contrato de trabalho a uma regulação pública, agregando à condição assalariada um status coletivo, portador de direitos, representou a “forma moderna de coesão social”. Castel admite o caráter abstrato da solidariedade operada a partir do Estado, que prescinde de relações personalizadas e de interdependência. Embora reconheça que tal solidariedade representa um frágil equilíbrio entre promoção do indivíduo e pertencimento a coletivos protetores, ele vê na crise do Estado protetor o risco de perda da coesão social.

Os riscos estariam no retorno ao individualismo negativo, mas com a diferença de que agora ele “é o produto do enfraquecimento ou da perda de regulações coletivas, não de sua extrema fixidez”. Ao mesmo tempo, “essa diluição dos enquadramentos coletivos e dos pontos de identificação que valem para todos não está limitada às situações de trabalho (...) Uma espécie de *desinstitucionalização*, entendida como uma des-ligação em relação aos quadros objetivos que estruturam a existência dos sujeitos, atravessa o conjunto da vida social” (Castel, 1998: 601-602, grifo do autor). Assiste-se, pois, a emergência de um

individualismo por falta de referências e não por excesso de investimentos subjetivos. A individualidade superexposta tende a ser carregada como um fardo³⁷.

Para o autor, as políticas sociais que tentam hoje responder à crise da regulação pública acabam, como já assinalado, por reforçar esse estado de coisas. Ao recorrerem ao contrato individualizado e a intervenções localizadas, tais políticas correm o risco de reproduzirem relações assimétricas de tipo paroquial, como também de perderem de vista o sentido público do direito, recaindo na individualização das proteções.

Castel reafirma o papel do Estado, mesmo reconhecendo que as saídas particularistas buscam também responder a limites do Estado social – subordinação da sociedade civil; excessiva burocratização; e abstração dos direitos sociais, incapazes de suscitar solidariedades concretas. No quadro de desfiliação e precariedade das proteções sociais, o autor desconfia das iniciativas de mobilização dos sujeitos fundadas seja no contrato ou no que vê como tentativas de recuperação das tutelas tradicionais. A solução passaria, pois, pelo resgate da função do Estado como fiador do pertencimento de todos a uma sociedade, como regulador das proteções sociais públicas.

Sem negligenciar tal solução, Laville reconhece no contexto de crise da sociedade salarial a possibilidade de questionamento da hipertrofia da economia de mercado, bem como do caráter burocrático e abstrato da solidariedade representada pelo Estado social. O desenvolvimento de formas associativas, particularmente aquelas envolvidas com os “serviços de proximidade”, implicaria na produção de novas solidariedades e, portanto, de novas regulações públicas. Tais solidariedades seriam responsáveis, como já visto, não apenas por repolitizar a economia, mas também por requalificar a relação entre Estado e sociedade.

A diferença das leituras de Castel e Laville sobre o mesmo processo parece estar no valor atribuído pelo último à presença das associações operárias no início do XIX, como produtoras de solidariedades ativas, abortadas pela intervenção do Estado em favor do mercado. Contudo, o resgate desse *élan* associativo não pode ser explicado apenas em razão da crise do padrão de relação mercado e Estado, que fora responsável por abafa-lo e descaracteriza-lo.

³⁷ Castel reconhece que nesse contexto de “desinstitucionalização” prosperam também comportamentos de valorização da individualidade, onde se conciliarão individualismo e independência. Tais comportamentos prosperariam, contudo, entre os setores médios que, por contarem com recursos e proteções sociais, podem desfrutar da própria individualidade. O autor considera a “cultura do narcisismo”, bem como a “terapia para os normais” como sinais claros de tais comportamentos.

É certo que Lavelle argumenta que uma crise de valores antecedeu e reforçou a crise econômica que fez ruir aquele padrão. A presença nos anos 60 e 70 de movimentos sociais que questionavam “a falta de implicação para os assalariados como para os usuários, no trabalho como no consumo individual e coletivo, bem como a abordagem padronizada da demanda orientando a oferta na direção dos bens de massa e serviços padronizados. Afirma-se a exigência de uma maior qualidade de vida. Cada vez mais opõe-se ao crescimento quantitativo, a reivindicação de um crescimento qualitativo. Trata-se de substituir uma política de modo de vida por uma política do nível de vida” (Chanial e Lavelle, 2002: 14; França e Lavelle, 2004: 73).

Sem dúvida, tais movimentos prepararam terreno, como afirma Lavelle, para o engajamento voluntário nas mais diferentes formas associativas, incluindo aí as práticas da economia solidária. Isso porque reforçam a crítica ao domínio do mercado e à burocratização do Estado. Mas, a novidade do contexto para Lavelle parece estar menos no comportamento reflexivo e engajado derivado do que ele chama da crise de valores e mais na centralidade alcançada pelo terciário, pela sociedade de serviços, na estrutura da economia.

Mas resta saber o quanto e como a crise de valores reforça e é reforçada pela crise do papel integrador desempenhado pelo trabalho assalariado. Falta avançar sobre as possibilidades e implicações modernamente da postura auto-reflexiva de trabalhadores “desfilados”. Se para Castel o que sobra é o “individualismo negativo” da ausência de referências, para Lavelle parece ser o “individualismo positivo” de investimentos subjetivos. Deve-se, pois, partir das implicações da desfiliação caso se queira avaliar se e como as práticas de economia solidária problematizam padrões fixos de comportamento e forjam novos vínculos e normas sociais no âmbito das relações econômicas³⁸.

Singer chega a atribuir igualmente aos movimentos sociais a disseminação de uma cultura de participação, de engajamento cívico, responsável pela formação de um ambiente

³⁸ Como afirma Gaiger, ao fazer referência ao sentido experimental das práticas econômicas solidárias, “... a razão mais profunda para evocarmos a experiência diz respeito ao fato de que tais tentativas de resistir ao despotismo do capital, de insistir em humanizar a civilização, ocorrem no contexto de uma transição mundial complexa, que assusta ao parecer não ter fim, na qual há carência de estruturas sociais reconfortantes, de papéis sociais definidos e de um projeto de sociedade. Em tal condição histórica, como lembra Dubet (1994), a experiência converte-se na chave da dinâmica psicossocial, que impulsiona os atores, como individualidades ciosas de si mas igualmente suscetíveis de agir coletivamente, e constroem cenários de vida significativa” (Gaiger, 2004: 14).

favorável à economia solidária. Todavia, o autor não extrai daí elementos capazes de explicar e qualificar a retomada do solidarismo dos primórdios.

Sua ênfase, como se sabe, recai sobre a revisão da perspectiva centrada no Estado, na revolução política como caminho para a mudança, após a débâcle soviética e a crise do Estado de bem-estar – nesse caso, reabre-se o espaço para a crítica ao caráter subordinado do trabalho assalariado. Mas mesmo aí, quando investiga as mudanças superestruturais que hoje estariam ocorrendo em favor da “revolução social socialista”, Singer tende a se ater aos aspectos políticos e jurídicos, descuidando do foco sobre o que seriam os valores culturais emergentes.

No caso de Coraggio está presente a suposição de laços de solidariedade e cooperação como característicos da unidade doméstica. Mas o autor não explica, tampouco qualifica, as motivações de um tal comportamento, além da suposição sobre relações de reciprocidade no campo da domesticidade ou de relações de proximidade em vista de situações de privação e necessidade. Daí não restar muito claro de que mudanças culturais o autor se refere quando afirma que se deve superar o consumismo e a perspectiva caritativa em favor do bem viver³⁹.

A fim de qualificar o comportamento do indivíduo na modernidade em meio ao processo de desfiliação recorre-se aqui ao pensamento de Giddens. Embora a realidade descrita por esse autor deva ser matizada à luz de contextos específicos, seu conceito de modernidade reflexiva parece fornecer pistas importantes para se qualificar o engajamento voluntário dos indivíduos, bem como as formas associativas daí derivadas.

A Modernidade Reflexiva de Giddens

O atual estágio da modernidade para Giddens representa uma radicalização dos seus próprios termos, a saber, a dúvida radical solapando as certezas derivadas do

³⁹ Está presente aqui um elogio ao princípio de reciprocidade, assim como em Lavelle, sem, contudo, se avançar no significado e qualidades de relações orientadas segundo esse princípio. Lavelle se limita a dizer que tais relações se dariam no espaço público e não privado, doméstico, sugerindo a reciprocidade com a diferença. Contudo, mesmo nesse caso o autor não desdobra a qualidade nova assumida pela relação, para além de aproxima-la do sentido da lógica da dádiva, de préstimos mútuos como manifestação do liame social – não problematizando o fato de que a dádiva também explica a reciprocidade nas relações de tipo comunitárias, domésticas. Essa discussão será retomada no próximo capítulo.

providencialismo da razão iluminista⁴⁰. Para o autor, a globalização como expressão dessa radicalidade é responsável, devido seu caráter integrador de situações e discursos, por “descolar” ou “desencaixar” as relações sociais dos contextos locais, presenciais. Esse “desencaixe” é o que emprestaria à modernidade um caráter pós-tradicional, onde a reflexividade social atua diretamente sobre as solidariedades sociais, revendo-as sem oferecer, contudo, garantias de restaurá-las. O ambiente produzido pela modernidade é, pois, de incertezas, mas também de possibilidades, à medida que todas as áreas da vida social, incluindo a própria intimidade do “eu”, abrem-se à tomada de decisões.

Embora Giddens aborde preferencialmente a revisão das tradições pré-modernas (parentesco, religiosidade, comunidade etc), ele admite que o advento da modernidade também serviu para a invenção e reinvenção de tradições – como nos casos do nacionalismo e do patriarcalismo – que, portanto, estão também sujeitas a releituras. A própria autoridade atribuída pela modernidade à ciência como geradora de certezas e controle sobre o real é hoje questionada em razão das “reivindicações heterogêneas de conhecimento”, ou porque “a própria natureza da reflexão torna-se objeto da reflexão”. Nesses termos, pretende-se considerar que práticas e valores vinculados ao emprego assalariado estável fixaram-se, particularmente ao longo do século passado, como uma espécie de tradição que ora torna-se igualmente objeto da reflexividade⁴¹.

Em conexão com as mudanças estruturais que repercutem sobre a divisão do trabalho e estratificação social, Giddens identifica três fontes do dinamismo da modernidade: distanciamento de tempo e espaço, desencaixe e reflexividade. Processos de uniformização da mensuração do tempo estão na origem do que Giddens chama da “separação de tempo e espaço”, quando o “lugar” deixa de referir, como nas sociedades pré-modernas, as noções de passado, presente e futuro. Esse “esvaziamento do tempo” é acompanhado do “esvaziamento do espaço”, no sentido de que o local é cada vez mais penetrado e moldado por influências de alhures.

A modernidade produz ao mesmo tempo “sistemas abstratos” cuja validade independe de quem faça uso deles e que, por isso, atuam também no sentido de remover as relações sociais do seu contexto. É o caso dos conhecimentos especializados organizadores do

⁴⁰ “Mas certamente faz sentido ver isto como ‘a modernidade vindo a entender-se a si mesma’ ao invés da superação da modernidade enquanto tal” (Giddens, 1991: 54).

⁴¹ Os termos em que isso estaria ocorrendo a partir dos empreendimentos associados serão tratados mais adiante neste capítulo e, particularmente, no capítulo quatro. Sem dúvida, o impacto de tais mudanças varia de uma formação social para outra.

ambiente social e que não se limitam à área tecnológica, estendendo-se às relações sociais e à intimidade do eu – como nos casos da sociologia e psicologia⁴².

A confiança nos “sistemas abstratos” está diretamente ligada à reflexividade, que consiste no fato de que as práticas sociais passam a ser permanente e intensamente apreciadas e revistas à luz de novos conhecimentos e informações. Todas as convenções e tradições estão sujeitas a revisões em relação à consciência de que existe uma variedade de outras formas de fazer as coisas. A identidade pessoal anteriormente conferida *a priori* pela tradição torna-se um empreendimento reflexivamente organizado, ou melhor, “o eu se torna um projeto reflexivo”. Daí abrir-se aos indivíduos ou grupos diferentes cursos potenciais de ação, cuja escolha é filtrada pelos sistemas abstratos sempre sob a perspectiva contrafactual orientada para o futuro do “como se” ou da seleção de “mundos possíveis”.

Como dito no início, um ambiente de incerteza e de risco acompanha essa situação de “múltipla escolha”. De um lado, a ameaça de perda da “verdade revelada” representada pela tradição pode causar uma tal insegurança a ponto de gerar reações fundamentalistas de se “defender a tradição de maneira tradicional afirmando sua verdade ritual – sua separação e especialidade”. De outro, a indefinição quanto aos horizontes possíveis conduzindo os indivíduos a ansiedades quanto à “falta de sentido pessoal” ou à possibilidade de manter narrativas biográficas coerentes, necessárias à estruturação da auto-identidade. Eis aí exemplos de elementos de dispersão e desagregação também contidos no processo de globalização.

As possibilidades de “reencaixe” ou de construção de novas solidariedades sociais e identidades pessoais estão, por sua vez, relacionadas à confiança nos conhecimentos especializados mediada pelas relações pessoais em que o indivíduo atua reflexivamente. As relações globais impessoais que transpassam as práticas locais não anulam as relações pessoais situadas, na verdade as transformam ao mesmo tempo em que são por elas transformadas. Como afirma Giddens, “as transformações na auto-identidade e a globalização, como quero propor, são os dois pólos da dialética do local e do global nas condições da modernidade (...) Nos ambientes da modernidade o eu alterado tem que ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social” (Giddens, 2002: 36-37).

⁴² Giddens acrescenta as “fichas simbólicas”, entendidas como meios de intercâmbio aceitos independente de conjuntura particular – exemplo do dinheiro –, como outro mecanismo de desencaixe.

Nesses termos, a sociologia (e mesmo a psicologia) como conhecimento especializado ganha centralidade na reflexividade sobre as práticas sociais. Como campo mais geral da reflexão sobre a vida social moderna, as ciências sociais “circulam dentro e fora” do seu objeto, “ele próprio tendo aprendido a pensar sociologicamente”. “O casamento e a família não seriam o que são hoje se não fossem inteiramente ‘sociologizados’ e ‘psicologizados’” (Giddens, 1991: 49). Essa perspectiva de uma sociologia encarnada não oferece, contudo, um controle seguro sobre os cursos de ação ou a sujeição da história a desígnios individuais ou coletivos. A razão principal disso se deve ao fato de que, por se tornar encarnado, o conhecimento sociológico contribui para mudar os próprios fenômenos que busca explicar e, desse modo, também sofre alterações a partir das mudanças verificadas.

A confiança nos sistemas abstratos, particularmente nos conhecimentos especializados, está associada, portanto, a incertezas e riscos intrínsecos que também contribuem para o caráter errático e descontrolado da modernidade. Além da circularidade do conhecimento já mencionada, outros riscos estariam ligados especialmente à tendência a uma especialização crescente, o que impediria aos operadores de conhecimentos especializados anteciparem todas as conseqüências derivadas de sua aplicação⁴³.

No contexto de incertezas característico da modernidade as possibilidades de restauração de solidariedades sociais e identidades pessoais dependem, portanto, da confiança nos “outros” e nas instituições, a qual deve ser ativamente produzida e negociada. Como os indivíduos e grupos não podem mais recorrer à tradição ou à autoridade da ciência como formas da auto-justificação, eles são instados a empreender reflexivamente um “engajamento dialógico” que implica uma “abertura para o outro”.

“O avanço da reflexividade social significa que os indivíduos não têm escolha a não ser a de fazer escolhas; e essas escolhas definem quem eles são. As pessoas têm de ‘construir suas próprias biografias’ a fim de manter um senso coerente de auto-identidade. No entanto, elas não podem fazer isso sem interagir com os outros, e esse mesmo fato cria novas solidariedades. O elemento fundamental aqui é a geração de confiança,

⁴³ A própria relação entre o conhecimento perito e o leigo também é fonte de incertezas. Embora reconheça que se dê aí normalmente “uma aceitação tácita de circunstâncias nas quais outras alternativas estão amplamente descartadas”, Giddens aponta que a atitude de confiança ou desconfiança é influenciada pelos “pontos de acesso” – em que os leigos se relacionam com os peritos – e pelas atualizações de conhecimento via meios de comunicação.

especialmente por meio da transição para mecanismos de confiança mais ativos. (...)

Assim, a globalização, a reflexividade e a destradicionalização criam ‘espaços dialógicos’ que precisam, de alguma forma, ser preenchidos. Pode haver um engajamento dialógico com esses espaços, invocando mecanismos de confiança ativa – mas eles também podem ser ocupados pelos fundamentalismos” (Giddens, 1996: 144 e 149).

Ao tratar dos aspectos comportamentais relativos à produção da “confiança ativa” ou do “engajamento dialógico”, Giddens identifica a emergência de um cosmopolitismo, em que a abertura para o “outro” assume um sentido de “apreciação positiva da diferença”. Isso como forma de alcançar melhor compreensão de si e das implicações da ação sobre o diferente. Tal engajamento implicando em maior mutualidade, ou reciprocidade de compromissos. A responsabilidade aqui derivada se refere não apenas às conseqüências da ação, mas também à visibilidade de seus comprometimentos ou à comunicação da diferença.

“No contexto de uma ordem cosmopolita e globalizadora, as tradições são constantemente colocadas em contato umas com as outras e forçadas a ‘se declararem’ ou a assumirem engajamentos discursivos. (...)

“O cosmopolita não é alguém que renuncia aos comprometimentos – à maneira, digamos, de um diletante –, mas é alguém capaz de articular a natureza de seus comprometimentos e avaliar suas implicações para aqueles cujos valores são diferentes” (Op. Cit.: 99 e 149).

Quanto aos ambientes em que a confiança ativa opera, Giddens diferencia os “compromissos com rosto”, característicos das relações pessoais (face a face), dos “compromissos sem rosto”, que dizem respeito às relações impessoais com os sistemas abstratos e as instituições. Como já dito antes, o “reencaixe” está relacionado a processos por meio dos quais compromissos sem rosto são mantidos ou transformados por presença de rosto. Porém, a confiança no âmbito das relações pessoais seria trabalhada no sentido de um “processo mútuo de auto-revelação” que pressupõe “confiar na integridade do outro”⁴⁴. Já no

⁴⁴ Ao tratar do que ele chama de “processo mútuo de auto-revelação”, o autor se contrapõe às interpretações de Lasch (1986) e Sennet (1988) de que no mundo atual a perda de referências lança os indivíduos em processos narcísicos de culto ao corpo e de auto-ajuda. Para Giddens trata-se, na verdade, de uma busca pela auto-identidade em diálogo com influências vindas de fora e não um refúgio intimista, uma saudade da comunidade. Mas as interpretações de Lasch e Sennet continuam válidas no que se refere ao comportamento reativo do indivíduo, diante da impessoalidade e do aparente esvaziamento de sentido do mundo público, voltando-se para a

caso das relações impessoais em que essa “democracia de emoções” não pode se dar, a responsabilidade e a visibilidade apresentam-se como os aspectos necessários à promoção da confiança. Ao comentar a forma da confiança em sistemas abstratos Giddens assinala

“A ‘abertura’ da ciência possui uma semelhança real com aquela ‘abertura’ característica da geração de confiança na vida pessoal. (...) Em oposição ao ato de ‘aceitar’ a autoridade perita ou ao de ‘contar’ com ela, a confiança ativa pressupõe visibilidade e responsabilidade de ambos os lados. Os engajamentos reflexivos com sistemas abstratos podem ser confusos e perturbadores para indivíduos leigos e ofensivos para os profissionais. No entanto, eles forçam ambos a enfrentarem as questões de responsabilidade que, de outra forma, permaneceriam latentes” (Op. Cit.: 147).

O processo de resignificação do mundo a partir do posicionamento reflexivo e dialógico do indivíduo no cotidiano de suas relações aponta, pois, para novas solidariedades sociais. A responsabilidade implicada no processo dialógico não se confunde com dever, ou obrigação, pois ela implica detalhamento de motivos e não lealdade cega. “Ela é uma fonte poderosa de solidariedade social, uma vez que a transigência é livremente oferecida em vez de ser imposta pelas coerções tradicionais” (Op. Cit.: 30).

A produção reflexiva de novos liames é para Giddens particularmente sensível na vida pessoal. As mudanças que se assistem atualmente nos âmbitos do casamento, sexo, e relações entre pais e filhos apontam para o que o autor chama de “relacionamentos puros”. “A relação depende do que outro ‘é’ como pessoa, e não em um papel social específico ou naquilo que o outro indivíduo ‘faz’ na vida” (Op. Cit.: 135). Atualmente o casamento tende a ser um encontro entre iguais, movido pela atração pessoal e sexual, onde os papéis não são preestabelecidos, sendo definidos e empreendidos pelo “par conjugal”. O mesmo se dá sobre as escolhas sexuais que não estão mais submetidas ao padrão heterossexual. A autoridade paterna não está presente como um suposto da ordem familiar, antes é algo negociado.

“psicologização” de suas relações pessoais ou para o “sobrevivencialismo” narcísico. Cabe notar, contudo, que tal comportamento em nada se compara com o engajamento reflexivo que se volta para o “outro” em um processo de diálogo e não de monólogo, característico de relações pautadas por comportamentos intimistas e invasivos.

Interessante notar que esse argumento sobre como o indivíduo se relaciona com a organização converge com a perspectiva do institucionalismo sociológico que supõe as instituições como padrões normativos e cognitivos que conformam comportamentos adequados ou esperados.

“O caráter experimental da vida cotidiana é constitutivo. A maneira pela qual abordamos as decisões que têm de ser tomadas no decorrer de nossas ações ajuda a estruturar as próprias instituições às quais estamos reagindo. Em nenhuma outra área isto é tão óbvio quanto na de relações pessoais” (Op. Cit.: 98).

Esse processo dialógico e reflexivo se estenderia igualmente, talvez apenas com menos vigor do que no âmbito pessoal, para outras arenas como no caso das organizações, que tenderiam a modificar estruturas burocráticas centralizadas em favor de arranjos flexíveis e descentralizados. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais se apresentam, com contradições é certo, como canais por onde novas condutas sociais geradas pela reflexividade alcançam o debate público, como se verifica, por exemplo, nos casos dos movimentos feminista e ecológico. Essa postura reflexiva nos mais variados domínios da vida social seria, novamente segundo Giddens, a principal responsável pela disseminação da democracia pelo mundo nas últimas décadas.

“E é a globalização, com suas concomitantes transformações da vida cotidiana, que certamente subjaz às pressões para democratização nos dias de hoje (...) Muitas das mudanças mais importantes que afetam a vida das pessoas atualmente não se originam na esfera política formal e podem apenas em parte ser enfrentadas por ela. Tais mudanças formam as revoluções sociais de nosso tempo; elas exigem, e de certa forma representam, os processos de democratização” (Op. Cit.:128).

Embora reconheça apenas como uma possibilidade contida na modernidade, Giddens atribui ao cosmopolitismo emergente um sentido radicalmente democrático, que deve ser apropriado como alternativa e propagado de forma a contribuir para a sua efetiva realização. A chamada “democracia dialógica” é, assim, para Giddens um dos modelos de “realismo utópico” a ser considerado no sentido da superação das ameaças desagregadoras da modernidade tardia. A radicalidade desse modelo estaria assentada em processos de interação reflexiva onde se combinaria autonomia, como processo de auto-fundação do sujeito, com reconhecimento e promoção de interdependências e solidariedades sociais.

Nesses termos, ocorre um alargamento dos assuntos públicos sobre os quais os indivíduos atuam reflexiva e dialogicamente⁴⁵. Em relação a tal alargamento as instituições formais da democracia liberal mostram-se insuficientes e, em alguns casos, inadequadas para lidar de modo conseqüente. Não é por acaso que se verifica uma indiferença crescente em relação às instituições políticas. A razão seria, pois, menos uma apatia e muito mais um descrédito diante da incapacidade dessas instituições responderem às questões postas pelo engajamento reflexivo.

“A democratização dialógica não é uma extensão da democracia liberal ou até mesmo um complemento para ela; no entanto, à medida que avança, ela cria formas de intercâmbio social que podem contribuir substancialmente, talvez até mesmo decisivamente, para a reconstrução da solidariedade social. A democracia dialógica não significa primordialmente a proliferação de direitos ou a representação de interesses. Em vez disso, ela se ocupa da promoção de cosmopolitismo cultural e é uma peça fundamental da ligação entre autonomia e solidariedade” (Op. Cit.: 130, grifos do autor).

Em síntese, os comportamentos pertinentes ao cosmopolitismo seriam a abertura para o outro, apreciação positiva da diferença, tolerância mútua, responsabilidade sobre as conseqüências da ação e engajamento discursivo. Embora reconheça nas associações civis o espaço em que se pode alcançar tal “relacionamento inteligente”, Giddens não trata explicitamente das condições institucionais que favoreceriam tal relacionamento. Acrescente-se que o autor considera, mesmo que de modo tímido, uma certa igualdade de condições como algo necessário.

“O diálogo não depende de igualdade material, mas ele pressupõe que os recursos diferenciais não sejam usados para evitar a expressão de idéias ou para tornar drasticamente oblíquas as condições de intercâmbio dialógico” (Op. Cit.: 151).

Sobre esse ponto, dois comentários para avançar. O compartilhamento de um mesmo “espaço discursivo”, característico da modernidade, representa *per se* um fator de igualdade que favorece o intercâmbio reflexivo. Um outro argumento a favor da idéia de igualdade pode

⁴⁵ A relação entre reflexividade, engajamento associativo, movimento social e formação do público será tratada mais a frente.

ser derivado da própria vitalidade dialógica verificada por Giddens nas esferas da vida pessoal. No caso das relações pessoais, além das mudanças estruturais como a maior presença da mulher no mercado de trabalho, o compartilhamento discursivo tende a ser mais facilmente exercitado em razão do face a face tender a inibir o uso de recursos posicionais.

Ainda sobre a necessidade de se tomar a igualdade como uma condição institucional necessária ao intercâmbio dialógico, vale resgatar aqui a distinção feita por Giddens entre “política emancipatória” e “política da vida”. A primeira pretende libertar os indivíduos de limitações, dadas pela tradição ou por situações objetivas de dominação, que lhes afetam negativamente as oportunidades de vida. Daí a valorização dos temas da justiça, da igualdade e participação como mecanismos superadores de relações sociais exploradoras, desiguais ou opressivas. Giddens assinala que as abordagens de política moderna sejam elas liberais ou socialistas, estão referidas nessa concepção de política que, embora necessária, não avança sobre os desdobramentos possíveis de uma situação emancipada, ou de uma autonomia conquistada.

Já a política da vida seria, por seu turno, exatamente a política de escolha referida ao processo de auto-realização do indivíduo. “Enquanto que a política emancipatória é uma política de oportunidades de vida, a política da vida é uma política de estilo de vida” (Giddens, 2002: 197). Mas Giddens não desconhece que tal política supõe “um certo nível” de emancipação. Não é por acaso que o autor identifica novamente o campo das relações pessoais, particularmente de gênero, como ilustrativo dessa busca “de como devemos viver nossas vidas em circunstâncias sociais emancipadas”. De todo maneira, a política da vida resultaria da própria ordem reflexiva da modernidade e, portanto, caracterizaria a atuação dos indivíduos de um modo geral.

Deve-se ressaltar, porém, que nem todas as circunstâncias sociais necessárias à política da vida encontram-se emancipadas, em particular as circunstâncias da produção e reprodução na sociedade. Além do que os limites à emancipação atingem desigualmente estratos sociais distintos. Giddens admite que divisões de classe, ou divisões étnicas, podem implicar “acesso diferencial a formas de auto-realização”, mas afirma que “estilo de vida se refere também a decisões tomadas e curso de ação seguidos em condições de severa limitação material” (OP. Cit.: 13).

É razoável supor que a perda da referência do trabalho assalariado estável seja vivenciada como desencaixe, lançando o indivíduo a ter que fazer escolhas, muitas vezes em situações de grande vulnerabilidade, sobre caminhos a seguir para sua reprodução e realização⁴⁶. A multiplicação de formas não-assalariadas de trabalho é vista aqui como tentativa de integração ou reencaixe que normalmente se traduzem em formas precárias ou que persistem em referências tradicionais. Contudo, estaria também presente a possibilidade dessa situação de desfiliação ensejar engajamentos reflexivos, como se supõe para o caso do trabalho associado, que produzam novas solidariedades e identidades.

O próprio Giddens reconhece que “a política de vida também recobre áreas bastante ortodoxas do envolvimento político; por exemplo, as atividades econômicas e de trabalho” (Giddens, 1994: 107). O autor destaca particularmente o “crescimento da proporção de pessoas em ocupações liberais e burocráticas”, bem como o fato do trabalho não ser visto mais como “sina”, como fardo⁴⁷.

No caso do trabalho associado, pertinente à economia solidária, supõe-se que a presença da reflexividade interpela relações desiguais e opressoras, que, de resto, ainda definem as circunstâncias da produção e reprodução social. Nesse sentido, chama atenção o fato de que, mesmo frágil, o engajamento reflexivo nesse caso é menos resultado e mais condição de situações emancipadas. Ou seja, a política de vida traz alternativas de sociabilidade que podem favorecer a emancipação.

Constata-se, portanto, para se manter nos termos propostos por Giddens, que política de vida e política emancipatória são indissociáveis e se reforçam mutuamente. Isso fica especialmente evidente quando se levam em conta as possibilidades da economia solidária de trazer o econômico para o político ou para o contexto do engajamento reflexivo. Na verdade, a dimensão dialógica da política de vida não pode prescindir de sua própria extensão para todos os domínios da vida social, em particular das relações econômicas.

“Em um mundo de alta reflexividade, um indivíduo deve alcançar um certo grau de autonomia de ação como condição que lhe capacite para sobreviver

⁴⁶ Sem dúvida, não está descartada aqui a hipótese de Castel de que os “extranumerários” tendem a vivenciar a desfiliação como fardo seja por perda de referências, precariedade ou isolamento. “Robert Castel fala da desfiliação como um processo amplo que sofre o indivíduo ao perder seu posto de trabalho, que não implica unicamente a perda da renda e a liberação de seu tempo, senão que perde também seu lugar em uma rede de vínculos sociais de distintos tipos, como correntes de informação, de conhecimento, de contenção etc., e que fazem do fato uma questão mais complexa” (Fajn, 2003: 116-117).

⁴⁷ Claramente a referência de Giddens aí são os setores médios que teriam maiores possibilidades de inserção.

e moldar uma vida; mas autonomia não é a mesma coisa que egoísmo e, além disso, implica reciprocidade e interdependência. A questão da reconstrução de solidariedades sociais não deveria, portanto, ser vista como proteção da coesão social às margens de um mercado egoísta. Ela deveria ser entendida como reconciliação de autonomia e interdependência nas diversas esferas da vida social, inclusive no domínio econômico” (Op. Cit.: 21 grifo nosso).

Embora julgue necessário que o engajamento reflexivo alcance o econômico, Giddens não parece identificar movimentos nessa direção, exceto pela constatação corrente do caráter insustentável do atual padrão de desenvolvimento e por uma expectativa rebaixada de recomposição de um novo Estado de bem-estar. Vale lembrar que o autor atribui ao movimento social o papel de, como nos exemplos dos movimentos feminista e ecológico, “empurrar, para dentro do domínio discursivo, aspectos da conduta social que não eram discutidos anteriormente, ou que eram ‘resolvidos’ por práticas tradicionais” (Op. Cit.: 25). A defesa aqui é de que a economia solidária vem se constituindo em um movimento social precisamente no sentido de expressar a reflexividade e a produção de laços sociais no campo das relações econômicas.

Entre o engajamento reflexivo e a produção de novos vínculos ou solidariedades sociais, ou sobre as possibilidades de “reencaixe”, deve-se considerar a forma como se dá a interação entre os indivíduos e entre eles e os sistemas abstratos. Embora reconheça a associação como sendo essa forma, Giddens não explicita, conforme já visto, os elementos institucionais a ela pertinentes. O argumento aqui é o de que há uma mútua implicação entre engajamento dialógico, tal como definido por Giddens, e formas associativas de interação. Formas associativas cujas regras de igualdade e participação favorecem a emergência de novas condutas e solidariedades sociais, projetadas como questão pública via movimento social.

Antes de se avançar na abordagem sobre o elemento associativo e o comportamento dialógico relativos às práticas econômicas solidárias, importa focar as questões derivadas do movimento social da economia solidária ou em que termos a economia estaria sendo reabsorvida pela política.

O Movimento Social da Economia Solidária⁴⁸

Caso se tome o sentido mais expressivo contido nas práticas da economia solidária é razoável supor que se trata da extensão da participação social sobre a organização da produção e distribuição da riqueza, que hoje se encontra sob o domínio privado. Tal como experiências participativas que incidem sobre a economia distributiva operada via Estado, a economia solidária estende o raio da ação política particularmente sobre a economia mercantil, responsável por organizar a produção da riqueza social⁴⁹.

“Em outras palavras, o objetivo é estender o campo da ação da democracia do campo político para o econômico e apagar, desta forma, a separação artificial entre política e economia que o capitalismo e a economia liberal estabeleceram” (Santos e Rodríguez, 2002: 69).

Como afirma Coelho (2001), tais práticas econômicas associadas trazem para o campo econômico a reflexão sugerida pelos movimentos sociais na década de 70. Ou seja, “também no econômico afirma-se a presença de novas energias utópicas voltadas para a construção e disputa de projetos de radicalidade democrática, da constituição de novos direitos, da socialização política, de novas identidades territoriais, de uma noção ampliada da esfera pública” (Op. Cit.: 34). As relações horizontais, de reciprocidade, que tendem a orientar as formas associativas estariam estendendo sua incidência para além da economia pública – característica da atuação dos movimentos sociais urbanos –, alcançando a economia privada, de mercado.

O sentido público das relações mercantis estaria aí sendo resgatado e requalificado, contra-arrestando a sua reificação no Estado, na forma de solidariedades abstratas. Decorrem

⁴⁸ Embora informada pela dinâmica da economia solidária em outras partes do mundo, a análise que se segue se inspira diretamente na realidade brasileira. Boa parte da agenda da economia solidária vem sendo articulada internacionalmente pela atuação de organizações e empreendimentos associados por meio das cinco edições do Fórum Social Mundial, iniciado em janeiro de 2001, em Porto Alegre.

⁴⁹ Arrisca-se afirmar que a economia solidária está para o mercado assim como o orçamento participativo está para o Estado ou para a economia pública. Ao contribuírem com parte de sua renda por meio dos impostos, o cidadão e a cidadã comportam-se também como agentes econômicos voltados a produzir serviços e bens públicos que corrijam as distorções produzidas pela lógica da acumulação. Pode-se dizer que se trata de uma ação econômica passiva, pois ela transfere para o Estado a produção e oferta do bem ou serviço sem afetar a lógica produtora de desigualdades. Se tomarmos a prática do orçamento participativo trata-se de cidadãos que buscam controlar os mecanismos de produção e oferta de serviços públicos, buscando corrigir desigualdades. São aí sujeitos de direitos, participantes da economia operada a partir do Estado, deixando, contudo, quase intocada a economia mercantil. Sobre a experiência do orçamento participativo ver Pinto, 1998.

daí novas condutas e percepções sobre a produção, o trabalho, o comércio, o financiamento, a técnica e o consumo – redefinem-se, por conseguinte, os próprios termos pelos quais se entende eficiência econômica e riqueza. Arrisca-se aqui a sumarizar alguns desses novos sentidos derivados das práticas econômicas solidárias. Sem dúvida, os argumentos que se seguem tendem a atuar como os “sistemas abstratos” de Giddens, que, nesse caso, pretende dar sentido, atribuir um ordenamento cognitivo e valorativo para as práticas econômicas associadas.

O reconhecimento da produção coletiva, associada, como possuindo uma função distributiva, por representar desconcentração de propriedade e resultados compartilhados, aproximando produção e reprodução. Quanto ao trabalho, “ao reconciliar o trabalhador com as condições e os resultados de seu labor, oferece-se a possibilidade de superar o caráter descartável e alienante da atividade produtiva, elevando-a a um novo patamar de satisfação de aspirações não apenas materiais ou monetárias. O trabalho fundado na solidariedade restitui as condições de reflexividade, impele à subjetivação, em cuja experiência estampa um conteúdo intrinsecamente axiológico e projetivo” (Gaiger, 2004a: 5).

A conexão em bases cooperativas da comercialização com os pólos da produção e consumo, ou a integração dos fluxos internos de uma dada cadeia produtiva, como sendo algo indispensável a uma distribuição eqüitativa da riqueza trocada. A valorização e apropriação do território como espaço de reprodução da vida e convivência humana está fortemente presente nas redes de trocas entre indivíduos ou grupos. Resgatam-se, assim, o valor social e a dimensão pública do território, como espaço da interação e da troca⁵⁰.

A perspectiva de aproximação das regras e do próprio agente de crédito com as necessidades e potencialidades do beneficiário, tratando o financiamento como meio e não como fim em si. As experiências de moedas sociais, resgatando a moeda como meio de troca, favorecendo as trocas materiais e simbólicas. As técnicas de gestão e produção são revistas à luz da exigência de se incrementar a cooperação e autogestão no âmbito dos empreendimentos, adequando-as igualmente aos novos sentidos impressos ao produto pelo trabalho associado. Quanto ao consumo, faz-se o contraponto à padronização de gostos e materiais imposta pela mercantilização e pela necessidade de ganhos de escala, valorizando-se

⁵⁰ Esse resgate representa um contraponto ao esvaziamento do território produzido pela lógica da competição e do ganho que reduz o espaço ao seu aspecto funcional, como local de passagem ou de satisfação do interesse privado. Ao mesmo tempo, restitui o local como espaço de relações face a face.

a diversidade cultural e ambiental como fonte de riqueza. Além disso, o reconhecimento das conseqüências sociais do ato de consumir imprime um sentido de responsabilidade sobre o consumo.

Nesses termos, as práticas e significados da economia solidária impactam a própria percepção sobre o sentido de eficiência. Se essa diz respeito ao máximo de benefício com o menor custo, deve-se perguntar sobre a qualidade daquele e a forma de medir esse. Caso se tome a lógica de mercado, a maximização do lucro através da oferta de bens e serviços para a sociedade representa o benefício maior a ser alcançado. E o custo mínimo se faz invariavelmente pela redução da remuneração do trabalho empregado e pela extração em escala de matérias-primas. Sem dúvida, os custos sociais e ambientais daí decorrentes não são aí computados, bem como a relação desses com o número limitado de beneficiados. No caso da economia solidária, os benefícios sociais seriam extensivos porque sua produção seria coletiva, associada, e seus resultados compartilhados. Os custos, por sua vez, tendem a ser mínimos em relação à extensão dos benefícios gerados e, também, porque o próprio engajamento associativo torna-se fonte de benefícios. Além do que, está muito presente nos empreendimentos associados a perspectiva do reaproveitamento de materiais, bem como o uso de fontes renováveis de energia. Isso significa dizer que a própria noção de riqueza é revista à luz dessas práticas.

“Na ótica da economia solidária, riqueza é a disponibilidade de bens e serviços que sustentam a vida das pessoas e das comunidades, e não seus valores (que podem ser atribuídos por escassez, utilidade, trabalho incorporado ou por qualquer outra coisa)” (Wautiez et alli, 2003: 182)⁵¹.

Esses novos sentidos e práticas estão refletidos na própria agenda do movimento da economia solidária. No caso brasileiro, as regulações e políticas públicas reivindicadas pelos empreendimentos solidários e pelas organizações mediadoras (ONGs, igrejas, sindicatos, universidades, associações representativas etc) apontam nessa direção. De um lado, a demanda por um aparato legal que reconheça e promova as práticas econômicas associadas, dotando-as de um estatuto próprio e possibilitando, assim, tratamento específico pelas

⁵¹ Nesse sentido, os atuais indicadores sobre desempenho sócio-econômico precisariam contemplar essas outras formas de conceber eficiência e riqueza. Um exemplo claro disso é a insuficiência do Produto Interno Bruto como medida da riqueza produzida por um país. “Na França, por exemplo, existe aproximadamente o equivalente à metade do produto nacional bruto, ou mesmo três quartos deste, que não é apreendido pois corresponde a formas de produção que não têm tradução monetária (Insel, 1993). Se mesmo em países ditos desenvolvidos os números impressionam, o que dizer, então, da realidade do chamado terceiro mundo?” (França e Laville, 2004: 115).

legislações tributárias, financeiras e normatizadoras de compras governamentais. De outro, a oferta de suporte técnico e organizacional que não apenas fortaleça as unidades econômicas associadas, mas principalmente favoreça a sua integração econômica e territorial.

Segue-se no detalhamento da agenda do movimento a título de ilustração da dimensão pública por ele alcançada. No caso da lei das cooperativas, que seria a forma jurídica mais adequada aos fins sócio-econômicos das práticas solidárias, existem brechas para a sua descaracterização, via acumulação de poderes e recursos nas mãos dos seus dirigentes, ou pela sua utilização como expediente de precarização das relações de trabalho. Além disso, essa lei estabelece a unicidade da representação do setor cooperativista, contrariando o princípio de autonomia dos empreendimentos. A legislação tributária não prevê, por sua vez, cobrança diferenciada para cooperativas de pequeno porte, como no caso das pequenas empresas que hoje possuem tratamento diferenciado.

As regulamentações do Banco Central sobre o sistema financeiro nacional dificultam a operação das cooperativas de crédito, impondo regras excessivas para a aprovação de empréstimos e restringindo o leque de serviços autorizados. Da oferta de outros serviços, como poupança e outras aplicações, depende a própria sustentabilidade das instituições financeiras solidárias. As condicionalidades para a tomada de empréstimo e as linhas de financiamento dos bancos convencionais ignoram as particularidades dos empreendimentos solidários, nos quais um dos maiores problemas é a falta de capital de giro. A lei de licitações impõe restrições à participação de cooperativas na contratação de serviços públicos. A revisão da lei de falências tende, ao fragilizar o estatuto de “credor preferencial” do trabalhador, a dificultar ou, mesmo, inviabilizar a construção de soluções coletivas para a solvência de empresas.

De outra parte, cresce a necessidade de capacitar os trabalhadores associados na gestão do negócio de forma cooperativa. Além do desenvolvimento de técnicas de gestão, bem como de produção que estejam de acordo com os fins distributivos e democráticos do empreendimento associado. Um exemplo disso são as inovações da agro-ecologia, em que recursos da natureza são manejados a fim de assegurar produtividade e qualidade dos produtos de modo sustentável. Importa, assim, um redirecionamento das agências de fomento à pesquisa e formação para a busca de respostas criativas, inovadoras e adequadas a esse tipo de empreendimento.

A constituição de fundos solidários e de cooperativas de crédito como forma não apenas de capitalizar, mas de oferecer acompanhamento aos empreendimentos – o crédito assistido. A implementação de processos de certificação de produtos social e ambientalmente responsáveis, apontando no sentido da requalificação do consumo e da ampliação de oportunidades de inserção no mercado. A criação de espaços coletivos de comercialização (feiras, lojas, mercados solidários, grupos de consumo) aproximando produtores e consumidores. Além do que, a própria produção de informação sobre a realidade dos empreendimentos associados no país, como forma não apenas de dar a conhecer o peso econômico e social dessas práticas, mas também favorecendo a integração entre elas.

Sem dúvida, o reconhecimento, o desenvolvimento e a efetivação em termos públicos dessa agenda, que de um modo ou de outro já vem sendo ensaiada, passa pela natureza das relações entre os diferentes agentes da economia solidária. Tratam-se de relações das organizações mediadoras com os empreendimentos, entre elas mesmas e também deles entre si. Acrescente-se a relação de ambos com os agentes de Estado.

Na ausência de regulações públicas que absorvam essa realidade, as organizações mediadoras cumprem o papel de identificar as necessidades dos empreendimentos e mobilizar os trabalhadores associados em torno de ações voltadas a satisfazê-las. Esse papel tende a ser tão mais efetivo quanto mais próximo tais organizações estiverem da prática desses trabalhadores. Nesse processo, as organizações mediadoras acabam desenvolvendo métodos próprios de trabalho, bem como definindo campos específicos de atuação (Gaiger, 2004a).

A segmentação daí decorrente ameaça não apenas a construção de estratégias convergentes na produção de políticas públicas, pondo em risco a autonomia das organizações em relação ao Estado. Cria também dificuldades para a articulação entre os próprios empreendimentos. Essa articulação mostra-se necessária à mobilização em favor do reconhecimento e da efetivação da agenda pública, no que ela exige de reorientação dos recursos estatais. Além do que, a construção de vínculos sócio-econômicos no território entre os empreendimentos apresenta-se como condição para que alcancem sustentabilidade.

Em síntese, as dimensões públicas das relações econômicas indicadas pelo movimento da economia solidária serão tão mais evidentes, extensivas e passíveis de regulação quanto mais público for o espaço em que elas são forjadas. Aparentemente tautológico, esse raciocínio chama atenção para o fato de que questões públicas podem ser projetadas e mesmo

reguladas sem que reflitam laços, compromissos e responsabilidades sociais ativamente reconhecidos e exercidos pelos indivíduos.

Para Laville, assim como para Gaiger, as práticas da economia solidária situam-se no espaço intermediário entre mercado e Estado, a “esfera pública não-estatal”, tal como definição de Habermas. “Um espaço de interações engendrado pelos cidadãos, quando se engajam numa ação de intercompreensão (...) [o qual] não postula ser homogêneo mas, ao contrário, admite diferenças e o debate” (Laville apud Op. Cit.: 21). A interação no âmbito da esfera pública nos remete ao argumento de Giddens sobre a “democracia dialógica”, ou sobre os processos de interação reflexiva, onde se combinaria auto-fundação do sujeito com o reconhecimento de interdependências e solidariedades sociais.

“As práticas de autogestão (dos empreendimentos) os configuram como um ‘espaço público autônomo’ ou como ‘espaços públicos de proximidade (...) permitindo aos que nelas participam, tomar a palavra, debater, decidir e levar à obra projetos econômicos em resposta aos problemas sociais que encontram’” (Caillé e Laville apud Op. Cit.: 23).

Mas, se o espaço público ou dialógico tende a caracterizar as unidades econômicas associadas o mesmo não ocorre de modo evidente no campo do movimento social onde interagem a diversidade de segmentos com atuação na economia solidária.

Observador atento do movimento de economia solidária no país, Gaiger vê como um dos grandes desafios do movimento a integração dos modelos de ação das organizações mediadoras. Tais organizações que, com suas ações de apoio ou mesmo representação dos empreendimentos, conformam diferentes segmentos no âmbito da economia solidária. Para além dos riscos de uma relação dispersiva e subordinada diante do Estado, o autor considera tal articulação como necessária para se alcançar estratégias comuns dirigidas a amplos contingentes. Contudo, o autor admite que a adoção de regulações públicas de cunho universalista não apenas seja possível como desejável na superação da segmentação que marca o movimento da economia solidária.

“... a única forma de contornar a corrida entre diversos grupos segmentados, concomitantemente mobilizados, é instituir políticas regulatórias, vinculadas a propriedades da população-alvo a atingir e à

natureza universal da ação pública, de modo a cortar transversalmente os grupos de interesse e chegar a todos os beneficiários potenciais” (Op. Cit.: 22).

Sem desconsiderar tal possibilidade, o argumento aqui é de que as políticas regulatórias serão tão mais públicas e universais quanto mais o movimento social do qual elas emergem se mover por interações dialógicas, ampliando a esfera pública. Ou ainda, nos termos de Giddens, mover-se por relações de reciprocidade em que as partes atuem reflexivamente, dando visibilidade aos seus comprometimentos e sendo responsáveis pela consequência de suas ações⁵². O próprio Gaiger, recorrendo à Putnam, vai falar da necessidade de se avançar na direção de uma comunidade cívica, assentada em mecanismos de participação e em práticas de solidariedade, como forma de

“... interromper ciclos viciosos estagnantes, nos quais a vida social não se referencia em estruturas próprias, mas sim no Estado e em seus aparatos, politizando-se verticalmente, não mão oposta do civismo” (Op. Cit.: 25).

Uma vez que essa dimensão cívica, pública ou dialógica está referida nas próprias práticas econômicas associadas cabe investigar, sem perder de vista o ambiente macro, em que termos ela se processa aí, no micro. Reivindica-se, pois, a necessidade de focar a partir do micro, de tratar os aspectos institucionais e comportamentais pertinentes ao associativismo econômico. Quais seriam as normas, formais ou não, que estariam atuando a partir das unidades econômicas associadas em favor do engajamento reflexivo? Como qualificar os comportamentos dialógicos ou cívicos por ventura aí verificados?

A reflexão sobre os aspectos institucionais e comportamentais implicados nas unidades associativas se mostra necessária à compreensão e qualificação de novas solidariedades emergentes, a partir das relações operadas no interior do empreendimento e das que o extrapolam no contexto do movimento social. Ou seja, avaliar, nesse caso, como em tais unidades os indivíduos dialogam com a diferença e os sistemas abstratos, ponderando sobre as possibilidades de extensão do elemento associativo para além delas. Isso porque

⁵² Nesse sentido é revelador o debate que surge no seio do movimento social de economia solidária no Brasil sobre o papel das chamadas “assessorias”, normalmente ongs ou universidades que atuam oferecendo suporte a empreendimentos associados. Discute-se em que medida tais assessorias não limitam o acesso dos empreendimentos à palavra, à expressão de seus próprios interesses, acabando por reproduzir relações de subordinação e dependência desses em relação àquelas.

caberia ao movimento, em última análise, se organizar igualmente de modo associativo, favorecendo o engajamento reflexivo dos indivíduos e instituições nele envolvidos⁵³.

Nesse sentido, considera-se que mais importante do que projetar o “topos” reservado à economia solidária, como implante socialista ou como complemento ao Estado e mercado, seria investigar a consistência da dimensão pública por ela assumida de desprivatizar as relações mercantis. Ou melhor, ponderar em que medida tal dimensão decorre de solidariedades ativamente produzidas a partir das unidades econômicas associadas.

Embora se reconheça que as leituras de Singer, Laville e Coraggio são expressão do movimento da economia solidária, ao mesmo tempo em que lhe imprimem sentido, não é igualmente evidente que esse caminhe na direção por eles apontada⁵⁴. Sem desconhecer, pois, a influência dessas leituras inclusive sobre estas reflexões, a perspectiva é a de se aproximar da vitalidade contida no micro e de sua relação com o macro, aqui considerado como sendo os sentidos públicos expressos pelo movimento da economia solidária.

Supõe-se, portanto, que o engajamento reflexivo incidindo sobre as relações econômicas resgata com força o elemento associativo na formação do público. A fim de se avançar nos nexos entre o público – sua produção, seu reconhecimento e seu controle – e os processos de interação dialógica em meio associativo recorre-se aqui a análise de Dewey sobre “o público e seus problemas”.

⁵³ Vale assinalar a proximidade dessa abordagem sobre a desejável dimensão associativa do movimento de economia solidária com o elogio que se faz hoje à “rede” como forma de organização mais adequada ao movimento. A rede se caracterizaria exatamente pela horizontalidade, onde cada nó de rede (indivíduo ou instituição) seria sujeito de sua ação e co-responsável pelas interações de que toma parte direta ou indiretamente. A perspectiva da rede aponta para a pluralidade de interações associativas de que podem tomar parte cada indivíduo ou instituição. Apesar dessa convergência com a radicalidade da prática associativa, o enfoque sobre as redes tende a se ater menos sobre os aspectos institucionais e comportamentais que permitiriam o livre fluxo de informações e engajamentos reflexivos e mais na funcionalidade sistêmica que uma rede pode conter, como no caso de Mance, 1999.

⁵⁴ Essas leituras têm em comum a preocupação sistêmica, ou seja, de antecipar a inserção de economia solidária em modelos de ordenamento social. Mas também é verdade que nos casos de Singer e Laville está presente, mesmo que não como uma preocupação central, o tratamento de aspectos característicos da institucionalidade das unidades econômicas associadas.

2.2 A Democracia Pública de Dewey

Dewey recusa o caminho das causas hipotéticas, das condições originárias, para explicar a ordem social. Para o autor, trata-se de partir sim da ação dos indivíduos, mas de forma a avaliar e qualificar suas conseqüências recíprocas. O que distingue a associação humana seria exatamente o reconhecimento pelos indivíduos de implicações mútuas, de interdependências e conexões existentes, em relação às quais eles agem.

“Nós tomamos então nosso ponto de partida do fato objetivo de que os atos humanos têm conseqüências sobre outros, que algumas dessas conseqüências são percebidas, e que sua percepção leva a um subsequente esforço para controlar a ação, tanto como para assegurar algumas conseqüência e evitar outras. (...)”

Quando consideramos a diferença (da associação humana) nós nos deparamos com o fato de que as conseqüências da ação conjunta assumem um novo valor quando são reconhecidas. Por notar os efeitos das ações conectadas forçam os homens a refletir sobre a própria conexão; fazem dela um objeto de atenção e interesse. Cada um age, à medida que a conexão é conhecida, em vista da conexão. Indivíduos ainda realmente pensam, desejam e propõem, mas o que eles pensam é a conseqüência do seu comportamento sobre o dos outros e vice-versa. (...)”

Não existe sentido em perguntar como indivíduos tornam-se associados. Eles existem e operam em associação. (...)”

O que ele (o homem) acredita, espera por e objetiva é o resultado da associação e do intercurso. (...)”

Os planetas em uma constelação formariam uma comunidade se eles fossem conscientes da conexão das atividades de cada um com aquelas dos outros e poderiam usar esse conhecimento para dirigir o comportamento” (Dewey, 1981: 250-251).

O alcance das conseqüências produzidas no âmbito das interações entre os indivíduos definiria as dimensões privada e pública da associação humana. As conseqüências que atingissem interesses para além daqueles envolvidos diretamente em uma transação constituiriam, a partir de sua identificação e reconhecimento, o domínio do público. Aqueles

indiretamente afetados conformariam o público, que buscariam regular as conseqüências no sentido de combater eventuais males ou reforçar bens coletivos daí derivados.

“Desafiando esse novelo, nós somos levados a observar que as conseqüências são de dois tipos, aquelas que afetam as pessoas diretamente engajadas na transação, e as que afetam outras para além daquelas imediatamente envolvidas. (...)

A linha entre o privado e público é definida com base na extensão e escopo das conseqüências dos atos que são tão importantes que necessitem controle, seja para inibi-las ou promove-las. (...)

O público consiste de todos aqueles que são afetados pelas conseqüências indiretas da transação em uma tal extensão que é considerado necessário ter aquelas conseqüência sistematicamente cuidadas” (Op. Cit.: 244-246).

A regulação dessas conseqüências reconhecidas pelo público está na origem do Estado, à medida que elas se multiplicam em razão da diversidade de grupos e das implicações aí produzidas.

“Quando conseqüências indiretas são reconhecidas e há um esforço para regula-las, algo tendo os traços de um Estado ganha existência. (...)

A característica do público como um Estado procede do fato que todos os modos de comportamento associado podem ter conseqüências extensivas e duradouras que envolvem outros além daqueles diretamente engajados nelas. (...)

A supervisão e regulação (dessas conseqüências) não pode ser realizada pelo próprio grupo primário. Pois a essência das conseqüências que dão vida ao público é o fato que elas se expandem para além daqueles diretamente engajados em produzi-las. Conseqüentemente, agências e medidas especiais devem ser constituídas se elas devem ser tratadas; ou algum outro grupo deve assumir novas funções” (Op. Cit.: 251-253).

Diante da impossibilidade de se reconhecer e controlar todas as conseqüências indiretas, as regulações públicas atuariam, pois, no sentido de antecipar, ordenar e normalizar ações em vista de efeitos previsíveis. Nesse sentido, a eficiência de tal regulação encontra-se permanentemente sob questão, seja pelo modo como reconhece as conseqüências ou pela

seleção do que exatamente regular. Além do que, a dinâmica social, particularmente com o advento da indústria e do desenvolvimento tecnológico, tem levado à alteração de comportamentos associados, mudando constantemente a quantidade, o caráter e o impacto de suas conseqüências indiretas. Decorrência disso, as formas políticas existentes tendem a se tornar obstáculos para formas renovadas de público o que acaba por gerar descrédito em relação ao Estado ou conflito, já que os meios para regular as mudanças são dados por aquelas mesmas formas já instituídas.

Tal situação se verifica, segundo Dewey, no caso das formas políticas democráticas. O sufrágio universal e a escolha de representantes pela maioria não foram suficientes para assegurarem um controle democrático sobre o público. Isso porque o Estado democrático surge na revolta contra formas de governo estabelecidas, voltada a reduzi-las ao mínimo de modo a limitar os males que poderiam fazer. Decorrem daí a perspectiva do individualismo, centrada no argumento de que o limite da ação do Estado estava nos direitos inerentes do indivíduo, e a da naturalização das leis econômicas do trabalho como criação de riqueza, da acumulação e das trocas competitivas. Tais perspectivas foram responsáveis por reforçar a negação e o isolamento em relação a qualquer associação, exceto aquelas que os indivíduos formariam deliberadamente para seus próprios fins. Além do que, a mínima regulação demandada, como a proteção de direitos naturais dos indivíduos e das leis de mercado, acabou por se traduzir no controle do público pelos interesses da “classe de negócios”.

Nós podemos dizer que ‘o individual’, sobre o qual a nova filosofia está centrada, estava em processo de completa subordinação exatamente no momento em que ele estava sendo elevado as alturas na teoria. Como no caso da alegada subordinação dos assuntos políticos a forças e leis naturais, nós podemos dizer que as atuais condições econômicas são completamente artificiais, no sentido em que a teoria condena o artificial. Elas fornecem os meios empresariais pelos quais as agências de governo são tomadas e usadas de forma a seguir os desejos da nova classe de homens de negócio. (...)

As formas de ação associada características da presente ordem econômica são tão massivas que elas determinam os mais significantes componentes do público e a residência do poder. (...)

Em uma palavra as novas formas de ação combinada relativas ao moderno regime econômico controlam as políticas atuais, tanto quanto interesses

dinásticos controlavam aquelas de dois séculos atrás” (Op. Cit.: 294, 295 e 302)

Ao mesmo tempo, Dewey atribui às energias desencadeadas “pela era da máquina” a desestruturação dos vínculos comunitários característicos das associações face a face, implicando em mais individualismo e uma multiplicação das conseqüências indiretas. O autor fala de um “eclipse do público” à medida que o individualismo não reconhece interdependências e que o público torna-se múltiplo, disperso e difuso, incapaz de ser devidamente reconhecido. No presente, muitas conseqüências seriam sentidas ao contrário de percebidas.

“A Grande Sociedade criada pelo vapor e pela eletricidade pode ser uma sociedade, mas não é uma comunidade. A invasão da comunidade pela nova e relativamente impessoal e mecânica forma de comportamento humano combinado é o fato principal da vida moderna. (...)

As novas forças têm criado formas associadas móveis e flutuantes. A reclamação comum da desintegração da vida familiar pode ser posta em evidência. O movimento do rural para o urbano é também o resultado e a prova dessa mobilidade. Nada permanece fixo por muito tempo, nem mesmo as associações pelas quais negócios e indústrias são desenvolvidos. A mania de movimento e rapidez é um sintoma da instabilidade da vida social, e ela opera para intensificar as causas das quais ela se origina. (...)

Mas a era da máquina tem tão enormemente expandido, multiplicado, intensificado e complicado o escopo das conseqüências indiretas, tem formado uma imensa e consolidada unidade de ação, sobre uma base impessoal em vez de comunitária, que a resultante pública não pode ser identificada e distinguida ela própria. (...)

Nossa preocupação é estabelecer como é que a era da máquina ao desenvolver a Grande Sociedade tem invadido e parcialmente desintegrado as pequenas comunidades dos primórdios sem gerar a Grande Comunidade” (Op. Cit.: 296, 322 e 314).

Sobre esse estado de coisas Dewey conclui

“As mesmas forças que têm feito surgir as formas de governo democrático – sufrágio universal; executivos e legisladores escolhidos pelo voto da maioria – têm também trazido as condições que paralisam os ideais sociais e humanos que demandam a utilização do governo como o meio genuíno de um público inclusivamente e fraternalmente associado. ‘A nova era do relacionamento humano’ não tem agências políticas dignas dessa tarefa. A democracia pública é ainda largamente inacabada e sem organização” (Op. Cit.: 303)

Quais seriam então, nesse contexto, as condições capazes de gerar a Grande Comunidade, ou melhor, de propiciar o controle democrático sobre o público? Para Dewey, trata-se de se valer da comunicação sobre as conseqüências da ação, favorecendo o reconhecimento de conexões entre os indivíduos e de interesses comuns. Vale chamar atenção para as aproximações dessa argumentação e das que se seguem com os argumentos de Giddens. Como visto, dois dos aspectos da democracia dialógica definidos por esse autor são exatamente a responsabilidade sobre as conseqüências da ação e a comunicação da diferença ou o engajamento discursivo.

“As ligações que mantêm os homens juntos na ação são numerosas, fortes e sutis. Mas elas são invisíveis e intangíveis. Nós temos ferramentas de comunicação como nunca antes. Os pensamentos e aspirações congruentes com aquelas ligações não são comunicadas e daí não se tornam comuns. Sem tal comunicação o público permanecerá vago e sem forma, buscando espasmodicamente por ele mesmo, mas mantendo sua sombra em vez de sua substância. Até a Grande Sociedade ser convertida na Grande Comunidade, o Público permanecerá em eclipse” (Op. Cit.:323-324).

Para Dewey, o desenvolvimento dessa comunicação precisaria contar com o avanço da investigação social sobre as conseqüências das ações humanas, que seria realizada pelos *experts*. Os resultados dessa investigação devendo ser livremente disseminados.

“A primeira condição de um público democraticamente organizado é um tipo de conhecimento e discernimento que ainda não existe. (...) Uma óbvia exigência é a liberdade de investigação social e de distribuição de suas conclusões. A noção de que os homens são livres em seu

pensamento mesmo quando eles não o são em sua expressão e disseminação tem sido sedutoramente propagada. Isso tem origem na idéia de uma mente completa nela mesma, apartada da ação e dos objetos. (...)
Não pode haver público sem uma completa publicidade em relação a todas as conseqüências compreendidas aí” (Op. Cit.: 339).

Tal investigação e sua disseminação encontram restrições de diferentes ordens. De um lado, questões práticas como o perigo da especialização, o apelo da publicidade nos dias atuais mais para o sensório do que para a cognição e o próprio receio das pessoas em tratar de assuntos sociais, apegando-se de maneira reverenciadora às instituições estabelecidas. De outro, questões de método de investigação social hoje muito centrado no problema da relação entre o individual e social, tomados de maneira antitética. Essa dualidade seria hoje reforçada exatamente pela perda de referências e vínculos sociais em tempos de rápidas mudanças sociais, que projetam um sentido aparente de luta dos indivíduos para libertarem-se da sociedade enquanto tal. Dewey argumenta, contudo, sobre o caráter irreal dessa problemática, apontando para o fato de que os indivíduos estão permanentemente se (re)ajustando em novas ou velhas formas associadas, de modo a expressar e liberar suas potencialidades.

“Que a ‘evolução’ social tem sido ou do coletivismo para o individual ou o reverso é pura superstição. Ela tem consistido em uma continua redistribuição da integração social, de um lado, e das capacidades e energias dos indivíduos, de outro. Indivíduos encontram-se restringidos e depreciados pela absorção de suas potencialidades em algum modo de associação que tem sido institucionalizado e tornado dominante. Eles podem pensar que estão clamando por uma liberdade puramente pessoal, mas o que eles estão fazendo é buscando uma maior liberdade para partilhar em outras associações, de modo que a maioria de suas potencialidades individuais seja liberada e suas experiências enriquecidas. A vida tem sido empobrecida, não pela predominância da ‘sociedade’ em geral sobre a individualidade, mas por uma dominação de uma forma de associação, a família, o clã, a igreja, as instituições econômicas, sobre outras formas atuais e possíveis” (Op. Cit.: 356, grifo nosso).

Para alguns a investigação social não teria qualquer efeito, já que a massa daqueles que compõem o público não estaria interessada em aprender e assimilar os resultados da

investigação. Dewey defende que a disseminação deveria se valer do recurso à própria arte, a fim de favorecer a apreensão do conhecimento produzido.

“A apresentação é fundamentalmente importante, e apresentação é uma questão de arte. (...)

A liberdade do artista na apresentação literária, em outras palavras, é tanto uma pré-condição da criação desejável de uma adequada opinião sobre assuntos públicos quanto é a livre investigação social. (...)

A função da arte tem sido sempre de abrir caminho através da crosta do convencionalizado e da consciência rotinizada” (Op. Cit.: 349).

Ademais, para o autor trata-se de investigar e disseminar valendo-se do método experimental, por meio do qual o conhecimento e as proposições dele derivados seriam permanentemente checados à luz das conseqüências verificadas.

“Uma tal lógica (experimental) envolve os seguintes fatores: primeiro, que esses conceitos, princípios gerais, teorias e desenvolvimento dialético que são indispensáveis para qualquer conhecimento sistemático sejam moldados e testados como ferramentas de investigação. Segundo, que as políticas e propósitos para ação social sejam tratados como hipóteses de trabalho, não como programas para serem rigidamente aderidos e executados. Eles serão experimentais no sentido de que eles estarão sujeitos à constante e bem equipada observação das conseqüências que eles acarretam quando agem sobre, e sujeitos a uma revisão pronta e flexível à luz das conseqüências observadas. As ciências sociais, se essas duas estipulações forem cumpridas, serão então um aparato para conduzir a investigação, e para registrar e interpretar (organizar) seus resultados” (Op. Cit.: 362, grifo nosso).

Dewey acrescenta como condição para a realização da “Grande Comunidade” a afirmação do intercuro face a face como algo necessário para a identificação do público. Uma vez que as associações locais foram invadidas e parcialmente destruídas pelas incontrolláveis agências externas, Dewey se pergunta como essas mesmas tendências poderão restabelecer o vazio deixado pela desintegração da família, igreja e vizinhança. Na verdade, o

autor reconhece nessas influências externas sobre as relações face a face possibilidades de renovação dos vínculos sociais, a partir de uma rica e diversificada experimentação.

“Mobilidade pode no fim fornecer os meios pelos quais os resultados de remotas e indiretas interações e interdependências fluam de volta para a vida local, mantendo-a flexível, prevenindo a estagnação que tem atingido a estabilidade no passado, e fornecendo para ela elementos de uma diversa e multicolorida experiência. A organização pode cessar de ser tomada como um fim em si mesma. Então ela não mais será mecânica e externa, limitando o livre exercício do talento, prendendo homens e mulheres com cadeias de conformidade, conduzindo para a abdicação de tudo que não se ajuste no movimento automático da organização como uma coisa auto-suficiente. (...) A menos que a vida comunal possa ser restaurada, o público não pode adequadamente resolver seu mais urgente problema: encontrar e identificar ele próprio. Mas se ela for restabelecida, ela manifestará uma completude, variedade e liberdade de possessões e desfrute de significados e bens desconhecidos nas contíguas associações do passado. Pois ela será vigorosa e flexível tanto quanto estável, responsiva para a complexa e global cena em que está inserida” (Op. Cit.: 370, grifo nosso).

Os argumentos de Dewey aqui expostos ajudam, em boa medida, a pensar as possibilidades de reconhecimento e alargamento do público a partir das práticas econômicas associadas e do movimento de economia solidária⁵⁵. Como visto na seção anterior, existe hoje um esforço, no âmbito desse movimento, em dar publicidade às conseqüências indiretas geradas por aquelas práticas, de forma a conformar um público que compartilhe interesses comuns. Vale chamar atenção que essa construção passa, sem dúvida, por processos de investigação social voltados também para a identificação das conseqüências que devem ser neutralizadas, derivadas das práticas econômicas empresariais. Vale lembrar aqui o caráter extensivo e múltiplo atribuído por Dewey às conseqüências produzidas pelas associações ou agências econômicas. Evidencia-se, pois, a importância das conseqüências indiretas das práticas econômicas associadas sobre o alargamento e a requalificação do público.

⁵⁵ Vale notar, que a argumentação de Dewey corresponde em muito ao pensamento de Giddens sobre a influência dos sistemas abstratos, dos conhecimentos especializados – em particular, as ciências sociais –, sobre a reflexividade dos indivíduos. Ademais, a própria idéia do reencaixe de Giddens, a relação entre o global e o local, onde a confiança nos sistemas abstratos (compromissos sem rosto) é mediada pelas relações pessoais em que o indivíduo atua reflexivamente (compromisso com rosto). Uma influência que não parece ser suficientemente reconhecida por Giddens.

Quais seriam então os caminhos para o reconhecimento e a formação desse público? É certo que a produção de um conhecimento especializado sobre o conjunto dessas conseqüências indiretas precisa ser elaborado e comunicado entre aqueles direta e indiretamente afetados. A simples comunicação, como afirma Dewey, é capaz de alterá-las à medida que possibilita a formação de interesses compartilhados.

“Elas (as agências econômicas) têm um resultado diferente na medida em que o conhecimento das conseqüências é igualmente distribuído e a ação é animada por um vivo sentido de um interesse partilhado. A doutrina econômica usualmente estabelecida ignora a transformação que os significados podem efetuar; ela negligencia a nova mediação que a comunicação pode representar entre a indústria e suas eventuais conseqüências” (Op. Cit.: 333).

O conhecimento perito sobre as conseqüências deve, porém, ser produzido em diálogo estreito, conforme o método experimental de Dewey, com as práticas das quais elas derivam. Ou, nos termos de Giddens, a incidência dos sistemas abstratos é mediada pelas relações face a face. No caso do movimento da economia solidária, essa ligação entre conhecimento e prática cabe às organizações mediadoras em relação aos chamados empreendimentos de economia solidária. Contudo, não se imagina que os indivíduos diretamente implicados nas transações no âmbito desses empreendimentos possam reconhecer as conseqüências indiretas produzidas aí, sem antes perceberem as conseqüências pertinentes à própria organização. Ou dito de modo mais direto, um trabalhador não poderá defender publicamente formas coletivas de propriedade, caso não perceba a relação dessa forma de propriedade com uma mais equânime distribuição dos resultados obtidos pela organização.

Como o próprio Dewey argumenta, o intercuro face a face é o campo por excelência, em diálogo com os elementos externos, do reconhecimento do público. Chama atenção que o próprio autor confere ao espaço de trabalho como sendo o sucedâneo das associações territoriais, que tradicionalmente asseguravam tais enlaçamentos e vínculos sociais.

“É bastante verdade que as antigas formas de associação territorial não satisfazem as necessidades presentes. É verdade que os laços formados pela partilha em um trabalho comum, seja no que é chamado de indústria ou de

profissões, têm agora uma força que formalmente não possuíam. Mas esses vínculos podem contar com uma organização resistente e estável, que ao mesmo tempo é flexível e móvel, somente quando eles derivam do intercuro e da ligação imediatos. (...) Não há substituto para vitalidade e profundidade do direto e firme intercuro e vinculação” (Op. Cit.: 368)

O argumento aqui é de que o reconhecimento das interdependências e conseqüências internas e também externas à transação será tão maior quanto mais democráticas forem as formas associativas das quais elas derivam. Essas formas não se limitam, portanto, à unidade econômica associada, podendo envolver outras associações das quais o indivíduo toma parte, incluindo associações em que se insere a própria unidade econômica – como no caso de federações, fóruns, redes etc. Dewey fornece algumas pistas sobre tal “idéia democrática em seu sentido social genérico”.

“Do ponto de vista individual, ela consiste em ter uma responsabilidade partilhada de acordo com a capacidade em formar e dirigir as atividades dos grupos aos quais o indivíduo pertence e em participar de acordo com a necessidade dos valores que os grupos sustentam. Do ponto de vista dos grupos, demandam liberação das potencialidades dos membros de um grupo em harmonia com os interesses e bens que são comuns. Uma vez que todo indivíduo é um membro de muitos grupos, essa especificação não pode ser realizada exceto quando diferentes grupos interagem de modo flexível e completo com outros grupos. (...)

Um bom cidadão encontra sua conduta como um membro de um grupo político enriquecendo e enriquecida pela sua participação na vida familiar, na associação artística ou científica. Há um livre dar e receber: a plenitude de uma personalidade integrada é, portanto, possível de ser alcançada, desde que as influências e respostas de diferentes grupos reforcem um ao outro e seus valores estejam de acordo. (...)

Considerada como uma idéia, a democracia não é uma alternativa a outros princípios da vida associada. Ela é a própria idéia de vida comunitária” (Op. Cit.: 328, grifos nossos).

É nesse sentido que se justifica a investigação sobre as regras institucionais associativas que favoreceriam o reconhecimento da interdependência, bem como sobre a

qualidade dos comportamentos que derivam daí. Falta, pois, retomar a investigação social sobre o associativismo, ou seja, resta abordar e avançar sobre esse conhecimento especializado, extremamente necessário como se crê para o livre reconhecimento do público. Ainda mais, quando se constata o avanço das formas associativas sobre as relações econômicas, alargando as possibilidades de realização da “democracia pública”.

Capítulo 3

O elogio à associação: para além da comunidade e do contrato

3.1 Introdução

A essa altura cabe investigar qual a institucionalidade e os valores mais conformes ao engajamento dialógico e à produção do público e de novos vínculos sociais. A perda de referências tradicionais traz um vazio de sentido – o “desencantamento do mundo” –, ao mesmo tempo em que abre possibilidades de novas significações a partir da ação do indivíduo em interação com o “outro”.

Chama atenção que, tanto para Giddens quanto para Dewey, as relações face a face são responsáveis, em diálogo com agenciamentos externos, pela construção de novas solidariedades sociais e identidades pessoais. Em ambos os autores está também presente o elogio à associação como sendo o espaço, por excelência, de auto-fundação do sujeito ou liberação das potencialidades individuais, bem como do reconhecimento de interdependências e do público. A associação como vetor de uma sociabilidade democrática, que se traduz em

uma sociedade que produz de modo autônomo a si mesma por meio de uma sociologia realizada ou encarnada⁵⁶.

O próprio Laville irá destacar a importância assumida pela associação no contexto da modernidade.

“Compreender as razões de ser das associações torna-se um problema tanto mais atual quanto se verifica que a sociedade busca novas formas coletivas capazes de inventar, produzir e gerar respostas às dificuldades de uma época marcada tanto pelo individualismo quanto pelos fundamentalismos e sectarismos. (...)”

A associação que corresponde juridicamente a uma estrutura formal e independente (...) não comercial a título principal, não distribuindo lucros a seus membros ou a seus administradores e comportando um componente de participação voluntária pode ser abordada sociologicamente como um espaço que opera a passagem da esfera privada à esfera pública por um encontro interpessoal” (Laville 1997b: 34 e 63, grifos do autor).

Mas trata-se de qual associação? A perspectiva do engajamento voluntário em torno a objetivos comuns, não-lucrativos, não parece suficiente para qualificar o associativismo emergente. A associação torna-se, no contexto da modernidade, a ambiência de uma interação reflexiva, criadora de sentidos individuais e coletivos. Interessa, pois, uma aproximação dos aspectos institucionais e culturais relativos a essa forma associativa, comumente negligenciados seja pelos antigos ou novos enaltecidos da associação. Até porque, as associações não estão livres, como já foi mencionado, de cristalizarem seus objetivos, de se fecharem em um egoísmo de grupo, estabelecerem hierarquia rígida de papéis e, mesmo, serem dominadas pela lógica competitiva e utilitária.

⁵⁶ Certamente trata-se de uma renovação do elogio à associação que esteve presente no século XIX, seja pela vertente liberal ou socialista. Diante de uma realidade que já avançava no sentido da crise dos imperativos da tradição e da religião, a associação é tomada como ambiente de reconstrução dos liames sociais, mas agora em diálogo com a perspectiva de liberdade individual. A tentativa de resolução da ambivalência entre autonomia e solidariedade através do elogio à associação está presente tanto na obra de Tocqueville, quanto dos socialistas Saint-Simon, Fourier e Proudhon. As soluções dadas por esses autores mantêm, contudo, tal ambivalência, à media que buscam respostas no próprio argumento do interesse, procurando, de diferentes maneiras, vincular o interesse particular ao coletivo, o que se traduz em algo como um “utilitarismo simpático” ou um “individualismo social” (Chanial, 2001).

É verdade que os autores citados avançam na identificação de princípios relativos ao que seria o novo associativismo. Como no caso do cosmopolitismo de Giddens, caracterizado pela abertura para o “outro”, apreciação positiva da diferença, pelo engajamento discursivo e pela responsabilidade sobre as conseqüências da ação. A associação podendo se constituir como mecanismo não tradicional de “reencaixe”. Ou na defesa de Dewey de uma associação democrática, onde haja uma responsabilidade partilhada de acordo com as capacidades e a liberação das potencialidades dos membros do grupo em harmonia com os interesses e bens que são comuns. Já Laville destaca a presença de uma ação coletiva ancorada na intercompreensão e voltada para a produção de liame social, criando formas igualitárias de sociabilidade que favorecem a tomada de consciência da interdependência mútua.

Sem dúvida, essas indicações parecem se aproximar da nova qualidade do associativismo emergente. Elas serão retomadas mais adiante. Antes, porém, para se precisar a abordagem aqui pretendida importa considerar que tais indicações buscam declaradamente escapar da polarização comunitarismo versus individualismo. A crescente racionalização dos indivíduos e impessoalização das relações trazem não apenas o risco da atomização individualista, como também, de modo reativo, a revalorização e apego a laços comunitários. Focar os termos dessa polaridade interessa não para reforça-la, mas sim para melhor precisar a qualidade do novo associativismo que tende a supera-la.

3.2 Termos da polaridade comunitarismo versus individualismo e pistas de sua superação

Nisbet (1973) demonstra que, desde a emergência da sociedade mercantil nos séculos XVII e XVIII e com ela a ação motivada pelo interesse, observa-se uma oscilação entre negação e confirmação dos valores comunitários. A defesa ao longo do XVIII das formas contratuais de relação em substituição às organizações tradicionais da feudalidade, que passam a ser vistas como entraves às liberdades individuais. No XIX assiste-se o elogio aos vínculos comunitários perdidos realizado pela crítica romântica ao utilitarismo da sociedade industrial, que seria responsável por afrouxar os laços sociais e lançar os indivíduos no isolamento. A própria formação das associações operárias, na primeira metade daquele

século, responderia, em que pese o elemento de adesão voluntária, a uma tentativa de resgate de princípios comunitários.

“O impulso que os movimentos cooperativistas e de auxílio mútuo experimentaram no século XIX teve sua origem, em grande parte, nos esforços de restituir à sociedade parte do que ela perdera com a extinção das comunidades aldeãs e das guildas” (Nisbet, 1973: 260).

Outra reação identificada por Nisbet refere-se à contestação à solidariedade abstrata representada pelo Estado, impessoal e puramente jurídico. Assiste-se aí “a defesa da precedência da comunidade, da tradição e do status social” (Op. Cit.: 260).

A oposição do moderno vis à vis a tradição vai se refletir na sociologia pelo clássico debate, iniciado por Tönnies em 1887, entre duas formas sociais essenciais, a saber, comunidade e sociedade. Para o autor a comunidade (*Gemeinschaft*) é da ordem do afetivo e sentimental, ela corresponde à solidariedade profunda, a um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional e engajamento moral. Domínio do homogêneo no prazer, hábito e memória, ela exprime a tendência de se viver a vida do outro, compartilhando suas penas e participando de suas alegrias. Como exemplifica Nisbet, ela encontra sua expressão simbólica na religião, nação, raça, família, profissão etc. No caso da sociedade (*Gesellschaft*), oposta à comunidade, trata-se de uma ordem racional abstrata, correspondendo a uma separação de indivíduos, onde suas relações são regidas pelo contrato e cálculo de utilidade, possuindo um caráter impessoal e anônimo. Domínio do heterogêneo, ela exprime uma busca egoísta da felicidade procedendo em vista de um objetivo dado (Laville, 1997b).

Mais recentemente, Hirschman (1980; 1986) trata da mesma questão a partir dos termos da paixão e do interesse. Para o autor, a perspectiva do interesse refletida na prática do comércio alcança, nos séculos XVII e XVIII, grande prestígio e influência – a “tese do doce comércio”. Isso porque, ela seria responsável por infundir comportamentos de prudência e probidade capazes de frear as paixões mobilizadas em favor de valores como honra e glória – ideais heróicos da Idade Média. Ao mesmo tempo, imaginava-se que, a exemplo da “mão invisível” de Adam Smith, um mundo onde os cidadãos perseguem metodicamente seus interesses fosse mais previsível, portanto mais governável, que um outro em que os cidadãos se orientassem pela paixão.

Uma vez que os interesses prevaleceram, graças à expansão do comércio e da indústria no XIX, assiste-se ao lamento pelas virtudes perdidas (honra, respeito, amizade, confiança e lealdade). Ao mesmo tempo, o mercado não pôde cumprir sua promessa reguladora da ordem social. “Essa reação nostálgica se via reforçada pela constatação que a perseguição da riqueza material não era tão ‘doce’ ou ‘inocente’ quanto se tinha acreditado ou pretendido” (Hirschman, 1986: 19).

Hirschman reconhece que, em que pesem as reações, a perspectiva do interesse permanece atualmente com seu prestígio, graças ao avanço das práticas mercantis. Inclusive, haveria uma tendência de se estender o argumento do interesse para a explicação de aspectos não-econômicos da vida social. Para o autor, essa tendência seria responsável por enfraquecer o conceito e seu potencial explicativo. Vale aqui transcrever a síntese do conceito de interesse apresentada por Hirschman.

“A ação motivada pelo interesse parece ser caracterizada por dois elementos essenciais: o egocentrismo, quer dizer a atenção dominante do ator sobre as conseqüências para ele mesmo de uma ação dada, e, em segundo lugar, o cálculo racional, quer dizer o esforço sistemático para avaliar antecipadamente os custos, benefícios, satisfações etc. O cálculo racional pode ser considerado como o elemento fundamental: caso se aceite a idéia de que a ação é essencialmente o resultado de uma avaliação rigorosa dos custos e benefícios prospectivos, dar-se-á certamente mais peso àqueles que são conhecidos e quantificáveis; sendo evidente a partir disso que a ação se tornará também egocêntrica, pelo simples fato que cada pessoa conhece melhor seus próprios desejos, satisfações, decepções e sofrimentos que os dos outros” (Op. Cit.: 8, grifos do autor).

A lógica do interesse ou o cálculo utilitário pressupõe, portanto, uma nítida distinção entre meios e fins, ou entre custos e benefícios, implicando em uma clareza sobre o objetivo perseguido. Ações não-utilitárias em que não se tem clareza ou previsibilidade sobre o seu resultado, como no caso de participações em favor do interesse público ou bem comum, não seriam passíveis de serem explicadas pelo argumento do cálculo racional. Nesse caso haveria, segundo Hirschman, uma espécie de fusão entre meios e fins, em que os indivíduos poderiam “saborear antecipadamente” (*savourer à l’avance*) o resultado esperado da ação⁵⁷.

⁵⁷ As precisosas explicações oferecidas por Hirschman às ações não-utilitárias serão oportunamente retomadas.

Os sentidos aqui expostos, seja da comunidade/paixão ou da sociedade/interesse, são perfeitamente capazes, como será demonstrado, de explicar diferentes formas associativas, onde as relações não estão fundadas a princípio na coerção, mas no engajamento voluntário⁵⁸. Contudo, a ação reflexiva e as relações de interdependência características da modernidade parecem, de fato, não caber na leitura utilitarista, nem tampouco na comunitarista.

No caso de Giddens, a modernidade reflexiva resulta de uma crise das instituições, dos vínculos tradicionais, comunitários. A perda de referências tradicionais levando os indivíduos “a não ter escolha a não ser a de fazer escolhas; e essas escolhas definem o que eles são”. O indivíduo não estaria, nesse caso, sujeito apenas a escolhas de tipo pecuniárias ou materiais, mas também existenciais e identitárias. Daí a revisão reflexiva das tradições e convenções implicar em uma releitura do próprio individualismo como processo reflexivo de individuação, ou de autofundação, e não de maximização de ganhos privados. Uma individuação que depende da interação dialógica – e não do contrato –, responsável pela produção de novas identidades e solidariedades, sem cair em formas cristalizadas e reificadas de comunidade.

A respeito desse debate, as semelhanças do argumento de Giddens com o de Dewey são novamente evidentes. Para Dewey, a modernidade também representa uma desarticulação de formas tradicionais de associação, abrindo espaço para um individualismo de outro tipo. O autor argumenta sobre o caráter especulativo do binômio coletivismo/individualismo, pois, na verdade, os indivíduos estariam permanentemente se (re)ajustando a diferentes formas de associação, as quais estariam se tornando modernamente “móveis e flutuantes”.

“Eles (os indivíduos) podem pensar que estão clamando por uma liberdade puramente pessoal, mas o que eles estão fazendo é buscando uma maior liberdade para partilhar em outras associações, de modo que a maioria de suas potencialidades individuais seja liberada e suas experiências enriquecidas” (Dewey, 1981: 356).

⁵⁸ Talvez se possa aqui objetar quanto a uma visão minimalista da associação como engajamento voluntário em uma ação coletiva voltada a benefícios comuns, já que tal definição abarcaria variadas formas de organização, seja em termos dos fins perseguidos ou meios utilizados. Contudo, a defesa da associação como ambiência democrática, onde prosperariam comportamentos participativos e cooperativos, não pode prescindir de uma investigação sobre qual institucionalidade e cultura associativas caracterizariam tal associação. Ou dito de outro modo, não se pode apenas supor tal conteúdo democrático ou emancipador da associação, sem se qualificar os termos da interação associativa.

Para o autor é possível distinguir, na tradição liberal, duas formas antitéticas de individualismo. De um lado, a ética liberal estaria referida em um individualismo centrado na liberação da individualidade, na realização das capacidades individuais. De outro, uma antropologia liberal que, baseada na perspectiva do *homo economicus*, restringiria as possibilidades de realização do indivíduo. A ordem social atomizada, que resulta desse “individualismo rude”, seria incapaz de assegurar as condições para a promoção da individualidade, pois essa dependeria das formas associadas de interação.

“... as ‘leis’ reais da natureza humana são leis de indivíduos em associação e não de seres em uma condição mítica independentemente da associação. Em outros termos, um liberalismo que professe a importância da individualidade deve ser profundamente cioso da estrutura da associação humana. Pois essa última funciona de modo a afetar negativa ou positivamente o desenvolvimento dos indivíduos” (Dewey apud Zask, 1999: 65).

“Os indivíduos serão sempre o centro e o coroamento da experiência, mas isso que o indivíduo é realmente no curso da experiência de sua vida depende da natureza e do movimento da vida associada” (Dewey apud Chaniel, 2001: 236).

Ao recorrer a uma sociologia da associação, Laville reconhece nas formas associativas emergentes um híbrido das perspectivas da comunidade e do contrato.

“O paradoxo da associação é então de poder resultar ao mesmo tempo do princípio societário e do comunitarista. Essa é a razão pela qual todos os autores que, na seqüência de Tönnies, opuseram modernidade societária e tradição comunitarista não parecem em condições de compreender a integralidade do fenômeno associativo. A clivagem que estrutura tal argumentação acaba no final das contas em uma visão de associação amputada de algumas de suas componentes” (Laville 1997b: 49).

Para o autor, a autonomização na modernidade do “agir societário” em relação ao “agir comunitarista” não deve ocultar a persistência desse último como elemento explicativo das relações sociais contemporâneas. O elemento comunitário seria dado por valores compartilhados que estariam presentes na origem de toda e qualquer ação coletiva. Embora

também rejeite os postulados contratualistas da antropologia liberal, Laville reconhece a presença de uma comunidade política fundada na igualdade do “direito a ter direitos”, na “liberdade negativa”, que emprestaria ao engajamento associativo a sua componente societária, representada pela adesão voluntária⁵⁹.

Na modernidade, a comunidade política representaria o universo valorativo comum, em que os indivíduos confrontam livremente seus interesses e valores, produzindo novos sentidos, identidades e normas sociais. Daí a associação representar modernamente o espaço de inter-compreensão, favorecendo a tomada de consciência da interdependência mútua e, assim, constituindo novos liames sociais. Tais associações seriam igualmente responsáveis por vivificar e preservar “relações fraternais” e sentimentos de pertencimento. Esse engajamento comunitário não se confunde com um pertencimento fixo e definitivo, mas com um múltiplo, plural, sendo tal engajamento expressão e agência de variadas formas de comunidade.

“Dito de outro modo, a modernidade não poderá ser apreendida como o tempo do desaparecimento gradual das relações comunitárias. Ela se define mais pela relativização das formas de pertencimento que são acompanhadas de uma afirmação das relações societárias e uma pluralidade de comunidades vividas” (Op. Cit.: 62).

Laville assinala que a ação de inter-compreensão que caracteriza o espaço público – próxima, como ele mesmo argumenta, do “agir comunicativo” de Habermas – necessita de uma “rede pluralista de associações autônomas da sociedade civil”.

Como se constata, os autores que tratam das possibilidades contidas na modernidade vêem a associação não apenas como vetor, mas também como resultado da emergência de uma ambiência social cuja natureza é definida ora como pública (comunicacional ou inter-compreensiva), ora como cosmopolita (dialógica). Ademais, tais leituras pretendem se aproximar de uma dinâmica da interação social que não caberia nas abordagens de tipo comunitarista ou individualista, contratual. Contudo, ao tratarem da estrutura institucional mais conforme às interações reflexivas, tais leituras tendem a se concentrar sobre aspectos

⁵⁹ Giddens e Dewey não comungam desse argumento sobre a possibilidade de uma comunidade política fundada na liberdade negativa, pois os riscos da dispersão e atomização social continuariam incidindo nesse caso.

institucionais macro-sociais, descuidando de como os mesmos se traduzem de modo concreto na institucionalidade associativa⁶⁰.

A investigação sobre essa tradução é aqui reivindicada como sendo indispensável à explicitação da dinâmica institucional capaz de fazer avançar o potencial democrático e emancipador contido na modernidade. Ademais, ao não se buscar tal explicitação, corre-se um duplo risco. De um lado, o risco de não se conseguir escapar da referida polaridade e, assim, de não se vislumbrar possibilidades de “reencaixe” não tradicionais, que combinem autonomia e solidariedade. De outro, o de se pressupor uma ambiência dialógica e reflexiva, generalizando-a para as mais diferentes situações e projetando-a, por conseguinte, mais como uma vaga utopia do que um “realismo utópico”, nos termos de Giddens.

A necessidade de tal investigação se torna maior quando se verifica que o próprio universo econômico, até então dominado pela institucionalidade do contrato utilitário, é invadido pelo engajamento reflexivo. Tão mais importante pelo próprio fato de que esse domínio da lógica do interesse atua como fator constrangedor de mudanças institucionais em favor do associativismo emergente.

Sem esquecer, ainda, que as práticas da economia solidária, bem como as interpretações sobre as mesmas, não estão imunes ao olhar comunitarista. Ora atribuindo à comunidade homogeneidade e unidade afetiva e de propósitos, ora tomando a solidariedade como o elo que subordina a individualidade a um dado coletivo.

3.3 Uma abordagem institucional da associação

O debate sobre as instituições, muito presente nas últimas duas décadas, surge como contraponto à influência de correntes comportamentais e estrutural-funcionalistas. De um lado, reafirmando que a ação social é sempre situada, inserida em um ambiente institucional que a condiciona. De outro, importa considerar, para além da constatação do seu valor explicativo como ambiência da ação, de que maneira as instituições a influenciam.

⁶⁰ Ressalve-se que Laville se aproxima, como na próxima seção poderá ser observado, de uma abordagem da “sociologia da associação”.

A preocupação aqui é a de pensar a institucionalidade associativa, ou melhor, as regras e normas que estruturam a interação social em termos de uma ação coletiva⁶¹. Existem diferentes leituras no campo do neo-institucionalismo, muito influente na ciência política, sobre a forma como tais regras e normas impactam o comportamento dos atores.

A corrente do neo-institucionalismo da escolha racional (*rational choice*), tributária do pensamento econômico, representa uma dessas leituras. Para a *rational choice* a emergência das instituições liga-se à facilitação da troca voluntária entre agentes interessados em maximizar sua utilidade privada, ou seja, a produção de acordos a partir de regras que reduzam os custos de transação e gerem “ganhos de troca”.

De acordo com essa corrente, a produção da ação coletiva entre agentes racionais maximizadores depende de constrangimentos e incentivos institucionais que evitem o comportamento do “carona” (*free rider*). Ou seja, ao perceber que poderá, mesmo sem cooperar, se beneficiar do bem comum gerado pela ação coletiva, o indivíduo tende a deixar com que outros incorram nos custos implicados na ação.

Outras duas correntes do neo-institucionalismo, a histórica e a sociológica, embora com diferenças entre si, estão de acordo quanto às insuficiências da *rational choice* (Hall e Taylor, 1996; Koelble, 1995). Recusam a forma com que essa perspectiva tende a encarar a origem e a mudança institucional, como dependendo da intencionalidade dos agentes. A mudança institucional estaria, particularmente segundo a corrente histórica, limitada pela “subordinação à trajetória” (*path dependent*), ou seja, a mudança se dá em um ambiente institucional anterior que constrange as alternativas institucionais e cursos de ação futuros.

Outra crítica, refere-se à pressuposição pela *rational choice* das preferências dos agentes como algo dado, sem responder como elas são formadas e por que variam significativamente de pessoa para pessoa. Essas correntes rejeitam a noção de que a ação individual seja guiada apenas ou mesmo primariamente por cálculos e preferências que maximizam utilidade (Koelble, 1995: 241). Boschi (1984) oferece uma síntese dessas críticas.

A essência de tais críticas pode ser resumida em três linhas de argumentação. Em primeiro lugar, a própria suposição de racionalidade

⁶¹ Tal afirmação não ignora que a interação social também é responsável por estruturar regras e normas, como será tratado mais adiante.

instrumental é questionada, em vista da impossibilidade de um cálculo racional poder prevalecer em todas as circunstâncias – tal cálculo só poderia ocorrer em condições de informação perfeita. A segunda linha de argumentos também está relacionada à questão da racionalidade: a abordagem neo-utilitária reduz a ação coletiva ao contexto de interesses e à obtenção de benefícios concretos, desconsiderando a solidariedade e os estímulos afetivos como a argamassa das relações sociais. Finalmente, o terceiro argumento diz respeito à não consideração da estrutura social ao se passar da ação individual à coletiva” (Boschi, 1984: 18).

Como se vê, o debate teórico sobre o papel das instituições é igualmente permeado pela polaridade comunidade versus contrato. Como visto, a perspectiva de valores compartilhados está na origem de qualquer ação coletiva, mesmo aquela motivada por uma perspectiva utilitária. Nesse sentido, vale acrescentar que o individualismo movido pela lógica do interesse é igualmente fruto da interação social e, por conseguinte, de uma dada institucionalidade. Tal individualismo expressa, pois, uma forma de identidade pessoal, mesmo que, paradoxalmente, negue a sociabilidade.

Recorre-se, pois, a abordagem institucional com um recorte sociológico, segundo a qual as instituições são responsáveis por influenciar não apenas as estratégias, mas também as próprias preferências e identidades dos agentes. Para March e Olsen (1997), a perspectiva institucional (sociológica) é constituída em torno de idéias de identidade e de comportamento apropriado. A ação individual dependeria de respostas a três diferentes questões: que tipo de pessoa eu sou? Que tipo de situação é essa? O que uma pessoa tal como eu faz em um situação tal como esta? As instituições constituir-se-iam, pois, em parâmetros normativos e cognitivos responsáveis por conformar identidades e preferências dos agentes⁶².

A leitura de Laville sobre os aspectos institucionais da associação vai também nessa direção. O autor reconhece, para além do cálculo utilitário, a existência de diferentes “lógicas

⁶² Vale chamar atenção aqui para abordagens recentes da rational choice que buscam exatamente agregar uma perspectiva sociológica por reconhecer que “crenças culturais e processos cognitivos pertinentes às instituições são chaves para se entender a percepção pelo ator de seu auto-interesse” (Nee e Ingram, 2001: 30). Esses autores admitem, por exemplo, como “preferência universal dos seres humanos” a busca de aprovação social, algo que se mostraria determinante na estrutura de recompensas e punições voltada a produzir acordos sobre regras e normas. Contudo tais esforços acabam limitados em seu potencial explicativo à medida que permanecem fixados nos pressupostos do racionalismo utilitário.

da ação coletiva”⁶³. Para ele, a estabilização das relações internas e externas à associação passa pelo reconhecimento por seus membros da “lógica da ação coletiva”, que atua como “princípio de legitimação”.

“A passagem do bem comum à ação comum durável supõe que tais lógicas sejam liberadas. (...)

Essas lógicas da ação coletiva podem nesse caso ser qualificadas de lógicas institucionais, porque elas atribuem à associação sua dimensão institucional no sentido (...) das regularidades, fornecendo as referências para a ação e superando os limites dos grupos primários com os quais as pessoas lidam cotidianamente” (Laville, 1997b: 67, grifos do autor).

Tais princípios legitimadores ou parâmetros normativos e cognitivos das instituições ganham expressão através de regras e normas, responsáveis pela coordenação da ação. Vale notar que os autores, apesar de postularem que os indivíduos agem segundo um comportamento paramétrico, não descartam o caráter *goal-oriented* do agente que, através da interpretação da situação, definiria para si a conduta socialmente apropriada.

De acordo com a abordagem sociológica, o próprio cálculo das alternativas, da relação custo e benefício conforme a preferência do agente, característico da *rational choice*, corresponderia a “um dos comportamentos apropriados a um sistema de regras que podem ser socialmente legitimadas sob certas circunstâncias” (March e Olsen, 1997: 29). Tal abordagem permite flagrar congruências entre os arranjos institucionais da *rational choice* e o comportamento esperado dos agentes. Vale lembrar que muitas das análises do neo-institucionalismo voltaram-se para pensar as reformas de Estado dirigidas ao mercado. Desnecessário dizer que esse passa a ser um dos focos privilegiados da *rational choice*, já que a definição de regras que permitam ganhos de troca a indivíduos maximizadores encontra total correspondência com a motivação dos agentes econômicos privados.

⁶³ Laville identifica como lógicas possíveis da ação coletiva: “a *ação afetiva*, emocional ou tradicional para a qual a coordenação não se faz pela apelo à racionalidade, mas aos sentimentos ou às normas convencionadas, que mantêm as relações de fusão e comunhão; a *ação orientada para o sucesso*, que se explica pela coordenação ou compromisso de interesse motivado racionalmente para um fim, apoiando-se no princípio da liberdade negativa; a *ação regulada pelas normas* pelas quais a coordenação repousa sobre um acordo estabelecido a partir de convicções comuns, convicções resultando para cada um dos sujeitos de escolhas específicas à esfera privada, permitidas pelo princípio da liberdade negativa; e *ação inter-compreensiva*, pela qual a coordenação repousa sobre uma troca social ao seio da esfera pública sobre uma confiança e uma busca de entendimento se apoiando sobre o princípio da liberdade positiva” (Laville, 1997b: 64, grifos nossos).

A aproximação que se pretende aqui em relação à institucionalidade característica da associação emergente vale-se, pois, da abordagem sociológica do institucionalismo. Isso porque, a compreensão da instituição como parâmetro cognitivo e valorativo ajuda na percepção e justificação de diferentes lógicas ou racionalidades da ação coletiva. Para efeito dessa aproximação interessa traçar, seguindo tal abordagem, um quadro comparativo com o que seriam também as instituições pertinentes às associações de tipo comunitarista e individualista. O quadro que se segue, vale ressaltar, projeta uma tipificação ideal de padrões institucionais.

Padrões institucionais: comunitarista, individualista e autonomista

A instituição associativa de tipo individualista expressa, ao mesmo tempo em que reforça, a interação de atores cuja racionalidade move-se pelo cálculo prospectivo de custo e benefício em relação a um fim, ou objetivo dado. No caso da associação, trata-se de um fim comum, que se apresenta como oportunidade de maximização dos ganhos a partir do engajamento em uma ação coletiva ou de uma cooperação mutuamente lucrativa.

Nesse caso, as regras e normas estão voltadas a reduzir os custos de transação, já que não se trata de uma situação de “informação perfeita” e outros interesses particulares precisarão ser eventualmente sacrificados no momento em que o ator toma parte da associação. Além do que, a não cooperação, representada pelo fenômeno do “carona”, permanece sendo uma possibilidade. Daí a regulação ou normalização das relações se processar através de incentivos seletivos, recompensas e/ou sanções materiais ou não, de forma a alterar o cálculo do ator em benefício da ação coletiva⁶⁴.

Acrescente-se aí, que a institucionalização de tais regras e normas se processa a partir de relações de barganha entre atores com graus distintos de informação sobre as alternativas disponíveis. Nesses termos, o equilíbrio tende a ser alcançado por seleção competitiva entre agentes dotados de informações, dando origem a regras que distribuem de forma desigual os recursos em favor do grupo com maior poder de barganha (Knight, 1995).

⁶⁴ Como se vê, os postulados da “rational choice”, que tendem a dominar a literatura do neo-institucionalismo, são tomados aqui como pertinentes a uma forma específica de institucionalidade associativa.

No comunitarismo, as instituições regulam relações motivadas pelo sentimento de pertencimento ao grupo e, nesse sentido, o objetivo perseguido é indissociável da preservação no tempo dos laços pessoais tecidos no processo de interação. Ou seja, a unidade do grupo é vista como resultado e condição das relações entre seus membros. A coordenação da ação coletiva aqui se faz pela clara e rígida definição de papéis e, portanto, pela cristalização de identidades pessoais, que estarão a serviço dessa unidade. Não cabe aqui supor incentivos externos à ação, pois ela se apresenta como a fonte mesma de satisfação. Já a possibilidade de defecção ou de recusa ao cumprimento do papel determinado, que representaria uma ameaça à unidade afetiva e emocional, tende a ser punida com o banimento, a exclusão do grupo.

Já no caso da associação emergente, que será nomeada doravante de “autonomista”, o resultado perseguido pela ação coletiva não está dado *a priori*, como um objetivo claramente definido, constituindo-se em algo de incerto e imprevisível. A objetivação e realização do resultado decorrem da própria interação. Interessante retomar a esse respeito os termos de Laville quando ele diferencia “empresas associativas” de empresas convencionais.

“Para dizer de modo bastante simplificado, no caso da associação o bem ou serviço é gerado pelo liame social, ao contrário da empresa na qual é o bem ou serviço que engendra o liame social” (Laville, 1997c: 75).

Vale também retomar aqui o próprio Dewey.

“A organização pode cessar de ser tomada como um fim em si mesma. Então ela não mais será mecânica e externa, limitando o livre exercício do talento, prendendo homens e mulheres com cadeias de conformidade, conduzindo para a abdicação de tudo que não se ajuste no movimento automático da organização como uma coisa auto-suficiente” (Dewey, 1981: 370).

A interação, no sentido da inter-compreensão, do engajamento dialógico e reflexivo ganha aí centralidade na produção de novas solidariedades que imprimem, por sua vez, sentidos à ação coletiva. A motivação aqui é derivada, de um lado, do fato de que os indivíduos experimentam, para além do sentimento de pertencimento, novas preferências e possibilidades identitárias. De outro, conforme argumenta Hirschman, quando não se tem

clareza entre esforço e resultado esperado, como no exemplo de uma ação voltada ao bem comum, existe uma tendência de fusão entre a busca e o objetivo perseguido. Não se observa, portanto, uma nítida distinção entre meios e fins ou, mesmo, entre custos e benefícios. Nesse caso, a “busca toma a cor do objetivo” no sentido de que ao perseguir um ideal o agente anteciparia a satisfação de vê-lo realizado.

“Quem procura a verdade (a beleza) adquire freqüentemente a convicção, fugidia que seja, de a ter atingido ou tocado com os dedos; quem participa de um movimento pela liberdade e justiça tem freqüentemente a impressão de já desfruta-las. (...)

É esta experiência da saborear antecipadamente que equivale à fusão da busca e do objetivo...” (Hirschman, 1986: 99)⁶⁵.

As regras e normas estão voltadas aqui para assegurar a livre manifestação da diversidade de posicionamentos e preferências. O valor da diferença como indutora, por um lado, de um bem comum mais geral e universalista, e por outro, da relativização pelo indivíduo de sua posição identitária ao reconhecer outras maneiras possíveis de expressão de si. Vale lembrar a esse respeito o argumento de Simmel sobre o “estrangeiro”, em relação ao qual se estabelece uma relação de proximidade, sobre qualidades e valores gerais, e de distanciamento, ou mesmo de estranhamento pela ênfase que se estabelece sobre o que não é comum. Tal situação limite da diferença seria exatamente aquela capaz de ensejar o reconhecimento de interdependências mais extensivas.

“Com o estrangeiro somente se tem em comum certas qualidades de ordem geral, ao passo que a relação entre os ligados organicamente se constrói sobre diferenças específicas comuns frente ao puramente geral. (...)

Como membro do grupo (o estrangeiro) está ao mesmo tempo próximo e distante. Isso resulta de que a relação se baseia na igualdade geral humana. Porém entre os elementos se produz uma tensão particular, porque a consciência de não ter em comum mais que o geral, faz com que se acentue especialmente o não comum” (Simmel, 1939, 276-278).

⁶⁵ Ou nos termos do comentário de Chaniel sobre o pensamento de Dewey. “O ‘interesse’ que tem uma pessoa ao agir como um bom médico ou um bom pai, ao risco de sua vida ou em detrimento de sua própria carreira, é de fato que um e outro encontram seu eu nesta atividade ou nesta relação. Assim o eu não é mais o fim em relação ao qual o interesse por um tal objeto ou pessoa seria o meio” (Chaniel, 2001: 235). O autor fecha o argumento com uma citação de Dewey. “O eu e o interesse são os dois nomes de um mesmo fato: o gênero e o grau do interesse ativamente atribuído a uma coisa revelam e medem a qualidade do eu” (Dewey apud Op. Cit.: 235).

Quanto ao fato de que a manifestação da diversidade deve ser livre, importa considerar que as regras destinam-se a favorecer relações de igualdade entre os indivíduos. Retoma-se aqui o argumento de Dewey para assinalar que uma dessas regras refere-se à publicidade do conhecimento e das informações sobre as conseqüências pertinentes à própria atividade associativa e também para além dela⁶⁶. Lembrar a esse respeito do argumento de Giddens sobre a importância do diálogo reflexivo com os “sistemas abstratos”, representados pelos conhecimentos especializados organizadores do ambiente social.

A noção de que os homens são livres em seu pensamento mesmo quando eles não o são em sua expressão e disseminação tem sido sedutoramente propagada. Isso tem origem na idéia de uma mente completa nela mesma, apartada da ação e dos objetos. (...)

Não pode haver público sem uma completa publicidade em relação a todas as conseqüências compreendidas aí” (Dewey, 1981: 339).

O próprio estabelecimento das regras e normas que determinam a repartição de responsabilidades e os procedimentos de tomada de decisão deve ser objeto da manifestação da diversidade. Isso favorece não apenas a circulação da informação, como também a maior extensividade do bem coletivo a ser produzido, já que a variação dos formatos cooperativos para a escolha e produção de bens comuns apropriados delimita a extensão e distribuição dos seus benefícios (Pinto, 1998)⁶⁷.

Aqui também não caberia prever incentivos externos à ação. Não só em razão do próprio engajamento se traduzir em benefícios, mas também pelo fato de que a não participação significaria uma forma de auto-punição, pois representaria abdicar de influir na composição distributiva do bem a ser produzido e usufruído. A unidade do grupo, nesse caso, confunde-se com a regularidade de um “relacionamento inteligente” propiciado pela interação em um ambiente de igualdade.

Não se trata, portanto, de igualdade *dos* indivíduos, mas de igualdade *entre* os indivíduos. Os indivíduos se disporiam, assim, a confrontarem seus posicionamentos, não

⁶⁶ Como diz Singer: “o fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições...” (Singer, 2002: 19).

⁶⁷ Não apenas no sentido de que a participação torna-se, neste caso, ela mesma um benefício, mas também em razão de que a distribuição dos bens coletivos efetivamente produzidos varia em função do quanto cada um tomou parte na escolha desses bens, já que fins e meios tendem a se aproximar.

receando expô-los. O sentido de interdependência da interação social tende a ser, então, reconhecido e valorizado pelos indivíduos à medida que exponham e negociem reciprocamente suas preferências e identidades, ou, quando sentirem confiança.

Desnecessário afirmar que tal institucionalidade supõe, pois, a mudança de preferência. Não se trata, como esclarece Hirschman, de mudanças de gosto, que se realizam de forma irrefletida e arbitrária, mas sim de valores, operadas pela capacidade dos indivíduos de tomarem distância de uma dada preferência, avaliando sua pertinência⁶⁸.

“Os homens e as mulheres têm a capacidade de tomar distância com relação às suas necessidades, suas vontades e suas preferências ‘reveladas’, de se perguntar se eles têm verdadeiramente necessidade dessas necessidades e se eles preferem essas preferências. Então eles estão aptos a formar meta-preferências. (...)

Quando uma mudança de preferência foi precedida pela formação de uma meta-preferência, isso não se passa evidentemente sem que haja muito debate no interior de um eu dividido. Essa modificação caracteriza uma mudança de valores mais do que uma mudança de gosto” (Hirschman, 1986: 91 e 93).

Como já observado, tais padrões são aqui descritos como tipos ideais. Não se trata, pois, de buscar enquadrar a institucionalidade associativa em um único padrão. As associações, como afirma Laville, expressariam sempre um hibridismo de “lógicas institucionais”. Esse caráter híbrido se justifica pela incidência de motivações diversas da ação humana, que podem se traduzir em normas de diferentes naturezas convivendo em uma mesma associação, de modo combinado ou conflitivo. Acrescente-se, ainda, o fato de que as diferentes lógicas de ação podem encontrar expressão não apenas nas normas formais da organização, mas também nas “normas informais”, não reguladas, produzidas no curso das interações.

⁶⁸ Hirschman vê nas possibilidades de mudança de preferência, bem como nas motivações não-utilitárias presentes na ação coletiva, elementos que complicam o discurso dominante da economia política. Na verdade, tais possibilidades seriam responsáveis por imprimir aos fenômenos econômicos maior complexidade, abrindo brechas para se pensar outras formas, não utilitárias, de consumir e produzir. Vale aqui reproduzir a citação do autor a esse respeito.

“Em consequência é tornado possível de formular uma crítica – e nisso não falta ironia – que vai ao coração mesmo da disciplina conquistadora. Eu sustentaria que a ‘aproximação econômica’ tão incensada nos apresenta uma explicação muito simplista de alguns processos econômicos tão fundamentais quanto o consumo e a produção” (Hirschman, 1986: 89).

*“(...) normas informais surgem no curso de interações sociais como padrões de comportamento esperado e são mantidas quando se espera a recompensa por se agir em conformidade e a punição, no caso de desvio.
(...)”*

“O custo de violar uma norma informal é o de arriscar o próprio vínculo social, ou pelo menos experimentar a desaprovação social e redução de status no grupo” (Nee e Ingran, 2001: 25 e 35)⁶⁹.

Embora se esteja de acordo com o hibridismo institucional da associação, reconhece-se uma necessária hierarquização entre aqueles padrões. Interessante lembrar que, embora atribua ao princípio de reciprocidade uma relativa centralidade, Laville tende a perceber os empreendimentos associados como organizações que combinariam as diferentes lógicas econômicas – barganha, redistribuição e reciprocidade. Em seu ensaio sobre a sociologia da associação afirma o autor.

“Como a empresa privada que mobiliza subvenções as associações efetuam, pois, combinações entre diferentes princípios econômicos, mas sem que aquelas testemunhem uma hierarquização entre esses princípios” (Laville, 1997c: 82).

Caso se tomem os empreendimentos associados da economia solidária, há uma clara tensão entre a lógica do “sucesso” e a da “inter-compreensão”, para tomarmos os termos desse autor. De um lado, a necessidade de produzir bens e serviços para serem comercializados no mercado, de outro, o desafio de organizar uma gestão compartilhada do processo de trabalho, bem como de seu resultado. Dificilmente se verifica aí um equilíbrio estático entre tais perspectivas, sendo a tendência que uma das lógicas venha a predominar sobre a outra. A tensão também se dá em razão da mudança institucional, representada pela constituição de um empreendimento associado se processar em um ambiente anterior individualista, ou mesmo comunitarista, que constrange as alternativas organizativas e os cursos de ação futuros (o *path dependent*)⁷⁰.

⁶⁹ O argumento trazido pelos autores sobre as “normas informais” ou os “contratos implícitos” contribuem para o entendimento da dinâmica institucional. Porém, quanto à suposição de que a aprovação social seja uma preferência universal, deve-se chamar atenção que a qualidade pela qual se deseja ser aprovado não é, como será visto, a mesma entre os comportamentos de tipo individualista, comunitarista e autonomista.

⁷⁰ Vale lembrar que o próprio Laville irá tratar do que ele mesmo chama de “isomorfismo institucional”, referindo-se à tendência das cooperativas de banalizarem o comportamento econômico utilitário.

A opção aqui pelo institucionalismo sociológico não se explica apenas pela possibilidade de se tomar distância analítica das diferentes motivações da ação coletiva, bem como dos diferentes enquadramentos institucionais que as justificam. Tal abordagem traz como exigência analítica, ao tratar dos sentidos assumidos pela interação social, o reconhecimento dos valores que subjazem àquelas motivações, indo além de uma simples descrição de comportamentos aparentes.

Eis aí a outra abordagem aqui reivindicada, qual seja, avançar no tratamento da cultura pertinente à associação. Pretende-se, pois, investigar a cultura política como orientação do ator não só em relação às instituições ou aos objetos da vida social, mas principalmente ao “outro”. Ou seja, focar a ação dos sujeitos sobre sujeitos e com sujeitos. A análise da relação inter-humana tende a ser negligenciada nas abordagens sobre o comportamento dos atores. Talvez isso se deva ao fato de que na relação interpessoal o objeto também é sujeito, aquele que age sofre igualmente a ação do outro, tornando a qualidade da ação mais difícil de ser aferida. O estudo das relações e de suas significações tende a lançar o analista para o campo da cultura, da identificação dos nexos valorativos e cognitivos que movem o sujeito no mundo (Ribeiro, 1998).

O ponto aqui é o de exatamente enfrentar a questão dos padrões valorativos que conformam a ação, sem o que o entendimento das orientações do ator seja para com as instituições ou para com o outro será sempre insuficiente. Como querer validar a compreensão sobre as orientações dos atores desconsiderando os padrões valorativos que os movem?

Ao mesmo tempo, cabe evidenciar quais os valores emergentes que estariam hoje a balizar o “engajamento reflexivo” ou a “interação dialógica” pertinentes à modernidade e, em particular, ao ambiente associativo. Lançar luz sobre tais valores se faz igualmente necessário em um momento onde os riscos de fundamentalismos, individualistas ou comunitários, apresentam-se como horizontes possíveis no contexto de crise das tradições.

No caso dos empreendimentos associados, há uma tendência em supor comportamentos cooperativos e solidários sem se investigar os termos propriamente culturais que os referenciam. Daí correr-se o risco de nomear de modo indistinto comportamentos que

podem estar referidos a diferentes valores, como no caso de comportamentos de tipo cooperativos que não são incompatíveis com a perspectiva de maximização do ganho privado. Ademais, as referências valorativas mais comuns em favor dos empreendimentos de economia solidária tendem a oscilar entre valores ora comunitaristas ora emancipatórios, mas sempre acanhados no que refere à auto-realização do indivíduo.

3.4 Uma abordagem cultural da associação

A temática da cultura quando aplicada às sociedades contemporâneas tende a ser tratada, geralmente, como o conjunto de orientações cognitivas e valorativas dos indivíduos em relação a aspectos da vida social. Disso resultam, geralmente, ou meras descrições sobre percepções e condutas ou, indo um pouco mais longe, análises sobre graus de consciência moral dos indivíduos.

É comum encontrar em estudos de cultura política, que pretendem explicar o desempenho de instituições, o tratamento do comportamento dos indivíduos sem, contudo, investigarem as implicações valorativas daí decorrentes. Nesse caso, a apresentação do comportamento dos atores sugere uma oscilação entre práticas não colaborativas, oportunistas, particularistas e outras participativas, cooperativas, dirigidas para construção de interesses coletivos. Na verdade, tal abordagem, que descreve comportamentos aparentes, pouco esclarece sobre os valores que os orientam.

Além disso, considerar as orientações/atitudes dos atores como suficientes para definir o comportamento do ator significa tomar o efeito pela causa. Isso implica em reforçar a clivagem entre a estrutura cognitiva e valorativa do sujeito e seu comportamento aparente; ou pressupor uma dada racionalidade, um certo padrão de conduta como um dado axiomático que dispensa demonstração⁷¹. Esses limites se apresentam, por exemplo, nas leituras clássicas sobre cultura política de Almond e Verba (1965) e de Putnam (1996).

⁷¹ Como no caso da perspectiva da escolha racional, do indivíduo auto-referido que busca maximizar ganhos privados.

Almond e Verba pretendem investigar o tipo de cultura política consistente com o sistema político democrático. A partir da definição de cultura política como “atitudes e orientações para com o sistema político e suas várias partes e para com o papel do *self* no sistema” (Op. Cit.: 12, grifo nosso), os autores distinguem três tipos de cultura política (“paroquial”, “de sujeição” e “de participação”). As diferenças respondem, portanto, às distintas adesões – que implicam conhecimento, relação afetiva e juízos positivos – aos diferentes objetos políticos. A “paroquial” refere-se às sociedades que não chegaram a constituir um sistema político e que se encontram apegadas às estruturas tribais, familiares ou comunitárias. Quanto à “de sujeição” diz respeito à adesão dos membros da sociedade ao sistema como um todo e, mais particularmente, à parte do sistema dirigida à produção de resultados, ao aparelho administrativo que executa as decisões. Já a “de participação” adere não apenas ao sistema e seus aspectos de *output*, como também às estruturas de imissão (*input*), ligadas à formulação das decisões, além de valorizar a posição ativa de cada um no sistema.

Em seu trabalho sobre o impacto do processo de descentralização administrativa sobre o desempenho dos governos regionais na Itália a partir dos anos 70, Putnam destaca menos as instituições e mais a presença anterior de uma cultura cívica para explicar a instalação de “ciclos virtuosos” de desempenho responsivo dos governos. Tal cultura constituir-se-ia na participação do cidadão nos negócios públicos; na igualdade política, representada por relações horizontais de reciprocidade e cooperação; na confiança mútua; e na existência de associações, como estruturas sociais de cooperação.

Com efeito, a “comunidade cívica”, assim concebida, resulta para Putnam de um processo histórico de acumulação de “capital social”, entendido como reforço recíproco entre confiança e cooperação. Tais comportamentos, por sua vez, seriam alimentados principalmente pela disseminação de regras de reciprocidade e pelos sistemas de participação cívica. Nesse ambiente, representado pelas diversas formas de associações de interesses, produzir-se-iam incentivos à cooperação e confiança. Isso porque, a atividade associativa aumentaria, como afirma o autor, os custos potenciais do transgressor, promoveria a reciprocidade, além da comunicação e informação sobre a confiabilidade dos atores. Na verdade, os sistemas de participação funcionariam como redutores dos custos de transação da ação coletiva ao diminuírem a incerteza sobre o comportamento do outro. Isso significaria que tenderia a desaparecer o “oportunismo” daquele que, por desconfiança, não cooperava para se alcançar o interesse comum.

Sem dúvida, tais leituras ajudam na compreensão sobre comportamentos característicos em relação a desempenhos institucionais. Mas dizem pouco sobre os valores e motivações que movem o comportamento do ator ou, como já foi dito, tendem a atribuir a um dado padrão de conduta um valor explicativo geral.

Quando os estudos se propõem a ir além da simples descrição de comportamentos característicos, eles tendem a recorrer a modelos de análise retirados da filosofia política. Tais análises estão comumente voltadas para avaliar o quanto os indivíduos são capazes de abstrair juízos morais. Como no caso das categorias de Gramsci sobre os três momentos da consciência política (“econômico-corporativa”, “solidariedade do grupo social” e “ético-político”) ou dos três estágios do desenvolvimento moral e cognitivo nos termos de Habermas/Kohlberg (“pré-convencional”, “convencional” e “pós-convencional”).

Na perspectiva gramsciana, a fase “econômico-corporativa” representa o momento em que se adquire a “unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo”, o que só ocorre no segundo estágio. Já no terceiro, “se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se interesses de outros grupos subordinados” (Gramsci, 1989).

Segundo a tipificação habermasiana (inspirada nos estágios morais de Kohlberg/Piaget), a consciência “pré-convencional” percebe o direito como “obediência literal às regras e à autoridade, evitar o castigo e não fazer mal físico” ou como “cooperação governada por interesses próprios e imediatos”. Na fase “convencional”, os indivíduos percebem o direito como adoção e subordinação a papéis sociais, comprometendo-se com o bem-estar da sociedade e do grupo. Já o momento “pós-convencional”, “presume a orientação por princípios éticos universais que toda a sociedade deve seguir” independente do que ditam os papéis sociais (Habermas, 1989).

Certamente essas tipificações não possuem uma mesma matriz teórica⁷². Recorre-se, de forma sintética, a essas abordagens a fim de demonstrar que existe uma coincidência em supor estágios de consciência em um gradiente que vai do particularismo ao universalismo.

⁷² Obviamente, a adoção de uma ou de outra perspectiva aqui implicaria também em dialogar com os seus pressupostos e implicações metodológicas.

Contudo, parece haver aqui o risco dessas interpretações caírem em um argumento tautológico. Ou seja, os indivíduos assumiriam uma visão mais larga ao se associarem a princípios universais.

Antes de se perguntar qual a visão do indivíduo sobre o direito ou a justiça, cabe investigar quais as implicações dessa mudança, do particularismo ao universalismo, sobre o entendimento do indivíduo sobre si mesmo e sobre a relação que estabelece com o “outro”. Ou, em última análise, resta saber quem é o indivíduo que assume uma visão particularista e quem é aquele com um olhar mais universalista, descentrado.

Nesse sentido, postulamos aqui a necessidade de se incorporar as contribuições da antropologia para o estudo da cultura na e da contemporaneidade. Isso implica em reconhecer que qualquer interpretação aceitável sobre os indivíduos não pode prescindir da investigação de como eles descrevem a si mesmos e ao mundo. A forma como os indivíduos se expressam no mundo, ou como manifestam sua racionalidade, deriva necessariamente de como eles concebem a si mesmos e a relação com os outros (Soares, 1994).

Geertz (1979) recusa as concepções que tendem a reificar a cultura, tomando-a como “uma realidade ‘superorgânica’ autocontida, com forças e propósitos em si mesma”, externa ao indivíduo, ou a confundi-la com estruturas psicológicas definidoras do comportamento humano. Para ele, a cultura representa uma teia de significações expressa pelo pensamento, entendido como ato social, público, que se processa não em uma “gruta secreta na cabeça”, mas através do “tráfico de símbolos significantes”.

“O pensamento humano é rematadamente social: social em sua origem, em suas funções, social em suas formas, social em suas aplicações” (Geertz, 1979: 225).

Tais símbolos – “veículos materiais do pensamento (...) construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente” – carregam significados percebidos e experimentados pelos indivíduos. Cabe à antropologia, portanto, realizar uma “descrição densa” que perscrute os significados impressos na estrutura simbólica que dirige o comportamento dos indivíduos e fornece sentido aos acontecimentos por eles vivenciados, ou seja, cabe praticar a etnografia. Na verdade, o discurso antropológico seria sempre uma

interpretação “de segunda e terceira mão”, já que se volta a interpretar como os indivíduos interpretam os comportamentos e acontecimentos que experimentam.

O autor reconhece a “afirmativa etnográfica como ‘essencialmente contestável’” e a antropologia como “uma ciência cujo progresso é marcado menos por uma perfeição de consenso do que por um refinamento do debate”. Até porque, a cultura que se pretende interpretar constitui-se no ambiente, no contexto, que torna o mundo inteligível para os homens e, nesse sentido, em algo dinâmico e contingente, repleto de ambivalências.

“... a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (op. cit.: 24).

Com efeito, a análise antropológica de uma dada sociedade buscaria deslindar os padrões culturais que governam os indivíduos e grupos, ou seja, decifrar os ordenamentos de símbolos significativos. Embora sejam variados em uma dada sociedade, Geertz identifica padrões que, ao responderem necessidades existenciais “genericamente humanas”, gozam de um maior conteúdo normativo e cognitivo. Tais necessidades representam, além da forma como os indivíduos concebem a si mesmos, ou seja, a caracterização de “*pessoa*”, acrescentam-se as noções “*tempo*” e a percepção sobre o comportamento interpessoal, a “*conduta*”.

Ao interpretar, para o caso da sociedade balinesa, os efeitos das estruturas simbólicas que definem pessoa (nomes, termos de parentesco), tempo (calendários) e conduta (ritual, cortesia) sobre as percepções daqueles que a utilizam, Geertz sugere haver também uma interconexão estreita entre tais percepções. No exemplo de Bali, tais estruturas simbólicas encarnam respectivamente os sentidos de “anonimato das pessoas”, “imobilização do tempo” e “cerimonialização da conduta”, que tendem a se reforçarem mutuamente.

“A interdependência íntima e imediata entre as concepções de pessoa, tempo e conduta que foi proposta neste ensaio é, como eu poderia argumentar, um fenômeno geral, mesmo que no caso particular balinês ela seja de um grau bastante peculiar, de vez que tal interdependência é

inerente à forma pela qual a experiência humana é organizada, um efeito necessário das condições sob as quais é conduzida a vida humana” (op. cit.: 275).

Caso se considere válida a perspectiva cultural enunciada, arrisca-se aqui a dar uma outra tradução aos três tipos ideais de cultura política. Sugere-se, assim, em correspondência com a abordagem institucional realizada acima, outros três tipos de padrão cultural: o comunitarista, o individualista e o autonomista.

Padrões culturais: comunitarista, individualista e autonomista

Uma primeira aproximação em relação ao padrão individualista pode ser aqui ensaiada resgatando-se a origem do sentido de “pessoa” característico desse padrão. Para tanto, recorre-se às abordagens de Mauss (1974) e Dumont (1985), que tratam da emergência do individualismo na moderna sociedade ocidental, valendo-se menos da antropologia do que da história das idéias.

Mauss discorre sobre os diversos significados assumidos pela noção de “pessoa” em diferentes sociedades. O autor procura se aproximar da gênese da noção contemporânea do “eu”, entendida por ele como coincidindo com a própria consciência humana. Como ponto de partida, Mauss reconhece que todo ser humano, independentemente da sociedade que se tome, possui o sentido de sua própria existência física e moral.

“Direi apenas que é evidente, principalmente para nós, que jamais houve ser humano que não tenha tido o sentido, não apenas de seu corpo, como também de sua individualidade a um tempo espiritual e corporal.” (Mauss, 1974: 211)

Tal percepção de si encontra-se, segundo Mauss, revestida nas sociedades tribais de máscaras sociais, daí a origem da palavra “persona”. Máscaras que correspondem a papéis, posições, lugares inseridos na totalidade social. Um primeiro momento de individualização da

noção de pessoa, no sentido de não ser divisível, decomposta em variados “personagens”, ocorreu quando a pessoa se tornou um fato do direito, no caso do direito romano.

Embora também presente no direito romano, a noção de pessoa moral e consciente promovida pelo estoicismo destaca mais claramente a consciência de si de qualquer artifício de mascaramento. Mas ainda aqui, a consciência de si serve ao objetivo moral de definir o personagem que se deseja ser, seu caráter, sua verdadeira face. Segundo Mauss, somente com o advento do cristianismo, quando o indivíduo moral estóico ganharia então uma base metafísica, assiste-se “a passagem da noção de persona, homem revestido de um estado, à noção de homem simplesmente, de pessoa humana”. Essa individualização é ainda mais reforçada pela idéia de igualdade do homem diante de Deus.

Finalmente, a combinação dos movimentos pelas liberdades individuais com o pensamento político e filosófico dos séculos XVII e XVIII, comprometidos com as tradições cristãs e estóicas, foi uma das principais responsáveis pela moderna concepção de pessoa. Qual seja, a do “eu” sem papéis rituais a representar, destituído de máscaras sociais, e “que é apenas consciência”, “consciência psicológica”, “conhecimento de si”.

Dumont, seguindo os passos de Mauss, procura desenvolver uma “antropologia da modernidade”, que para ele se confunde com a ideologia individualista. Embora perceba distinções culturais presentes nos âmbitos das sociedades modernas, ele postula que a civilização moderna difere radicalmente das outras civilizações e culturas pela presença dominante da ideologia individualista. Mais ainda, apesar das idéias e valores de culturas dominantes sofrerem mudanças em sua propagação sobre outras culturas, a ideologia moderna do individualismo parece revigorar-se pela incorporação de elementos que lhes seriam a princípio estranhos e mesmo opostos.

A ideologia individualista caracteriza-se pela noção de indivíduo como

“... ser moral independente, autônomo e, por conseguinte, essencialmente não-social, portador de nossos valores supremos, e que se encontra em primeiro lugar em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade”
(Dumont, 1985: 37).

Em contraposição, caracterizando as demais civilizações, encontra-se a ideologia holista. O holismo define-se pela valorização da totalidade social e pela subordinação do indivíduo como parte constitutiva desse todo. Para Dumont interessa responder a questão de “como conceber uma transição entre esses universos antitéticos, essas duas ideologias inconciliáveis?”.

O primeiro momento do processo responsável por forjar a ideologia individualista surgiu, como no exemplo hindu do “renunciante”, com o valor cristão de desenvolvimento espiritual através do abandono, da renúncia da vida social, ou seja, do exercício de um “indivíduo-fora-do-mundo”, que se bastaria a si mesmo. Acrescente-se, ainda, a idéia cristã de igualdade dos “indivíduos-em-relação-com-Deus”. O autor atribui ao meio helenístico, dominado pelo estoicismo que já via na razão o fator gerador da igualdade entre os homens, elemento que favoreceu a disseminação desses valores cristãos.

Dumont chama atenção para o fato de que o individualismo não poderia ter prosperado de outra forma em meio a uma sociedade holista, senão através da “extramundandade”. Contudo, o cristianismo tende a apresentar um processo de adaptação à ordem mundana, submetendo-a aos seus valores absolutos, seja através da associação da lei da natureza à vontade de Deus ou da progressiva secularização da Igreja e do aumento do seu poder temporal. Esse processo de transição para o “indivíduo-no-mundo” completa-se com o advento do calvinismo. Embora ainda guiado por motivações extramundanas, o calvinista vê o mundo não como obstáculo a ser subordinado ou englobado, mas com o campo de atuação do indivíduo para a glorificação da vontade de Deus e obtenção do sinal da graça.

É no transcurso das guerras religiosas do século XVII, com a afirmação dos estados seculares e da liberdade de consciência como a primeira das liberdades políticas, que Dumont vê surgir a noção do direito natural, fundado no indivíduo autônomo do cristianismo e estoicismo. Tal direito concebe a sociedade e o Estado como “societas”, como frutos da associação mecânica entre indivíduos atomizados porque iguais, em oposição a “universitas”, unidade orgânica característica da pólis e mesmo da sociedade medieval.

A trajetória descrita por Mauss e Dumont dá conta da emergência do indivíduo individualista, como sendo aquele ser cuja indivisibilidade se expressa em uma “consciência de si” que se realiza nela mesma, independente da interação social. Contudo, Geertz chama atenção para o fato de que o pensamento humano é rematadamente social e, portanto, a

própria “consciência de si” está irremediavelmente imbricada no social. A faculdade humana de se perceber a si próprio não se pode exercer senão socialmente, valendo-se de signos e significados produzidos e intercambiados nas relações sociais. Disso decorre que tal faculdade se confunde, nas sociedades individualistas, a uma consciência de si reificada, aprisionada no eu-total, psicológico e independente; na razão kantiana, portadora da absoluta liberdade do indivíduo; e na polarização entre um mundo interno e outro externo. Com efeito, o indivíduo individualista é também uma “pessoa”, uma máscara social.

“... no estágio atual de desenvolvimento da autoconsciência, o indivíduo deriva especial satisfação da idéia de que deve tudo o que considera único e essencial em sua pessoa apenas a si mesmo, a sua ‘natureza’, e a mais ninguém. A idéia de que pessoas ‘estranhas’ possam ser parte integrante da formação de sua individualidade parece, hoje em dia, quase uma transgressão dos direitos do sujeito sobre si mesmo.” (Elias, 1994: 53).

Resta, pois, avançar sobre o sentido de “conduta”, ou do comportamento interpessoal que expressa, ao mesmo tempo em que justifica e reforça, essa autopercepção ou o sentido de “pessoa” do individualismo. Tal perspectiva do indivíduo como um ser moral independente, não-social, encontra na ação utilitária, movida pela lógica do interesse a sua forma de expressão. Ou seja, um indivíduo que define preferências e calcula estratégias eficientes para a sua satisfação representa uma derivação necessária de uma individualidade auto-referida.

Associada a essa visão de “pessoa” do individualismo como ser moral independente, não social e, por decorrência, utilitarista, verifica-se uma “conduta” que pode ser adequadamente caracterizada como de trocas instrumentais. Por meio dessas trocas o indivíduo relaciona-se com o “outro” encarando-o como ameaça ou como meio para o alcance de benefícios privados. Nesses termos, minha relação com o “outro” oscila entre sua exclusão ou neutralização, via concorrência, e sua subordinação em relações de equilíbrio cooperativo que me sejam vantajosas. Tais relações caracterizam-se igualmente pelo seu caráter impessoal, onde a subjetividade e os valores que suportam as preferências dos indivíduos mantêm-se fora do alcance da interação.

Como se vê, a troca instrumental tende a reificar o caráter sociológico das relações interpessoais, que se realizam entre indivíduos igualmente interdependentes, convertendo-as em relações entre indivíduos igualmente independentes. Mas, nem por isso, o sentido de

interdependência deixa de atuar. Dito de outro modo, a autopercepção do indivíduo como maximizador de preferências privadas depende de que o “outro” assim também o veja e se comporte.

“... o indivíduo só pode ser entendido em termos de sua vida em comum com os outros. A estrutura e a configuração do controle comportamental de um indivíduo dependem da estrutura das relações entre os indivíduos (...) é a auto-regulação do indivíduo em relação aos outros que estabelece limites à auto-regulação destes. Dito de outra forma, o indivíduo é, ao mesmo tempo, moeda e matriz” (Op. Cit.: 52 e 56)

A noção de “tempo” no individualismo se traduz, por sua vez, na reificação da temporalidade, da história, em um tempo descontextualizado, do “presente contínuo”, marcado pelo imediatismo imposto pelo ritmo da ação individual dirigida à produção de ganhos privados. O presente ganha igualmente um sentido funcional, instrumental, em relação a um futuro sempre perseguido e projetado como momento de maximização e satisfação de interesses.

Como se pode verificar, o padrão individualista se forja na contestação à perspectiva comunitarista que fixa o indivíduo, ou a sua “consciência de si”, a máscaras ou papéis sociais, referidos e subordinados a uma dada identidade coletiva⁷³. Daí o indivíduo se conceber a partir de uma identidade fixa, associada a papéis sociais rígidos e ao sentimento de pertencimento ao grupo. A relação com o outro é aqui uma relação de obrigação para preservar a unidade do grupo, tal como na definição de Durkheim sobre a “solidariedade mecânica”.

“As moléculas sociais que não seriam coerentes mais que dessa maneira, somente podiam se mover em conjunto, na medida que carecessem de movimentos próprios, tal como ocorre com as moléculas dos corpos inorgânicos. Por essa razão propomos chamar mecânica esta espécie de solidariedade. (...)”

⁷³ Em que pese o individualismo se contrapor em sua origem ao comunitarismo, arrisca-se aqui a afirmar que, no limite, aquele de alguma forma acaba por se confundir com esse. Não seria um despropósito afirmar que o individualismo representa a subordinação do “eu” ao papel social de indivíduo individualita.

A consciência individual, considerada sob esse aspecto, é uma simples dependente do tipo coletivo e segue todos os movimentos do mesmo...
(Durkheim, 1967: 113-114).

Tais relações se revestem de emoção e afetividade em razão do sentido de existência do indivíduo encontrar-se ancorado no vínculo que o liga ao grupo. Nesse sentido, o engajamento que se estabelece aí se traduz em um engajamento moral, implicando na formação de laços pessoais e afetivos, representando unidade de sentimentos. O “tempo” aqui se converte, a exemplo da sociedade balinesa estudada por Geertz, em um “tempo imóvel”, onde estão ausentes percepções e expectativas de mudança, não havendo, pois, uma clara distinção entre passado, presente e futuro.

Cabe agora qualificar de modo propriamente cultural os comportamentos emergentes que seriam característicos da modernidade. Retoma-se, a título de lembrança, alguns exemplos desses comportamentos como o reconhecimento e a responsabilidade sobre as conseqüências da ação, a abertura para o outro, a apreciação positiva da diferença e o engajamento discursivo e reflexivo. Como visto, as regras e normas da associação capazes de incitar tais comportamentos estão voltadas à livre manifestação da diversidade de opiniões e preferências. Quanto ao aspecto cultural cabe, pois, investigar que indivíduo é esse que assim se comporta e quais os sentidos assumidos aí pelas relações interpessoais e pela própria visão sobre o tempo.

Uma primeira aproximação da cultura autonomista, que estaria balizando tais comportamentos, deve ser buscada pelo sentido assumido aí pela “conduta”, pelo comportamento interpessoal. O indivíduo tende a reconhecer e a vivenciar o sentido de interdependência da relação com o “outro”⁷⁴. Tal interdependência não se verifica apenas pela implicação recíproca da ação de um sobre o outro. Tampouco se reduz a uma visão funcionalista de complementaridade entre as ações particulares, tal como no conceito de “solidariedade orgânica” de Durkheim⁷⁵.

⁷⁴ Deve-se chamar atenção que, se a cultura é sempre o produto de relações inter-humanas e, portanto, da interdependência sociológica dos indivíduos, a cultura “autonomista” seria a única a representar a percepção, valorização e vivência dessa mesma interdependência. Embora, no caso do padrão comunitarista, esteja também presente um senso de interdependência, este se apresenta associado e alienado a uma dado vínculo social. Já no individualismo ele se reduz ao sentido de interdependência de estratégias utilitárias.

⁷⁵ Segue citação do autor: “Aqui, portanto, a individualidade do todo se acrescenta ao mesmo tempo que a das partes: a sociedade se torna mais capaz de mover-se em conjunto ao mesmo tempo que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios. Cada órgão, de fato, tem ali sua fisionomia especial, sua autonomia e, não obstante, a unidade do organismo é maior quando mais marcada for a individualidade das partes. Em razão

A interdependência é percebida e/ou vivenciada em um sentido mais largo, qual seja, o de que o “conhecimento de si” passa pela possibilidade de manifestação do “outro”. É a partir da expressão do “outro” que o indivíduo pode reconhecer e ter a medida de suas preferências e identidades. Não se trata, é certo, de um simples mecanismo de comparação em que se buscam semelhanças e diferenças entre o comportamento de um e de outro. Talvez isso permitisse ao indivíduo ponderar sobre sua condição. Mas não seria suficiente para sugerir-lhe uma mudança possível de preferência ou de posição identitária, pois ficaria a cargo de cada um estabelecer os termos da comparação em relação ao comportamento do “outro”.

Tal interdependência parece derivar da capacidade do indivíduo de “assumir o papel do outro”, nos termos de Mead (1944). Para esse autor, o sujeito (self) se constitui a partir de um processo permanente de interpretação sobre seu comportamento por meio dos “símbolos significativos” (linguagem falada, gestual, além da própria fisionomia) produzidos na interação com o “outro”⁷⁶. Por meio dessa comunicação simbólica poder-se-ia “assumir o papel do outro”, permutar perspectivas, assim como se adaptar no processo interativo e ensaiar o comportamento frente aos outros na imaginação (Domingues, 2001: 26).

A relação mediada pelos símbolos permite que a individualidade seja objeto reflexivo do próprio “eu” (“I”), a partir especialmente da interpretação sobre como os outros a vêem e respondem à sua ação – a resposta do “outro” conformando o “mim” (me).

“O ‘eu’ é a resposta do organismo para as atitudes dos outros; o ‘mim’ é o conjunto organizado de atitudes dos outros que se assume. As atitudes dos outros constituem o “mim” organizado e então se dá a reação em direção a isso como um ‘eu’. (...)

O ‘eu’, então, nesta relação do ‘eu’ com o ‘mim’, é algo que é (...) a resposta que o indivíduo dá para as atitudes que os outros tomam em relação a ele quando ele assume uma atitude em relação a eles. Agora, as atitudes que ele toma em relação a eles estão presentes em sua própria experiência, mas sua resposta para eles conterà um novo elemento. O ‘Eu’ empresta um sentido de liberdade, de iniciativa. (...)

desta analogia, propomos chamar orgânica a solidariedade devida à divisão do trabalho” (Durkheim, 1967: 114-115).

⁷⁶ Note-se aqui a proximidade com a abordagem de Geertz sobre o “tráfico de símbolos significantes”.

Tomados juntos eles (o 'eu' e o 'mim') constituem uma personalidade como ela aparece na experiência social” (Mead, 1944: 175, 177 e 178)⁷⁷.

Em decorrência dessa interpretação o indivíduo seria capaz não apenas de ajustar sua ação a partir da antecipação das respostas do “outro”, como também rever seus posicionamentos e autopercepções uma vez posicionado a partir do “outro”⁷⁸. Essa interpretação do indivíduo sobre seus posicionamentos a partir da tomada simbólica da posição do “outro” se afigura, pois, como sendo a forma assumida pela interdependência⁷⁹.

O reconhecimento e a vivência dessa interdependência são responsáveis a um só tempo pela autofundação reflexiva do indivíduo e pela produção, daí decorrente, de novos sentidos e significados compartilhados. Daí a importância da interação com a diferença, como

⁷⁷ “Mead especificou seus conceitos da seguinte forma. O 'sujeito' (self), simultaneamente ativo e objeto de si mesmo e da sociedade, compunha-se de dois aspectos: o 'eu' (I) e o 'mim' (me). O eu respondia pelo aspecto ativo do sujeito, anterior à reflexividade no que tange à ação. Ele se move pelo impulso de intervir no mundo. O mim vinha depois, e, já condicionado socialmente, pela visão que os outros têm do sujeito e de como respondem à sua ação. Ele é, assim, altamente reflexivo, e obviamente próximo à noção de 'eu espelho' de Cooley (...) em seu conceito do 'eu espelho', Cooley observara que os indivíduos tomavam a si mesmos como objeto, através dos olhos dos outros, isto é, por meio das interpretações daqueles com quem interagem; neste processo, o aspecto simbólico da interação era decisivo” (Domingues, 2001: 25 e 27). A perspectiva de “assumir o papel do outro” já encontra referência na própria tradição da filosofia política, como no caso dos “laços simpáticos” presentes no conceito de “piedade” em Rousseau e de “simpatia” em A. Smith.

⁷⁸ Uma outra leitura sobre o sentido da interdependência está no chamado paradigma do dom ou da dádiva (Caillé, 2000). Segundo tal paradigma, as relações estariam baseadas no princípio do dar, receber e restituir. Tal perspectiva deriva da obra “Ensaio sobre o dom” de Mauss (1985), onde o autor realiza um estudo antropológico investigando as raízes e os significados simbólicos das trocas nas sociedades arcaicas. O princípio do dom corresponderia à forma de realização e expressão do liame social, que nas sociedades modernas teria sido reificado nas trocas mercantis, da venda e compra, e em um contrato destituído de qualquer conteúdo moral. O exercício do dom realiza-se combinando interesse e desinteresse; liberdade e obrigação. O doador realiza sua prestação sem a expectativa de restituição, mas ciente de que ela é condição para a confirmação da sua expressão manifesta por meio daquela prestação – pois, aquilo que é doado é indissociável de quem faz a doação. A liberdade está na disposição para dar e receber como forma de expressar o liame social, bem como de dar a reconhecer a identidade expressiva e singular das partes. A obrigação, por sua vez, se justifica não apenas pela necessidade de se estabelecer o vínculo, mas também porque a não doação ou restituição implica em “perder a face”, já que também no restituir está presente algo de dádiva. Nas sociedades arcaicas o exercício do dom está associado a prestações e contra-prestações que atribuem ao doador e donatário reconhecimento, prestígio e honra.

Mauss reconhece nas sociedades modernas a persistência do princípio do dom em várias relações que ainda não foram reduzidas a relações de compra e venda (a troca de presentes, o direito autoral, a seguridade social e as associações). O autor, bem como os continuadores de sua obra, particularmente aqueles reunidos em torno da revista francesa MAUSS (Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais), tende a reconhecer na associação a possibilidade de estender os aspectos característicos das sociedades primárias – reciprocidade, confiança, engajamento moral, devotamento mútuo, caridade – em direção as relações pessoais das sociedades secundárias (Caillé, 2000; Chanial, 2001). Se isso parece de acordo com os argumentos deste trabalho, faz-se a ressalva de que tais aspectos tendem a ser requalificados no contexto mesmo da interação associativa emergente. O dom seria exercitado aqui essencialmente como doação ou manifestação de si, pois assim se dando ao “outro” a restituição de si está assegurada pela simples manifestação do “outro”, através da qual me reconheço, resgato minha face. Nesses termos, os sentimentos tradicionais ou arcaicos do dom, fundados na honra, lealdade, caridade ou prestígio acabariam cedendo lugar a outros, citados na seqüência do presente texto.

⁷⁹ Não será demasiado lembrar aqui o que foi dito antes: o senso de interdependência da interação social somente sendo reconhecido e valorizado pelos indivíduos à medida que exponham e negociem livre e reciprocamente suas preferências e identidades, ou, quando sentirem confiança.

já referido no caso do “estrangeiro” de Simmel. O posicionamento a partir de um “outro” diferente é, portanto, condição não apenas de relativização, mas de alargamento do campo identitário e de preferências do indivíduo, bem como das solidariedades experimentadas⁸⁰.

Outra implicação da interdependência assim concebida e vivenciada, diz respeito à valorização da manifestação do “outro”, sem a qual, a própria consciência de si fica limitada em suas possibilidades de expressão. Como se trata de uma interação dialógica, cabe também ao próprio indivíduo se expressar, assumindo “engajamentos discursivos”, como condição necessária não só para a expressão e conhecimento de si, mas para o posicionamento reflexivo do “outro”⁸¹.

Pode-se dizer, então, que se trata de uma relação afetiva à medida que implica apreço, atenção e interesse pelo “outro”, mas não sentimental, já que não se traduz necessariamente em dedicação ou devotamento cultivado em relação ao “outro”. Trata-se também de uma relação pessoal, mas não de intimidade. Isso porque, ela comporta um sentido de proximidade e distanciamento, capaz, por um lado, de estabelecer um campo comum através do qual se justifica a interação, e por outro, de permitir que a diferença representada pelo “outro” possa, de fato, tomar a palavra.

Sem dúvida, a interação assim concebida pressupõe a relação face a face. Como se pode ver nos termos de Simmel.

“A mirada nos olhos do outro não somente me serve para conhecer eu a ele, senão que serve a ele para conhecer a mim. Na linha que une ambos olhos, cada qual transmite ao outro a própria personalidade, o próprio estado de ânimo, o próprio impulso. Nessa relação sensível imediata encontra aplicação efetiva a ‘política do avestruz’; aquele que não mira o outro escapa realmente, até certo ponto, de sua mirada. Para que o homem se ache completamente diante do outro, não basta que esse o mire é preciso que ele também mire o outro” (Simmel, 1939: 239).

⁸⁰ Nesse caso, o reconhecimento do público, ou das conseqüências para além da transação, pretendido por Dewey dependerá do quanto o indivíduo encontra-se inserido em formas associativas que o colocam em interação com a diferença. Ao mesmo tempo, a resignificação das relações a partir do reconhecimento e vivência da interdependência tende a implicar na produção de regras e normas informais ou formais, responsáveis por imprimir regularidade a tais relações.

⁸¹ Segundo a abordagem do paradigma do dom, assiste-se à mútua e necessária implicação entre o “doador” e o “donatário” na produção do liame social, por meio do reconhecimento recíproco.

Mas o sentido de interdependência não está, como argumenta Mead, limitado à relação com um outro indivíduo, incluiria também as organizações ou instituições. Trata-se aí do que autor chama da relação com o “outro generalizado”, a partir da qual o indivíduo seria capaz de reconhecer e se ver em cada um dos papéis pertinentes a uma dada organização e, por conseguinte, de responder a eles de modo apropriado⁸².

“A comunidade organizada ou o grupo social que dá ao indivíduo a unidade do self pode ser chamada ‘o outro generalizado’. (...) É na forma do outro generalizado que o processo social influencia o comportamento dos indivíduos aí envolvidos e conduzidos, e por extensão, que a comunidade exerce controle sobre a conduta dos seus membros. (...) Estas atitudes sociais ou de grupo são levadas para dentro do domínio direto da experiência do indivíduo e são incluídas como elementos na estrutura ou constituição de seu self, do mesmo modo que as atitudes de outros indivíduos particulares o são...” (Mead, 1944: 156-158, grifos nossos).

No caso da associação de tipo autonomista, ela representaria um “outro generalizado” que permitiria ao indivíduo intercambiar e vivenciar preferências e identidades. Como em tal associação o objetivo comum seria algo dinâmico, que se faz e refaz a partir da interação com a diferença, o indivíduo se perceberia igualmente em um processo contínuo de reconhecimento e expressão de si a partir da relação com o “outro”.

Cabe agora ponderar sobre qual a visão do indivíduo sobre si mesmo, ou a idéia de “pessoa” que deriva desse tipo de relação de interdependência. O indivíduo se concebe reflexivo, experimentando diferentes preferências e identidades possíveis a partir da interação social. O sentido de autonomia estaria exatamente no fato de que o indivíduo passa a se orientar por objetivos e percepções construídos por ele na interação social e não mais por fins coletivos que lhes são estranhos ou alheios e por papéis sociais fundados na tradição ou no costume.

Não se está aqui descartando a distinção, reparada por Mauss, entre a faculdade do indivíduo empírico de sentir e perceber a si mesmo, seus sentimentos e pensamentos, e os

⁸² Interessante notar que esse argumento sobre como o indivíduo se relaciona com a organização converge com a perspectiva do institucionalismo sociológico que supõe as instituições como padrões normativos e cognitivos que conformam comportamentos adequados ou esperados.

estados por ele assumidos socialmente. Embora se reconheça que a consciência de si opera de fato em cada indivíduo, ela encontra-se, tanto nas sociedades modernas quanto nas não-modernas, reificada e submetida a auto-imagens e máscaras fixas⁸³.

Com efeito, a liberdade do indivíduo estaria no reconhecimento e na vivência de uma consciência de si que se processa socialmente, ou seja, para o caso da sociedade moderna, na passagem da “consciência psicológica de si” para a “consciência sociológica de si” – ou quando a sociologia encarna. Portanto, caso se refaça de forma sintética e evolucionária a trajetória da noção do “eu”, diríamos que o “eu” se sentia parte de um todo; depois se sentiu todo, mesmo sendo parte; e, enfim, se assume parte de todos possíveis ou, nos termos de Elias, vivencia a “natureza multifacetada da consciência”.

“... é bem possível que pessoas de muitas sociedades simples, e até de várias sociedades contemporâneas bastante complexas, sejam incapazes de executar o ato adicional de autodistanciamento necessário para se viverem não apenas como um ‘eu’, mas como um possível ‘você’ para outros que se refiram a eles mesmos como ‘eu’” (Elias, 1994: 87)

É também verdade que a autonomia moral do indivíduo nos termos do individualismo, mesmo que reificada na razão iluminista e no interesse, implica em uma valorização da consciência de si como fonte de liberdade individual⁸⁴. Mas, quando os indivíduos expõem livre e mutuamente seus interesses e identidades, tende a se evidenciar para eles que essa consciência de si se faz e refaz a partir dessa mesma inter-relação. Ou seja, a consciência de si individualista passa a ser vista aí como uma entre outras formas possíveis de auto-percepção e, portanto, como uma forma limitada de expressão e realização do indivíduo.

“Eu tenho apontado que o problema do egoísmo é o de fixar um self estreito em detrimento de um self mais ampliado” (Mead, 1944: 384, grifo nosso).

“Um ato egoísta consiste nesse sentido menos uma oposição entre o bem-estar individual e o do outro do que uma divisão do indivíduo com ele mesmo. Limitando, assim, seus desejos sociais, o agente se priva desta

⁸³ Vale notar a proximidade dos sentidos de “consciência de si” e de “máscaras sociais” em Mauss, com a distinção de Mead entre o “eu” e “mim”, respectivamente.

⁸⁴ Como diz Mead, “(...) o ‘eu’ empresta um sentido de liberdade, de iniciativa” (Mead, 1944: 177). Cabe lembrar também Dewey, quando afirma que para além da antropologia liberal do *homo economicus*, que acabou por prevalecer, haveria uma ética liberal centrada na liberação da individualidade, na realização das capacidades individuais.

capacidade de fazer a experiência de uma vida plena e contínua e, portanto, de realizar de modo harmonioso o conjunto de suas capacidades” (Chanial, 2001: 233).

Daí a individualidade, ou o caráter singular e indivisível do indivíduo, encontrar expressão e realização na interpretação que ele faz de si mesmo a partir das relações de interdependência com o “outro”. Ou melhor, para retomar os termos de Giddens, quando “o eu se torna um projeto reflexivo”.

Autonomia aqui supõe, portanto, um processo contínuo de experimentação e realização de si a partir da interação social. Diferentemente da tradição liberal que considera a individualidade como uma faculdade dada, trata-se de percebê-la e vivenciá-la como uma realização contínua que se forma pelas escolhas mesmas dos indivíduos. Como afirma Mead, “(...) é como seres sociais que nós somos seres morais” (Mead, 1944: 385).

“Liberdade representa a liberação e efetivação das potencialidades pessoais que apenas emergem na múltipla e rica associação com os outros: o poder para ser um eu individualizado produzindo uma contribuição distintiva e desfrutando a seu modo dos frutos da associação” (Dewey, 1981: 329)⁸⁵.

Vale notar que nesse tipo de transação o tempo é mediato, ou seja, estende-se o horizonte temporal dos atores mediado pela relação interpessoal, onde meios e fins encontram-se em uma relação de causalidade múltipla e recíproca – como nos termos de Hirschman. Aqui o presente ganha centralidade como contexto das relações de que o indivíduo toma parte direta ou indiretamente. Trata-se de um resgate do “tempo histórico”, cujo ritmo e duração são impressos pela dinâmica das relações interpessoais, que se desdobram em múltiplos significados e sentidos.

⁸⁵ Nesses termos, a liberdade é “concebida por Dewey como uma *possibilidade* – ligada a uma forma de associação favorável à educação – e não como uma faculdade natural...” (Zask, 1999: 58, grifo da autora). Embora não descarte o sentido de escolha contido na idéia de liberdade, Dewey considera que aquela sempre será mediada pelas relações de que o indivíduo toma parte direta ou indiretamente. Tão mais livre será o indivíduo que, por meio do reconhecimento das interdependências com o “outro”, interferir sobre o universo de escolhas que estariam sob o seu exame. E o “poder agir” em favor de uma dada escolha ou preferência sendo, nesse caso, claramente percebido como indissociável da “responsabilidade com” as conseqüências dessa ação – nesses termos, direito e dever estão implicados mútua e necessariamente e não de forma mecânica ou abstrata. Essa relação necessária se reconhece também entre os termos “necessidade” e “capacidade”, à medida que aquela tende a significar necessidade de pleno desenvolvimento dessa.

Desnecessário dizer que tal tipologia de padrões culturais tem um valor explicativo bastante pertinente ao debate sobre as possibilidades de mudança cultural no âmbito dos empreendimentos associados. Pois, o fato de um indivíduo cooperar e participar em um grupo não significa, necessariamente, que ele deixe de se orientar principalmente por valores individualistas, de maximização de ganhos privados, ou mesmo, comunitaristas, de apego a papéis funcionais. No quadro abaixo segue uma síntese da tipologia apresentada sobre os padrões culturais e institucionais da associação.

QUADRO SÍNTESE DOS PADRÕES INSTITUCIONAIS E CULTURAIS

Padrões / Variáveis	Culturais			Institucionais
	(pessoa)	(conduta)	(tempo)	
Comunitarista	<ul style="list-style-type: none"> - identidade fixa, referida a um dado papel social - sentimento de pertencimento 	<ul style="list-style-type: none"> - relação de obrigação - laços afetivos 	<ul style="list-style-type: none"> - imóvel 	<ul style="list-style-type: none"> - regras voltadas para a unidade do grupo - organização segundo divisão rígida de papéis
Individualista	<ul style="list-style-type: none"> - identidade fixa, auto-referente - satisfação pelo ganho (sucesso) 	<ul style="list-style-type: none"> - relação instrumental - impessoalidade 	<ul style="list-style-type: none"> - imediato e instrumental 	<ul style="list-style-type: none"> - regras voltadas à maximização de ganhos privados - organização de acordo com incentivos seletivos (recompensas e/ou sanções)
Autonomista	<ul style="list-style-type: none"> - identidade reflexiva, referida na interação social - auto-realização (autonomia) 	<ul style="list-style-type: none"> - relação de interdependência - apreciação da diferença (pessoal, mas não íntima) 	<ul style="list-style-type: none"> - mediato e histórico 	<ul style="list-style-type: none"> - regras voltadas à manifestação da diversidade - organização conforme regras de igualdade

Resta ainda checar como se processaria a mudança de um padrão cultural ao outro. Não é demasiado lembrar que a tipologia acima proposta refere-se à identificação de tipos ideais. Nesse sentido, não se trata também aqui de buscar enquadrar o comportamento dos indivíduos em apenas um dos três padrões culturais indicados. O comportamento tenderia sempre a expressar um misto, um hibridismo desses padrões. Segundo novamente Geertz existe sempre um padrão cultural dominante que convive com outros “subdominantes” que lhes são conflitantes ou subordinados. A mudança adviria, segundo o autor, de qualquer

alteração em uma das noções existenciais de “pessoa”, “conduta” e “tempo”, já que elas encerram uma unidade significativa de entendimento do mundo⁸⁶.

Sem dúvida, a alteração de alguns desses termos está ligada a mudanças institucionais, que, por sua vez, são operadas a partir do momento em que os atores assumem novos cursos de ação. Trata-se, pois, de a uma relação de implicação recíproca entre a institucionalidade e os padrões de comportamento. Cabe então investigar, no caso das associações, como tais implicações se processam no curso mesmo da interação entre seus membros e deles para com o exterior.

* * *

A ponderação aqui é a de que o reconhecimento do público, ou das conseqüências para além da transação, pretendido por Dewey dependerá do quanto o indivíduo encontra-se inserido em formas associativas que o permitam estabelecer relações de igualdade com a diferença. Dito de outro modo, o alargamento do público a partir das práticas associadas depende do quanto elas se orientem pelo padrão institucional e cultural de tipo autonomista.

No próximo capítulo, pretende-se verificar se, como e em que medida tal padrão incide em empreendimentos associados, permitindo o alargamento do público no sentido do reconhecimento de conseqüências a serem evitadas e/ou promovidas. Pois, como se pode derivar de tudo o que foi dito, “não é de há muito tempo que as sociedades modernas são reconhecidas como produtoras autônomas de suas próprias normas e como não existindo senão do movimento incessante da invenção democrática” (Caillé, 2000: 133-134). Não será, pois, pequena a contribuição nesse sentido de associações de tipo autonomista caso elas incidam sobre as relações econômicas, que até aqui se mantinham fora do alcance desse movimento reflexivo da modernidade de reinvenção democrática da sociabilidade.

⁸⁶ A mudança de um tipo ideal a outro, dependeria, em cada uma das tipificações aqui apresentadas, de um processo de socialização do indivíduo. No caso de Gramsci, caberia ao partido ou ao “intelectual orgânico” de uma classe expressar e organizar, em acordo com as necessidades pertinentes ao processo histórico, a visão de mundo da mesma. Já para Habermas, a mudança de estágio viria pelo “agir comunicativo”, em que os discursos são confrontados e os inventários cognitivos dos indivíduos tendem a ser permanentemente checados e revalidados. No caso de Almond e Verba, em seu estudo sobre a cultura política, a passagem de um padrão ao outro dependeria em muito da socialização dos indivíduos através da educação. Para Putnam, a mútua exposição entre os atores a partir da interação associativa seria a explicação para a mudança de comportamento.

Portanto, na próxima seção busca-se travar a discussão sobre mudanças institucionais e culturais pertinentes a empreendimentos associados, tendo esses referenciais teóricos como horizonte. Vale ressaltar, porém, que as categorias de análise aqui expostas servem menos de molde para conformar as idéias e, muito mais, de inspiração para a análise.

Capítulo 4

Mudança institucional e cultural a partir de empreendimentos associados

4.1 Introdução

Sem dúvida alguma, o desenvolvimento de empreendimentos associados se desenrola em um contexto de constrangimentos nada desprezíveis no que se refere à possibilidade de se encontrar aí a emergência da associação de tipo autonomista.

De um lado, tais empreendimentos atuam no mercado, estando, pois, sujeitos à lógica da troca de bens e serviços entre agentes independentes através da fixação de preço. Disso decorre que o produto do trabalho associado deva ser passível de consumo a um valor que permita, no mínimo, a continuidade do empreendimento e a auto-reprodução dos associados.

De outro, a época atual é de avanço do princípio de mercado como principal forma de regulação social, reduzindo a capacidade do Estado de prover direitos que assegurem necessidades básicas aos indivíduos. Os empreendimentos associados acontecem, portanto,

em meio a uma retração de direitos elementares e possibilidades de auferir renda em um mercado de trabalho desregulado, pressionado pelo quadro de desemprego e precarização das relações de trabalho.

Apesar desses fatores e também por causa deles, o trabalho associado é uma realidade crescente em países como o Brasil. Observa-se, pois, que, juntamente com o crescimento do trabalhador conta-própria, emerge também o “conta-própria associado”, ou seja, uma opção, mais ou menos voluntária, de engajamento coletivo. Eis aí a novidade política atribuída a essas práticas associadas, em que indivíduos se envolvem em uma ação coletiva na construção de alternativas de sobrevivência e também para além dela.

As possibilidades contidas aí derivariam, também, do contexto de “desencaixe” ou “desinstitucionalização” característico da modernidade e que estaria atingindo, do modo diferenciado é certo, a todo e qualquer indivíduo. A possibilidade de um trabalhador desempregado ou na iminência de perder o emprego vivenciar a perda de referências tradicionais, entre elas o próprio trabalho assalariado estável, como mal-estar e insegurança profundos é algo evidente. A adesão a um empreendimento associado como resposta a esse contexto de desfiliação implica em uma aposta, mesmo que frágil, na ação coletiva. Aposta que se traduz em possibilidade real de construção de novas solidariedades e identidades, reforçando o sentido de novidade política acima referido⁸⁷.

Obviamente não está descartada a possibilidade dessas apostas coletivas redundarem em fundamentalismos de tipo individualista ou, mesmo, comunitarista. Chama atenção a esse respeito a persistência no tecido social brasileiro de “redes de sociabilidade abundantes”, particularmente nos meios populares, para além daquelas diretamente relacionadas ao trabalho

⁸⁷ De acordo com análise sobre o caso argentino das chamadas “empresas recuperadas” – cujo número, segundo matéria recente da revista *Newsweek*, chega a 180 desde que o processo se iniciou, em 2001 –, a motivação dos trabalhadores em controlar as empresas conduzidas à falência pelos seus antigos donos estaria no receio de cair na exclusão. Ou, nos termos de Castel, em um estado de marginalidade ou desfiliação extremada, representada pela perda de renda, suportes relacionais e proteção social, que implica em um processo que se retro-alimenta, impedindo a saída desse estado. Os trabalhadores argentinos teriam experimentado nos anos 90 – na “década menemista” – a “gestão da resignação”, em que o receio de cair na exclusão tornava-os passivos diante da precarização das relações de trabalho, que os lançava em um estado de vulnerabilidade. O rompimento com a resignação teria ocorrido em uma situação limite, de “beira do abismo”, em que os trabalhadores são expostos a uma situação crítica, em que a perda da ocupação em um contexto de precarização implicaria na impossibilidade de reinserção. Em que pese essa análise sugerir que os trabalhadores não tinham outra escolha, senão resistir e constituir o empreendimento associado, vale transcrever o sentido de aposta coletiva aí também reconhecido. “A recuperação da empresa permite a assimilação coletiva dos medos individuais, da oportunidade a acionar frente a sua desfavorável realidade, aporta um ingresso, abre espaço para a identificação, enfim, constitui um ensaio de refutação coletiva” (Fajn, 2003: 124).

assalariado estável – sociabilidade essa que estaria na base da chamada economia popular e, portanto, dos empreendimentos associados (França e Laville, 2004). Embora esteja presente nessa “sociabilidade popular” relações de reciprocidade, não se pode negligenciar que tais relações podem ser vivenciadas segundo o padrão comunitarista. Deve-se, pois, estar atento se, para o caso brasileiro, o engajamento associativo, em meio à perda do horizonte de um emprego estável, não poderia resultar também no reforço de laços de tipo comunitaristas resistentes, em vez de novas e flexíveis solidariedades.

Pretende-se sondar aqui exatamente as possibilidades de incidência, nesse ambiente, de traços de uma institucionalidade e cultura associativas de tipo autonomista, que favoreçam a interação reflexiva produtora de novos e “flexíveis” vínculos sociais. Com efeito, os constrangimentos e possibilidades contidos no contexto macro-institucional precisam ser investigados no contexto micro da associação. Como se trata de um contexto de crise, as disjuntivas risco e possibilidade, velho e novo, atravessam, como será visto na seqüência, o comportamento dos trabalhadores associados, dotando-o de um caráter ambivalente e, portanto, predisposto à reflexividade.

Não se pode, por exemplo, querer projetar um alargamento do público no sentido da democratização do econômico sem se tomar, igualmente, as possibilidades e constrangimentos dados a partir do ato associativo. Pode-se dizer, indo um pouco mais longe, que tal alargamento será tão mais consistente e efetivo quanto mais a perspectiva autonomista for dominante sobre a individualista e comunitarista nas relações entabuladas a partir do empreendimento associado.

Isso não quer dizer que se deva esperar que a superação de constrangimentos eventuais àquela perspectiva se realize exclusivamente pela interação no âmbito dos empreendimentos ou a partir deles, no movimento social da economia solidária. Certamente, a identificação e implementação de políticas públicas mais conformes às necessidades dos empreendimentos podem e devem também atuar nesse sentido. De todo modo, faz-se necessária, até para que se possa melhor avaliar a política mais adequada, uma maior clareza possível sobre as conseqüências a serem evitadas e as que devam ser promovidas a partir da interação associativa.

A fim de sondar como os aspectos macro-institucionais se traduzem em constrangimentos e possibilidades no contexto associativo, as próximas seções são dedicadas

a investigar eventuais mudanças institucionais e culturais a partir de um estudo sobre empreendimentos associados. Não se ignora que entre o contexto macro e os condicionantes no âmbito micro do empreendimento, um conjunto de outros fatores mediadores atua filtrando os impactos daquele sobre esse. Contudo, a perspectiva é a de privilegiar o foco nas circunstâncias institucionais e culturais pertinentes ao empreendimento, tomadas aqui como fatores intervenientes sobre o desempenho associativo⁸⁸.

* * *

Várias são as tentativas de classificação voltadas a dar um ordenamento à variedade de formatos e finalidades apresentada pelos empreendimentos associados. A fim de evitar uma tipificação que inclua tantas categorias quantas são as experiências, opta-se aqui por uma categorização minimalista, tomando por base a finalidade dos empreendimentos.

Os empreendimentos associados podem ser agrupados, portanto, em três tipos⁸⁹. Um tipo voltado para a produção de bens, outro que oferta serviços aos próprios associados e, um terceiro, que oferta serviço para consumidores externos⁹⁰. Vale dizer que os de produção são, normalmente, empreendimentos procedentes de falência ou de negociação com o antigo dono, dos quais os trabalhadores assumem o controle a partir da mobilização de seus créditos trabalhistas. Já os de serviço, tendem a ser fruto da agregação de trabalho, eventualmente de capitais, de desempregados, subempregados, autônomos, ou ainda, de pequenos proprietários.

⁸⁸ Vale citar aqui uma breve síntese de Gaiger sobre alguns dos fatores mediadores que estariam atuando em favor da emergência de empreendimentos associados. "... pode-se dizer que o surgimento dos empreendimentos econômicos solidários ocorre proporcionalmente à conjunção das seguintes circunstâncias: a) a presença de setores populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe (...) nas quais forjaram uma identidade comum, criaram laços de confiança e desenvolveram competências para sua organização e para a defesa de seus interesses. (...) b) a existência de organizações e lideranças populares genuínas, vinculadas nos movimentos de ação direta e nos sistemas de representação dos interesses coletivos próprios àqueles segmentos sociais. (...) c) chances favoráveis para que as práticas econômicas associativas sejam compatíveis com a economia popular dos trabalhadores, amoldando-se ao arranjos individuais, familiares e semicoletivos que lhes asseguram a subsistência e que estão inscritos em sua experiência e nos seus círculos de relação e de influência..." (Gaiger, 2004: 374-375). Embora o autor aponte outras condições, as citadas seriam as necessárias para assegurar um "lastro próprio" aos empreendimentos.

⁸⁹ Tal classificação não é rígida, alguns dos empreendimentos se enquadram em mais de um desses tipos.

⁹⁰ Serviço aqui entendido como produto da atividade humana que, embora não assuma a forma de um bem material, satisfaz uma necessidade.

No presente estudo há uma clara ênfase nos empreendimentos de produção – originários de falência ou de negociação com os antigos donos – sob o regime cooperativo⁹¹. Esse foco se justifica do ponto de vista dos objetivos do estudo de investigar eventuais mudanças de comportamento a partir da constituição de empreendimentos associados. Isso porque, conforme explica o próprio Singer, as cooperativas de produção teriam maior potencial democrático do que as de serviços, pois os seus controladores e gestores são os próprios trabalhadores e não seus clientes ou fornecedores. Ao mesmo tempo, muitos de seus trabalhadores guardam na memória, de forma clara, lembranças do tempo em que ocupavam a posição de empregados. Além do que, a confrontação entre enquadramentos institucionais de um momento para o outro favorece uma melhor aproximação das regras e normas influentes sobre o comportamento dos trabalhadores. Esses fatores permitem, em boa medida, checar o quanto se requalifica, após a constituição do empreendimento associado, a natureza coletiva da produção⁹².

No quadro abaixo são apresentados os empreendimentos estudados e a composição da amostragem utilizada⁹³.

⁹¹ Dos 13 empreendimentos estudados, nove são desse tipo. Vale assinalar, ainda, que todos os empreendimentos estão organizados sob o regime cooperativo, com exceção de um, voltado para a oferta de serviços a terceiros, que está constituído na forma de associação. Ver na seção 4.3 aspectos formais da institucionalidade associativa e cooperativa no Brasil.

⁹² As considerações que se seguem são, em grande medida, válidas para os outros tipos de empreendimentos associados, já que a organização empresarial tende a ser uma referência institucional também constante na estruturação daqueles.

⁹³ Nota metodológica: a composição da amostra para o estudo valeu-se das informações sobre o universo de aproximadamente cem empreendimentos acompanhados pelo escritório regional da Anteag, no Rio Grande do Sul, em 2001. Em conversações com os técnicos do escritório regional, definiu-se uma amostra de treze empreendimentos representativos do referido universo, observando-se os seguintes parâmetros: localização, respeitando a diversidade regional; diversidade de ramos de atividade; tempo de existência; e variedade de tipos (produção e serviço). Vale destacar que os casos selecionados são bem representativos dos diferentes ramos de atividade do conjunto de empreendimentos associados no estado do Rio Grande do Sul.

O trabalho de pesquisa foi realizado em duas fases: uma primeira, quantitativa, com aplicação de questionários; e, uma segunda, qualitativa, através da composição de grupos de discussão.

A pesquisa quantitativa consistiu na aplicação de dois questionários. Um questionário por empreendimento, voltado a obter informações sobre a sua forma de organização, e outro, destinado a obter informações sobre o comportamento dos trabalhadores. Em ambos os casos, eram os pesquisadores que preenchiam o questionário. A aplicação do primeiro era apenas com a diretoria do empreendimento, já o segundo foi aplicado com os trabalhadores, de acordo com a amostra referida no quadro apresentado abaixo. A seleção dos trabalhadores para a entrevista foi feita buscando respeitar a diversidade de funções existente.

A confecção dos questionários resultou de questionário piloto, testado em dois empreendimentos. No caso do questionário voltado para os trabalhadores, as questões foram fechadas depois dessa fase de testagem do piloto. Deve-se acrescentar que na apuração dos resultados do questionário foi feita a ponderação do peso das empresas, já que há discrepâncias entre elas quanto ao número de trabalhadores.

Quanto à fase qualitativa, foram realizados grupos de discussão em dez empresas e dois grupos mistos, reunindo trabalhadores de empresas diferentes (um dos grupos mistos foi composto apenas de mulheres). Cada grupo era composto em média por dez trabalhadores, respeitando novamente a diversidade de funções. Essa fase se realizou após a tabulação dos dados da etapa quantitativa, pois os grupos foram pensados como forma de checar e refinar as tendências apuradas nos questionários.

Para tanto, utilizou-se uma metodologia participativa, combinando aspectos metodológicos do “grupo focal” e do “planejamento participativo”, que dispusesse os trabalhadores a debaterem a própria realidade. Assim como nos

CIDADE	EMPRESA	TRABALHADORES	AMOSTRA	SETOR
Canguçu	Coopal*	500	49	Agropecuária
Santana do Livramento	Coofitec	70	31	Lanifício
Santa Maria	Asmar*	11	6	Separação de Lixo
Santo Ângelo	Ecoss do Verde*	25	20	Separação e Reciclagem de Lixo
Porto Xavier	Coopercana	280	42	Agroindústria
Erechim	Alumifer	21	19	Metalúrgica
Caxias do Sul	Fundecooppe	92	20	Metalúrgica
Caxias do Sul	Refricoop	25	20	Móveis e Refrigeração
Caxias do Sul	Coopeca	33	25	Móveis
São Marcos	Coopserra	280	55	Calçados
Novo Hamburgo	Renacoop	70	32	Calçados
São Leopoldo	Cooperleo	77	30	Ind. Carnes e Derivados
Montenegro	Ecocitrus*	39	18	Agroindústria
Total		1523	367 (24%)	-----

(*) Empreendimentos associados que não desenvolviam no momento da pesquisa a produção de bens, pelo menos não como atividade principal.

4.2 Breve quadro da realidade estudada ou dos constrangimentos do contexto⁹⁴

Ao iniciar a implantação de um empreendimento associado, os trabalhadores têm poucas informações sobre o que esse novo regime institucional representa. 67% dos trabalhadores disseram não ter idéia do que seja uma “empresa de autogestão”, já quanto à cooperativa, 94% afirmaram que têm noção do que seja (gráficos 1 e 2*). Porém, 71% dos trabalhadores responderam que nunca tinham participado antes de um empreendimento desse tipo. Dos 29% que responderam que já haviam participado de cooperativas, 54% disseram se tratar de empreendimentos no setor de agricultura e 41% no de agroindústria. Deve-se lembrar

questionários, buscou-se explorar nos grupos de discussão a memória oral dos trabalhadores a fim de comparar a situação anterior de empregado com a atual de controlador do empreendimento.

Vale acrescentar que, para efeitos de controle da metodologia, foram ainda estudados dois empreendimentos no Rio de Janeiro e um em Pernambuco. Os casos estudados foram, no Rio, a Cooperativa de Produção de Parafusos do Rio de Janeiro (Cooparj) e Cooperativa Friburguense de Ferramentaria (CFF) e, em Pernambuco, a Companhia Agrícola Harmonia (Usina Catende).

⁹⁴ É certo que o contexto institucional e cultural no qual se insere a experiência também deve ser uma variável a ser considerada. No caso em estudo, se há a influência de fatores específicos da realidade do estado do Rio Grande do Sul. Quanto a esse ponto, o presente trabalho pode apenas sugerir, com base nos dados levantados nos empreendimentos do Rio de Janeiro e Pernambuco, que as variações de uma região para outra não representariam, no atual estágio dos empreendimentos, condicionantes para o desempenho dos empreendimentos associados. Isso porque, as questões que dizem respeito a tal desempenho tendem a se assemelhar fortemente nas três regiões estudadas.

Agradeço aqui as contribuições de Maria Helena Craidy.

* Todos os gráficos aqui referidos encontram-se no Anexo.

que o cooperativismo no campo encontra-se, tradicionalmente, dominado pela lógica empresarial (gráficos 3 e 3.1).

Os empreendimentos associados, particularmente aqueles voltados para a produção, são recentes no país. Entre os empreendimentos pesquisados oriundos de falência, o que tem mais tempo de existência foi criado há seis anos (gráfico 4). E entre os que já iniciaram atividades como empreendimento associado o mais antigo tem sete anos. Os empreendimentos apresentam um tempo médio de existência de apenas três anos e meio. Este pouco tempo faz com que ainda se encontrem em situação de fragilidade econômica e organizativa. Comumente, iniciam com sérios problemas econômicos e financeiros, não tendo seus trabalhadores, na maioria dos casos, a propriedade sobre o patrimônio (do equipamento e do prédio) e tampouco garantias para obter financiamentos.

No caso dos empreendimentos de produção estudados, a passagem da empresa convencional para a associada implica invariavelmente em perdas decorrentes da diminuição de clientes e fornecedores, reduzindo o acesso à matéria-prima e a mercados. Além de alguns débitos do antigo dono, tais empreendimentos herdam normalmente equipamentos antigos e, mesmo, obsoletos. Tais dificuldades tendem a se reproduzir também nos empreendimentos voltados à oferta de serviços, pois a debilidade financeira cria dificuldades para se estabelecer uma clientela mínima capaz de proporcionar algum grau de sustentabilidade à atividade associada. Vale dizer, que a restrição de capital de giro para aquisição de matéria-prima tende a levar alguns empreendimentos a prestar serviços para terceiros, criando limitações, como será visto mais adiante, para uma gestão democrática do empreendimento.

A restrição financeira desses empreendimentos, refletida na falta de capital de giro, é ainda maior em razão das limitações patrimoniais e de renda dos associados. A renda individual mensal no empreendimento para 63% dos trabalhadores é de 1 a 3 salários mínimos (gráfico 5). Ao analisar a renda familiar as percentagens se alteram: 30% está na faixa de 3 a 5 salários mínimos e 24% na faixa de 1 a 3 salários mínimos. Isso revela o quanto a renda obtida no empreendimento se mostra essencial na composição da renda familiar (gráfico 6)⁹⁵.

⁹⁵ Ressalve-se, que, em que pese a falta de patrimônio, 74% dos entrevistados possuem casa própria, revelando um acesso a habitação bem acima da média nacional (gráfico 7).

Ademais, 62 % dos pesquisados não possuem outro trabalho remunerado (gráfico 8). Apenas 15% possuem algum outro tipo de remuneração regular, como por exemplo, aposentadoria e pensão. Estes dados revelam a importância da remuneração auferida nos empreendimentos associados. Para a maioria constitui-se na única fonte de renda. Ou seja, no caso dos trabalhadores associados, manter o posto de trabalho e a renda representa a sua subsistência e de sua família.

Outro constrangimento diz respeito à pouca valorização no mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por uma alta rotatividade do trabalhador, da qualificação da mão-de-obra e elevação de escolaridade. 65% dos entrevistados têm apenas o primeiro grau incompleto. Apenas 10% dos entrevistados chegaram a concluir o 2º grau. Ao analisarmos a idade dos pesquisados vemos que a maioria está entre 31 e 50 anos (58%), tendo, portanto, deixado a escola há muito tempo (gráficos 9 e 10). Em que pese os conhecimentos práticos dos trabalhadores, esses dados revelam uma deficiência em termos de instrução formal que, sem dúvida, impõem dificuldades para o envolvimento deles na gestão do empreendimento.

Quanto à composição em termos de sexo, 71% dos entrevistados são homens e 29% mulheres, o que pode ser considerado como uma amostra bastante representativa (gráfico 11). Uma vez que o total de mulheres que trabalha nos setores de indústria de transformação e agropecuária no Rio Grande do Sul era, em 1999, de 31%⁹⁶.

Em síntese, os empreendimentos estudados apresentam um tempo médio de existência baixo e uma fragilidade econômica e técnica. Além disso, a grande maioria dos trabalhadores apresenta baixa escolaridade e dependem da renda auferida no empreendimento para sobreviver. Resta saber o quanto as novas condições institucionais são capazes, em que pese tais limitações e por causa delas, de envolver os trabalhadores na gestão do negócio e no processo produtivo, para além da manutenção do posto de trabalho.

⁹⁶ Fonte: RAIS 99, versão preliminar, elaboração: Observatório do Trabalho/ STCAS-jun 2001

4.3 Sobre as mudanças institucionais e a possibilidade autonomista (ou autogestionária)

Conforme a legislação, a cooperativa não possui fins lucrativos e está voltada para o benefício dos cooperados. A gestão, embora comporte representação, deve ser compartilhada entre os associados através especialmente de assembléias, onde as principais decisões são tomadas pelo princípio de cada cabeça um voto⁹⁷. O regime de propriedade é coletivo, instituído por meio da integralização de quotas-partes que compõem o capital social do empreendimento. A cooperativa está voltada para a atividade comercial e produtiva, remunerando seus cooperados através de retiradas mensais e divisão de sobras eventuais do exercício.

É certo que as normas formais do cooperativismo aproximam-se, em que pesem algumas limitações, da instituição associativa de tipo autonomista. Contudo, o alcance dessa mudança institucional dependerá do quanto ela expresse e reforce comportamentos capazes de tensionar a estrutura institucional de tipo individualista, que caracteriza as sociedades comerciais⁹⁸. Com a constituição da atividade econômica sob o regime cooperativo assiste-se, de modo exemplar no caso dos empreendimentos de produção, a uma superposição, não sem tensões, da institucionalidade acima descrita sobre uma outra, empresarial.

Vale resgatar que a instituição empresarial está referida na motivação utilitária pela maximização de ganhos privados, organizada a partir de uma cooperação mútua e desigualmente vantajosa. O interesse na maximização de lucros, definidor desse tipo de empreendimento, varia em razão do quanto cada indivíduo espera alcançar aí de benefícios. Os ganhos privados que se buscam maximizar são distribuídos conforme o controle sobre a propriedade e as informações, que conferem poder de barganha e, portanto, maiores chances de acesso a recursos pelos seus detentores.

⁹⁷ Até aqui vão as semelhanças entre os regimes cooperativo e associativo na legislação brasileira. A associação não está voltada, como no caso das cooperativas, para fins comerciais ou produtivos, dedicando-se à promoção, educação e assistência social. A atividade comercial somente podendo ser realizada para implementação de seus objetivos sociais. Os associados não podem ser remunerados, excetuando os casos em que estejam envolvidos com alguma atividade produtiva necessária ao cumprimento da função associativa. Nesse caso, o associado deve ser também contratado como empregado da associação. Acrescente-se que no caso das cooperativas não há qualquer restrição à contratação de empregados. Vale destacar também a diferença entre o regime cooperativo e a sociedade anônima, onde o peso da participação varia em função do montante de ações controladas pelos sócios.

⁹⁸ Além dos constrangimentos externos já citados.

A lógica utilitária estabelece uma divisão dos ganhos que está refletida na própria divisão do trabalho, atuando para reforçá-la. De um lado, gestores que, detendo parte do capital e/ou de informações estratégicas, procuram ampliar suas possibilidades de ganho influenciando sobre as normas que determinam a repartição de responsabilidades e os procedimentos de tomada de decisão. De outro, produtores que, destituídos de propriedade, buscam através do conhecimento e realização de sua função assegurar a unidade produtiva, a fim de usufruir uma remuneração fixa, a manutenção do posto de trabalho e, eventualmente, alguma recompensa (benefícios, promoções etc.)⁹⁹.

Mesmo após a constituição do empreendimento associado, tal institucionalidade continua a estabelecer constrangimentos formais e informais. Exemplo maior disso, a referida divisão do trabalho tende a persistir seja através da demarcação de funções e papéis, da diferenciação de remuneração ou, mesmo, da delimitação do espaço produtivo e da gestão. Além do que, está presente também em normas informais que normalmente balizam a conduta do “ser empregado”, de cuidar da tarefa, reduzindo ao máximo custos outros em termos de trabalho e movendo-se, assim, pela expectativa de incentivos seletivos¹⁰⁰. Isso significa dizer que a lógica utilitária tende a se mostrar persistente na regulação das relações no âmbito dos empreendimentos associados.

Mas é também verdade que algumas mudanças institucionais impactam o comportamento no sentido da superação dos constrangimentos impostos por essa estrutura institucional persistente. Cabe aqui investigar as regras e normas formais ou informais que estariam atuando nessa direção e de que forma isso estaria se processando. Os termos da mudança propostos a seguir têm, obviamente, ritmo e alcance distintos seja em função do quanto e como eles são assimilados pelos trabalhadores, ou porque elas mesmos encontram-se mutuamente implicados.

⁹⁹ Importante considerar que, em que pese a dominância aí da institucionalidade individualista, existem regras e normas que incentivam a lógica comunitarista de apego a papéis funcionais em favor da unidade do grupo. Mas tal lógica está subordinada à perspectiva utilitária, já que a unidade do grupo nesse caso é meio e não fim, ou seja, ela se faz necessária para a realização do objetivo de ganho. Nesse sentido, embora os trabalhadores possam, como normalmente acontece, vivenciar suas posições funcionais como fonte de identidade pessoal e de pertencimento, essa auto-percepção encontra-se mediada pelo cálculo utilitário.

¹⁰⁰ Deve-se acrescentar que a própria institucionalidade cooperativa ao perseguir um ganho no mercado que reverta em benefícios para os cooperados está sujeita a induzir comportamentos utilitários, seja pela perseguição de maiores ganhos ou de menores custos.

Momento inaugural

O momento inaugural do empreendimento é aqui compreendido não apenas como uma marcação temporal, mas como um marco institucional que, em maior ou menor medida, influi na definição da identidade institucional e, por conseguinte, do comportamento esperado. Importa saber, pois, sobre o envolvimento dos trabalhadores na constituição do empreendimento, se existiu e de que forma se processou¹⁰¹.

Se considerarmos novamente o caso paradigmático dos empreendimentos de produção, o mais comum na origem desses empreendimentos foi a iniciativa de um grupo dos antigos empregados na constituição da cooperativa. A mobilização dos trabalhadores para assumir a administração do negócio se dá, invariavelmente, em um contexto de inviabilização econômica do empreendimento pelos antigos donos. Tal inviabilização implicando na instauração de um processo falimentar ou, mais raramente, em acordos entre os proprietários e os trabalhadores.

Ao grupo cabe, portanto, negociar, seja com a sindicância da massa falida ou diretamente com os proprietários, o arrendamento de máquinas e instalações a partir de passivos trabalhistas. Esse grupo se vê ainda frente ao desafio de restabelecer o processo produtivo e toda a estrutura de fornecedores e clientes, que, no mais das vezes, encontra-se desarticulada. Isso torna os esforços de mobilização por parte do grupo ainda maiores.

Vale dizer também que o grupo tende a apresentar, em alguns dos casos, vínculos anteriores com o sindicato da categoria ou com alguma forma de organização associativa. Com efeito, tais vínculos representam, em alguma medida, referências comuns que são mobilizadas no momento de constituição do empreendimento¹⁰².

¹⁰¹ Nos termos do estudo sobre o caso argentino: “o nível inicial de conflito e seu desenvolvimento posterior são uma ‘marca’ que se inscreve no corpo dos trabalhadores, que está muito vinculada com os processos de participação e integração próprios de cada experiência” (Fajn, 2003: 126). Aqui talvez resida uma das diferenças do caso argentino. A luta dos trabalhadores para assegurar o controle desses empreendimentos em meio à crise de dezembro de 2001, implicou em uma intensa mobilização, normalmente implicando na ocupação da antiga empresa. Além do que, boa parte dos casos das empresas recuperadas argentinas é fruto de expropriação pelo governo, que cede em comodato para os antigos trabalhadores. No caso brasileiro a mobilização também está presente, mas com menor intensidade. Já o controle das empresas pelos trabalhadores não resulta, como visto, de expropriação.

¹⁰² Mas se verificaram também casos em que os trabalhadores não recorreram a qualquer vínculo associativo anterior, o que tornou o esforço inicial de mobilização ainda mais significativo.

Mesmo considerando o envolvimento de apenas parcela dos trabalhadores na formação do empreendimento, isso por si só já indica uma origem associada à participação e cooperação entre trabalhadores. Some-se a isso o fato de que esses empreendimentos constituem-se sob o regime de cooperativa, cuja gestão e forma de propriedade orientam-se, em termos formais, no sentido compartilhado. E no caso dos empreendimentos resultantes de falência há o comprometimento dos débitos trabalhistas para a viabilização do empreendimento, reforçando o sentido de aposta coletiva. Daí a participação e cooperação apresentarem-se, em boa medida, como padrão de comportamento esperado.

No momento inaugural desses empreendimentos é comum alguns trabalhadores não aderirem à cooperativa ou, mesmo, não serem absorvidos por razão de debilidade econômica do empreendimento. Muitas vezes, é o pessoal administrativo e de gerência que tende a optar por saídas particulares, talvez pelo fato de se verem com maiores chances de reingresso no mercado formal ou por terem relações aproximadas com os antigos donos. Isso implica, em uma desarticulação dos papéis hierárquicos, particularmente os referentes à gestão do negócio. Esse afrouxamento inicial das relações de hierarquia tende a produzir inseguranças quanto à viabilidade do negócio, já que a nova gestão cooperativa se ressentida de competências específicas. Insegurança agravada pela imperiosidade de por em funcionamento a produção.

Mas se o afrouxamento da hierarquia gera inquietações ele oferece, ao mesmo tempo, possibilidades de participação dos trabalhadores na gestão à medida que há a desarticulação da estrutura vertical que marcava o momento anterior à cooperativa. Os trabalhadores deparam-se, de forma circunstancial é certo, com uma hierarquia anterior desfeita, abrindo-se, assim, a possibilidade de sua reconstituição nos moldes precedentes, ou de sua recriação em favor de uma maior igualdade, ou horizontalidade nas relações dentro do empreendimento. São, portanto, desafiados pela nova situação a recompor o empreendimento e seus postos de trabalho por sua própria conta.

Sem dúvida, a adesão dos trabalhadores à iniciativa é, em princípio, muito marcada pelo desejo de assegurar o posto de trabalho. Na verdade, para 61% dos trabalhadores o motivo que os leva a participar da cooperativa é “alternativa de emprego” (gráfico 12). Embora essa resposta reflita uma motivação utilitária, importa reconhecer que ela se orienta no sentido da aposta coletiva, expressando um reconhecimento, mesmo que frágil, de possíveis vínculos entre o interesse individual e o coletivo.

Nessa direção é significativo que 23% deles tenham respondido que aderiram por “expectativa e esperança de crescimento da empresa, de ganhos futuros”. Além do que, dos 94% que disseram ter idéia do que seja uma cooperativa, 59% afirmaram tratar-se de “trabalho em grupo” e 21% “trabalho com participação” (gráfico 13). A esse respeito vale considerar que 80% dos trabalhadores consideram mais vantajoso o trabalho em uma cooperativa do que o trabalho autônomo, por conta própria (gráfico 14). Quando indagados sobre quais as principais vantagens, 38% indicaram que “o trabalho coletivo é mais produtivo” e 30% que “é menos desgastante, pois o esforço é dividido por todos” (gráfico 15).

Esses dados indicam que os trabalhadores tendem a reconhecer os comportamentos participativo e cooperativo. Mais ainda quando eles conseguem superar as dificuldades iniciais para a retomada do funcionamento do empreendimento. Tal retomada tende a reforçar a importância da mobilização para os trabalhadores¹⁰³.

Na verdade, o momento inaugural desses empreendimentos tende a gerar um marco institucional associado à participação e cooperação, que se projetam como comportamentos esperados. Mas, resta indagar e investigar se e o quanto os trabalhadores, além de reconhecerem, passam a valorizar e orientar-se por esses comportamentos.

Regime de propriedade

Outro indicador institucional que parece desempenhar um papel importante na mudança de comportamento dos trabalhadores refere-se ao regime de propriedade. Em todos os casos estudados, duas são as formas de propriedade. Uma, que caracteriza a maioria deles, diz respeito à “propriedade externa”, ou seja, os trabalhadores embora não detenham a propriedade sobre o patrimônio do empreendimento, constituem-se como gestores do negócio. Nesses casos, a possibilidade de virem a ser proprietários está, em maior ou menor medida,

¹⁰³ “A utilidade das ações que levam a por em funcionamento a fábrica se transforma na força mobilizadora e estimulante que dá coesão aos trabalhadores” (Fajn, 2003: 136). Até porque, a influência de um momento inaugural mobilizador tende a perder fôlego com o tempo, caso tal influência não se desdobre em ações e resultados que reforcem para o trabalhador o valor da cooperação.

posta no horizonte. Outra definida pela “propriedade coletiva”, em que os trabalhadores associados são proprietários dos meios de produção¹⁰⁴.

Na verdade, a possibilidade de vir a ser dono ou o fato de já sê-lo parece representar o fator que posiciona o trabalhador em relação ao comportamento esperado a partir do momento inaugural¹⁰⁵. Nesse sentido, 75% dos trabalhadores consideram mais vantajoso o trabalho em um empreendimento cooperativo do que em uma empresa privada tradicional (gráfico 16). A principal vantagem apontada por eles refere-se à percepção de que “a empresa é do trabalhador, trabalha-se para si mesmo e não para o patrão” (41%) e de “poder participar das decisões” (24% - gráfico 17). Ou seja, o reconhecimento e a valorização da participação e cooperação são mediados pelo “sentir-se dono”, pelo entendimento de que o próprio trabalho, bem como seus frutos, não estão mais subordinados a fins que lhes são alheios, voltados a satisfazer ao proprietário, ao patrão.

A existência ou não de um produto próprio nos empreendimentos que ofertam bens ou serviços, se apresenta como mais um parâmetro do regime de propriedade. Os empreendimentos terceirizados, como operam por encomenda normalmente de um único comprador, tendem a ter o processo de trabalho e o próprio produto comandado em boa medida pelo cliente. Contudo, no estágio dos empreendimentos estudados, a existência, ou não, de um produto próprio não parece representar uma variável determinante sobre o grau de participação dos trabalhadores. Duas cooperativas de produção igualmente terceirizadas apresentam índices de participação totalmente distintos (94% e 41%).

Outro indicador relativo ao regime de propriedade refere-se à distribuição entre os cooperados de sobras, ou seja, da diferença entre o faturamento e as despesas. Vale assinalar que o empreendimento que chegou a distribuir sobras entre os associados é também aquele onde os trabalhadores demonstram o maior interesse em participar¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Mas mesmo nos empreendimentos que apresentaram a forma de propriedade coletiva, a propriedade era sempre sobre parte e nunca sobre o total do patrimônio. Sobre as formas possíveis de propriedade nesses tipos de empreendimento ver Tiriba, 2001.

¹⁰⁵ Embora a expectativa de se tornarem donos pareça, no atual estágio dos empreendimentos, importar tanto quanto o fato de já possuírem alguma propriedade, chama atenção que no empreendimento onde os trabalhadores disseram mais participar das decisões eles são os donos do terreno e do prédio onde funciona a cooperativa.

¹⁰⁶ No regime cooperativo, o capital social é composto de quotas-partes, ou quotas-capital, integralizadas pelos associados. Isso que poderia ser um indicador importante para avaliar possíveis variações no tipo de propriedade das cooperativas, tende a se reduzir, na maioria dos casos, em uma formalidade para efeito de constituição do empreendimento. No mais das vezes, a integralização das quotas-partes é simbólica em razão exatamente da fragilidade financeira dos próprios cooperados. Além do que, 66% dos trabalhadores simplesmente não sabem o significado de quota-parte (gráfico 18).

Significativamente, a percepção de que se trabalha para si é uma condição que iguala os trabalhadores, reforçando ainda mais o referido estado de relaxamento da hierarquia. Dessa forma, trata-se, na verdade, de “sentir-se igualmente dono”. Daí deriva, ao que parece, a motivação primeira que inclina o trabalhador para a cooperação e participação, qual seja, o reconhecimento da associação entre o interesse individual e o coletivo. Contudo, vale assinalar, antecipando o argumento que será posteriormente explorado, isso não implica necessariamente o abandono pelo trabalhador do cálculo utilitário.

Quando indagados se largariam a cooperativa por um emprego com carteira assinada ganhando um salário igual a sua retirada atual, 72% responderam negativamente (gráfico 19). Como razões principais para o não abandono do empreendimento, apontaram que “acredita no crescimento da empresa e em ganhos futuros” (37%), “porque na cooperativa o trabalhador é o dono” (17%) e “maior liberdade para trabalhar, menos cobranças” (16%). Novamente aqui há uma clara demonstração de que boa parte dos trabalhadores percebe e valoriza as possibilidades de participar do empreendimento coletivo em função de expectativas de ganho.

De fato, o reconhecimento e mesmo a valorização da possibilidade de participação, seja na gestão ou produção, fica claramente demonstrado quando 68% afirmaram que se interessam pela gestão da empresa (gráfico 20). 61% deles consideram que esse interesse não existia antes da cooperativa (gráfico 21). Já 87% disseram existir colaboração entre os trabalhadores que desenvolvem diferentes funções na empresa e, para 73% deles, essa cooperação não ocorria no momento anterior (gráficos 22 e 23).

Contudo, essa valorização da cooperação e participação, a partir do “sentir-se igualmente dono”, não implica que os trabalhadores ajam, de fato, nesse sentido no dia-a-dia do empreendimento. A disposição de participar e cooperar com o grupo todo parece ainda mediada pela perspectiva utilitária de uma cooperação que pode ser mutuamente vantajosa, mas que também representa custos. Mas é igualmente verdade que o cálculo aí tende a se alterar em benefício de uma cooperação e participação mais incidente.

Benefícios compartilhados

Como visto, o momento inaugural, associado ao regime de propriedade, favorece o reconhecimento e valorização pelos trabalhadores da participação e cooperação. No entanto, esses fatores institucionais não garantem *per se* a produção de um comportamento francamente participativo e cooperativo. A passagem da cognição e valoração para a prática parece depender do quanto o “sentir-se igualmente dono” se traduz em um compartilhamento efetivo do poder decisório e de seus frutos, ou melhor, do quanto o ser dono deixa de ser apenas sensação. Ou, ainda, do ponto de vista institucional, do quanto as relações de hierarquia assumem um caráter mais horizontal, como relações de igualdade.

Com efeito, o desempenho das relações hierárquicas, mais ou menos horizontais, parece ser a variável institucional capaz de realmente impactar o comportamento em favor de uma maior ou menor participação, respectivamente. Os rumos da hierarquia, por sua vez, tendem a ser resultado da tensão entre a valorização da cooperação e participação pelos trabalhadores e a divisão do trabalho entre gestão e produção, que está associada à cultura do “ser empregado” herdada do período anterior¹⁰⁷. Sem esquecer que a própria institucionalidade cooperativa, ao perseguir um ganho no mercado que reverta em benefícios para os cooperados, está sujeita a induzir comportamentos utilitários, seja pela perseguição de maiores ganhos ou de menores custos.

Se houve um relaxamento da hierarquia, a divisão de papéis e funções anterior permanece como uma referência necessária para os trabalhadores. A própria insegurança decorrente do afrouxamento inicial da hierarquia leva, muitas vezes, os trabalhadores a ansiarem pela restituição de algo semelhante à estrutura anterior como forma de reativar e viabilizar o processo produtivo. Ao mesmo tempo, a condição precedente de empregado tende a levar o trabalhador a assumir um comportamento de apego à sua função e rendimento, limitando-se, e muitas vezes valorizando, a obediência às determinações da chefia.

¹⁰⁷ Embora tal divisão do trabalho esteja ainda muito presente, é verdade também que a maioria dos empreendimentos estudados não possui grande complexidade e diversidade de processos produtivos e de estratificação hierárquica, sendo que a proximidade das diferentes áreas tende a facilitar a horizontalidade. Contudo, superar a antiga divisão do trabalho permanece sendo o maior desafio em termos organizativos e comportamentais. Recorre-se, novamente, ao caso ilustrativo das empresas recuperadas argentinas. “Outro desafio relevante, está relacionado com a impossibilidade de desestruturar a hierarquização operada pela relação social capital trabalho e conservar tanto no âmbito da estrutura organizacional, como no que se refere ao processo de trabalho as formas herdadas de antes da recuperação. A divisão do trabalho, as hierarquias internas, a classificação da remuneração, a atribuição de funções, tarefas e responsabilidades são um conjunto de lógicas organizacionais instituídas que precisam ser revisadas...” (Fajn, 2003: 148).

Da tensão entre o sentimento de poder participar e essa pesada herança dos tempos de empregado decorre um comportamento ambivalente do trabalhador. Ou seja, um comportamento que oscila entre a disposição para tomar parte da gestão e cooperar na produção e o comportamento do “ser empregado”. A percepção sobre as mudanças advindas com a cooperativa e sobre a própria ambivalência é manifestada pelos próprios trabalhadores, nos grupos de discussão. Como ilustrativo disso, um trabalhador comenta “parece que está difícil tirar o pessoal do antes e colocar no depois”.

63% dos trabalhadores, por exemplo, concordam com o ganho diferenciado, sendo que a “diferença de função que desempenha na empresa” é a justificativa para 56% e a “diferença de responsabilidade” para 33% deles (gráficos 24 e 25). Mesmo considerando que alguma diferença se justifique, a ênfase nos critérios de função e responsabilidade sugere uma demarcação de níveis diferenciados de poder entre os trabalhadores associados, tal como em empresas convencionais. Nessa mesma direção, perguntados sobre com qual das afirmações concordavam, 45% dos trabalhadores optaram pela “quem ocupa cargos de chefia em empresa cooperativa pode ter alguma vantagem”, contra 55% que preferiram “em uma empresa cooperativa não deve haver vantagens para alguns trabalhadores”.

Nos grupos de discussão, fica evidenciado que os trabalhadores reconhecem e valorizam a possibilidade de conduzir o próprio trabalho na cooperativa. Ao mesmo tempo, percebem como um custo o aumento de responsabilidades como gestores do próprio negócio. É comum aparecer, nas respostas sobre o que era bom antes da formação da cooperativa, a indicação da ausência de responsabilidade ou, para usar o termo que aparece nos grupos, de “preocupação”. Deve-se ressaltar que, diferentemente do processo de produção, a gestão esteve até então fora do alcance dos trabalhadores, não sendo, portanto, reconhecida como parte do processo de trabalho.

Ademais, a percepção da responsabilidade advinda da participação na gestão como algo eventualmente oneroso encontra-se também relacionada à variável desempenho econômico do empreendimento. Ou seja, a percepção sobre custos da responsabilidade tende a ser acentuada quando o retorno financeiro, bem com as expectativas futuras, se encontra rebaixado, atingindo as condições mínimas necessárias à auto-reprodução. Isso porque, os

obstáculos a superar mostram-se maiores e a necessidade de sobrevivência torna-se premente¹⁰⁸.

Por outro lado, um bom desempenho no sentido do retorno financeiro para os associados não é garantia de maior participação. Caso o bom desempenho seja reconhecido menos como resultado de uma gestão participativa e mais da ação de um “grupo referência” dentro do empreendimento, a percepção sobre os custos da responsabilidade persiste. Por que os trabalhadores irão se responsabilizar pelo empreendimento, se eles percebem que mesmo não se ocupando da gestão colhem os seus benefícios? Ou seja, nesse caso, a responsabilização seria entendida como desnecessária, como no caso do “carona”. Aqui ocorre o perigo, verificado em alguns dos casos estudados, de se recair na subordinação à chefia, no personalismo, ou na atribuição a um líder a condução da organização. Em diferentes momentos nos grupos de discussão houve afirmações de que existe ainda o comportamento de trabalhadores que lidam com a diretoria da cooperativa como se essa representasse o patrão¹⁰⁹.

Mas também é verdade que está presente, na maioria dos empreendimentos estudados, uma tendência de reversão do resultado do trabalho coletivo em benefícios compartilhados. Embora isso seja, muitas vezes, resultado de deliberação coletiva, é razoável supor que se deva também à própria fragilidade financeira do empreendimento, à baixa complexidade dos processos de trabalho, além dos aspectos pertinentes ao momento inaugural e regime de propriedade. De todo modo, verifica-se que a perspectiva de benefícios compartilhados pressiona a referida ambivalência do trabalhador em favor de uma cooperação e participação voluntária e mais freqüente.

O estado de igualdade relativa dado inicialmente pelo afrouxamento da hierarquia é reforçado pelo fato de que a diferença média entre a maior e a menor retirada é de apenas quatro vezes, considerando todos os empreendimentos estudados¹¹⁰. Ao mesmo tempo, é significativo que 37% dos trabalhadores não concordem com o ganho diferenciado, sinalizando a valorização de relações de igualdade.

¹⁰⁸ Situação ainda mais custosa quando não se chega a recompor minimamente a capacidade de se estabelecer ações coordenadas (Oliveira, 2002).

¹⁰⁹ Nesse sentido, vale também chamar atenção que muitos trabalhadores se referem à remuneração ainda como “salário”. Normalmente esse “grupo referência” dentro da empresa constitui-se dos sócios fundadores, aqueles que assumiram inicialmente os custos de montagem do empreendimento.

¹¹⁰ Se retirarmos da amostra dois empreendimentos cuja diferença de retiradas destoa do restante (de dez vezes), a diferença torna-se ainda menor, caindo para três vezes.

Além do regime de propriedade, essa baixa diferença de retiradas, que reflete claramente uma distribuição de poder mais equânime, também concorre para que o trabalhador sinta-se realmente participando do negócio¹¹¹. Ou seja, há uma tendência dos trabalhadores compartilharem os resultados do próprio trabalho, fortalecendo ainda mais o sentimento de “sentir-se igualmente dono” e favorecendo a construção de uma relação de igualdade entre eles. *A perspectiva de benefícios compartilhados tem implicações sobre a divisão do trabalho, no que se refere ao processo de gestão e de produção, atuando no sentido de aproxima-los, revertendo a dicotomia anterior.*

Do ponto de vista da gestão, como não há muita diferença entre os ganhos a serem usufruídos aumenta o custo de se buscar controlar as informações e a gestão do empreendimento. Ou seja, a concentração de informações como forma de aumentar o poder de barganha para a obtenção de maiores ganhos tende a perder sentido¹¹². Verifica-se, então, uma tendência de descentralização das informações e um compartilhamento de decisões.

59% dos trabalhadores dizem participar das principais decisões do empreendimento. Caso se compare do ponto de vista da retirada os dois empreendimentos com o maior (94%) e o menor (10%) número de trabalhadores que dizem participar, verifica-se que no primeiro caso a relação entre a maior e menor retirada é de uma vez e meia e, no segundo, de dez vezes.

A principal forma através da qual participam não são as assembléias, indicadas por 45% deles, mas sim reuniões com os responsáveis pela administração, apontada por 63%. Os conselhos administrativo e fiscal são reconhecidos como canal efetivo de participação apenas para 10 e 5%, respectivamente (gráfico 26)¹¹³. Vale dizer que no empreendimento em que os trabalhadores se dizem mais participativos, a principal forma de participação é mesmo a assembléia geral (para 86% dos que disseram participar), demonstrando a valorização dessa instância democrática por excelência.

¹¹¹ Vale assinalar que em apenas quatro, dos treze empreendimentos, constatou-se a presença de empregados contratados. Mesmo nesses casos, a incidência é fraca, até porque a frágil situação financeira não favorece contratações.

¹¹² Pode-se objetar que a motivação para a concentração de informações permaneceria à medida que haveria o interesse de reputação, de reconhecimento, associado ao poder, ao mando, à chefia. Contudo, deve-se lembrar que se pode pretender, também, uma reputação relacionada à capacidade de compartilhar idéias, responsabilidades, objetivos etc..

¹¹³ Quanto aos conselhos fiscal e administrativo, normalmente são seus próprios membros que os apontam como canais de participação. Isso confirma, em certa medida, que esses espaços formais, embora sugiram um ambiente de gestão compartilhada, ainda não têm sido apropriados nesse sentido pelos trabalhadores.

Embora o percentual dos trabalhadores que dizem participar seja bastante relevante, cabem aqui algumas ponderações. A forte carência de informação e de diálogo, características do período anterior, predispõe os trabalhadores a reconhecerem como participação o simples fato de ter sua presença considerada para efeito de decisões e prestação de contas.

Isso parece se refletir, por exemplo, no fato de que, para 86% deles, os trabalhadores que dirigem o empreendimento procuram promover a participação. E quando indagados como os dirigentes buscam promovê-la, as respostas mais incidentes são “realizando reuniões com os trabalhadores” (73%), “trocando idéias com os trabalhadores” (42%) e “prestando contas, passando informações” (33% – gráfico 27).

Em que pese o fato de ocorrer realmente uma maior circulação de informações, a participação prossegue muitas vezes sendo vista como um custo em função das responsabilidades nela implicadas. Isso devido, como já se disse, ao fato de que a gestão nunca fora até então compartilhada com os trabalhadores, que, portanto, tendem a ignorá-la como aspecto intrínseco ao trabalho. Daí decorre, ainda, o custo de se apropriar de novos conhecimentos para se atuar na gestão.

A fragilidade da participação dos trabalhadores no sentido da partilha de poder sobre a gestão das empresas é indicada pelo desconhecimento demonstrado sobre as atividades a ela pertinentes. Dos 68% que responderam se interessar pelo processo de gestão, 24% não souberam apontar sequer uma das principais atividades nele desenvolvidas¹¹⁴. Em pergunta fechada e de resposta múltipla, apenas 16% dos trabalhadores indicaram o “planejamento” e 5% apontaram o “investimento” como exemplos de atividades de gestão (gráfico 28). Apesar desse desconhecimento, quando se trata dos assuntos submetidos à participação, 60% dos que participam dizem tomar parte de “todas as decisões”, demonstrando, na verdade, pouca clareza sobre quais as decisões são, de fato, estratégicas.

Apesar do caráter precário da participação, a tendência a uma maior circulação da informação é clara e propicia um ambiente favorável à troca de conhecimentos e saberes sobre gestão e estratégias de produção. O conhecimento de outras conseqüências implicadas na interação entre os trabalhadores, requalificando a interdependência característica do

¹¹⁴ Outro dado que leva a ponderar sobre o alcance da participação reconhecida pelos trabalhadores, refere-se ao fato de que, ao se cruzar escolaridade com a resposta de que participa da gestão do empreendimento, não há, surpreendentemente, diferenças entre os com baixa escolaridade (1º grau incompleto) e aqueles com maior escolaridade (2º grau completo). Embora a escolaridade não seja uma condição determinante para a participação, sem dúvida ela tem um peso expressivo.

processo coletivo de produção. Inclusive novos canais de participação e informação são constituídos no interior dos empreendimentos, favorecendo o redesenho da estrutura de gestão aproximando-a do processo de produção.

Os quatro empreendimentos em que o percentual de trabalhadores que disseram participar encontra-se bem acima da média são também aqueles onde outros canais de participação, além dos formais, são criados como forma de participação e transparência. E, não por coincidência, são também os empreendimentos em que os canais apresentam maior regularidade. Outros espaços de participação são criados, como a associação de produtores por região, no caso de agroindústria, comissões de produção, comitês de disciplina e ética. A regularidade dos novos canais varia de semanal a mensal.

Deve-se também chamar atenção para os assuntos relativos à gestão que são efetivamente submetidos à apreciação dos trabalhadores. No empreendimento com o índice mais baixo de participação (apenas 10% declararam participar), os dirigentes omitem dos trabalhadores informações sobre o real quadro financeiro, alegando receio de desmotivá-los. Já o empreendimento com maior índice de trabalhadores que afirmaram participar (94%), qualquer decisão sobre despesa acima de R\$ 300,00 é submetida à assembléia geral¹¹⁵.

Além dos novos espaços de participação, existem também novos canais de informação, facilitando o acesso dos trabalhadores às informações sobre a gestão. Quanto aos novos instrumentos voltados a dar transparência, destaca-se o caso de empreendimentos que possuem programa de rádio, jornal ou mural, como forma de repasse de informações. Vale ressaltar que além de novos meios de comunicação, aparece como uma necessidade, reconhecida por boa parte dos trabalhadores, a capacitação a fim de que eles se apropriem das informações sobre a gestão e o processo de produção. Dos treze empreendimentos estudados, apenas em três ainda não se tinha realizado cursos, relacionados seja à atividade produtiva ou administrativa. Os trabalhadores, por sua vez, parecem ter clareza sobre o valor da capacitação no sentido da participação. Como na fala de um trabalhador, “estamos nos desempenhando mais e fazendo cursos para nos organizarmos melhor”¹¹⁶.

¹¹⁵ Registre-se que na maioria dos nove empreendimentos onde se disse ter havido sobras, a destinação das mesmas é definida também em assembléia. Vale ressaltar que as deliberações, com exceção de um caso, foram no sentido do reinvestimento no próprio empreendimento, em vez de distribuição entre os sócios.

¹¹⁶ Talvez esses processos de capacitação representem, para além do envolvimento eventual de alguns trabalhadores com atividades de representação em encontros ou seminários, a principal forma de contato deles com o conhecimento especializado (os “sistemas abstratos” de Giddens). Por meio desse contato os trabalhadores desenvolvem o sentido de distanciamento da própria prática e das relações de que tomam parte, refletindo sobre suas conseqüências para dentro e fora do empreendimento. O possível reconhecimento pelos

Chama atenção nesse sentido, que os próprios grupos de discussão promovidos pelo estudo realizado foram avaliados como importantes momentos de reflexão sobre a prática dos trabalhadores no interior do empreendimento e que deveriam se repetir mais vezes. Além do que, 91% dos trabalhadores disseram buscar seu aperfeiçoamento profissional. Desses, 43% afirmaram que fizeram pelo menos um curso nos últimos dois anos. Isso demonstra um claro interesse, embora ainda pouco posto em prática, de formação por parte dos trabalhadores.

Já no processo de produção, a possibilidade de um retorno do resultado do trabalho induz a um claro aumento da cooperação. Ou seja, as expectativas quanto a incentivos seletivos (benefícios não coletivos) diminuem em favor de uma aproximação entre esforço e resultado esperado. O aumento de responsabilidade tende a ser absorvido pelos trabalhadores sem, no entanto, ser assimilado como algo custoso, pelo menos não como antes.

A disposição para a colaboração e o próprio empenho no trabalho são reconhecidos, inclusive, como mudanças importantes na forma de trabalhar. Quando indagados sobre se houve mudança no jeito de trabalhar após a constituição da cooperativa, 66% disseram que sim (gráfico 29). Desses, 37% afirmaram que a principal alteração foi “maior empenho e compromisso com o trabalho” (gráfico 30). Em um grupo de discussão, um trabalhador comenta “a colaboração agora é espontânea, não é forçada pelo patrão”.

A demonstração dessa percepção está no fato de que quando perguntados sobre qual o comportamento que mais ajuda um empreendimento cooperativo, 51% disseram colaboração e união entre os trabalhadores (gráfico 31). Da mesma forma que no caso da participação na gestão, as respostas dos trabalhadores sobre a colaboração no processo de produção é, como já citado, bastante significativa. Para 87% deles “existe colaboração entre os trabalhadores que desenvolvem diferentes funções na empresa”. Desses, 73% afirmaram que essa colaboração não estava presente antes da cooperativa. Além do que, 57% atribuíram aos colegas um grande compromisso com o desempenho do empreendimento e apenas 4% disseram ser pequeno esse compromisso. Para 82% dos trabalhadores, o compromisso, após a empresa se tornar cooperativa, aumentou (gráfico 32).

O elogio à cooperação e ao empenho no trabalho parece, pois, resultar do fato de que os benefícios desses comportamentos – assegurar a produção, os postos de trabalho e a

trabalhadores associados de conseqüências de suas práticas que extrapolam o próprio empreendimento será investigado na seção 4.5.

remuneração – são mais diretamente percebidos. Até porque, nesse caso, os trabalhadores reconhecem objetivamente que o produto do trabalho é resultado de funções complementares, o que favorece, ainda, o sentimento de que cada um pode igualmente contribuir a partir da produção. A percepção sobre os custos da cooperação no processo de produção tende a ser menos incidente também pelo fato de que a colaboração e o empenho não exigem, a princípio, a apreensão de novos conhecimentos, como no caso da gestão do negócio¹¹⁷.

Mas fica a questão de se saber se tal colaboração no processo produtivo repercute sobre a divisão do trabalho. Ou trata-se apenas do aumento de uma cooperação que anteriormente já se impunha, mas que não ocorria voluntariamente pelo fato dos trabalhadores não alimentarem expectativas de retorno pelo resultado do trabalho.

Deve-se considerar que a cooperação na produção deriva, também, da própria desarticulação da estrutura produtiva no momento inaugural. A necessidade de restabelecer a produção, a fim de assegurar os postos de trabalho, representa a motivação inicial para a colaboração. A insegurança do momento inaugural leva também os trabalhadores a perseguirem o restabelecimento da produção não apenas através da cooperação, como também da restituição dos papéis e identidades funcionais anteriores. Embora haja casos de trabalhadores que tenham sua função alterada e mesmo o caso de outros que passam a desempenhar mais de uma função, o mais comum são trabalhadores apegados às suas antigas funções. 75% dos trabalhadores não têm interesse em exercer outra função no empreendimento além daquela que já desempenha¹¹⁸.

Nesse ambiente, a colaboração pode servir mais como compensação à desarticulação inicial dos papéis e funções, bem como à precariedade de recursos, do que uma ação deliberada dos trabalhadores em favor do controle do processo produtivo. Ou seja, tal cooperação pode se processar sem perder de vista a divisão do trabalho precedente. É interessante notar a esse respeito, que os trabalhadores, quando indagados sobre qual a forma de colaboração no interior do empreendimento, respondem no sentido da ajuda mútua, ou nos termos deles “quando um precisa o outro ajuda” (54%) e “colaboração em todos os setores” (38% – gráfico 33). Tal colaboração não leva, necessariamente, o trabalhador a se apropriar

¹¹⁷ No caso dos empreendimentos que ofertam serviços para os próprios associados deve-se ponderar que a colaboração dos associados tende a ser mais difícil. Isso em razão de que o retorno não depende necessariamente da combinação do trabalho de cada produtor. Além disso, não é comum nesses casos haver laços anteriores entre os trabalhadores associados.

¹¹⁸ Vale assinalar que, embora mediado pela lógica utilitária, o comportamento do trabalhador, particularmente daquele com mais tempo de trabalho, de apego a um dado papel funcional se traduz em uma afirmação identitária, que para muitos não pode ser revista sem se causar uma forte insegurança pessoal.

do próprio trabalho e de seu produto. Ilustrativo disso é o fato de que no empreendimento com menor índice de trabalhadores que responderam participar das decisões (10%), existe um reconhecimento de que há colaboração por 70% dos trabalhadores (gráficos 34 e 34.1)¹¹⁹.

Embora esse sentido de “ajuda mútua” da colaboração se combine com a estrutura de produção anterior, isso não se faz sem tensões. Até porque a frequência e o caráter voluntário da cooperação na produção, aliados a uma maior circulação da informação, tendem a levar ao reconhecimento de novas interdependências do processo produtivo e possibilidades de benefícios compartilhados. De acordo com a fala do trabalhador, “tendo acesso à contabilidade e às informações importantes referentes à empresa, podem (os trabalhadores) articular estratégias frente às dificuldades”. Observa-se, em alguns casos, que a cooperação se traduz, de fato, na construção de estratégias de gestão necessárias ao desempenho da produção.

67% dos trabalhadores responderam que conhecem as etapas do processo de produção (gráfico 35). É razoável supor que esse conhecimento, que embora possa ser atribuído à simplicidade dos processos das empresas e como algo que os trabalhadores já conheciam anteriormente, se deva também ao aumento da cooperação. Nesses termos, a cooperação entre os trabalhadores permitiria um maior controle por eles do processo de produção. Como outras indicações relevantes nessa direção se observa a preocupação de trabalhadores de cooperativas prestadoras de serviços com o desenvolvimento de um produto próprio¹²⁰. Há também a iniciativa de trabalhadores associados de diversificar a produção, ofertando novos produtos ou serviços. Outro exemplo, ainda, é o interesse manifesto em alguns empreendimentos pelo aperfeiçoamento do processo produtivo e pela qualidade do produto, além do próprio fato da capacidade dos trabalhadores em gerirem de forma flexível e eficiente equipamentos antigos¹²¹.

¹¹⁹ Importante chamar atenção quanto a esse ponto sobre se e como a organização do espaço da produção se altera em benefício de uma maior circularidade das funções e dos saberes, bem como de um maior controle do trabalhador sobre os meios de produção. Ou, se ao contrário, os espaços de poder e de centralidade da máquina sobre o trabalhador continuam fortemente marcados na geografia do empreendimento. É certo que o espaço da produção encontra-se ainda muito demarcado segundo o modelo segmentado e parcializado que caracterizava o momento anterior. Isso em razão da preservação do mesmo maquinário e da própria divisão do trabalho, em seus contornos gerais. Os espaços destinados à diretoria, em alguns casos, continua como um outro território, desligado do “chão da fábrica”.

¹²⁰ Isso se torna ainda mais relevante em razão de que muitas vezes a terceirização é o que proporciona uma certa estabilidade para o empreendimento e, portanto, para os próprios trabalhadores.

¹²¹ Sem dúvida, tais comportamentos abrem possibilidades de redefinição da relação do trabalhador com o espaço de trabalho, pressionando a rigidez e segmentação característica da estrutura anterior, tornando-a mais flexível. Como se confirma pelo estudo sobre as empresas recuperadas argentinas. “O antes e o depois se redefine muitas vezes a partir dos espaços que se ocupam no desenho e na delimitação dos lugares e onde antes havia desvinculação agora se resignificam os espaços. A mobilidade dentro da fábrica se modifica de acordo

Em síntese, a repartição mais equânime dos benefícios gerados pela ação coletiva tende, como se pode ver, a favorecer a circulação de informações via mecanismos formais e informais de participação na gestão, além de induzir a uma cooperação voluntária no processo de produção. Sem dúvida um processo alimenta o outro de modo recíproco. Exemplo disso, nos empreendimentos onde os trabalhadores se dizem mais participativos são onde as práticas de controle sobre a produção, acima citadas, mais prosperam. Interessante notar que cruzando os dados sobre cooperação na produção com os de participação na gestão, verifica-se uma relação direta entre eles. Dos trabalhadores que disseram que existe colaboração, 67% afirmaram que participam, e dos que responderam que ela não existe, 73% disseram não participar da gestão (gráfico 36).

A confluência dessas duas tendências pressiona o comportamento ambivalente do trabalhador no sentido da revisão de seu posicionamento como “empregado” e, mesmo, como agente maximizador de ganhos privados. Isso porque, a interação se processa aí em condições de relativa igualdade, onde as informações implicadas com o desempenho do empreendimento circulam, favorecendo que cada um possa reconhecer interdependências e tomar a palavra sobre a produção e distribuição dos resultados.

Daí a possibilidade de se estabelecer círculos virtuosos de cooperação e participação gerando benefícios compartilhados e vice-versa¹²². Sem dúvida, isso implica uma estrutura de gestão dinâmica, flexível, que se ajuste às necessidades dos trabalhadores e do mercado. Embora os canais informais de participação e informação atuem nesse sentido, não se pode perder de vista que a gestão participativa desses empreendimentos segue desafiada a buscar uma maior integração entre planejamento e execução.

De todo modo é de se esperar que a percepção dos trabalhadores sobre os benefícios a serem alcançados tenda a se alterar, deixando de se limitar à busca de maximização do ganho privado¹²³. Essa possibilidade parece estar presente mesmo que se considere a persistência aí do cálculo utilitário, já que o custo do não engajamento implica não ter sua opinião e

com a conveniência dos próprios atores que em conjunto decidem como, para que e porque usar os distintos espaços” (Fajn, 2003: 136).

¹²² “(...) a adoção de responsabilidade partilhada gera simultaneamente direitos reais e ganhos tangíveis igualmente partilhados, cuja preservação e expansão impõem sucessivas e crescentes partilhas de responsabilidades, a ponto de tornar quase indivisível o interesse individual do interesse coletivo e de retirar da participação e do trabalho a sua carga habitual de ônus, para convertê-los em meios para a conquista de benefícios, materiais e morais, para cada um e ao mesmo tempo para todos” (Gaiger, 2004: 389).

¹²³ Vale dizer que em alguns casos constatou-se a redução consentida pelos trabalhadores de suas retiradas em favor da sobrevivência financeira do empreendimento, sugerindo revisões de preferências.

preferência levadas em conta na produção e distribuição dos benefícios. Contudo, trata-se aí da subordinação da lógica utilitária à autonomista, à medida que haveria aqui uma aproximação entre custos e benefícios, ou uma aproximação do esforço necessário e resultado esperado. Além do que, o próprio engajamento traria em si mesmo benefícios associados à satisfação e ao desenvolvimento pessoal. Para que se possa avaliar a possibilidade de tal mudança de preferência, ou de valores, faz-se necessário qualificar os comportamentos aparentes dos trabalhadores a partir da dinâmica institucional acima descrita.

4.4 Mudanças de comportamento e indícios da cultura autonomista (ou autogestionária)

As mudanças institucionais relativas aos empreendimentos associados tendem a produzir, como visto, comportamentos participativos e cooperativos. É fato, reconhecido e manifestado pelos trabalhadores, que esses comportamentos não estavam presentes, pelo menos na mesma intensidade, antes do trabalho associado. Contudo, também é verdade que eles são vivenciados em um ambiente marcado por um padrão institucional e cultural, até então dominante, do ser empregado. Ou seja, por um padrão referido na subordinação a papéis funcionais e hierárquicos e na busca de maximização de interesses particulares. Disso decorre a ambivalência referida anteriormente, de um comportamento que oscila entre um maior ou menor engajamento associativo.

Nesses termos, para que se possa avaliar se e em que medida tais comportamentos implicam em mudanças valorativas, torna-se indispensável qualificá-los. Investigar o quanto continuam, ou não, presos ao padrão cultural anterior. Qualificar a cooperação e participação parece essencial seja para aferir a extensão da mudança de comportamento ou, mesmo, explicar o desempenho político-institucional em relação às possibilidades de uma cultura autonomista.

Ir além do comportamento aparente faz-se, portanto, recomendável quando se considera que cooperação e participação são termos que podem conviver, como já referido, com a cultura comunitarista ou individualista. Além do que, quando ingressa em uma

cooperativa ou associação o trabalhador é exposto a esses termos como sendo comportamentos que se esperam dele.

Para avaliar a qualidade dos comportamentos, discute-se aqui a relação do trabalhador com o próprio trabalho, ou seja, como ele percebe a si próprio; e com o “outro”, esse entendido como o grupo (o empreendimento) ou como o colega de trabalho. Alguns termos destacam-se como expressões de mudanças de comportamento nos dois níveis de relação de que toma parte o trabalhador associado. No que se refere à relação com o “outro”, os comportamentos adequados foram expressos através dos termos “participação”, “compromisso”, “colaboração”, “união” e “cooperação”. Embora não queiram dizer a mesma coisa, toma-se aqui para efeito da análise a “cooperação” e “participação” como termos síntese dessa relação. Na relação com o próprio trabalho destacam-se os termos “empenho” (ou “compromisso com o trabalho”) e “liberdade”, como sendo os mais incidentes. Cabe agora abordar cada um desses termos, discutindo os nexos explicativos entre eles e as possibilidades de constituírem-se em traços de uma cultura autonomista¹²⁴.

Cooperação e participação

Como visto, o posicionamento em favor da cooperação e participação é mediado por regramentos institucionais dados não apenas pelo momento inaugural e regime de propriedade, mas também pela produção de benefícios compartilhados. Daí a cooperação e participação apresentarem-se como comportamentos adequados e racionais. Assiste-se, pois, a uma disposição voluntária para o engajamento coletivo, sem, contudo, se verificar a princípio mudanças na percepção da relação com o “outro”, que tende a combinar o sentido de obrigação comunitarista e o de trocas instrumentais individualistas.

Contudo, o caráter voluntário assumido por tais comportamentos e o ambiente de maior circulação da informação parecem contribuir para que os trabalhadores reconheçam

¹²⁴ É certo que o objetivo exposto de tratar os comportamentos cooperativos e participativos para além do aparente exige um estudo etnográfico, uma leitura sobre os discursos e práticas dos trabalhadores, buscando extrair seus significados. Os grupos de discussão realizados no âmbito deste estudo, embora não se configurem como campo de investigação etnográfica, fornecem elementos bastante esclarecedores de como pensam os trabalhadores sobre as relações de que tomam parte. Nesse sentido, na análise que se segue há uma utilização seletiva de referências diretas às falas dos trabalhadores.

novas interdependências, para além das que já caracterizavam o processo de produção. Disso decorreria uma interação como mútua revelação, provocando uma revisão dos sentidos anteriores ou tradicionais dados à cooperação e participação na relação com o “outro”. A fim de ilustrar tais tendências segue-se na apresentação dos resultados do estudo.

O compromisso dos colegas de trabalho com o empreendimento foi considerado grande por 57% dos entrevistados e, para 82% deles, tal compromisso aumentou após o trabalho associado (gráfico 32). Dos que consideram ser grande o compromisso, 66% atribui isso ao fato dos trabalhadores se esforçarem em produzir mais e melhor e 47% à preocupação com o desempenho do empreendimento (gráfico 37). O compromisso com o empreendimento se traduz fundamentalmente em mais trabalho no sentido da produção, já que o resultado dela é visto agora como algo que retorna para os trabalhadores. Conforme se pode verificar na fala dos próprios trabalhadores.

“Se faz bem porque sabe que é para a gente mesmo”.

“A gente é responsável pelo que ganha”.

“É que hoje a preocupação é encher o nosso bolso e não só o do patrão, porque a empresa cresce com a gente”.

“Caía uma caixa de parafusos no chão, a gente ia lá, varria e colocava tudo no lixo e hoje não é assim porque é da gente”.

Como já indicado, a vinculação entre os objetivos individuais e coletivos parece ser mais facilmente percebida no espaço da produção do que no da gestão. Isso porque, no primeiro, o caráter articulado das funções, do trabalho de cada um, é intrínseco ao processo produtivo, já o espaço da gestão tende a ser visto como algo apartado do restante¹²⁵. Porém, tal vinculação muitas vezes é reconhecida e vivenciada de forma mecânica, isto é, o coletivo como sendo o resultado do somatório dos esforços individuais. Ou, ainda, o aumento da produção coincidindo com o interesse de cada um de manter seu posto de trabalho e, eventualmente, alcançar melhorias.

A valorização da cooperação como “ajuda mútua”, quando um precisa o outro ajuda, tende a corresponder a essa perspectiva de somatório de forças para se alcançar um resultado de mais produção, que, desse modo, permanece estranho ao trabalhador. Na fala de um

¹²⁵ Bastante revelador disso é o fato de que os trabalhadores tendem a ver a gestão como função administrativa, cabendo, portanto, somente ser conduzida pelo setor administrativo do empreendimento. Muito comum entre os trabalhadores é a confusão entre gestão e administração.

trabalhador, “trabalhar mais unido para o salário crescer”, ou na de outro, “a gente pensa que é o grupo que tem que trabalhar e se esforçar para poder crescer”.

Com efeito, a cooperação no discurso de boa parte dos trabalhadores se confunde com a idéia de união, entendida como ausência de diferenças e conflitos, que são percebidos como contrários ao bom andamento da produção. Constata-se, nesse sentido, a dificuldade dos trabalhadores admitirem a existência de conflito no interior do empreendimento¹²⁶.

Para 79% dos trabalhadores não existem desentendimentos que atrapalham a produção (gráfico 38). Ao mesmo tempo, a falta de união entre os trabalhadores é apontada como o principal aspecto prejudicial ao trabalho associado. Na fala de um trabalhador, “está 80% melhor, mas falta um pouco de união, alguns ainda precisam ser mandados (...) eles não foram sempre assim, pois nos dois primeiros meses a gente trabalhava sem ganhar e todo mundo pegava junto, com o passar do tempo eles se acomodaram”.

Outro dado revelador nessa direção é o caso do empreendimento que apresenta o menor grau de participação, onde 75% dos trabalhadores responderam não haver problemas ou desentendimentos (gráfico 39). Essa resposta mostra-se ainda mais incongruente quando um trabalhador desse mesmo empreendimento diz “aqui é uma fofocada, não é uma cooperativa é uma empresa e é o lugar mais horrível do mundo, muita exploração e muita fofoca”.

A dificuldade de admitir o conflito revela a fragilidade dos canais por meio dos quais a interação se dá e, ao mesmo tempo, o receio da mútua exposição de interesses e inquietações, sugerindo uma baixa confiança entre os trabalhadores. Nesse sentido, a confiança que se poderia esperar do fato de que há agora uma disposição voluntária de cada trabalhador em cooperar não se traduz, necessariamente, em abertura para o outro ou na apreciação positiva da diferença. A própria “fofoca” apontada como um dos principais problemas no interior dos empreendimentos revela a dificuldade dos trabalhadores estabelecerem um diálogo aberto e franco. Na fala de um trabalhador, “hoje há pouca comunicação, não temos bastante diálogo, se existisse mais diálogo não existiriam tantas fofocas”.

¹²⁶ Chama atenção que há inclusive uma tendência dos trabalhadores de se orientarem segundo relações primárias, familiares. A esse respeito é muito comum que os trabalhadores busquem inserir familiares, quando da abertura de novas vagas para sócios – sem dúvida, isso também se justifica pelo desejo de melhoria na renda familiar. Conforme a fala de um trabalhador, “antes da cooperativa, a gente se conhecia, mas não estávamos juntos e hoje passamos a conviver como uma família, é uma relação mais afetiva... vão se criando laços afetivos... ajudando os outros a resolver os problemas”.

Mas no caso do empreendimento com índice de respostas mais favorável à participação, 53% dos trabalhadores admitem que há problemas e desentendimentos no empreendimento (gráfico 40). Chama atenção também nesse caso o fato de que somente 13% dos seus trabalhadores – bem abaixo da média de 30% – disseram não fazer nada ou não discutir sobre a situação de desentendimento, sugerindo uma relação de maior confiança com o colega de trabalho. Em outros dois empreendimentos igualmente participativos, os trabalhadores afirmam “isto era uma casa de ‘lambança’, puro cochicho, eram como ‘lavadeiras’ e isto terminou porque nos reunimos e falamos na frente de todos quando tem algo errado” e “desentendimento não é igual à falta de cooperação (...) cooperado tem que se desentender”. Ou seja, o conflito aí é percebido como saudável na construção de objetivos comuns, sugerindo a incidência de uma relação mais como interação/transação do que um somatório de posicionamentos.

O próprio sentido de participação tende a ser requalificado no contexto desses empreendimentos. É verdade que a cooperação está mais presente na fala do trabalhador do que o termo participação. Isso se deve, sem dúvida, à diferença, já comentada, de custos de se envolver no processo de produção vis à vis ao de gestão. Ilustrativo disso é o fato de que a cooperação foi lembrada como o comportamento que mais ajuda um empreendimento associado por 51% dos trabalhadores, já a participação por apenas 3% deles.

O comportamento de participação dos trabalhadores parece variar de intensidade, desde uma perspectiva mais passiva a uma outra mais engajada. Exemplo dessa oscilação pode ser verificado em um grupo de discussão misto, onde trabalhadores de um empreendimento A questionam a passividade de outros pertencentes ao empreendimento B. Trabalhador do B diz “mas se a diretoria diz que nunca tem lucro?”; e o do A responde “falta para vocês participação até para poderem reivindicar isso (...) vocês não têm acesso às informações da empresa?”. Diante da resposta negativa do trabalhador do B, o do A reage dizendo “mas quem decide, é o chefe, e quem é o chefe? Pelo amor de Deus, isso não é bom, isso é horrível! Em três anos vocês não fizeram nada?”.

Há uma tendência, como já foi assinalado, a tomar a participação pelo simples estar presente em reuniões onde decisões são tomadas ou pelo ficar a par de informações relativas ao desempenho do empreendimento. Mas também parece estar no horizonte dos trabalhadores uma participação no sentido de uma interação que se realiza pela tomada de posição ou pelo

engajamento discursivo. Sem dúvida, tal sentido da participação está intimamente associado à requalificação da cooperação nos termos acima apresentados. Objetivos individuais e coletivos se associam aqui não de modo mecânico, mas sim de maneira articulada e dinâmica, encontrando-se mutuamente implicados. A partir de um tal engajamento se torna possível a construção de forma permanente e coletiva de objetivos e normas que devem orientar o próprio trabalho¹²⁷.

A valorização da participação nessa direção está expressa em algumas falas dos trabalhadores nos grupos de discussão.

“Antes não se discutia em grupo as preocupações, agora se discute tudo em grupo”.

“Falta a gente sentar para juntar idéias, lavar roupa suja dos sócios, como aqui. Não em assembléia, mas sentar para trocar idéias. Às vezes, a gente perde o que visualiza para a empresa. No ano passado, quando ficamos dois dias debatendo a situação e nossas perspectivas, fez um bem para a gente integrar as idéias de todos”.

“Tendo acesso à contabilidade e às informações importantes referentes à empresa, podem (os trabalhadores) articular estratégias frente às dificuldades”.

Significativamente, tais afirmações foram feitas por trabalhadores dos três empreendimentos onde as respostas sobre participação na gestão apresentaram os maiores percentuais.

O quanto a valorização da participação como interação voltada à construção de objetivos e regras comuns traduz-se em prática dos trabalhadores pode ser medido pela forma como lidam com a diferença e com o erro. Tal interação implica na mútua exposição de preferências e percepções e, portanto, na revelação de diferenças e contradições entre os discursos e posturas de cada trabalhador, impondo, muitas vezes, a revisão de seus posicionamentos e condutas. Sobre a importância de se admitir o erro, um trabalhador afirma “as pessoas acham que vão fazer feio e não falam” e outro diz “se errei por que vou deixar errado, se vai prejudicar o grupo”.

¹²⁷ É certo que tal interação pressupõe as condições institucionais tratadas na seção anterior. Ao mesmo tempo, a resignificação das relações de cooperação e participação tende a implicar na produção de novas regras e normas, informais ou formais, que, por sua vez, imprimem regularidade a tais relações.

O reconhecimento da cooperação menos como união e mais como mútua exposição da diferença e o exercício da participação como tomada de posição, aberta à revisão de posicionamentos, sugere a emergência de traços da cultura autonomista. Ou seja, de modo tácito ou explícito, os trabalhadores tendem a perceber e vivenciar o caráter interdependente da relação com o “outro”, seja o colega de trabalho ou a organização. Através da interação com o outro colega, o trabalhador faz e refaz suas preferências e identidades, construindo objetivos coletivos flexíveis, que emprestam uma nova conformação e sentido à organização, que tende, por seu turno, a alimentar a interação reflexiva.

Para uma maior aproximação sobre essa mudança valorativa, interessa investigar suas possíveis implicações sobre a percepção dos trabalhadores sobre si mesmos, ou sobre o próprio trabalho, além da visão deles em relação ao tempo.

Empenho e liberdade

Entre os 66% que disseram que mudaram o jeito de trabalhar após a constituição do empreendimento, 37% apontaram como mudanças o “compromisso com o trabalho” e 30% a “liberdade de trabalho”, demonstrando maior adesão e satisfação com o trabalho (gráficos 41 e 42). Mas aqui também cabe ponderar em que medida mudanças valorativas estão sendo, de fato, operadas.

O empenho ou compromisso com o trabalho parece resultar, assim como a visão da cooperação como união, de que o retorno em termos de produção depende da dedicação de cada um ao seu trabalho, ou de “cada um fazer a sua parte”. Lembrar que no espaço de produção cada trabalhador sente-se igualmente capaz e habilitado a colaborar, desempenhando bem a sua função. Nesses termos, o empenho tende, em muitos casos, a coincidir com apego à função e papéis hierárquicos anteriores, além de mais tempo dedicado ao trabalho¹²⁸.

¹²⁸ 20% dos trabalhadores disseram que o número de horas trabalhadas aumentou após a constituição do empreendimento associado, contra apenas 9% que disseram ter diminuído. 56% dos trabalhadores disseram que sua jornada é de mais de oito horas, enquanto 21% disseram ser mais de doze horas, o que demonstra o esforço implicado em assegurar o empreendimento que pode levar a uma situação de auto-exploração. Tal situação cria

Mas, a associação do empenho com um sentido de liberdade no trabalho, aponta para um caráter também voluntário da dedicação ao trabalho. Vale dizer, que o principal motivo de satisfação do trabalhador, a partir do trabalho associado, é a “realização com o trabalho que desempenha”, dito por 40% deles (gráfico 43). A combinação empenho e liberdade no trabalho parece favorecer um desempenho de função menos burocrático e mecânico e mais criativo e articulado em relação ao conjunto da produção. No dizer de um trabalhador, “a gente só sabia trabalhar, não sabia o que era produzido e vendido”¹²⁹. A interdependência da produção em relação à gestão tende, assim, a ser reconhecida e valorizada.

Em que pese o fato de que a maioria ocupe a mesma função que desempenhava antes do empreendimento associado, o ambiente cooperativo proporciona uma circulação e um aprendizado do trabalhador em relação às diferentes funções e etapas da produção e gestão¹³⁰. Segundo se pode depreender da fala de alguns trabalhadores.

“Hoje se fazem mais funções”.

“Nós éramos adestrados para fazer somente um tipo de função”.

“Trabalhador multifuncional, polivalente: igual a uma máquina: lava, torce...”.

“Às vezes faz mais força física e às vezes tem que usar mais a cabeça (...) é bom porque varia o que faz, quanto mais a gente aprende, é melhor para todos”.

Esse engajamento em conhecer e desempenhar diferentes papéis, que supõe uma postura mais reflexiva, fica patente no interesse demonstrado por formação, capacitação. Nos grupos de discussão, os trabalhadores se ressentem de uma capacitação na temática cooperativa, bem como em assuntos relativos à gestão do empreendimento. Ilustrativo disso, quando se pedia aos trabalhadores para avaliarem a atividade do grupo de discussão, eles demonstravam bastante interesse em ter mais momentos de reflexão e debate sobre a própria

dificuldades é certo para o envolvimento maior do trabalhador com questões para além do desempenho de sua própria função.

¹²⁹ Essa afirmação reflete o quanto os trabalhadores tendem a dissociar o desempenho específico da função, esse sim reconhecido como “trabalho”, de todas as outras atividades a ela associadas, que não são reconhecidas como parte do “trabalho”.

¹³⁰ Sem dúvida, essa polivalência surge também de uma necessidade de cobrir determinadas funções administrativas e gerenciais, já que os trabalhadores que desempenhavam tais funções tendem a não aderir no momento de constituição do empreendimento associado. Isso ocorre de modo similar no caso argentino. “Nessas circunstâncias, embora a maioria dos trabalhadores conserve seus postos de trabalho, a necessidade de cobrir os postos administrativos e comerciais facilita uma maior rotação e polivalência dos mesmos assim como uma maior flexibilidade na divisão de tarefas” (Fajn, 2003: 62).

experiência. Como já dito, os canais de participação não se limitam aos espaços de decisão, incluem os espaços abertos de debate e interação, através dos quais informações circulem e acordos sejam costurados¹³¹.

O caráter reflexivo desse engajamento se insinua, ainda mais, quando os trabalhadores tendem a reconhecer a necessidade de se responsabilizar pelo controle das conseqüências implicadas nas transações no âmbito do empreendimento¹³². Sem dúvida, a reflexividade aí tende a ser tão maior quanto mais os trabalhadores reconhecerem a cooperação como mútua exposição da diferença e a participação como tomada de posição, aberta à revisão de posicionamento.

Observa-se que a percepção da liberdade no trabalho vem acompanhada pelo reconhecimento da responsabilidade dela decorrente, vista a princípio pelo trabalhador como um ônus gerado pela nova situação. Embora seja uma constante a valorização de maior liberdade de trabalho dentro de um empreendimento associado, observa-se um desconforto em relação ao aumento de responsabilidade exigida pela nova condição institucional. Tal desconforto fica ainda maior quando se observa a tendência de trabalhadores associarem a liberdade à “menos cobrança”. Ou como diz outro trabalhador “responsabilidade e liberdade não são iguais, porque a pessoal pode ter liberdade e não ter responsabilidade com a empresa”.

Nos grupos de discussão isso aparece de maneira clara quando se compara o antes e o depois. Se “cumprir ordem e não ter direito de opinar” e “não ter liberdade de decisão” é avaliado como algo de ruim que existia antes da empresa tornar-se uma cooperativa, por outro lado, a ausência de preocupação e responsabilidade além da mera execução do próprio trabalho é considerada como um aspecto positivo de antes. Na fala dos trabalhadores, “antes a preocupação era deles (patrões) e isso era bom para nós”, “terminava o trabalho e ia embora sem se preocupar”, ou ainda, “não se preocupava com a situação do patrão e das dificuldades que enfrentava para manter a empresa”.

¹³¹ Aqui também há uma coincidência com as análises sobre as mudanças no comportamento do trabalhador no caso das “empresas recuperadas” argentinas. “Para além de quem mudou ou não de postos de trabalho anteriores, se modificou o compromisso com o trabalho, a necessidade de rotação nos postos e a capacitação permanente, somado o a um esforço individual para resistir às situações de crise. (...) Repensar a organização do trabalho ou a diversificação dos produtos, põe os trabalhadores em contato com tarefas que antes apareciam vedadas para eles e que agora são fundamentais para desenvolver a empresa. (...) Situação que abre o caminho para a emergência de novas formas de relação e circulação dos saberes através de processos informais guiados, sobretudo, por motivos de tipo pragmáticos, porém que impulsionam uma profunda redefinição das identidades que funcionavam como substrato dos papéis tradicionais exercidos no interior da empresa” (Op. Cit.: 138-139).

¹³² E para além dele, como será visto na seção 4.5.

O reconhecimento do aumento da responsabilidade, mesmo que entendida como um custo, indica que hoje o trabalhador encontra-se mais envolvido, embora de modo ainda vacilante, com os destinos do empreendimento. Segundo a fala de um trabalhador, “entre ser empregado e ter responsabilidades é melhor ter responsabilidades, mas é mais difícil sair da cultura de ser mandado e passar a mandar”.

É razoável supor que dado o seu engajamento voltado a conhecer, intercambiar papéis e se responsabilizar sobre as conseqüências da ação, o trabalhador tende a relaxar o auto-centramento, ancorado seja na sua posição funcional ou na perseguição do ganho privado. Daí poder se observar um comportamento mais interativo, descentrado, a partir do qual o trabalhador constrói, de forma compartilhada, suas preferências e identidades pessoais.

Portanto, repondo a questão da relação entre liberdade e responsabilidade, o trabalhador tende a perceber que essa é indissociável de uma prática que se pretenda, de fato, autônoma, ou seja, que respeite e atenda as capacidades e necessidades de cada um. De acordo com a fala dos trabalhadores

“Devagar a gente vai se conscientizando de um sistema de autogestão, onde se sabe que tem um pouco de si no trabalho (...) não é como era antes, quando se esperava que tivesse alguém que me mandasse”.

“O patrão passava segurança, mesmo quando estávamos três meses sem receber ele vinha e falava que tinha três projetos e que ia encher a gente de dinheiro (...) o patrão sabia dominar a gente (...) hoje acho isso até engraçado”.

“A grande transformação nesta cultura é ser autônomo, chamar a responsabilidade para si”.

Pode-se objetar, ainda, que o engajamento do trabalhador visa, em última instância, a alcançar melhores posições do empreendimento no mercado, ou melhor, a maximizar ganhos privados, já que agora se o empreendimento vai bem melhor para o trabalhador. Inclusive, a própria participação seria uma condição necessária para a obtenção de ganhos, já que ficar fora das decisões pode implicar em menos retorno.

Embora se admita como plausíveis essas objeções, pelo menos duas ressalvas são necessárias. A expectativa de aumentar o ganho privado é, e deve continuar sendo, uma motivação a animar a participação do trabalhador, ainda mais quando se considera a baixa renda por ele auferida. Contudo, como uma primeira ressalva, esse ganho privado tende a ser agora entendido como indissociável de uma ação compartilhada, cooperativa, e não de um posicionamento auto-referido, individualista.

Como uma ilustração disso, quando se compara a percepção dos trabalhadores sobre as vantagens do trabalho associado, considerando dois empreendimentos com diferentes níveis de participação e rendimentos por parte de seus trabalhadores. Verifica-se que no empreendimento mais participativo e onde os ganhos dos trabalhadores são menores, a percepção deles sobre ser mais vantajoso trabalhar em um empreendimento associado é de 87%, contra 55% no outro empreendimento, onde os ganhos são maiores, mas a participação é menor.

A outra ressalva diz respeito aos ganhos subjetivos, simbólicos, relativos à participação tal como acima definida. Para 92% dos trabalhadores, o trabalho no empreendimento traz satisfação pessoal, sendo que para 69% a satisfação teria aumentado após a constituição do empreendimento. Os principais motivos apontados foram para 40% deles a “realização com o trabalho que desempenha” e para 23%, o “relacionamento com os colegas baseado na união e ajuda mútua”.

Para 63%, o comportamento pessoal se alterou depois que passou a trabalhar no empreendimento associado (gráfico 29). Desses, 19% “está mais tranqüilo e bem humorado”, 18% “ficou mais responsável” e 16% “se tornou mais cooperativo e solidário” (gráfico 30). Vale ressaltar que as mudanças de atitudes aqui referidas reforçam o sentido já enunciado da mudança valorativa. Isso porque, demonstram alterações na auto-percepção dos trabalhadores, além de explicitar a valorização por eles dos ganhos relativos ao próprio engajamento associativo. Ou, para usar a palavra de um trabalhador, “porque resgatamos nossa dignidade”.

Quanto às eventuais implicações da mudança valorativa sobre a noção de “tempo” dos trabalhadores vale atentar para as percepções deles quanto ao futuro. Em razão das dificuldades enfrentadas dentro e fora do empreendimento, o futuro é percebido, invariavelmente, como um momento melhor que o presente, visto, por sua vez, como condição para se alcançar aquele. Trata-se de uma relação instrumental com o tempo, em que

o presente está subordinado a um futuro reconhecido e perseguido como o momento de satisfação e realização.

Contudo, parece bastante revelador que, apenas no caso dos dois empreendimentos em que os trabalhadores se disseram mais participativos, alguns deles tenham demonstrado uma preocupação do futuro representar desvios, apresentando uma clara valorização do presente. No dizer dos trabalhadores

“Será que com o crescimento da cooperativa as pessoas vão continuar pensando como hoje ou vai entrar a individualidade... se nós ganhamos isso hoje socializando... se crescer, vai continuar igual?”

“Nosso futuro é agora (...) espero que a cooperativa nunca fique no topo, senão começa a cair”.

Os indícios de uma cultura autonomista constatados nos empreendimentos associados estudados – certamente em alguns mais do que em outros – não são suficientemente incidentes para se supor que haja uma dominância daquela sobre a cultura individualista. Mas o são no sentido de se apresentarem como uma “meta-preferência”, nos termos de Hirschman. Ou seja, os trabalhadores experimentam uma ambivalência em seus comportamentos, que, embora dominados pela perspectiva utilitária – e, em certa medida, também pela comunitária –, tendem a ser confrontados com outros de tipo autonomista. Nesse sentido, a resolução da ambivalência depende, certamente, do quanto as novas práticas e valores são capazes de se traduzir em significados e responsabilidades compartilhadas, que atuariam, via regramentos formais ou informais, no reforço dessas mesmas práticas e valores.

Além do que, tal resolução em favor da cultura autonomista não pode prescindir, em vista dos constrangimentos vividos pelos empreendimentos associados, do envolvimento dos trabalhadores com as conseqüências de suas interações para além do próprio empreendimento. Nesse sentido, a investigação das possibilidades desse envolvimento se faz necessária para orientar não só os trabalhadores associados, mas também o movimento social da economia solidária e as políticas públicas destinadas a esse tipo de empreendimento.

4.5 As possibilidades associativas para além do empreendimento associado¹³³

A resolução da ambivalência no âmbito dos empreendimentos associados é a um só tempo condição e resultado do reconhecimento e do engajamento dos trabalhadores sobre as conseqüências que, embora derivadas da interação associativa, a extrapolam. O alargamento do público a partir de empreendimentos de economia solidária depende do engajamento reflexivo dos trabalhadores não apenas sobre as interdependências pertinentes ao empreendimento, mas também sobre aquelas que daí decorrem. Nesse sentido, cabe investigar as conseqüências para além do empreendimento que tendem a ser reconhecidas pelos trabalhadores e de que forma eles estariam atuando sobre elas. Ou, ainda, saber o quanto da institucionalidade e da cultura da associação de tipo autonomista estaria sendo estendida para fora do próprio empreendimento.

Para tanto, algumas questões foram lançadas aos trabalhadores sobre as implicações do trabalho associado em três outros universos de relação de que tomam parte direta ou indiretamente. A saber, tomou-se o universo das relações domésticas, com outros empreendimentos associados e com organizações civis e governamentais.

Relações domésticas

As conseqüências aqui reconhecidas dizem respeito, particularmente, à questão da segurança financeira, ou da falta dela, gerada pelo trabalho associado. Sem dúvida, o quadro de fragilidade econômica, aliado ao fato de que a renda no empreendimento associado representa a maior parte da renda familiar, redundou em um envolvimento permanente do trabalhador no âmbito doméstico com a referida questão.

Mas também é verdade que a preocupação com a questão da segurança leve os trabalhadores a terem que justificar o trabalho associado, ou melhor, implica no envolvimento dos familiares com os sentidos do empreendimento cooperativado. Em alguns grupos foi declarado que as conversas em família sobre o trabalho ficaram mais constantes, até em

¹³³ Agradeço aqui as contribuições de Luciana Badin e Vivian Braga.

função da insegurança que os trabalhadores sentem, pois a maioria dos empreendimentos está em fase inicial de implantação e passando por inúmeras dificuldades.

A compreensão dos cônjuges sobre a situação tende a variar. Alguns participam, ajudam, incentivam e consideram importante a experiência, outros mantêm distância, criticam e até pressionam para que abandonem o empreendimento e procurem voltar para empresas tradicionais. No dizer de um trabalhador, “a família acha que a gente vive aqui se matando sem reconhecimento”. Já outro afirma “a família nos motiva para ter vontade de encarar, produzir, investir, estamos fazendo aos poucos...”. Embora o apoio não seja determinado pelo bom desempenho do empreendimento, constata-se nesse caso uma clara tendência dos familiares em aceitar e apoiar o trabalho associado. Como no dizer de um trabalhador “se tu está satisfeito consigo mesmo isso aparece na família, na própria segurança da família”.

Também em relação a vizinhos e amigos houve mudanças, pois como a maioria dos empreendimentos é oriunda de falências, a imprensa local acaba veiculando notícias sobre a cooperativa, gerando comentários e questionamentos. Isto é explicitado nos relatos dos trabalhadores nos grupos de discussão.

“A família quer saber da cooperativa; os vizinhos comentam quando a empresa sai no jornal”.

“No caso da minha família foi muito bom. Eu pude dialogar mais com minha mãe (trabalha também na cooperativa)”.

“Este é outro exemplo de ajuda para a comunidade, pois as nossas famílias também aprendem a dialogar. Eles perguntam sobre como é que funciona a cooperativa e querem saber se na família não pode ser igual”.

As conseqüências no âmbito das relações domésticas dizem respeito também à questão de gênero, ou melhor, do envolvimento diferenciado de homens e mulheres no empreendimento associado. Em alguns empreendimentos existem diferenças de remuneração entre homem e mulher que desempenham a mesma função. Dos 13 empreendimentos estudados, apenas um era dirigido por mulher, sendo que normalmente elas estão fora de funções diretivas. Mas, apesar da maioria dos cargos de chefia serem ocupados por homens, 86% das mulheres e 76% dos homens consideram que esta função é tão apropriada para homens quanto para mulheres (gráfico 44).

Um dos resultados do estudo que chama muito a atenção é a diferença de posicionamento entre homens e mulheres em relação à satisfação de fazer parte de um empreendimento associado. Apenas 49% das mulheres vêem vantagem em trabalhar na cooperativa, enquanto 90% dos homens consideram vantajoso o trabalho associado. Quando perguntados se deixariam a cooperativa se tivessem uma proposta para ser empregados com carteira assinada ganhando o mesmo que ganham hoje, apenas 10% dos homens disseram que sim contra 55% das mulheres¹³⁴ (gráfico 45).

Essa sensível diferença pode ser explicada através de algumas hipóteses que mereceriam uma investigação mais aprofundada. As exigências da cooperativa podem estar em conflito com as demais responsabilidades das mulheres e os ganhos materiais não estariam compensando esses custos. Como visto, além do desempenho da função o empreendimento associado tende a demandar a atenção e o envolvimento dos trabalhadores com a gestão. Como normalmente as mulheres são as responsáveis, não apenas pelas tarefas, mas também pela gestão doméstica elas tendem a perceber o trabalho na cooperativa com uma duplicação de esforços. Não por acaso, entre os que afirmaram não participar das decisões 54% eram mulheres e apenas 30% eram homens¹³⁵.

Relação com outros empreendimentos associados

93% dos trabalhadores acham importante a relação com outros empreendimentos associados. Resta, contudo, investigar o que no atual estágio dos empreendimentos demandaria uma tal relação. Ou melhor, qual o sentido de interdependência que estaria sendo reconhecido pelos trabalhadores em vista de outras atividades associadas.

O fato dos trabalhadores perceberem a importância dessa aproximação é um indicativo a favor de estratégias compartilhadas e, principalmente, que a cooperativa não pode se isolar. Interessante notar, porém, que a motivação principal apresentada para essa aproximação não

¹³⁴ No grupo de discussão que reuniu apenas trabalhadoras de três empreendimentos diferentes, essa visão menos otimista das mulheres sobre o empreendimento associado tende a se confirmar.

¹³⁵ Outras razões para tal diferença podem estar relacionadas ao fato de que os ganhos simbólicos para as mulheres seriam menores do que para os homens. O processo de organização das cooperativas implicaria na figura do herói, do líder capaz de através da dedicação e do desprendimento pessoal envolver os trabalhadores na perspectiva cooperativa. O ser herói ou líder representaria um ganho simbólico que a princípio seria valorizado mais pelos homens do que pelas mulheres. Agradeço aqui aos comentários de Sônia Corrêa.

passa pela obtenção de ganhos materiais, ou seja, como geradora de possíveis intercâmbios de produtos e/ou serviços, apontada por 29% dos trabalhadores¹³⁶. Tampouco a ênfase recai sobre a necessária articulação com outros empreendimentos associados em torno a uma agenda comum de questões¹³⁷.

Esse diálogo tem como primeiro motivador o intercâmbio de idéias e experiências que possam contribuir para o aprendizado mútuo, apontado por 71% dos trabalhadores. Isso demonstra o caráter incipiente dos empreendimentos e a necessidade de um melhor entendimento da própria realidade a partir do conhecimento recíproco¹³⁸. Tal intercâmbio de saberes e experiências se dá normalmente através de encontros, seminários ou cursos. Mas mesmo aí, como já foi dito, a participação de trabalhadores tende a ser pequena e o intercâmbio entre os empreendimentos pouco freqüente.

Além do caráter incipiente dos empreendimentos associados, chama atenção que por estarem dedicados a recuperar ou manter os postos de trabalho e a renda, os trabalhadores tendem a dedicar pouco tempo às trocas de conhecimento e experiência. Se isso é verdade para as questões internas, mais ainda no caso de problemáticas comuns externas ao empreendimento. Na fala de um trabalhador “a gente se preocupa tanto em produzir que não pára para pensar em algumas coisas”, ou na de outro, “a gente sabe que precisa se articular, mas é difícil fazer, é difícil trazer o pessoal para um debate político”. Mas vale chamar atenção que, mesmo com esses constrangimentos, a reflexividade está sugerida pela busca de melhor compreensão da própria realidade a partir do contato com outras realidades semelhantes.

¹³⁶ Chama atenção a esse respeito a observação de Gaiger sobre os estudos realizados em empreendimentos associados em nove estados do país. “Um dos registros unânimes da pesquisa diz respeito à infreqüência de vínculos econômicos entre os empreendimentos, às fragilidades sistêmicas da economia solidária. Empresas de autogestão, cooperativas agropecuárias e grupos informais em sua maioria encontram-se isolados, sujeitos ao ditames do mercado do setor em que atuam, no qual disputam a preferência por seus produtos e serviços segundo as regras do jogo. Tais circunstâncias impõem sacrifícios, renúncias e compromissos, a contragosto e a contrasenso dos valores e das prioridades afins à lógica de produção solidária” (Gaiger, 2004: 395).

¹³⁷ Algo que não chega sequer a ser indicado pelos trabalhadores na pesquisa quantitativa, a não ser por 5% que atribuem a importância da relação com outros empreendimentos associados para não se ficar isolado. Vale dizer que a pergunta sobre por que seria importante uma tal relação comportava respostas múltiplas. Aqui reside talvez uma diferença importante com o caso dos empreendimentos recuperados na Argentina. A luta dos trabalhadores para assegurar o controle desses empreendimentos em meio à crise de dezembro de 2001, implicou em uma intensa mobilização, normalmente implicando na ocupação da antiga empresa. Sem dúvida, isso favoreceu a constituição de vínculos com outros empreendimentos e, mesmo, com outras organizações civis. De acordo com estudo sobre o caso argentino, 70% dos empreendimentos mantinham contatos com outros empreendimentos, sendo 17% deles declararam haver um forte apoio entre eles.

¹³⁸ Vale notar que em todas as falas reproduzidas nesse estudo os trabalhadores se referem ao empreendimento associado pelo termo “empresa”, demonstrando pouca clareza sobre a identidade associativa do empreendimento.

Ao mesmo tempo, não está fora do horizonte desses empreendimentos estabelecer redes de comercialização com outros empreendimentos associados, ou mesmo constituir associações que os articulem em torno a objetivos comuns. É comum a participação dos empreendimentos associados estudados em feiras que reúnem empreendimentos solidários. Mas a tendência é dos trabalhadores aproveitarem o contato com outros empreendimentos no momento das feiras mais para trocar experiências do que estabelecer intercâmbios mercantis.

Em alguns casos de empreendimentos, que se originam de movimentos associativos anteriores e onde o desempenho econômico é estável, existe uma atenção e disposição em estabelecer redes de negócios com outros empreendimentos associados. Como na fala de um trabalhador desse tipo de empreendimento, “queremos a participação em rede (...) ajudamos e somos solidários com outras cooperativas e isto é trabalhar em rede! Esta é a filosofia!”.

Esses fatores tendem a favorecer também a capacidade dos trabalhadores associados de reconhecerem e buscarem intervir sobre necessidades compartilhadas com outros empreendimentos. Uma das questões que mais mobilizam alguns desses empreendimentos trata-se do financiamento da atividade associada, identificada como uma das suas principais necessidades. Inclusive, a questão do financiamento é normalmente associada ao objetivo de alcançar autonomia na gestão do empreendimento, no caso de empreendimentos terceirizados. No comentário de um trabalhador, “é difícil conseguir crédito para a matéria-prima (...) o financiamento poderia trazer o produto próprio e não íamos ser mais explorados por quem dá a matéria-prima, estamos tentando financiamento...”.

Mas, vale dizer, a busca por superar tais dificuldades tende a ocorrer mais de forma isolada do que articulada a outros empreendimentos. No caso do empreendimento em que, embora terceirizado, os trabalhadores se dizem mais participativos e que apresenta estabilidade financeira parece haver uma percepção do contexto em que se insere a cooperativa. Na fala de um de seus trabalhadores “hoje há a possibilidade da gente se unir com cooperativas, mas a gente não está disposto a se articular com ‘coopergato’ e são poucas as que trabalham como a gente”.

É verdade que a identificação de conseqüências para além do empreendimento não resulta exclusivamente da capacidade dos trabalhadores as reconhecerem a partir de suas práticas associadas. Isso significa dizer que agentes externos aos empreendimentos podem projetar tais conseqüências, bem com a forma de lidar com elas, valendo-se normalmente da

investigação social e aproximação com os trabalhadores associados. Daí a importância das organizações mediadoras, que buscam representar tais empreendimentos e/ou assessorá-los, bem como os órgãos públicos que hoje desenvolvem políticas para esse segmento¹³⁹.

Relações com organizações civis e governamentais

Quanto à inserção do empreendimento associado em relações mais amplas na sociedade, chama atenção o fato dos trabalhadores reconhecerem que há um desconhecimento sobre o regime cooperativo por parte de diferentes setores da sociedade, em especial dos empresários e dos órgãos públicos. Esse desconhecimento tenderia a se traduzir em preconceito e desconfiança. Na fala de um trabalhador “não é só por parte dos trabalhadores (o desconhecimento do cooperativismo), mas também por quem cria as leis e por parte da sociedade, que não vê com bons olhos as cooperativas”. Ao mesmo tempo, os trabalhadores reconhecem e defendem o papel social da cooperativa na geração de trabalho e renda na sociedade. De acordo com um trabalhador “espero que a cooperativa cresça e gere emprego porque temos 28 mil desempregados na cidade”.

Nos dados quantitativos pode-se identificar algumas questões sobre a visão dos trabalhadores em relação a seus representantes políticos, à classe empresarial e aos sindicatos. Disseram que confiam pouco ou não confiam nos órgãos públicos municipais, 78% dos trabalhadores, nos órgãos estaduais, 76%, no vereador em quem votou, 69% e no deputado estadual em quem votou, 65%. A frágil confiança demonstrada na classe política e nos governos demonstra um distanciamento entre os trabalhadores e a política, apesar dos canais de participação e da tradição cívica do estado gaúcho.

Embora isso ocorra por razões diversas, os trabalhadores ressentem-se de uma atenção governamental para as particularidades do regime associado de trabalho, especialmente no

¹³⁹ No caso das organizações que se pretendem representativas do setor, chama atenção o exemplo da própria Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag) a pedido da qual esse estudo foi realizado visando favorecer sua atuação junto a empreendimentos associados, que, por sua vez, se constituíam, à época, em beneficiários de um programa de apoio à economia solidária realizado pelo Governo do Rio Grande do Sul. Importa acrescentar que em 2002 a Anteag inicia um processo de redefinição nos termos de sua organização interna, até então dominada por técnicos e por uma estrutura hierárquica. A organização se abre então à participação de representações dos empreendimentos associados, favorecendo a articulação entre eles e emprestando maior legitimidade a sua atuação.

que se refere às questões financeiras e tributárias. No dizer de um trabalhador “o governo nos trata como empresa tradicional para cobrar impostos, mas não na hora de financiar” e, de outro, “não é fácil ser cooperativa, o banco disse as mais absurdas alegações e fez as maiores exigências só por sermos cooperativa”. De certo modo, os trabalhadores não se reconhecem nas políticas governamentais e tendem a percebê-las como discriminadoras de suas práticas associadas¹⁴⁰.

Ainda assim, alguns dados indicam a valorização e reconhecimento pelos trabalhadores associados da estrutura política como canal de organização e expressão de demandas coletivas. É interessante notar, contudo, como alguns dados sugerem também aqui um comportamento ambivalente.

Embora 90% tenham afirmado que é importante a participação ativa da população na política expressando sua opinião e exigindo seus direitos, 42% disseram concordar que o político pode ter vantagens pessoais desde que faça alguma coisa pelo povo. Com efeito, ao se aproximar dos resultados verifica-se que a concordância com a idéia de que o político poder ter vantagens desde que faça alguma coisa pelo povo, foi de 37% entre os que disseram participar da gestão do empreendimento e 52% entre os que responderam que não participam (gráfico 46)¹⁴¹.

Outros resultados reveladores de uma preocupação com o tratamento das conseqüências relativas ao trabalho associado dizem respeito à comparação entre os dados referentes à confiança nos empresários e à atribuída aos sindicatos. Somente 8% dos trabalhadores afirmaram confiar muito nos empresários, enquanto 46% disseram não confiar. Já no caso dos sindicatos, as respostas foram de 43% e 17%, respectivamente.

A forte desconfiança em relação aos empresários sugere que os trabalhadores atribuem a eles a responsabilidade pela situação de fragilidade em que se encontram. Mas, ao mesmo tempo, demonstra a afirmação pelos trabalhadores de uma identidade de interesses que se contrapõe àquela anterior onde serviam ao ganho do patrão em troca de salário. Conforme a

¹⁴⁰ Uma outra questão identificada pelos trabalhadores de empresas falimentares, diz respeito aos procedimentos legais, referentes ao processo de falência, que dificultam a aquisição pelos trabalhadores do patrimônio do empreendimento.

¹⁴¹ Vale ressaltar que em pelo menos em dois empreendimentos, seus trabalhadores identificaram a estrutura do orçamento participativo estadual, desenvolvido no Rio Grande do Sul quando da realização do estudo, como espaço importante para discussão de problemas comuns aos empreendimentos. Note-se que no processo do orçamento participativo em 2001 o apoio aos empreendimentos associados foi a terceira prioridade eleita pelos seus participantes.

fala de um trabalhador, “não nos deram um mês de vida e nós temos que mostrar para esta sociedade burguesa que a gente pode”.

Esse sentido de afirmação da identidade do trabalho associado também está presente quando os trabalhadores reconhecem o empreendimento associado como possível alternativa para outros que se encontram na mesma situação. Na fala de outro trabalhador “conquistar estrutura e que sirvamos de exemplo para outros empreendimentos, além de inserir na sociedade um maior desejo de respeito próprio”.

Caso se considere que muitos sindicatos ainda não incorporaram o tema da economia solidária em sua agenda política, sendo que alguns têm, inclusive, um posicionamento resistente às soluções cooperativas, estes índices revelam uma expressiva aceitação dos mesmos. Essa confiança no sindicato sugere uma aposta na própria organização dos trabalhadores, mas, ainda, sem uma clareza sobre o caminho organizativo a seguir.

Nesse sentido, a confiança nos sindicatos deve ser também creditada à expectativa, muito presente no atual estágio dos empreendimentos, por obter apoios externos. Em relação à necessidade dos empreendimentos associados de contarem com apoio externo, 68% dos trabalhadores aprovam que “o empreendimento cooperativo precisa sempre de apoio externo”.

A forte necessidade de apoio externo é reveladora da fragilidade dos empreendimentos em relação a seus constrangimentos externos e internos e, portanto, de limitações para o alargamento do público a partir da interação associativa. Isso não significa que o reconhecimento das interdependências ou do público pertinente aos empreendimentos associados não possa ser provocado, como já foi dito, pelos próprios agentes externos ao empreendimento. Mas, de todo modo, para que os agentes externos sejam bem sucedidos aí não se pode prescindir que os trabalhadores reconheçam e valorizem tais interdependências como decorrência de seu próprio engajamento associativo¹⁴².

* * *

¹⁴² Como afirma Gaiger “(...) por sua constituição e por sua função particular, esse agente resta inarredavelmente externo e *estranho* à classe com que lida e a quem pertence um irredutível protagonismo” (Gaiger, 2004: 381, grifo do autor). Deve-se atentar para o fato de que tal necessidade apoio externo gera, como já comentado, um risco de dependência dos empreendimentos em relação aos agentes externos.

Depreende-se do que foi dito que a identidade associativa desses empreendimentos encontra-se ainda imersa na ambivalência, implicando, de um lado, no reforço de antigos vínculos e regramentos e, de outro, na produção de novas solidariedades – tanto para dentro quanto para fora do empreendimento. Não parece ser por acaso que a afirmação da identidade do trabalho associado tenha aparecido como questão recorrente na percepção dos trabalhadores sobre as relações que estabelecem para fora do empreendimento.

Embora a resignificação dos termos da cooperação, participação, empenho e liberdade esteja insinuada nas relações e práticas dos trabalhadores, esses novos sentidos não foram de todo reconhecidos e assumidos por eles. Daí ser inescapável a importância das relações para fora do empreendimento, seja para minimizar os constrangimentos que inibem o engajamento associativo ou para que os trabalhadores possam exercitar e reforçar reflexivamente a identidade autonomista ou autogestionária da associação¹⁴³.

¹⁴³ A esse respeito vale também recorrer novamente ao estudo sobre empresas recuperadas na Argentina, “o êxito das empresas que têm começado a transitar o caminho da autogestão dependerá também dos elementos que são comuns a todas elas: por um lado, a capacidade de organizarem-se em um movimento com vontade e capacidade de ação e, por outro, a exploração das potencialidades das lógicas cooperativas da organização do trabalho” (Fajn, 2003: 72). Sem dúvida, essas duas ordens de atuação devem estar, pois, mutuamente implicadas.

Considerações Finais

Talvez a contribuição maior que se pretenda com este trabalho seja apontar a necessidade de se avançar na investigação sobre a associação como espaço, por excelência, da construção de uma sociabilidade democrática. Ainda mais, quando o engajamento associativo atinge as relações econômicas. Em que sentido se pode falar aí de igualdade, solidariedade e autonomia, termos normalmente utilizados para se qualificar de democrático o ato associativo? Eis aí uma questão cuja importância parece ser proporcionalmente inversa à atenção por ela recebida pela investigação social.

Sem se arvorar a ter dado respostas suficientes a essa questão, espera-se ter logrado lançar pontos pertinentes ao seu necessário aprofundamento. A esse respeito não se pretende, contudo, repertoriar tudo o que já foi dito, mas sintetizar aspectos da projeção ideal e prática da associação de tipo autonomista, quando menos para reforçar alguns pontos.

Ao refazer aqui o argumento parte-se do que foi apresentado como finalidade última da associação, qual seja, o próprio sentido da autonomia como “realização de si”. Ou seja, reafirma-se o ideal pelo qual o trabalhador, através do seu trabalho, alcança o desenvolvimento de suas capacidades, o florescimento de sua individualidade. Explicita-se que a possibilidade da autonomia é mediada pela relação com o “outro” e não algo dado ou intrínseco à própria ação racional do indivíduo. Daí tal possibilidade ser tão maior, ou o

campo de preferências e escolhas ser tão mais ampliado, quanto mais tal relação estiver voltada para a mútua exposição das diferenças.

A interação com a diferença, ao implicar na percepção da interdependência ou na capacidade de se posicionar a partir do “outro”, leva à relativização de preferências e identidades, propiciando a emergência de outras formas de expressão e realização de si. O produto dessa interação, que é algo igualmente dinâmico, se constitui na representação e confirmação das identidades e preferências dos que dela tomam parte. A solidariedade se expressa, nesse caso, pelo reconhecimento não de uma forma específica de interdependência, mas do próprio fundamento do liame social – ou, novamente, a “sociologia encarnada”.

Os vínculos recíprocos e as responsabilidades compartilhadas que daí decorrem se voltam, convertidos em regras e normas – formais ou não –, para a livre manifestação da diferença. Ou seja, a solidariedade se desdobra em compromissos mútuos com regras de igualdade necessárias à livre expressão de cada um. Os laços de solidariedade, assim constituídos, seriam afetivos, mas não sentimentais; e pessoais, mas não íntimos. Autonomia aqui supõe, portanto, um processo contínuo de experimentação e realização de si a partir da relação igual com a diferença.

Projeta-se esse ideal como valor necessário não apenas à conformação de um universo moral comum entre os que atuam em favor do trabalho associado, mas também à qualificação dos benefícios que se pretende por no lugar da perspectiva hoje central do ganho privado, do sucesso. Daí se poder dizer que o trabalho associado superaria a dissociação da produção, operada por meio do trabalho subordinado, em relação não apenas à reprodução, mas também à “realização de si” do trabalhador.

Ao se investigar como tal projeção ideal da associação autonomista estaria se insinuando na realidade dos empreendimentos associados, destaca-se o fato do deixar de “ser empregado” em meio a um ambiente institucional favorável à cooperação e participação. Mais do que um comportamento esperado, a cooperação tende a ser voluntariamente assumida no contexto de maior circulação de informação e de aproximação entre meios e fins, ou entre esforço e resultado, como no caso dos benefícios partilhados. Além do que, o próprio esforço torna-se fonte de benefício, de satisfação.

A ambivalência, que suscita a reflexividade do trabalhador, se dá porque, superpondo-se às suas inclinações individualistas e comunitaristas, passam também a fazer parte de seu horizonte outras formas de conceber e experimentar a cooperação e o engajamento a partir do trabalho. Como visto, insinua-se no comportamento dos trabalhadores a experimentação da mútua exposição à diferença e o engajamento discursivo e reflexivo, sujeito à revisão de posicionamentos. Configura-se aí algo próximo daquela situação descrita por Giddens, em que o indivíduo não tem escolha a não ser a de fazer escolhas e essas definem quem ele é.

Tais comportamentos estão presentes, por exemplo, no desejo de conhecer e se capacitar, nos intercâmbios de saberes e papéis funcionais e na assunção de responsabilidades compartilhadas. Ao mesmo tempo, trabalhadores de empreendimentos estudados enunciam claramente mudanças em termos da autopercepção, como no caso daqueles que disseram que estão agora mais tranquilos, bem-humorados, responsáveis, cooperativos e solidários.

De todo modo, a tendência ambivalente do comportamento do trabalhador se reflete, de um lado, no reforço de antigos vínculos e regramentos e, de outro, na produção de novas solidariedades – tanto para dentro quanto para fora do empreendimento. Conforme a intenção deste trabalho de por ênfase sobre as possibilidades, cabe aqui resgatar exemplos de solidariedades emergentes. Com efeito, os novos sentidos da relação do trabalhador com o trabalho e com o outro trabalhador tendem a favorecer a constituição de novas responsabilidades e regramentos compartilhados, responsáveis, por sua vez, pelo reforço dos referidos comportamentos.

Isso se pode verificar, internamente, na definição de regras equânimes de distribuição de sobras e estipulação de retiradas, na organização de canais não formais de participação, nas estratégias voltadas à diversificação da produção, nas redefinições no uso do espaço físico e dos instrumentos de trabalho etc. Já em termos externos, as interdependências que tendem a ser reconhecidas dizem respeito, de um lado, a constituição de espaços de troca de experiências e informação que favoreçam o reforço e qualificação da identidade autonomista ou autogestionária do empreendimento. De outro, o reconhecimento da necessidade de novas regulações fiscais e financeiras adequadas à realidade de empreendimentos associados.

A contribuição aqui está exatamente em oferecer uma investigação que se aproxime dos novos sentidos assumidos pelas relações de trabalho associado, favorecendo o

reconhecimento pelos trabalhadores das interdependências derivadas e constitutivas do comportamento autônomo. Caberia, então, aos agentes externos apoiadores dos empreendimentos atuarem nesse sentido, reforçando laços e valores associativos. Como já dito, não se pode avançar no caráter público do movimento da economia solidária e nem no sentido de autonomia do trabalhador se não se aposta na interação associativa, na intersubjetividade de relações interpessoais mediadas por regras de igualdade.

Reafirma-se, pois, a importância das relações face a face, mesmo que mediadas por agenciamentos externos necessários, na construção dos novos vínculos e identidades. Essa aposta na associação representa um claro, oportuno e necessário contraponto à tendência de multiplicação das formas anônimas de interação, características do atual processo de globalização.

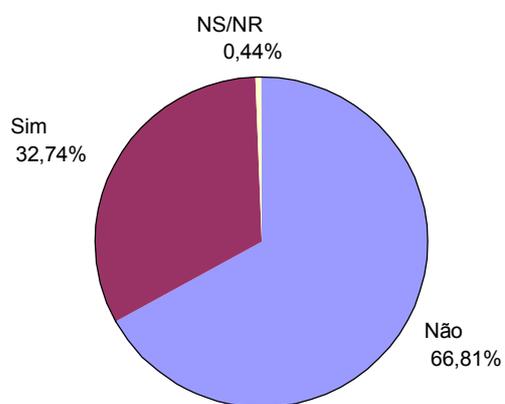
Em síntese, em que pese a fragilidade financeira e técnica, a questão política de fortalecimento e qualificação dos vínculos e práticas associativas parece ser o desafio maior a se enfrentar para a consolidação desses empreendimentos. Se a grande vantagem comparativa desse tipo de empreendimento é o fator trabalho, está claro que este só alcança centralidade a partir do momento em que o próprio trabalhador torna-se o centro do processo produtivo e de gestão. Ou seja, a cooperação voluntária e o engajamento reflexivo dos trabalhadores como algo que impacta positivamente o próprio desempenho do empreendimento, inclusive no que se refere ao envolvimento deles com conseqüências que extrapolam a associação. Sem esquecer a importância de se afirmar a identidade do trabalho associado para o próprio avanço do movimento social da economia solidária na direção da repolitização do econômico.

Por fim, ainda existe o risco de se pretender, por conta das urgências financeiras, cuidar da eficiência às expensas da necessária revisão da lógica utilitarista. É preciso reafirmar e reconhecer que, mesmo que modo frágil, tais empreendimentos estão a questionar o fundamentalismo de mercado ou da maximização utilitária, como forma necessária e suficiente de regulação da economia e de realização do indivíduo pelo trabalho.

Anexo

GRÁFICO 1

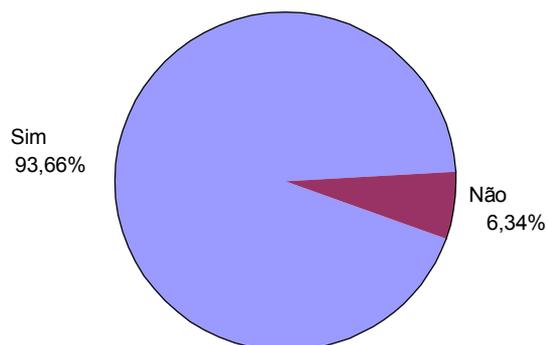
O(A) sr(a) tem idéia do que seja uma empresa de autogestão?



	questionários
total	367
respondidos	363

GRÁFICO 2

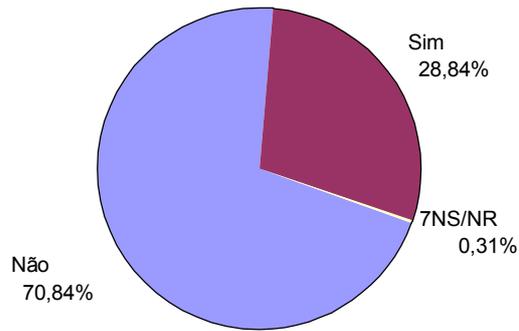
Sabe o que é uma cooperativa?



	questionários
total	367
respondidos	353

GRÁFICO 3

Já fez parte de outra iniciativa autogestionária/cooperativa?



	questionários
total	367
respondidos	352

GRÁFICO 3.1

Se sim, de que tipo?



	questionários
total	367
respondidos	1

GRÁFICO 4

Tempo de empresa autogestionária

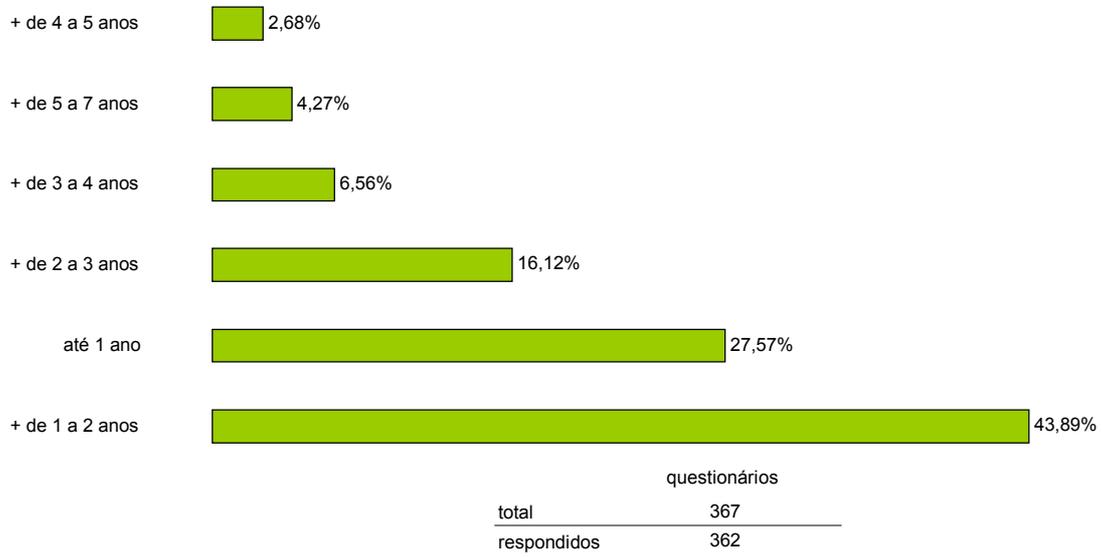


GRÁFICO 5

Renda individual mensal (na empresa)

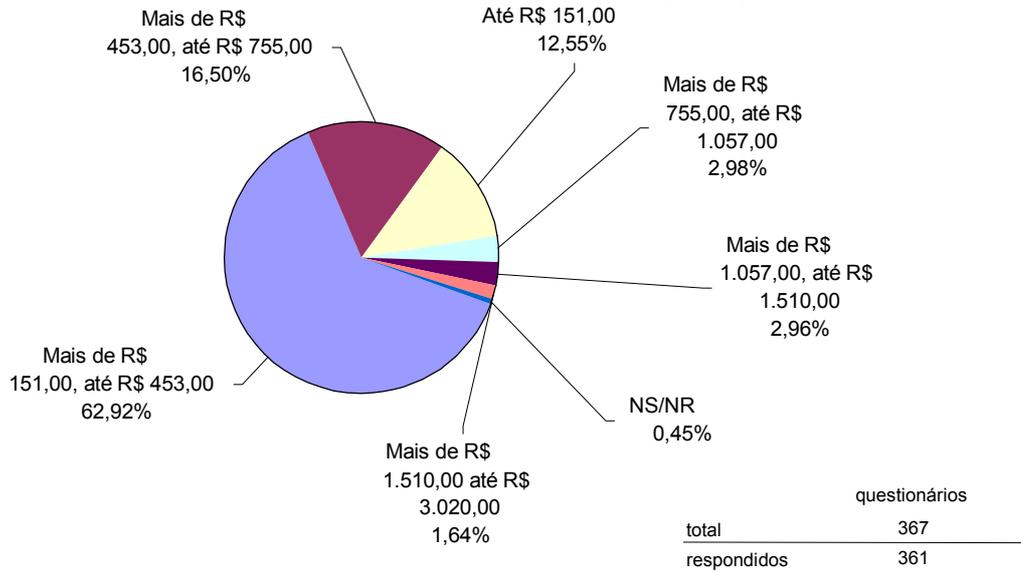


GRÁFICO 6 - Renda familiar

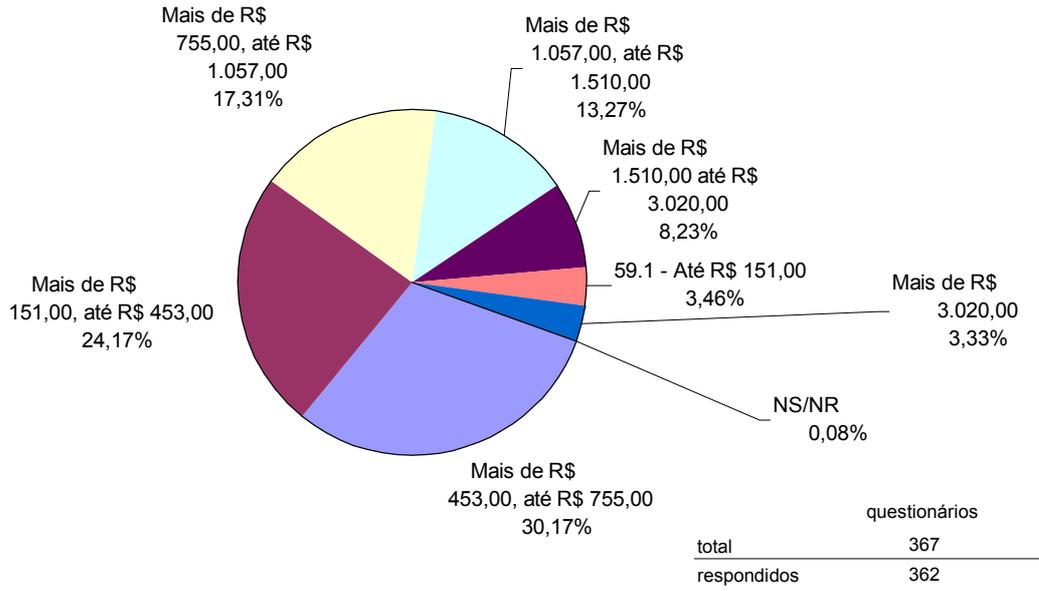


GRÁFICO 7

A casa é:

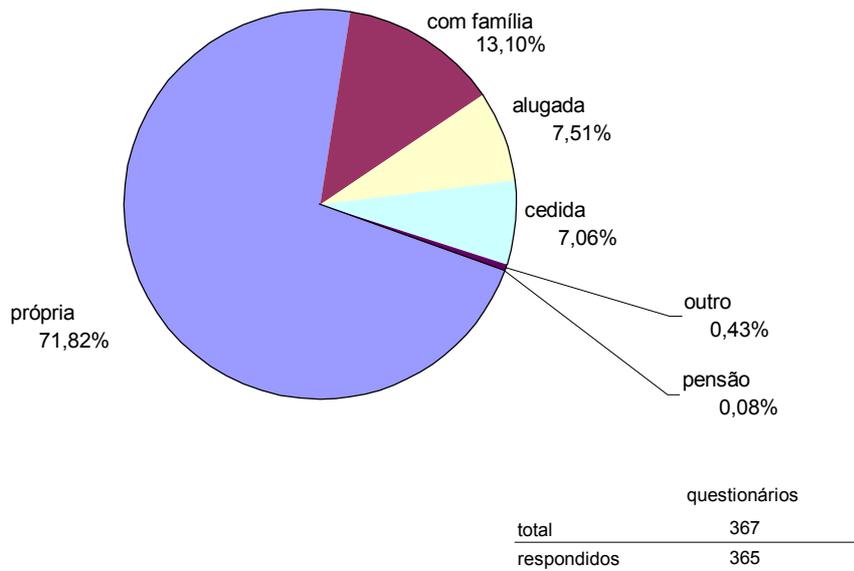
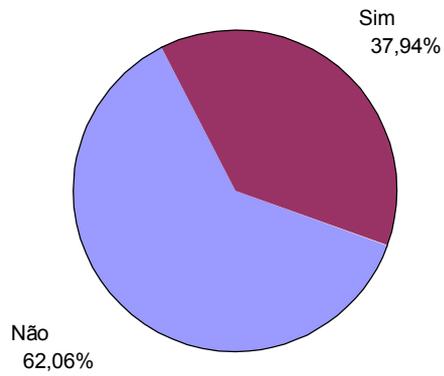


GRÁFICO 8

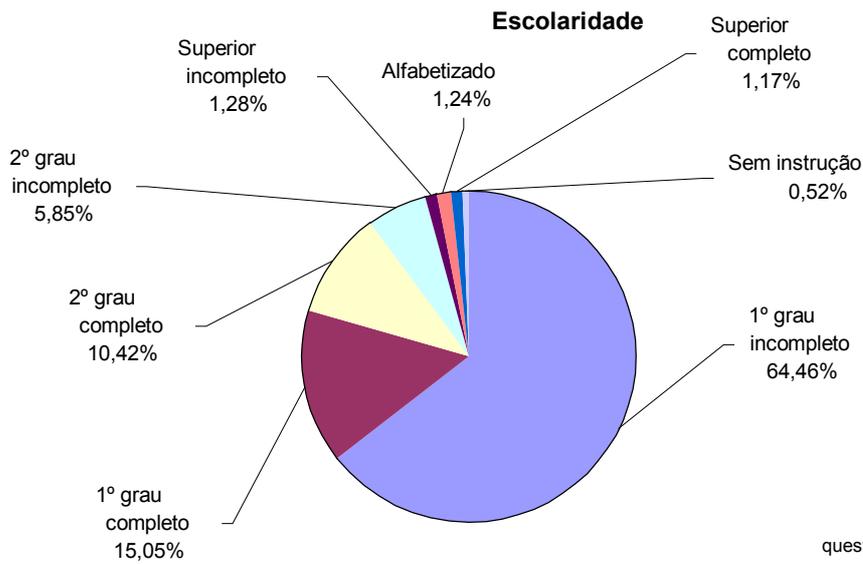
Atualmente possui outro trabalho remunerado?



	questionários
total	367
respondidos	348

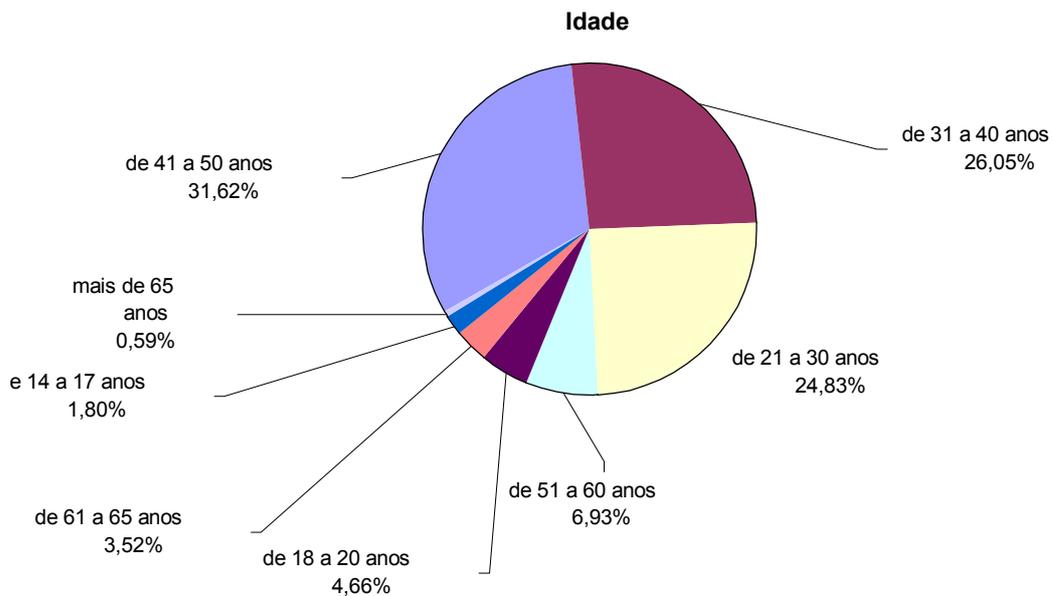
GRÁFICO 9

Escolaridade



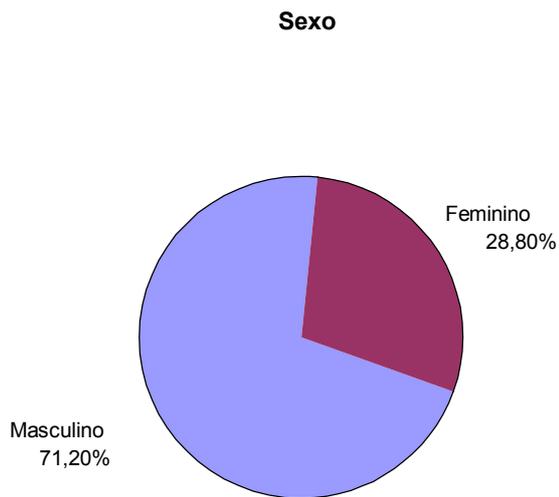
	questionários
total	367
respondidos	365

GRÁFICO 10



I

GRÁFICO 11



	questionários
total	367
respondidos	361

GRÁFICO 12

O que levou a participar de uma empresa autogestionária/cooperativa?

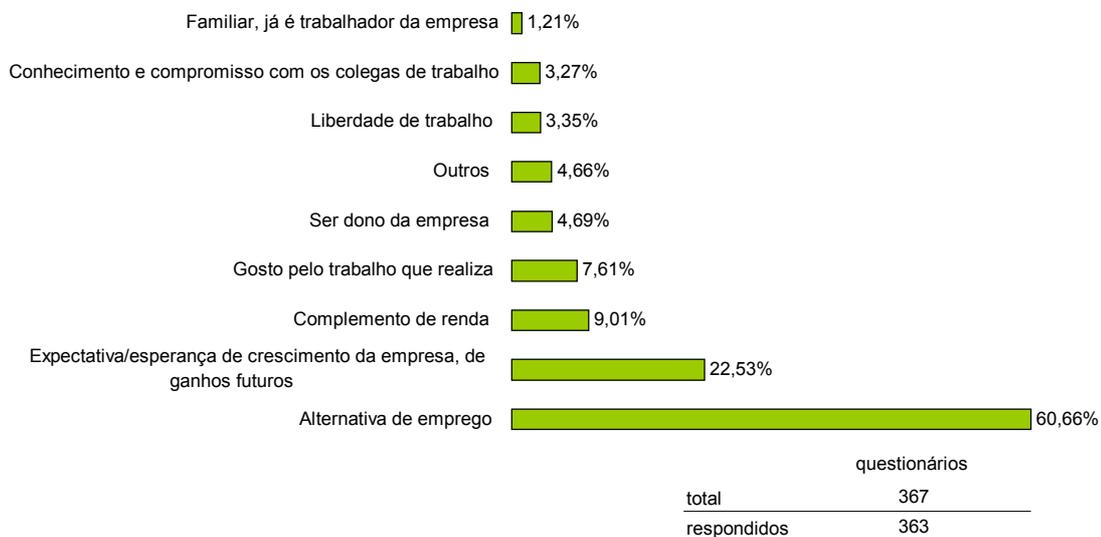


GRÁFICO 13

O que é uma cooperativa?

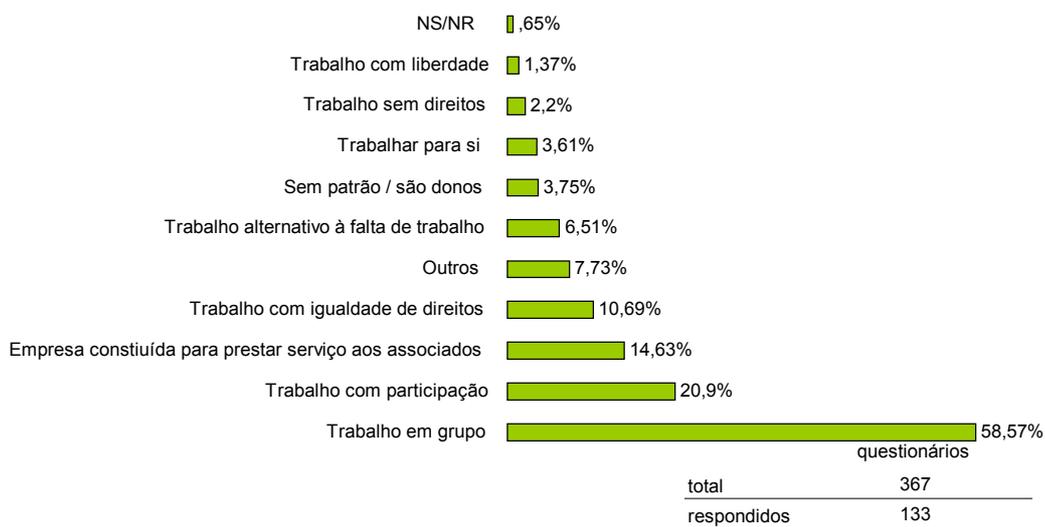


GRÁFICO 14

Vê vantagens no trabalho em uma empresa autogestionária/cooperativa comparado com o trabalho autônomo, por conta própria?

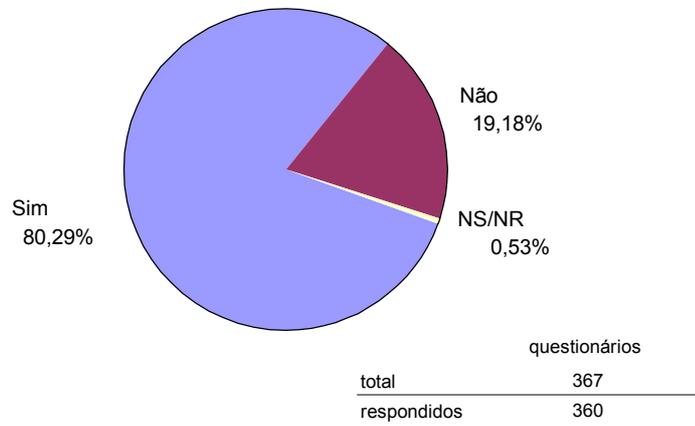


GRÁFICO 15

Motivo pelo qual veêm vantagem no trabalho cooperativo comparado ao autônomo?

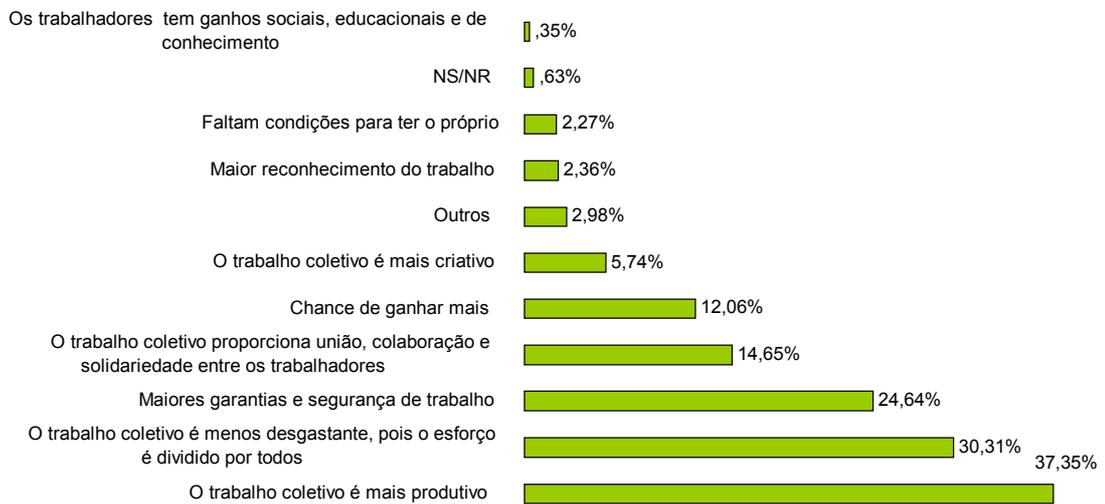


GRÁFICO 16

Vê vantagens em trabalhar numa empresa autogestionária/cooperativa comparado com o trabalho em uma empresa convencional?

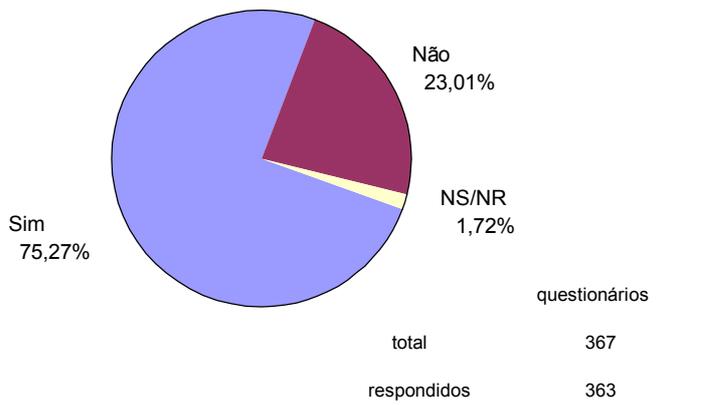


GRÁFICO 17

Se sim, qual a principal vantagem?

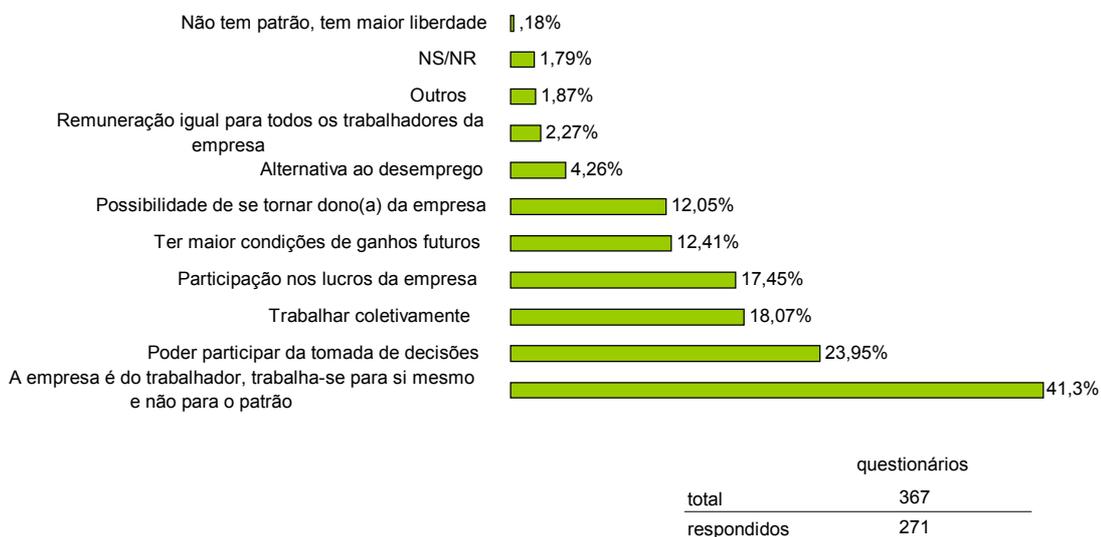


GRÁFICO 18

Se sabe o que é quota-parte?

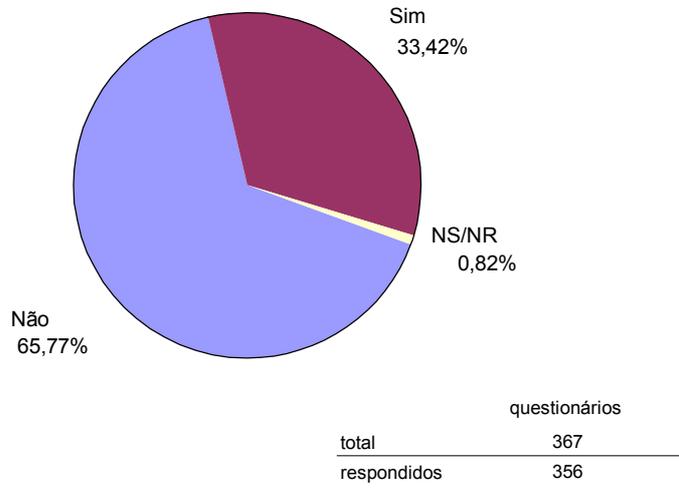


GRÁFICO 19

Se o(a) Sr(a) tivesse uma proposta para ser um empregado(a) com carteira assinada, ganhando o mesmo que ganha hoje, o(a) senhor(a) deixaria a empresa?

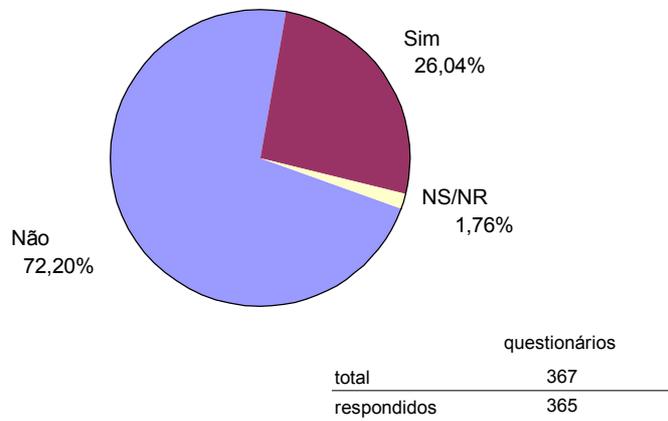


GRÁFICO 20

O(A) Sr(a) se interessa pelo processo de gestão/administração da empresa?

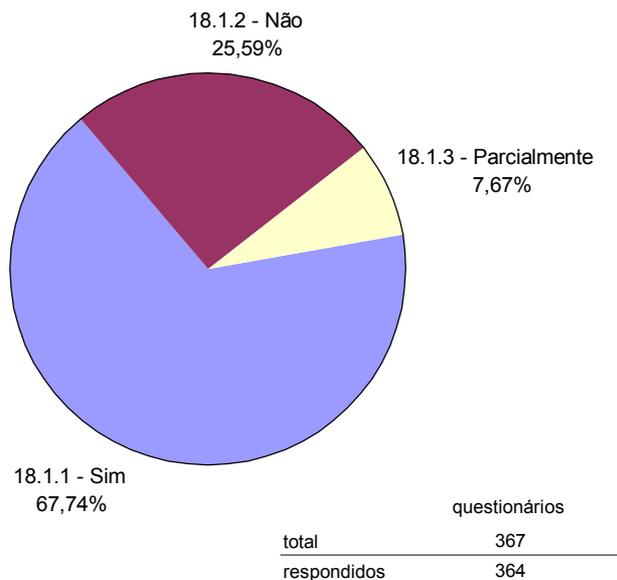


GRÁFICO 21

Esse interesse já existia antes da empresa se tornar autogestionária/cooperativa?

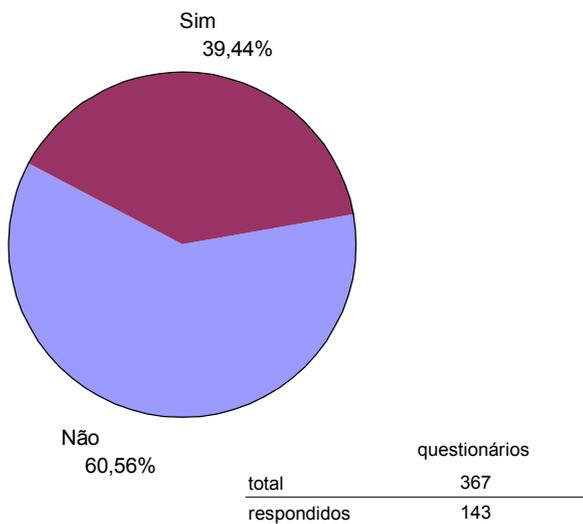


GRÁFICO 22

Existe integração/colaboração entre os trabalhadores que desenvolvem diferentes funções na empresa?

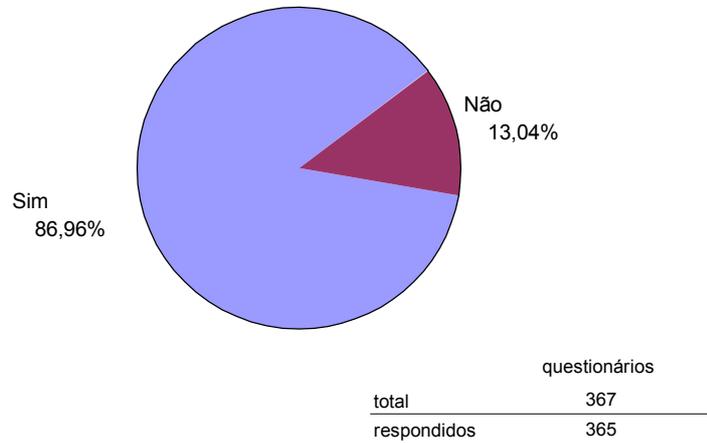


GRÁFICO 23

Essa integração/colaboração já existia antes da empresa ser autogestionária/cooperativa?

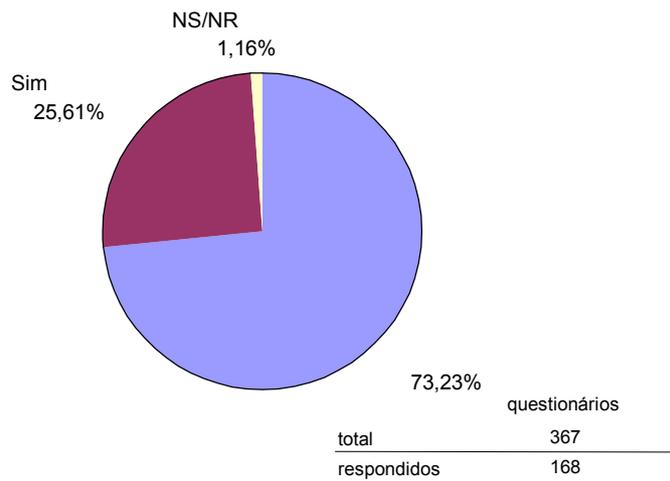
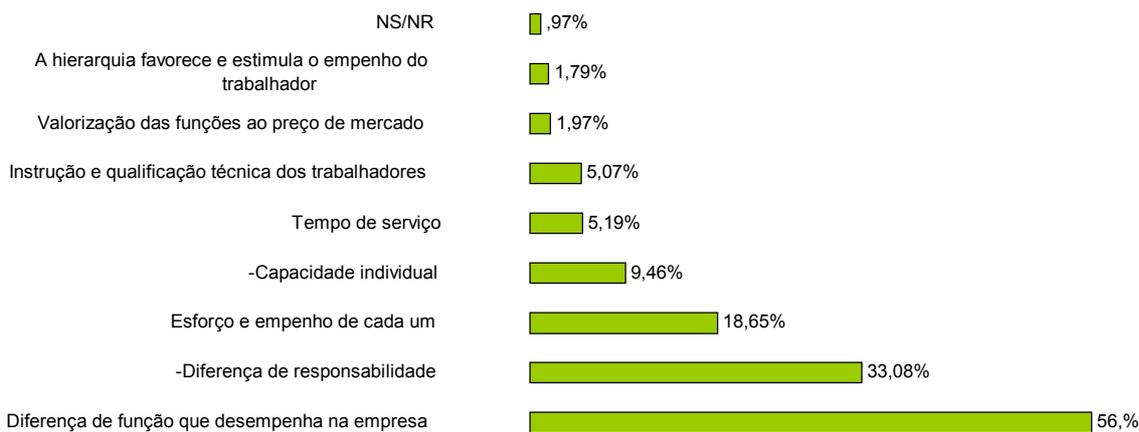


GRÁFICO 24

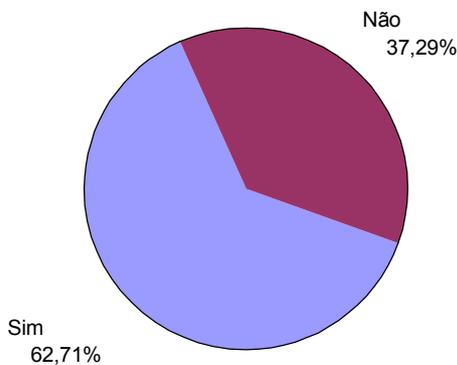
Dos 63% que concordam com o ganho diferenciado dizem que a principal justificativa seria:



	questionários
total	367
respondidos	219

GRÁFICO 25

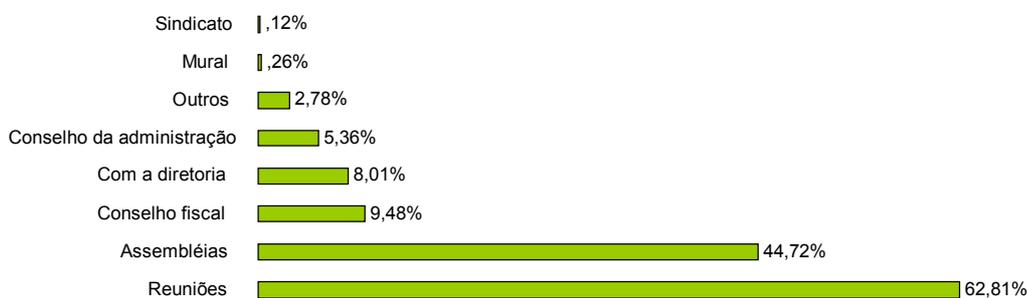
Concorda com a remuneração/retirada diferenciada entre trabalhadores de empresas autogestionária/cooperativas?



	questionários
total	367
respondidos	361

GRÁFICO 26

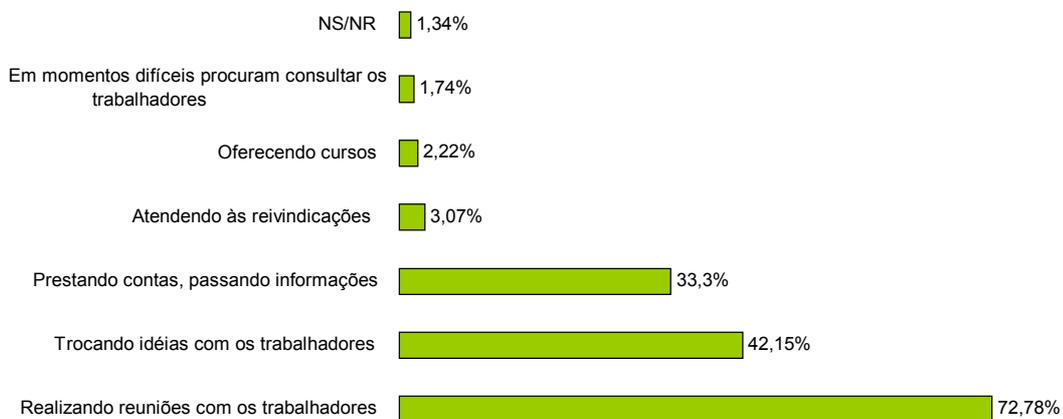
Qual a principal forma de participação?



	questionários
total	367
respondidos	227

GRÁFICO 27

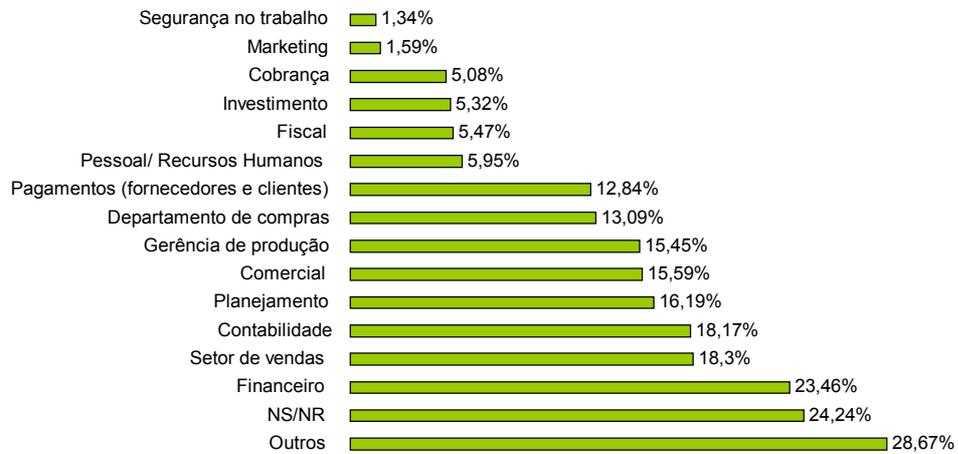
Como os trabalhadores que dirigem a empresa procuram promover a participação?



	questionários
total	367
respondidos	297

GRÁFICO 28

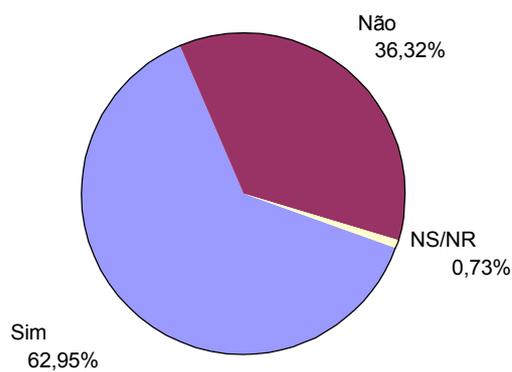
Indique as principais atividades da gestão/administração?



	questionários
total	367
respondidos	255

GRÁFICO 29

Percebeu alguma mudança no seu comportamento pessoal depois que começou a trabalhar na empresa autogestionária/cooperativa?



	questionários
total	367
respondidos	349

GRÁFICO 30 - Qual a principal mudança?

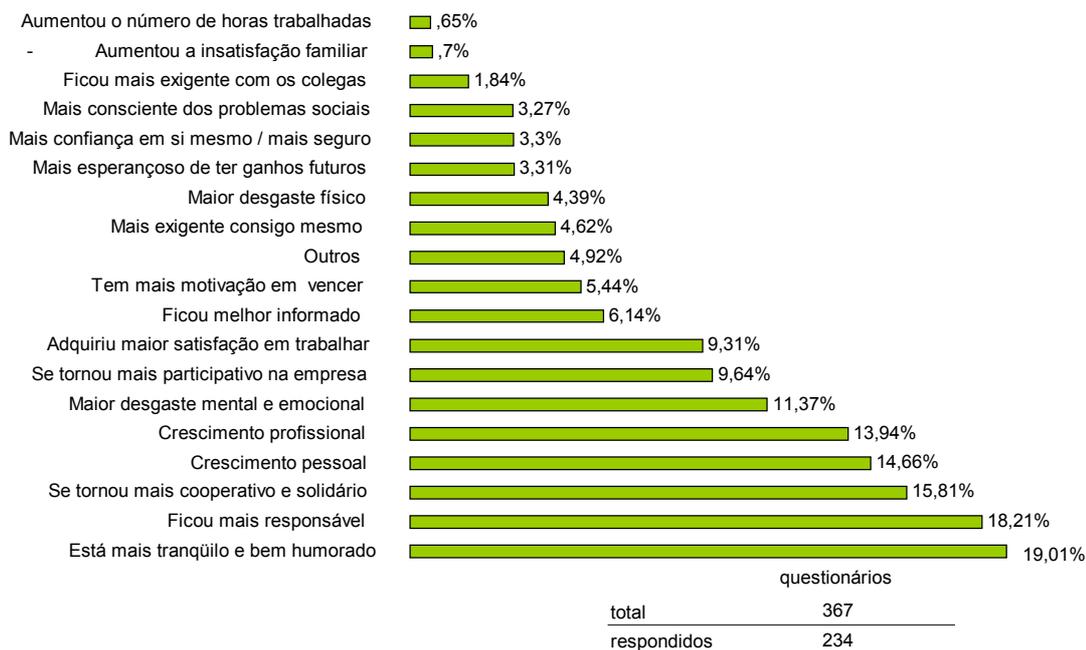


GRÁFICO 31

Qual o comportamento do trabalhador que o(a) Sr(a) considera que mais ajuda uma empresa autogestionária/cooperativa?

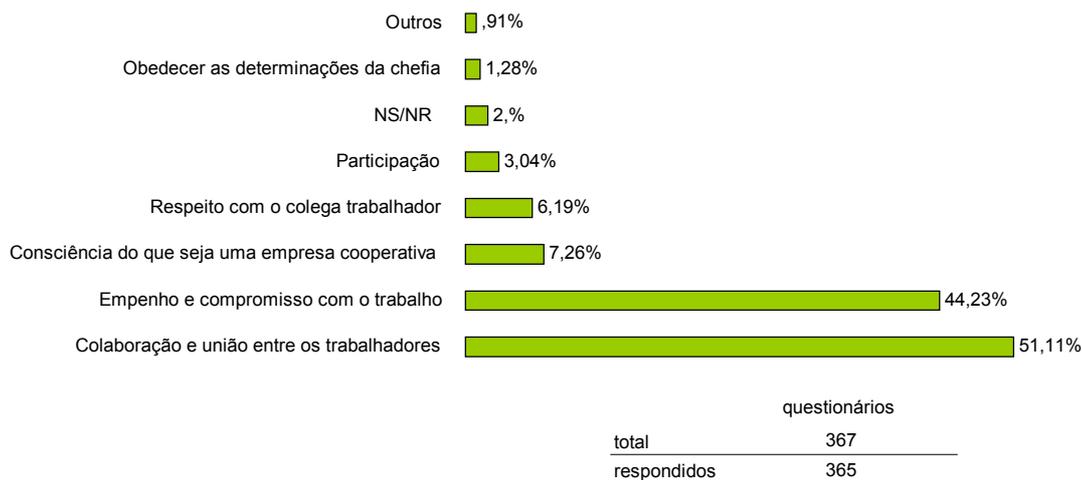


GRÁFICO 32

Compromisso dos seus colegas de trabalho com o desempenho da empresa?

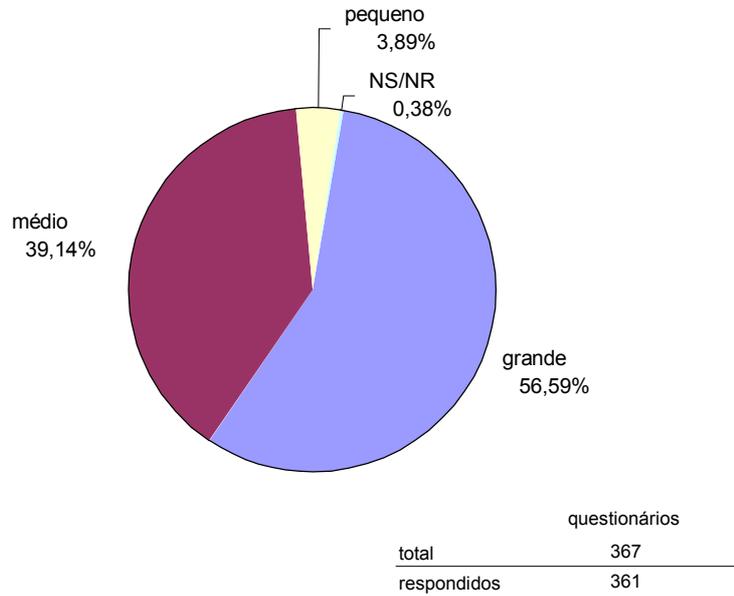


GRÁFICO 33

Qual(is) a(s) forma(s) dessa integração/colaboração?

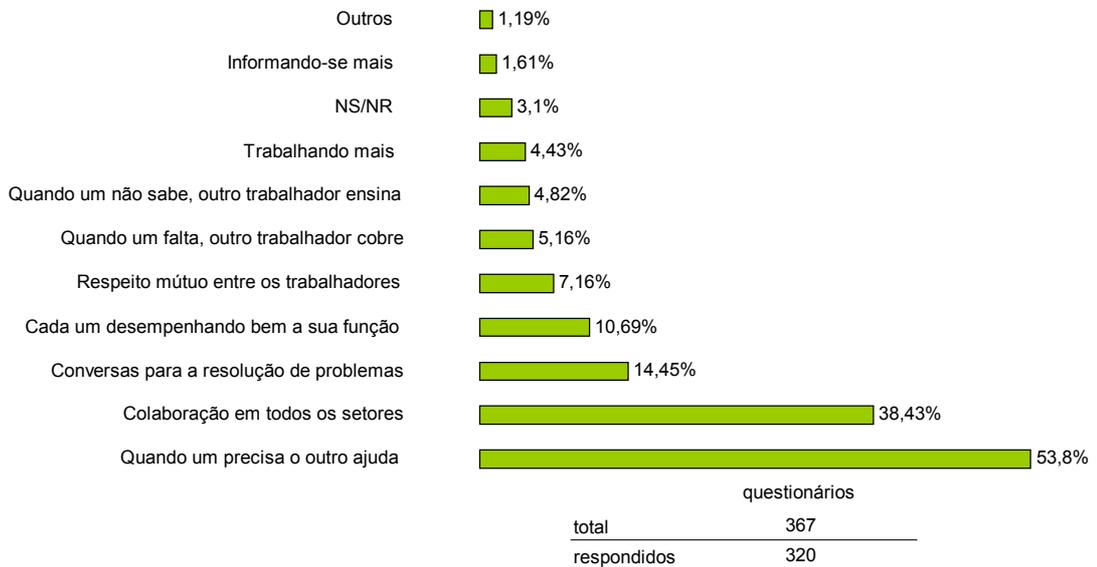
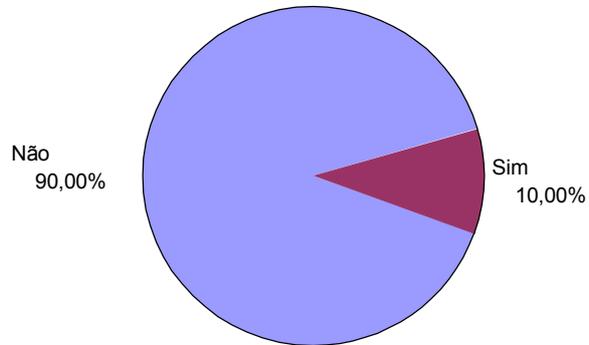


GRÁFICO 34

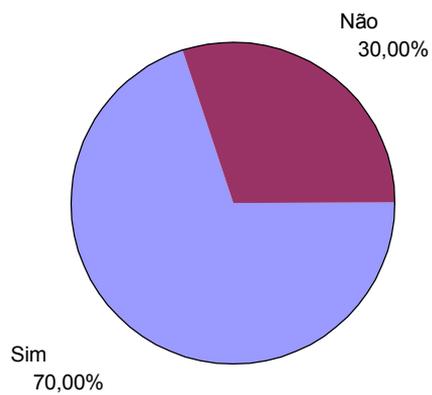
(Empresa com menor índice de participação) Participa das principais decisões na planejamento, política de pessoal, distribuição de sobras, salário/pagamento)?



	questionários
total	20
respondidos	20

GRÁFICO 34.1

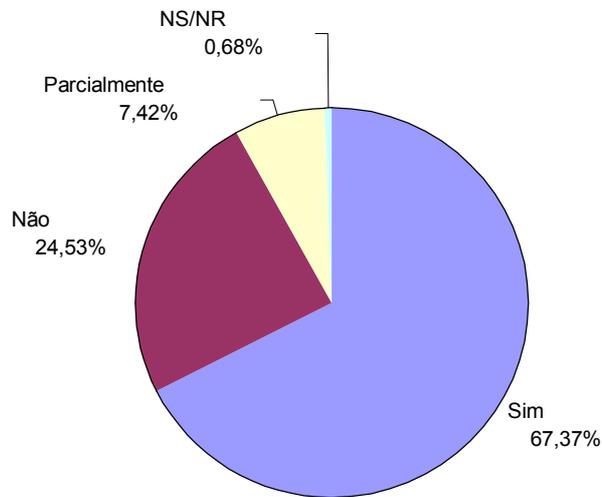
(Empresa com menor índice de participação) Existe integração/colaboração entre funções na empresa?



	questionários
total	20
respondidos	20

GRÁFICO 35

Conhece as etapas da linha de produção?



	questionários
total	367
respondidos	363

GRÁFICO 36

O(A) Sr(a) participa das principais decisões na empresa ?

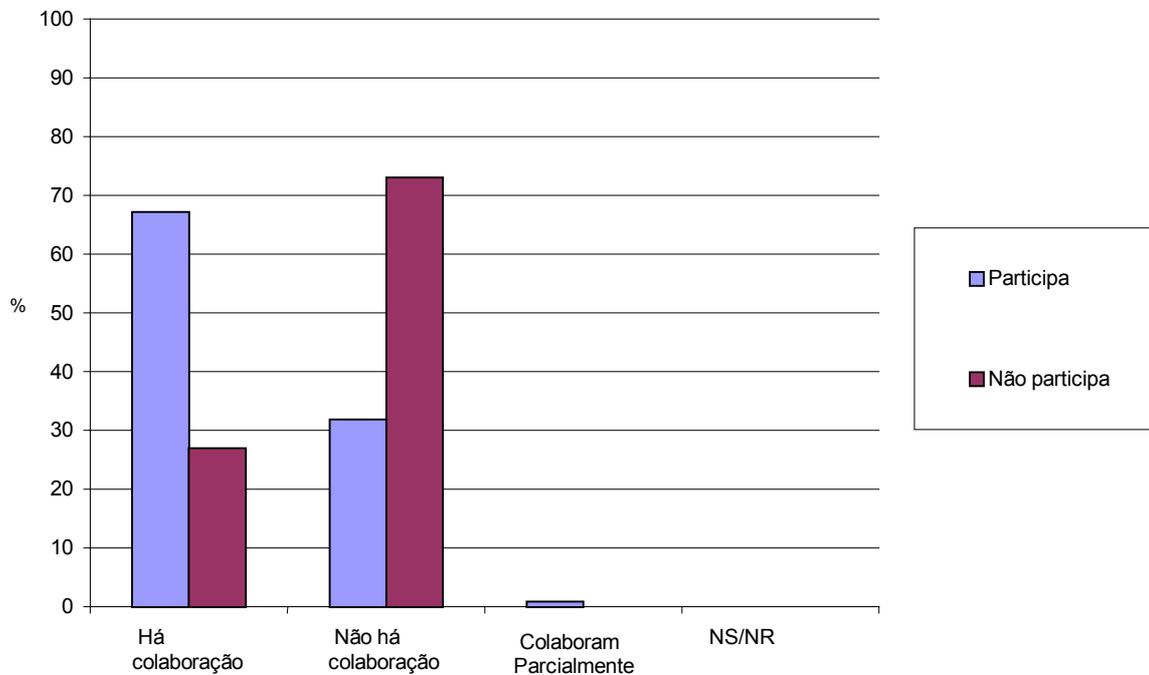


GRÁFICO 37

Dos 57% dos trabalhadores que consideram ser grande o compromisso dos seus colegas com desempenho da empresa, o consideram por que:

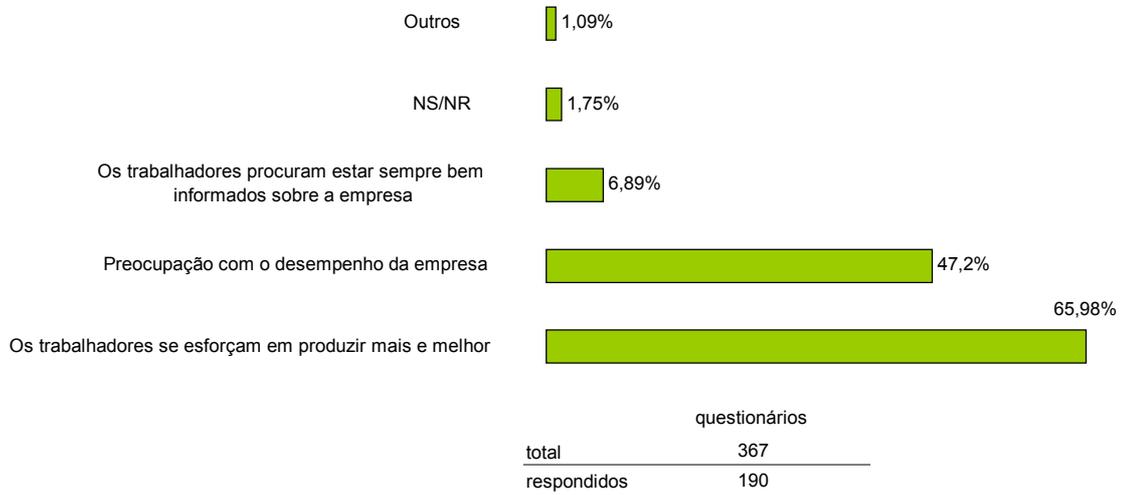


GRÁFICO 38

Existem problemas e desentendimentos na empresa, que atrapalham a produção?

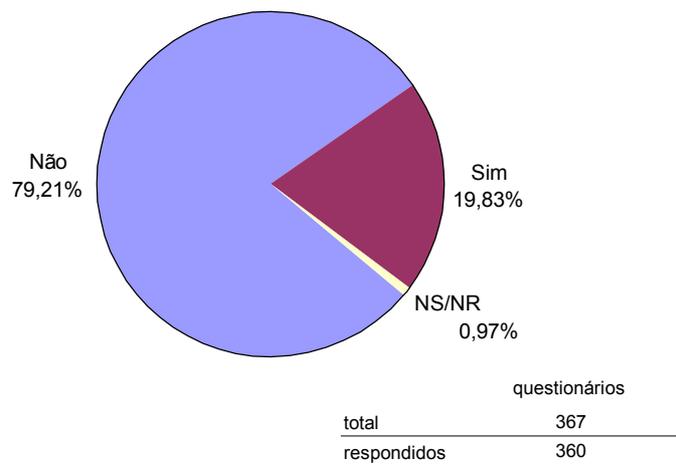


GRÁFICO 39

Empresa com menor índice de participação - Existem problemas e desentendimentos na empresa, que atrapalham a produção?

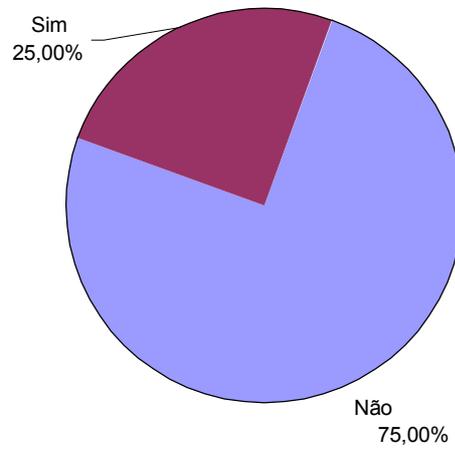
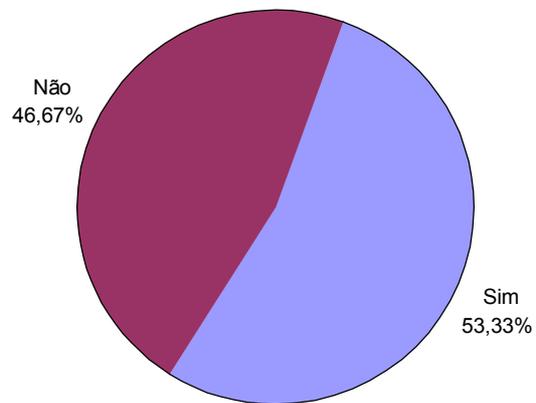


GRÁFICO 40

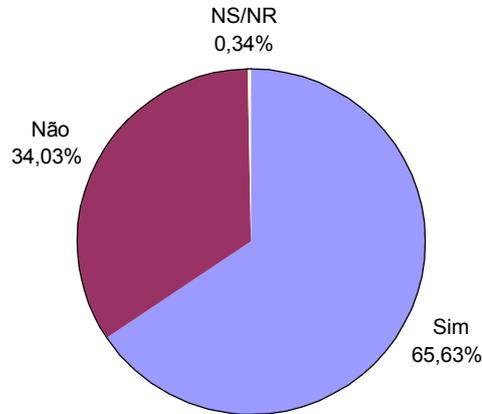
Empresa com um alto índice de participação - Existem problemas e desentendimentos na empresa, que atrapalham a produção?



	questionários
total	31
respondidos	30

GRÁFICO 41

O jeito como o Sr(a) trabalha é diferente de quando era uma empresa tradicional?



	questionários
total	367
respondidos	191

GRÁFICO 42

Como se alterou?

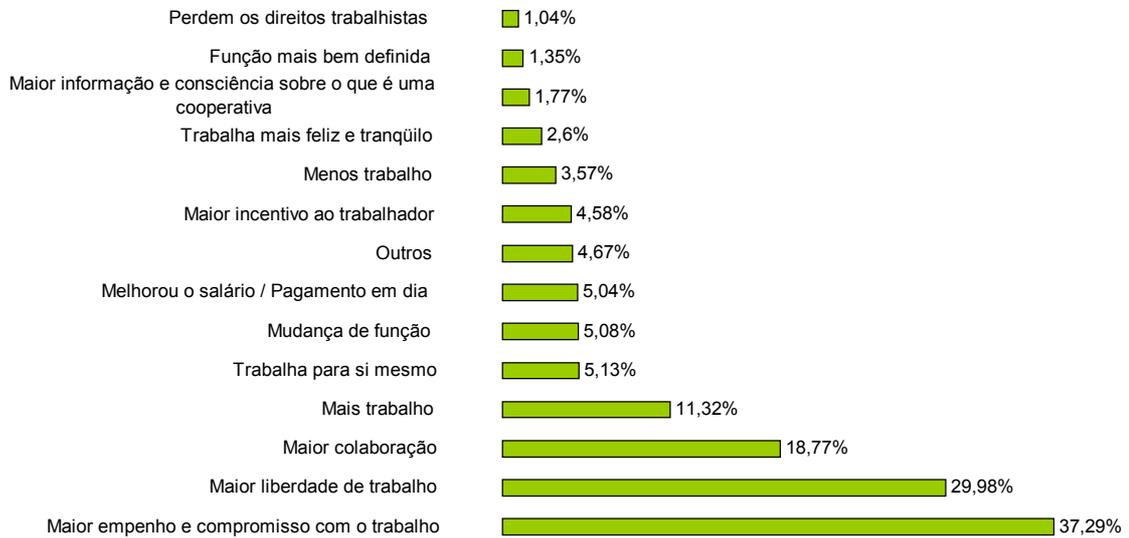


GRÁFICO 43

Porque o trabalho na empresa autogestionária lhe proporciona satisfação pessoal?



GRÁFICO 44

A função de chefia é mais apropriada para homens do que para mulheres.

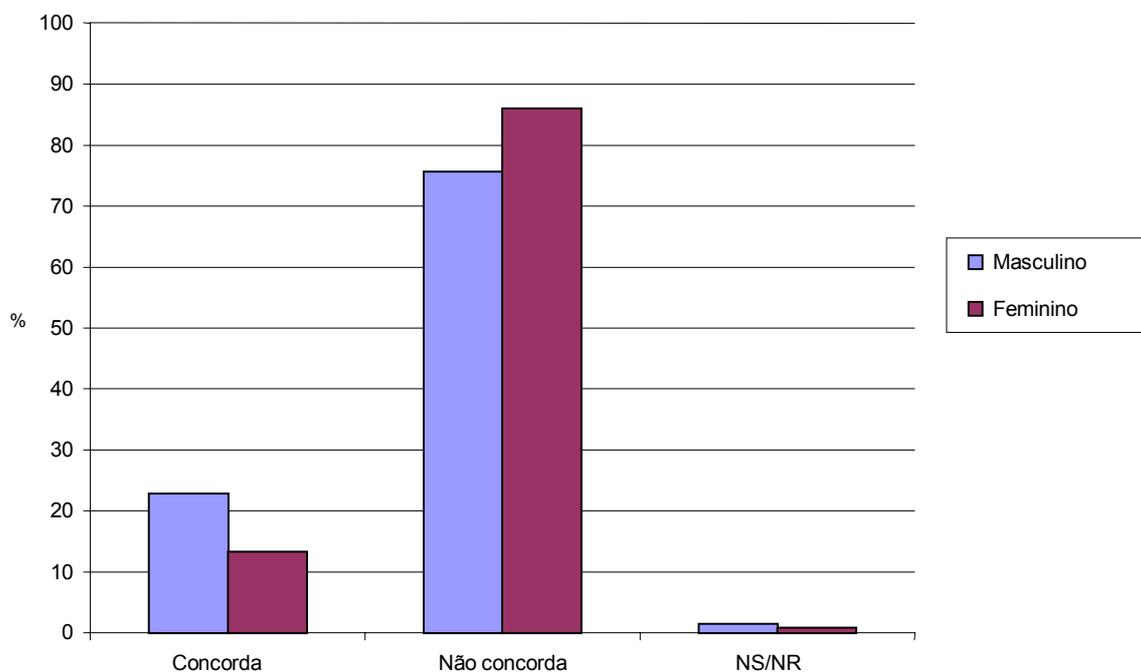


GRÁFICO 45

Se tivesse uma proposta para ser um empregado(a) com carteira assinada, ganhando o mesmo que ganha hoje, o(a) senhor(a) deixaria a empresa?

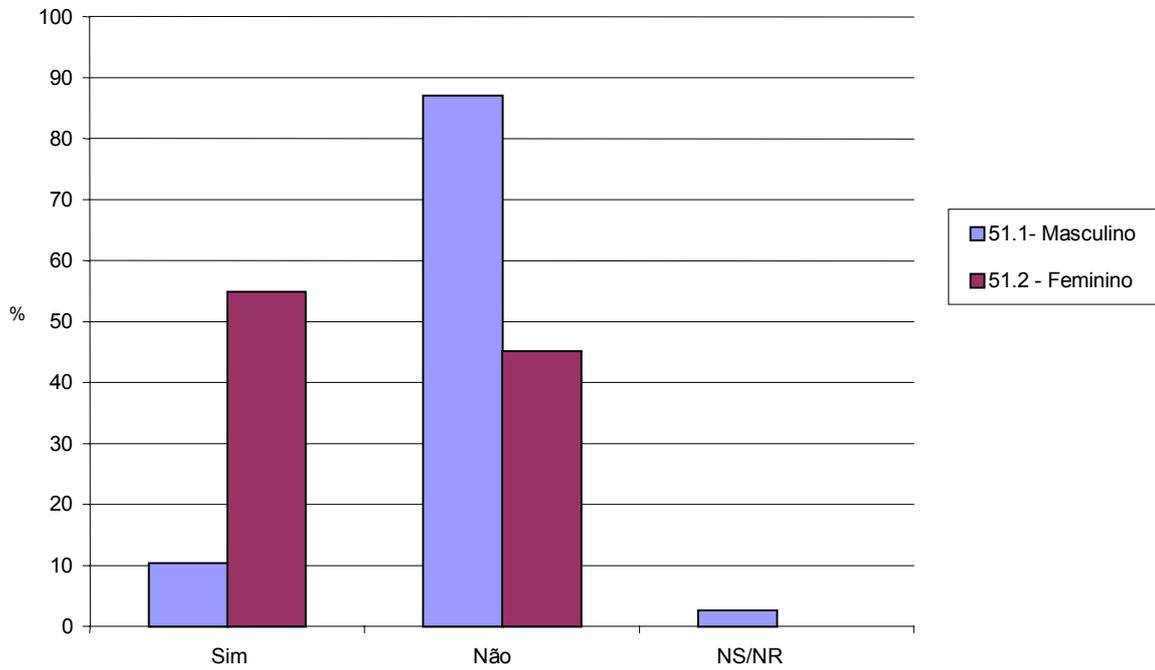
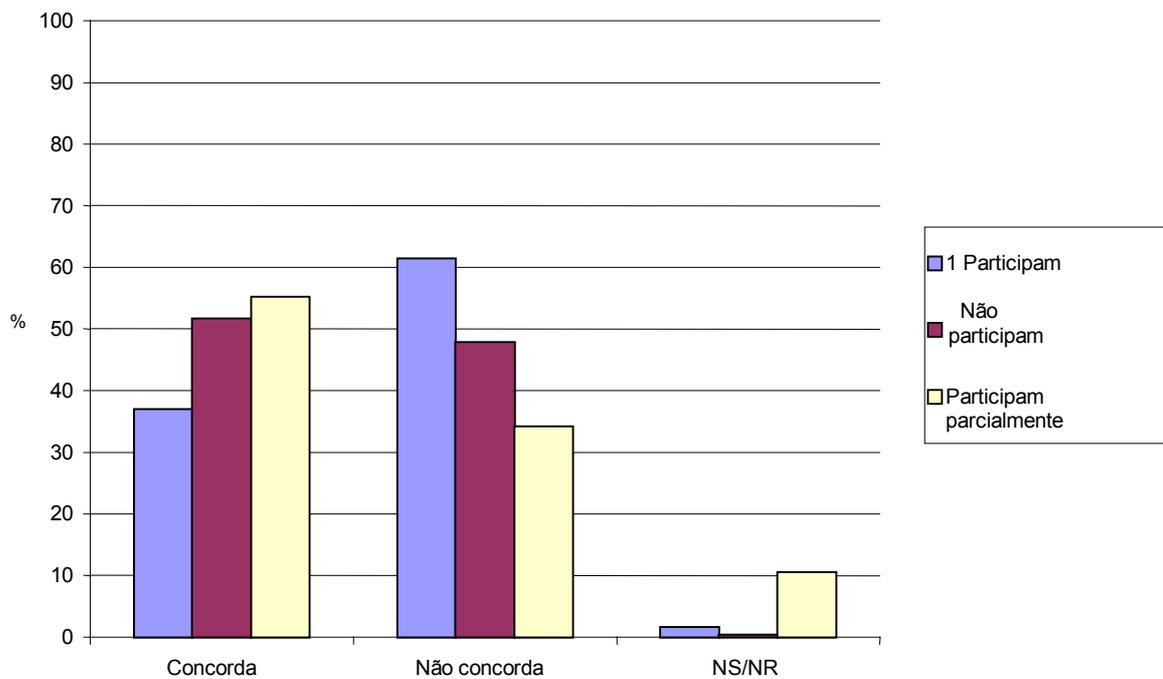


GRÁFICO 46

O político pode ter vantagens pessoais desde que faça alguma coisa pelo povo.



Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. (2003), *A Institucionalização das Redes Cooperativas como Modelos do Trabalho e de Promoção do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Iuperj, dissertação de mestrado.

ALMOND, Gabriel A. (1980), “The Intellectual History of the Civic Culture Concept”. In: ALMOND, Gabriel A. e VERBA, Sidney. *The Civic Culture Revisited*. Boston, Toronto: Little, Brown and Company.

_____ e VERBA, Sidney. (1965), *The Civic Culture*. Boston e Toronto: Little, Brown and Company.

ANTEAG (2000), *Autogestão: Construindo uma Nova Cultura nas Relações de Trabalho*. Anteag, São Paulo.

_____ (1998) *Empresa Social e Globalização – Empresa Autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente*. Anteag, São Paulo.

ANTUNES, Ricardo.(2000) *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. São Paulo: Boitempo.

ARRUDA, Marcos. (2003), *Humanizar o Infra-Humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes/Pacs.

BADIN, Luciana. (2003), *Nos Caminhos da Utopia: o princípio dialógico nas propostas libertárias*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais.

BANFIELD, Edward C.. (1967), *The Moral Basis of a Backward Society*. USA: Free Press Paperback.

BERTUCCI, Ademar de Andrade e SILVA, Roberto M. Alves da (org.). (2003), *Vinte anos de economia popular e solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACS à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. (2003), *Metamorfoses do trabalho e cooperação produtiva: a gênese, as vertentes e a plataforma da economia popular e solidária*. Rio de Janeiro: Ippur/UFRJ, tese do doutorado.

BOSCHI, Renato. (1987), *A Arte da Associação: política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice.

CAILLÉ, Alain. (2000), *Anthropologie du Don: le tiers paradigme*. Paris: Desclée Brouwer.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). (2002), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.

CASTEL, Robert. (1998), *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.

CATTANI, Antonio David (org.). (2003), *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

CEFAÏ, Daniel e JOSEPH, Isaac (coord.). (2002), *L'Heritage du Pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. Paris: L'Aube Éditions.

CHANIAL, Philippe. (2001), *Justice, Don et Association: la délicate essence de la démocratie*. Paris: La Découverte/M.A.U.S.S

_____ e LAVILLE, Jean-Louis. (2002), “L’Économie Solidaire: une question politique”. In: *Mouvements – L’économie sociale et solidaire: un projet politique*. Paris: La Découverte, nº19: 11-20, janvier-février.

COELHO, F. (2001). Economia Solidária: Ampliando o Debate. In: *Revista Teoria e Debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, nº 48, jun./jul./ago.

CORAGGIO, J. (2000) “A Economia Popular”. In: KRAYCHETE, Gabriel, LARA, F. e COSTA, B. (org.). (2000), *Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia*. Editora Vozes, Petrópolis.

_____. (2000a), “As Respostas dos Setores Populares à Crise do Trabalho”. In: ADS/CUT. (2000), *Sindicalismo e Economia Solidária*. São Paulo: ADS/CUT.

_____. (1997), “Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado”. In: *Revista Proposta*. Rio de Janeiro, FASE, março/maio.

COUTROT, Thomas. (2002), *Néo-libération du travail et autogestion*. Paris, mimeo.

_____. (1999), *Critique de l’organisation du travail*. Repères, La Decouverte.

DEWEY, John. (1981), “The Public and Its Problems”. In: *John Dewey: later works, 1925-53* (vol. 2). Carbondale: Southern Illinois Press.

_____. (1959), *Democracia e Educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

DOMINGUES, José Maurício. (2001), *Teorias Sociológicas no Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DUMONT, Louis (1985), *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.

DURKHEIM, Emilio. (1967). *De la división del trabajo social*. Buenos Aires: Schapire.

ELIAS, Norbert. (1994), *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..

FAJN, Gabriel (coord.). (2003), *Fábricas y Empresas Recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperacion/Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos.

FASE. (2001), *Revista Proposta – Trabalho e Desenvolvimento Humano II. Fase*, Rio de Janeiro, nº 88/89, março/agosto.

_____. (2000) *Revista Proposta – Trabalho e Desenvolvimento Humano. Fase*, Rio de Janeiro, nº 86, setembro/novembro.

_____. (1997/98) *Revista Proposta – Economia Solidária II. Fase*, Rio de Janeiro, nº 75, dezembro/fevereiro.

_____. (1997) *Revista Proposta – Economia Solidária I. Fase*, Rio de Janeiro, nº 74, setembro/novembro.

_____. (1997a) *Revista Proposta – Os desafios do mundo do trabalho. Fase*, Rio de Janeiro, nº 72, março/maio.

FRANÇA, Genauto Carvalho de e LAVILLE, Jean-Louis. (2004), *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS

GAIGER, Luiz Inácio. (2004), *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

_____. (2004a), *A economia solidária e o projeto de outra mundialização*. Rio de Janeiro: Iuperj, mimeo.

_____. (1999) “A Economia Solidária no RS: Viabilidade e Perspectivas”. In: CEDOPE (1999), *Série Movimentos Sociais e Cultura*. São Leopoldo: CEDOPE, Ano 10, nº 15.

GEERTZ, Clifford. (1979), *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GIDDENS, Anthony. (2002), *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1996), *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Editora Unesp.

_____. (1991), *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.

GRAFMEYER, Yves e JOSEPH, Isaac, (1990), *L'école de chicago*. Paris: Aubier.

GRAMSCI, A (1989). *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Civilização Brasileira, São Paulo.

GT BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. (2003), *Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. Rio de Janeiro: Grafthaly Gráfica e Editora.

HABERMAS, Jürgen. (1989), *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary. (1996), "Political Science and the Three New Institutionalism". *Political Studies*, vol. XLIV, pp. 936-957.

HECHTER, Michael. (1987), *Principles of group solidarity*. Berkeley: University of California Press.

HIRSCHMAN, Alber. (1986), *Vers une Économie Politique Élargie*. Paris: Les Editions de Minuit.

_____. (1980), *Les Passions et les Intérêts*. Paris: Presses Universitaires de France.

IBASE e ANTEAG (2004), *Autogestão em avaliação*. São Paulo: Anteag Edições.

_____ e SEBRAE. (1998), *Economia Informal: Legalidade, Trabalho e Cidadania*. Brasília: Sebrae.

JOSEPH, Isaac. (2000), *Erving Goffman e a microssociologia*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

KASMIR, Sharryn. (1996), *The Myth of Mondragón: Cooperatives, Politics, and Working-Class Life in a Basque Town*. State University of New York Press, Albany.

KNIGHT, Jack e SENED, Itai (eds.). (1995), *Explaining Social Institutions*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

KOELBLE, Thomas A.. (1995), “The New Institutionalism in Political Science and Sociology”. *Comparative Politics*, vol.27, nº 2, pp. 231-243.

KRAYCHETE, Gabriel, LARA, F. e COSTA, B. (org.). (2000), *Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia*. Editora Vozes, Petrópolis.

LASCH, Christopher. (1986), *O Mínimo Eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Editora Brasiliense.

LAVILLE, Jean-Louis. (1997), “Le Renouveau de la Sociologie Économique”. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris: Iresco, vol. CIII: 229-235.

_____. (1997a), “L’Association: un champ pour la sociologie économique”. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris: Iresco, vol. CIII: 335-349.

_____. (1997b), “L’Association: une liberté propre à la démocratie”. In: LAVILLE, Jean-Louis e SAINSAULIEU, Renaud. (1997), *Sociologie de L’Association*. Paris: Desclée Brouwer, 33-71.

_____. (1997c), “L’Association: une organisation productive originale”. In: LAVILLE, Jean-Louis e SAINSAULIEU, Renaud. (1997), *Sociologie de L’Association*. Paris: Desclée Brouwer, 73-87.

LEBOUTTE, Paulo. (2003), *Economia popular solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE.

LEITE, M.; SILVA, R.:(1996), “A Sociologia do Trabalho frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, n. 42, 2º semestre, pp.41-58.

MACHADO, Luis Antonio e Chinelli, Filipina. (1997), “Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil atual”. In: *Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro, ano II, nº 1.

MANCINI, Euclides André. (1999), *A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.

MARCH, James e OLSEN, Johan. (1997), *Democratic Governance*. The Free Press.

_____. (1984), “The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life”. *The American Political Science Review*, vol. 78, nº 3, pp. 734-749.

MATTOSO, J. (1999), *O Brasil Desempregado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

MAUSS, Marcel. (1985), “Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques”. In: *Sociologie et anthropologie*. Quadrige/Presses Universitaires de France.

_____. (1974), *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda. e Editora Universidade de São Paulo, Vol. 1.

MEAD, George H.. (1944), *Mind, Self e Society: from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago-Illinois: The University of Chicago Press.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. (2004), *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária*. Brasília: Senaes/MTE, mimeo.

MOTTA, Eugênia de Souza M. Guimarães. (2004), *A “Outra Economia”: um olhar etnográfico sobre a economia solidária*. Rio de Janeiro: Museu Nacional da UFRJ, dissertação de mestrado.

NEE, Victor. (2001), “Sources of the new institutionalism”. In: BRINTO, Mary e NEE, Victor (eds.). (2001), *The New Institutionalism in Sociology*. Stanford: Stanford University Press.

_____ e INGRAN, Paul. (2001), “Embeddendness and beyond: institutions, exchange and social structure”. In: BRINTO, Mary e NEE, Victor (eds.). (2001), *The New Institutionalism in Sociology*. Stanford: Stanfor University Press.

OLIVEIRA, Francisco de. (2000), “A Crise e as Utopias do Trabalho”. In: KRAYCHETE, Gabriel, LARA, F. e COSTA, B. (org.). (2000), *Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia*. Editora Vozes, Petrópolis.

OLIVEIRA, Jane Souto de. (2004), “Mutações no mundo do trabalho: o (triste) espetáculo da informalização”. In: *Revista Democracia Viva*. Rio de Janeiro: Ibase, nº 21, abr./mai..

OLIVEIRA, Suzana Hecksher. (2002), *A Autogestão como Diferencial Competitivo: o caso de uma cooperativa industrial*. Rio de Janeiro: UFRJ, dissertação de mestrado.

OLSON, Mancur. (1971), *The Logic of Collective Action*. Harvard University Press.

PINTO, João Roberto Lopes.(2004), “O Combate ao Subemprego como Estratégia contra o Desemprego”. In: *Revista Democracia Viva*. Rio de Janeiro: IBASE, nº 21: 52-56, abr./mai..

_____. (2003), “Economia Solidária: quando o alternativo torna-se estratégico”. In: *Revista Democracia Viva*. Rio de Janeiro: IBASE, nº 15: 52-57, mar./abr..

_____. (2001), “Desejo, necessidade e viabilidade da utopia solidária”. In: *Revista Democracia Viva*. Rio de Janeiro: IBASE, nº 10: 76-79, mar./jun..

_____.(1998), *A Cultura Cívica além do Individualismo: o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Iuperj, dissertação de mestrado.

POLANYI, Karl. (1980), *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

POCHMANN, M. (1999), *O Trabalho sob Fogo Cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Editora Contexto.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. (2003), *Trabalho legal, ilegal e “alegal”*: novidades da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: PMSP/SDTS, mimeo.

PUTNAM, Robert D.. (1996), *Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.

RECH, Daniel (2000), *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A/FASE.

_____ e VEIGA, Sandra Mayrink. (2001), *Associações: como constituir sociedades sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro: DP&A/FASE.

RIBEIRO, Renato Janine. (1998), “Filosofia, Ação e Filosofia Política”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, vol. 13, nº 36: 143-149.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1983), *Do Contrato Social*. São Paulo: Abril Cultural.

SANTOS, Boaventura de Souza. (2000), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

_____ e RODRIGUEZ, César. (2002), “Introdução”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). (2002), *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1989), “A Lógica Dual da Ação Coletiva”. *Dados*, vol. 32, nº 1, pp. 23-39.

SENNETT, Richard. (1988), *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras.

SIMMEL, Jorge. (1938), *Sociologia* (vols. I e II). Buenos Aires: Espasa-Calpe.

SINGER, Paul. (2002), *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

_____. (2000), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.

_____. (2000a), “Cooperativismo: o modelo consolidado e as novas experiências”. In: ADS/CUT. (2000), *Sindicalismo e Economia Solidária*. São Paulo: ADS/CUT.

_____. (1999), *Uma Utopia Militante: repensando o socialismo*. Editora Vozes, Rio de Janeiro.

SOARES, Luiz Eduardo. (1994), “Antropologia e Ciência Política: Memória, Etnografia e Definição do Ator Social”. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

TAUILE, José Ricardo e DEBACO, Eduardo Scotti. (2002), *Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores*. Curitiba, mimeo.

TIRIBA, Lia. (2001), *Economia Popular e Cultura do Trabalho*. Ijuí: Editora UNIJUÍ.

TOCQUEVILLE, Alexis de. (1987), *A Democracia na América*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.

TÖNNIES, Ferdinand. (1955), *Community and Association*. Londres: Routledge e Kegan Paul; East Lansing, MI: University Press.

VALLE, Rogério (org.). (2002), *Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

WAUTIEZ, François et alli. (2003), “Indicadores da economia solidária”. In: CATTANI, Antonio David (org.). (2003), *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

ZASK, Joëlle. (1999), *L'Opinion Publique et son Doublé: John Dewey, philosophe du public*. Paris: L'Harmattan.